



JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NO ARQUIVO DE
DOCUMENTOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO ESTADO
DO PARANÁ (1964-1985)**

MARÍLIA

2021

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NO ARQUIVO DE
DOCUMENTOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO ESTADO
DO PARANÁ (1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília), para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: *Determinações do Mundo do Trabalho.*

Orientadora: Prof^a Dr^a. Angélica Lovatto

MARÍLIA

2021

N518i Neves Júnior, José Wilson Assis
A ideologia de segurança nacional no arquivo do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985) / José Wilson Assis Neves Júnior. -- Marília, 2021
209 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Angélica Lovatto

1. Ditadura. 2. Militares. 3. Ideologia. 4. Agentes do serviço de inteligência. 5. Pensamento Político. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NO ARQUIVO DE
DOCUMENTOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO ESTADO
DO PARANÁ (1964-1985).**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a Dr^a. Angélica Lovatto (Unesp/Marília)

1º Examinador

Prof. Dr. Fabio Lanza (UEL)

2º Examinador

Prof^a. Dr^a Maria José de Rezende (UEL)

3º Examinador

Prof. Dr. Anderson Deo (Unesp/Marília)

4º Examinador

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa (Unesp/Marília)

1º Suplente

Prof. Dr. Rodrigo Czajka (UFPR)

2º Suplente

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (USP)

3º Suplente

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Marília, 01 de abril de 2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, José e Erlaína, por todo o apoio que me deram no decorrer destes últimos dez anos que marcaram minha trajetória acadêmica nas Ciências Sociais.

À minha companheira Thaisa Melo, que não só esteve ao meu lado nos momentos difíceis, mas também me auxiliou não só com seus apontamentos e críticas sobre as ideias desenvolvidas neste trabalho como também na revisão gramatical da versão final.

À Profª Drª Angélica Lovatto, por todo o apoio e a orientação concedida durante estes últimos quatro anos.

Ao Prof. Dr. Fabio Lanza e a Profª Drª Lúcia Bettiol, tanto pela amizade quanto pelas inúmeras contribuições que forneceram em meu processo de formação.

Agradeço ao Profs. Drs. Anderson Deo, Jefferson Barbosa, Rodrigo Czjka, Maria José de Rezende, Luiz Pericás e Leandro Galastri, pela disponibilização para participar desta essencial etapa que marca o final de mais um ciclo de estudos.

Sem esquecer todos os méritos necessários de conceder à equipe do NDPH-UEL, à Profª Drª Miliandre Garcia e ao Drº Grimaldo Zachariades, cujos esforços em prol da preservação e fomento de pesquisas acerca do arquivo do SNI viabilizaram a elaboração desta pesquisa.

Aos meus amigos e fiéis colegas de inúmeros debates acadêmicos Vinícius Santos, Villenon Edlon e Leonardo Ferreira.

Por fim, indico que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

NEVES JR, José W. A. **A ideologia de segurança nacional nos documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Marília, 2021, 209 páginas.

Resumo

A presente tese tem como objeto de análise a doutrina de Segurança Nacional no cotidiano dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) na conjuntura paranaense durante o período de vigência da ditadura militar brasileira (1964-1985). Foram apropriados como fontes de análise os documentos provenientes da Agência Regional de Informações do Paraná e Santa Catarina, os quais se encontram disponíveis para consulta pública no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL). A partir do processo prévio de investigação, fundamentado na análise documental e no levantamento bibliográfico, apreendeu-se a forma como as avaliações dos agentes de informações, pressupostamente pautadas em uma neutralidade analítica, tendiam a fundamentar-se em juízos de valores, especialmente no que tange ao processo de combate à subversão interna no país. Desta forma, levanta-se o seguinte questionamento norteador: qual foi efetivamente a função social que a ideologia de segurança nacional exerceu nas fileiras dos órgãos de repressão e coerção estatais, e de que forma ela condicionou, determinou e impactou as avaliações realizadas pelos agentes do SNI em meio a realidade social e política paranaense do período? Parte-se da tese de que as configurações ideológicas da doutrina de Segurança Nacional oficial das Forças Armadas brasileiras da época, permeavam um processo de exacerbação do padrão de reação societária, fundamentando-se em pressupostos burgueses com contribuições do positivismo, do funcionalismo e do tradicionalismo cristão que preconizavam a reprodução de uma lógica de subordinação do capital nacional ao capital hegemônico internacional, desencadeando, em consequência, ações persecutórias a toda e qualquer articulação político-social que ameaçasse esta instável ordem de dominação. As fontes foram abordadas a partir de uma percepção ontológica da ideologia, que em uma perspectiva lukácsiana é apreendida enquanto construto de ideias, decorrentes das condições materiais de existência, que objetiva interferir diretamente no direcionamento dos sujeitos sociais imersos em disputas de classe, tendo assim, por último intuito, dirimir os conflitos de classe. Tornou-se relevante, portanto, realizar uma análise dos processos históricos de formação e transformações políticas e econômicas nacionais que viabilizaram a ascensão e desenvolvimento da ditadura militar brasileira, a formulação da concepção brasileira de segurança nacional (em seus múltiplos aspectos) e a construção da comunidade de informações do SNI para que, em seguida, se realize a análise das diretrizes de atuação dos agentes deste órgão de informações e os impactos de suas ações persecutórias para a realidade paranaense do período, objetivando, finalmente, defender, a partir do estabelecimento de diálogo com contribuições da teoria gramsciana, a conceituação do órgão de inteligência nacional como consolidação de um aparelho estatal de hegemonia, fenômeno complexo que decorreu da função social que a ideologia de segurança nacional exerceu em suas fileiras.

Palavras-chave: Serviços de inteligência; ditadura militar brasileira; atitudes e ideologias políticas.

NEVES JR, José W. A. **The ideology of national security in the archives of the National Information Service of the state of Paraná.** Doctoral Thesis presented to Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília) Social Sciences Graduated Program. Marília, 2021, 209 pages.

ABSTRACT

The following thesis aimed to analyze the National Security doctrine in the daily life of the agents from National Information Service (SNI) at Paraná's conjuncture during Brazilian's military dictatorship (1964-1985). The documents from Paraná and Santa Catarina Central Information Agency were utilized as analyzes sources, which are available for public consultation at the Documental and Historical Research Center of the Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL). By a previous investigation process, founded in the documental analyses and bibliographical research, it was apprehended the ways that the information agents evaluated, supposedly grounded on an analytical neutrality, tended to substantiate their analyses on value judgments, specially when it comes to fight the internal subversion at the country. This way, it was raised the following guiding question: which was effectively the social function that the national security ideology exercised in the ranks of the State repression and coercion organs, and in which way it conditioned, determined and impacted the SNI' agents investigations among Paraná's social and political reality of that period? This work defends the thesis that the ideological configurations of Brazilian Army Force's National Security doctrine from that time permeated an exacerbation process of society's reaction pattern, justifying itself on bourgeois assumptions with contributions from the positivism, functionalism, and Christian traditionalism, that advocated an logic of reproduction of national capitalism to international hegemonic capitalism, triggering, as consequence, persecutory actions against any and every social and political organization that threaten this unstable domination order. The sources were approached by the ontological perception of the ideology, that in a lukácsian's perspective is understood as an ideas construct, arising from material conditions of existence, and objectifies to directly interfere in the social subjects' directions of class disputes, so having, ultimately, the goal of settle those class conflicts. By so, it was relevant analyze the national political and economic historical process of formations and transformations that made feasible the rise and development of Brazilian military dictatorship, the formulation of Brazilian's national security conception (in its multiple aspects) and the construction of SNI's information community, so that then perform an analyzes of those information agents action guidelines and its impacts to their persecutory actions to Paraná's reality of the period, aiming, finally, defend, by a dialogue with contributions from gramscian's theory, the conceptualization of the national intelligence organ as a consolidation of an state apparatus of hegemony, a complex phenomenon that accrue from the social function that the national security ideology exerted in those ranks.

Key-words: Intelligence services; Brazilian military dictatorship; Political attitudes and ideologies.

LISTA DE SIGLAS

AC – Agência Central
ADESG – Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
AR – Agência Regional
ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
BMTZ – Batalhão de Infantaria Motorizado
CAL – Confederação Anticomunista Latino-Americana
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEBRADE – Centro Brasil Democrático
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPEP – Centro de Estudos e Pesquisas do Paraná
CESULON – Centro de Estudos Superiores de Londrina
CIA – Central Intelligence Agency
CIE – Centro de Inteligência do Exército
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLADH – Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos
CM – Comissão Municipal
CNBB – Comissão Nacional de Bispos do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná
CONSAB – Conselho Comunitário Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CPJP – Comissão Pastoral Justiça e Paz
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CS – Convergência Socialista
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DA – Diretório Acadêmico
DAAT – Diretório Acadêmico Anísio Teixeira
DARPP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná
DASCISA - Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde
DATA – Diretório Acadêmico Três de Agosto
DCE – Diretório Central de Estudantes
DEOPS – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social
DI-GB - Dissidência Comunista do Movimento Estudantil da Guanabara
DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações

de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSI – Divisão de Segurança e Informação
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ENCLAT – Encontro das Classes Trabalhadoras
ESG – Escola Superior de Guerra
ESNI – Escola Nacional de Informações
EUA – Estados Unidos da América
FAs – Forças Armadas
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FDML – Frente Democrática da Mulher Londrinense
FNB – Frente Negra Brasileira
FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina
IADESIL – Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

KGB – Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti

LAM – Liga Anticomunista Mundial

LIBELU – Liberdade e Luta

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NDPH-UEL – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina

NWC – National War College

OCML/PO – Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

OSI – Organização Socialista Internacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDF – Portable Document Format

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMPR – Polícia Militar do Paraná

PNISP – Plano de Inteligência de Segurança Pública

POLOP – Organização Revolucionária Marxista/Política Operária

PR – Paraná

PSB – Programa Socialista para o Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RJ – Rio de Janeiro

RM/DI – Região Militar/Divisão de Infantaria

SC – Santa Catarina

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra Informações

SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência

SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contra Informações

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

SNI – Serviço Nacional de Informações

SP – São Paulo

STM – Supremo Tribunal Militar

TFP – Tradição Família e Propriedade

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UEE – União Estadual dos Estudantes

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPE – União Paranaense dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

WACL – World Anti-Communist League

O que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia. Pode-se entender perfeitamente bem como os seres humanos são capazes de lutar e matar por razões materiais – razões relacionadas, por exemplo, com sua sobrevivência física. É muito mais difícil compreender por que chegam a fazer isso em nome de algo aparentemente tão abstrato quanto as ideias.

(Terry Eagleton)

Índice

Apresentação	14
Capítulo I – A ditadura militar brasileira (1964-1985)	27
1.1 – Os militares enquanto grupo de classe	30
1.2 – Os âmbitos da Segurança Nacional	40
1.3 – Concretização e desenvolvimento da ditadura	59
Capítulo II – O Serviço Nacional de Informações	69
2.1 – A formação do serviço de inteligência	71
2.2 – Diretrizes de atuação	82
2.3 – Anticomunismo e contradições investigativas	95
Capítulo III – Ações persecutórias na conjuntura paranaense	109
3.1 – Operações de combate à subversão	112
3.2 – O método de recondicionamento doutrinário	124
3.3 – Estratégias de direcionamento político e ideológico	137
Capítulo IV – O SNI e o aparelho de hegemonia	163
4.1 – O SNI enquanto aparelho estatal de hegemonia	166
4.2 – Os serviços de inteligência após a Guerra Fria	180
Considerações Finais	191
Referências Bibliográficas	196
Fontes Documentais	207

Apresentação

Nos meses de abril e maio do ano de 1976 foram amplamente veiculadas pela imprensa paranaense duas cartas redigidas por dois estudantes de direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os discentes haviam sido presos, em outubro de 1975, pelos órgãos de repressão paranaenses em decorrência de suas potenciais vinculações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – as cartas foram intituladas “Mensagem aos Jovens”, de Carlos Guimarães, e “Comunismo: um câncer do século XX”, de Severino Alves Barbosa (SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976).

Ambas as cartas ambicionaram denunciar a “lógica perniciosa” de atuação e mobilização subversiva dos grupos comunistas vinculados ao marxismo-leninismo. É interessante atentar ao fato de que a construção da crítica político-ideológica desses grupos de esquerda é realizada a partir de pressupostos pertinentes à doutrina de Segurança Nacional (DSN), citando como exemplo a apresentação dos comunistas como “víboras” astutas, que doutrinam arditamente as mentes menos despreparadas visando a destruição dos princípios cristãos e patrióticos de uma sociedade.¹

Estes, e muitos outros documentos que relatam acontecimentos sócio-políticos do período de vigência da ditadura militar brasileira (1964-1985), foram armazenados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) do estado do Paraná, permanecendo ocultos ao acesso público da sociedade civil brasileira por quase cinco décadas após a concretização da abertura política (1985-2015).

Atualmente, este arquivo está disponível para acesso público no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL). Tendo sido doadas ao NDPH-UEL, pelo Arquivo Nacional (RJ), graças aos esforços da Prof^a. Dr^a. Miliandre Garcia de Souza (Departamento de História da UEL), as fontes documentais foram coletadas pelo historiador Grimaldo Carneiro Zachariádes, a partir do projeto “Resgate da História”, desenvolvido na Fundação Getúlio Vargas.

No arquivo estão presentes cerca de sete mil pastas de documentos, provenientes da Agência do SNI dos Estados do Paraná e Santa Catarina, comprimidas em pastas de relatórios digitalizadas no formato Portable Document Format (PDF). Tais

¹ O caso é abordado com maior profundidade no terceiro capítulo desta Tese.

relatórios são compostos de maneira distinta por: informativos oficiais; documentos recolhidos de grupos sociais “subversivos” (jornais, boletins, transcrições de discursos, entre outros); relatos e solicitações de investigações; informes e instruções de outras agências, entre outros.

Conforme apresenta Fagundes (2013), com a institucionalização da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (intitulada Lei de Acesso à Informação) percebeu-se o fortalecimento dos processos de publicização de arquivos provenientes do período de ditadura militar,² inclusive no que tange aos órgãos oficiais de informação e segurança, fenômeno que é tido como possibilitador de novas perspectivas analíticas que abordem as características e peculiaridades que constituíram a conjuntura político-social do período.³

Segundo consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade⁴ (CNV) o acesso as fontes documentais referentes ao período de ditadura militar brasileira possibilitam a formação de comissões que empreendam lutas em defesa da memória, verdade e justiça, que devem ter como objetivo final a busca pela reparação das graves violações dos direitos humanos cometidas contra cidadãos brasileiros, pelas diferentes instancias do aparato institucional consolidado pelo regime ditatorial.

O levantamento bibliográfico permitiu discernir que a maior parte das pesquisas centradas especificamente no estudo do SNI pertence ao campo da História, destacando que o trabalho de Ana Lagôa (1983) é da área do jornalismo, e que dos trabalhos apresentados apenas o livro de Carlos Fico (2001), a tese de Daniel Samways (2014) e o artigo de Samantha Quadrat (2012) trabalham de fato com fontes documentais oficiais oriundas dos órgãos de informação da ditadura militar brasileira. Destaca-se, portanto, um novo horizonte de possibilidades analíticas para as Ciências Sociais em decorrência do acesso, até então restrito, às fontes documentais provenientes do contexto de ditadura militar, destacando nesta pesquisa a utilização do arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Paraná (PR).

² Para mais informações sobre os diferentes arquivos provenientes do período de ditadura militar disponíveis para pesquisa pública utilizar Fico (2014).

³ O trabalho de Silva (2014) se destaca dentro desta perspectiva analítica de novas fontes para compreender a ditadura militar brasileira, ao passo em que apresenta dados provenientes de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos meses que precederam o Golpe de 1964 que evidenciaram a possibilidade de questionar a suposta “insatisfação” da população brasileira em relação ao governo de João Goulart (1961-1964).

⁴ O Relatório da CNV, publicado no ano de 2014, está disponível para acesso público no endereço eletrônico:

http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf (acessado em 11/12/2016 às 11h09min).

Ponto central para a pesquisa proposta reside na tendência ao consenso, exposto pelos autores que abordam a temática da comunidade de informações⁵ militar (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; QUADRAT, 2012; SAMWAYS, 2014), no que tange ao fato de que a funcionalidade e atuação dos órgãos e técnicos de informação estatais estarem condicionadas à perspectiva da “guerra psicossocial” contra o comunismo internacional – o que possibilita problematizar a respeito do modo como a função⁶ social da ideologia proveniente da doutrina de Segurança Nacional veio a condicionar, e mesmo determinar, a atuação destes aparelhos estatais no período ditatorial militar.

Samways (2014) analisou, em sua tese de doutorado em História, as produções do SNI, veiculadas em meio a sociedade civil brasileira durante o contexto ditatorial militar, atentando-se ao fenômeno da *paranoia*⁷ que caracterizou a doutrina de Segurança Nacional, e o próprio contexto de Guerra Fria (1947-1991) – no qual as Forças Armadas se vislumbravam enquanto inseridas em um inerente e contínuo embate político-ideológico internacional, que abrangia distintos campos da vida social (política, economia, cultura). O historiador utilizou como fontes os relatórios da coleção “Comunismo Internacional”, produzidos para veiculação dentro de diferentes setores estatais e públicos. Estes documentos encontram-se atualmente disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Público do Estado do Paraná – ressaltando que a proposta aqui apresentada se difere de Samways, ao passo em que se pretende analisar as diretrizes filosóficas e ideológicas internas da comunidade de informações.⁸

⁵ Apesar de o SNI constituir-se enquanto o principal órgão de informações da ditadura militar, gradualmente centralizando e controlando todas as atividades desenvolvidas pelo aparelho repressivo e coercitivo do regime, é somente “com a criação do Sistema Nacional de Informação (Sisni), em 1970, [que] consolidou-se a chamada comunidade de informações, plenamente integrada aos demais órgãos de repressão política” (CARPENTIERI, 2016, p. 144).

⁶ Relevante se faz, neste momento, explicitar que de forma alguma a conceituação de função utilizada neste trabalho é concomitante com aquelas em vigor nas correntes do funcionalismo. A função social da ideologia, como conceituado por Lukács (2018a; 2018b), é aqui apreendida como um fenômeno complexo e dinâmico que perpassa o cotidiano da vida social, que traz como implicações o reconhecimento dessa relação dialética entre as condições materiais e o posicionamento, perante alternativas, para a efetivação das ações humanas, tendo em vista que, ao direcionar os sujeitos a partir de interesses pré-definidos de classe, a ideologia tanto transforma (ou reproduz) a realidade quanto é transformada (ou reproduzida) por ela. A conceituação de função, neste trabalho, não se relaciona, portanto, com princípios rígidos e mecanicistas de coordenação da vida social.

⁷ O fenômeno da *paranoia* anticomunista é retratado enquanto um sentimento inerente à doutrina de Segurança Nacional, disseminado em parcelas sociais civis e militares, que concebia a existência de uma guerra invisível entre o “comunismo ateu” e a “democracia cristã”, considerando as Forças Armadas como única instituição brasileira capaz de combater as “ameaças” internas e externas e garantir a continuidade de uma ordem social cristã, dos anseios populares e da própria democracia.

⁸ Os documentos oficiais (relatórios investigativos) provenientes do arquivo do SNI (PR) se constituem enquanto detentores de uma natureza de tipo específico, tendo em vista que sua produção visava um

Dentro desta perspectiva o artigo da historiadora Samantha Quadrat (2012) aborda o processo de formação dos investigadores do SNI, a partir das fontes documentais provenientes do fundo “Informante secreto do regime militar”, composto por apostilas, palestras, gravações de rádio, traduções. Encontra-se disponibilizado de forma digital pelo Arquivo Nacional – suas contribuições são importantes para avaliação das diretrizes filosóficas e ideológicas que permearam a formação e o direcionamento das ações dos agentes que compunham o órgão de inteligência.

Com o recente acesso aos documentos oficiais do SNI, cabe às Ciências Sociais levantar determinados questionamentos a respeito da lógica diretiva que imperava na relação estabelecida entre este particular aparato estatal, os seus respectivos agentes, e os diferentes setores da sociedade civil, principalmente os movimentos de questionamento/resistência política. Em especial no que se refere às repercussões do embate político e ideológico que caracterizou o período de Guerra Fria na realidade ditatorial brasileira, ou seja, da forma como o *fanatismo*, ou *paranoia*, anticomunista se configurou na atuação dos agentes de informação do SNI e na relação consolidada entre o SNI e os grupos de questionamento e/ou resistência política.

Diferente, contudo, das perspectivas abordadas pelos autores presentes no levantamento bibliográfico, esta tese parte de um prisma teórico-metodológico de matriz lukácsiana do materialismo histórico-dialético (LUKÁCS, 1970; 2018a; 2018b). As ideologias são, portanto, apreendidas neste trabalho enquanto *pôr teleológico secundário*,⁹ ou seja, construções do pensamento que visam intervir na organização dos indivíduos concretos de acordo com a materialidade da vida social, interferindo, assim, diretamente nos conflitos de classes existentes em uma conjuntura em questão (VAISMAN, 2010).

acesso altamente restrito e sigiloso no que tange ao conteúdo exposto, destacando que todos os documentos existentes no arquivo possuem um carimbo de “confidencial”, podendo apresentar, em alguns casos, outro carimbo informando que “toda pessoa que tome conhecimento deste documento fica responsável pela manutenção de seu sigilo” (SNI, Atividades do padre Valdemiro Miotello, ACT_ACE_1012_81, 20 de maio de 1981, lauda 3).

⁹ Conforme elucida Lessa (2015), a perspectiva ontológica lukácsiana apreende dois tipos de posicionamentos humanos que caracterizam as relações entre natureza e sociedade, o *pôr teleológico primário* está ligado a capacidade humana de prévia ideação para transformação da natureza (o trabalho como elemento fundante da vida social), o *pôr teleológico secundário*, por sua vez, expressa a forma na qual, por meio das ideias, determinados sujeitos organizam a sociedade a desenvolver atividades produtivas de determinada forma (seja a partir de parâmetros religiosos, jurídicos, filosóficos ou da própria ideologia). Reforçando que “já que toda posição teleológica intenciona colocar em movimento cadeias causais reais, a legalidade se desdobra como uma síntese dinâmico-objetiva que se impõe necessariamente pelas costas, independentemente dos pensamentos e intenções dos produtores singulares” (LUKÁCS, 2018, p. 305).

Reforça-se, então, que as configurações das ideologias decorrem das condições materiais da *práxis* (MARX, 2008b; MARX e ENGELS, 2002), ou seja, as relações de produção e os subsequentes antagonismos de classe que caracterizam a particularidade da sociedade investigada e determinam, em seus estágios específicos, a forma como se desenvolvem na vida social os elementos que perpassam as formações ideológicas (política, filosofia, religião, legislação, entre outros). Indica-se, assim, que:

Ideologia é antes de tudo, aquela forma de elaboração intelectual da realidade a qual serve para fazer consciente e capaz de ação a *práxis* social dos seres humanos. Assim surgem a necessidade e a universalidade de concepções para lidar com os conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia tem o seu ser-precisamente-assim: ela emerge imediata e necessariamente do *hic et nunc* social dos seres humanos que agem socialmente na sociedade. Essa determinabilidade de todos os modos de manifestação humanos através do *hic et nunc* do ser-precisamente-assim histórico-social do seu surgir tem por consequência necessária que toda reação dos seres humanos a seu mundo ambiente sócio-histórico pode se tornar, sob determinadas circunstâncias, ideologia. Essa probabilidade universal para a ideologia se baseia ontologicamente em que seu conteúdo (e em muitos casos também sua forma) mantém em si os sinais indelévels de sua gênese. Se esses sinais eventualmente se dissipam até a imperceptibilidade ou tornam-se concisamente visíveis, depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. Pois, em um modo disso inseparável, a ideologia é um meio das lutas sociais, que caracteriza toda sociedade (LUKÁCS, 2018b, p. 398-399).

Neste sentido, em acordo com Chasin (1978),¹⁰ muito além de explicitar as heranças filosóficas que fundamentaram a doutrina de Segurança Nacional, ou mesmo de denunciar os elementos de irracionalidade por ela apropriados, a pesquisa objetiva elucidar a forma como esta construção filosófico-ideológica foi condicionada, determinada e limitada pela particularidade da via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro em um estágio específico de suas relações políticas, econômicas e históricas da divisão mundial do trabalho (complexo de complexos).¹¹

As contribuições de Lovatto (2010a; 2010b), permitem traçar os elementos analíticos que norteiam a apreensão ontológica das configurações ideológicas na perspectiva lukácsiana, os quais consistem em três processos basilares: a análise imanente dos nódulos temáticos (conceitos basilares que fundamentam a ideologia), a

¹⁰ Chasin (1978) utilizou as diretrizes analíticas apresentadas para compreensão das obras de Plínio Salgado, principal intelectual integralista e fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB) – o primeiro partido de massas nacional que apresentou papel de destaque no processo de construção do golpe que consolidou a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

¹¹ No que tange ao conceito de complexo de complexos, ressalta-se a importância das contribuições de Mészáros (2014) a respeito da lógica sócio-metabólica de reprodução do capital.

apreensão da gênese do pensamento (elementos da realidade concreta que determinam, limitam e condicionam a forma como a ideologia se constrói) e a identificação da função social exercida pela ideologia (como ela atua no direcionamento das ações humanas cotidianas, interferindo diretamente no antagonismo de classes).

No que tange à gênese do pensamento militar da doutrina de Segurança Nacional, a presente pesquisa busca defender a tese de que as condicionalidades da *via prussiano-colonial* de desenvolvimento caracterizam a particularidade do capitalismo brasileiro, apropriando-se, para tanto, das contribuições de Mazzeo (1999; 2015). Assim, busca-se evidenciar a forma como o direcionamento autocrático do Estado, por parte das elites dominantes, e a reprodução de uma dependência duplamente subordinada perpassaram, condicionaram, limitaram e determinaram, não só a formulação da doutrina de Segurança Nacional, em si, como também a lógica de desencadeamento de ações persecutórias cotidianas da comunidade de informações paranaense no contexto de ditadura militar brasileira (1964-1985). Isto, implica reconhecer que, historicamente, no Brasil:

O que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 2008, p. 340).

Neste sentido, é relevante elucidar que as particularidades do desenvolvimento histórico das relações político-econômicas brasileiras, que se caracterizam por uma burguesia débil subjugada aos direcionamentos do imperialismo externo, refletem diretamente na formação das Forças Armadas Nacionais. O historiador militar marxista Nelson Werneck Sodré traz importantes contribuições para a compreensão da complexidade singular das Forças Armadas nacionais, segundo ele:

São as nossas, pois, Forças Armadas típicas de país dito subdesenvolvido, isto é, de país que não possui indústria pesada, indústria de bens de produção, e que, portanto, equipando-se por

aquisições no estrangeiro, ao mesmo tempo em que importa material bélico, importa processos de combate e tende à cópia de tudo que se refere ao aparelho militar, que alguns ingênuos almejam seja tão perfeito, tão organizado e tão eficiente quanto os modelos externos, e se desesperam quando isso não é alcançado (SODRÉ, 2010, p. 289).

A análise das configurações da doutrina de Segurança Nacional, a partir da atuação da comunidade de informações paranaense no contexto de ditadura militar brasileira (1964-1985), demanda, assim, uma abordagem complexa das relações que decorrem do estabelecimento da divisão mundial do trabalho, atentando às particularidades da divisão interna brasileira (o Paraná em relação aos demais Estados do Brasil) e da própria implicação das imposições do imperialismo externo na dependência do capitalismo interno.

Chega-se, por fim, ao último elemento da análise ontológica da ideologia na perspectiva lukásciana, a função social desempenhada pela ideologia, no que tange às configurações do antagonismo de classes. Neste sentido, o acesso às fontes documentais do Serviço Nacional de Informações (SNI), possibilita um rico objeto de análise para compreensão da forma dinâmica de exercício cotidiano da função ideológica. Considera-se que:

O extraordinário significado da vida cotidiana dos seres humanos na reprodução do todo consiste justamente em que, por um lado, esse fluxo ininterrupto vasa do centro à periferia, incorporando-a na tentativa de solução dos grandes problemas da sociedade como um todo, nela desencadeando reações à eles, que, por outro lado, não apenas essas reações fluem de volta ao centro, à sociedade como um todo, mas ao mesmo tempo, com isso, aqueles problemas específicos de que se ocupam as comunidades pequenas, locais, se tornam demandantes “para cima”, como tomadas de posição para com aqueles. Com isso temos evitado, de acordo com a possibilidade, a expressão “informação”, hoje tornada quase um fetiche. Pois a informação apenas se torna um fator social na medida em que desencadeia tomadas de posição; fatos que apenas são simplesmente colhidos pelo conhecer têm um tal significado no máximo em potencial, como eventuais desencadeadores de tomadas de posição posteriores (LUKÁCS, 2018b, p. 373-374).

Compreende-se, portanto, que é no cotidiano da vida social que a função da ideologia se materializa de modo prático, demonstrando a forma como, realmente, os construtos de ideias tornam-se, ou não, plausíveis de aceitação pelos sujeitos concretos que direcionam suas atividades a partir de ideias que atribuem sentido às distintas ações. Deste modo, a apropriação de fontes primárias inéditas para a apreensão da doutrina de

Segurança Nacional, no exercício cotidiano de sua função ideológica, constitui uma contribuição relevante para o campo de pesquisa da temática.

A análise lukácsiana das ideologias demanda, entretanto, uma outra abordagem que deve ser contemplada no decorrer deste trabalho, a qual consiste na apreensão das formas ideológicas da alienação¹² que se consolidam na realidade concreta. A alienação é apontada por Marx (2011) como processo de coisificação (reificação) das relações de produção social e, subsequentemente, do próprio ser humano em si. É necessário, contudo, enfatizar que

[...] primeiro, toda alienação é um fenômeno fundado social-economicamente; sem mudança decisiva na estrutura econômica nenhuma ação individual pode alterar algo essencial nessa base. Segundo, toda alienação, a partir dessa base, é antes de tudo um fenômeno ideológico cujas consequências cercam de muitos lados e solidamente a vida de cada ser humano participante; que sua superação subjetiva apenas como ato do respectivo indivíduo pode ser realizada na prática. É, portanto, absolutamente possível que seres humanos singulares sejam capazes de enxergar através da essência da alienação teoricamente e, todavia, permaneçam alienados em seus modos de vida [...] Terceiro, há no ser social apenas alienações concretas (LUKÁCS, 2018b, p. 551-552).

Reforçando que a alienação não pode ser tomada como um fenômeno exclusivamente ideológico e reconhecendo que “[...] a alienação de cada ser humano singular brota imediatamente de suas interações com sua própria vida cotidiana” (LUKÁCS, 2018b, p. 556), indica-se, que a presente pesquisa visa identificar os aspectos ideológicos que o fenômeno (histórico-economicamente consolidado a partir da particularidade da via de desenvolvimento e do seu respectivo estágio no período em questão) assumiu no sentido de autorreprodução, imposição ao outro, resignação e/ou tentativa de superação da condição de ser-alienado.

Não se deve deixar de considerar, contudo, que o trato de fontes documentais, demanda determinadas precauções metodológicas de pesquisa. Neste sentido, é essencial destacar a importância da apropriação do método de análise documental para o desenvolvimento das análises que compõem esta Tese.

¹² A preferência pela utilização de *alienação*, em detrimento do termo *estranhamento*, decorre da concordância com os apontamentos de Lessa (2018) sobre a tradução do conceito original alemão de *Entfremdung*. O posicionamento baseia-se no fato de que o termo *estranhamento* direciona o fenômeno para o reconhecimento de sujeitos singulares obrigatoriamente conscientes, ao menos em partes, do processo ao qual são submetidos, fato que, não necessariamente, perpassa a totalidade do fenômeno da *alienação*.

Assim, tendo acesso ao arquivo, a pesquisa iniciou no segundo semestre de 2015 o processo de análise preliminar das fontes documentais e seguiu as recomendações de André Cellard (2012), atentando desta forma aos cinco eixos primários que devem ser compreendidos antes de elaborar o recorte específico da pesquisa: (1) o contexto de produção dos documentos; (2) os autores dos documentos; (3) a autenticidade e confiabilidade do texto; (4) a natureza do texto; (5) conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Salienta-se, ainda, que grande parte dos arquivos PDF contam com todos os documentos utilizados para a formulação do relatório, o que permite ao pesquisador distinguir, por meio de uma perspectiva comparativa, a forma como os juízos de valores dos técnicos de informação influenciavam na produção dos documentos oficiais. Destaca-se, portanto, a necessidade da pesquisa abordar, e privilegiar, o diálogo entre as fontes documentais provenientes dos diferentes grupos que consolidavam o embate hegemônico no determinado contexto que se visa compreender, ressaltando que:

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Deve-se desconfiar de uma análise que se baseia numa pesquisa pobre, na qual o pesquisador só considera alguns elementos do contexto e uma documentação limitada, visando formular explicações sociais. Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo à elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser (CELLARD, 2012, p. 305).

Neste ponto é importante abarcar os apontamentos de Fico (2001), no que diz respeito da lógica institucional que classificava os níveis de confiabilidade dos documentos oficiais dos órgãos de informação, segundo o autor:

Cada informação recebia uma classificação que distinguia sua confiabilidade. A de fonte de informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de uma fonte altamente confiável recebia a classificação “A1” (FICO, 2001, p. 95).

Apesar de nem todas as fontes disponíveis no arquivo Serviço Nacional de Informações do Paraná apresentarem a classificação indicada pelo historiador, uma

grande parte o faz. Isto permite à pesquisa delinear as diretrizes analíticas consideradas como potencialmente mais ou menos válidas no processo persecutório que imperou na atuação dos agentes da comunidade de informações paranaense – questão que é abordada com maior profundidade no segundo capítulo desta tese.

Tendo estas diretrizes como norteadoras para o desenvolvimento das análises propostas, o presente trabalho questiona: qual foi, efetivamente, a função social que a ideologia de segurança nacional, decorrente de concepções dicotômicas de mundo, exerceu na construção e atuação do Serviço Nacional de Informações e dos agentes que o compuseram?

Defende-se, portanto, a tese de que os elementos conceituais, provenientes de uma ideologia capitalista/positivista (inserida em uma conjuntura de divisão dicotômica do mundo),¹³ perpassaram os fundamentos da lógica persecutória dos agentes da comunidade de informações do Paraná, expressando uma radicalização do *padrão de reação societária*¹⁴, a partir do qual “o próprio radicalismo burguês ‘esclarecido’ podia confundir-se com a ‘subversão’ e o ‘comunismo’; e as ‘pressões contra a ordem’ perdiam, em geral, qualquer ‘legitimidade’ moral, legal ou política” (FERNANDES, 2008, 384). Em última instância, essa concepção radical de guerra contra o comunismo internacional, determinou a especialização gradual dos serviços de inteligência brasileiros para um processo de monopolização da função de aparelho estatal de hegemonia.¹⁵ Determinada proposição, implica em reconhecer as diferentes formas que a classe dominante desenvolve para a efetiva reprodução de sua hegemonia, sendo que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibra de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a

¹³ Segundo Löwy (2009), os embates políticos resultantes do conflito internacional da Guerra Fria (1962-1979) culminaram na separação do mundo em dois grandes blocos políticos, de um lado os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América (apresentando tendência de vincular-se a correntes filosóficas positivistas), e do outro os países socialistas, sob o comando da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (inspirados por teóricos do marxismo).

¹⁴ Segundo Fernandes (2008), a peculiaridade autocrática do modelo de gestão estatal brasileiro, conivente com um desenvolvimento econômico capitalista dependente, condiciona transformações no *padrão de reação societária* das elites dirigentes nacionais, transitando, contextualmente, entre a aceitação de “pressões dentro da ordem” (desde que não ameacem a frágil estabilidade da relação de dupla dominação da burguesia interna e do imperialismo externo) e o intensivo combate a toda proposição tendencialmente progressista (processos legitimados por um aparato estatal autocrático).

¹⁵ A questão dos aparelhos públicos e privados de ideologia e hegemonia é explorada com maior fôlego no quarto capítulo desta Tese, no qual são tecidos diálogos com as contribuições de Antonio Gramsci (2011a; 2011b; 2011c) para uma abordagem mais específica sobre esta particular atribuição assumida pelo SNI no período em que se manteve vigente na sociedade brasileira (1964-1991).

força permaneça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigosos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 37, vl. 3, p. 95).

O estabelecimento do diálogo entre as contribuições teóricas de Lukács (2018^a; 2018b) e Gramsci (2011^a; 2011b; 2011c), torna-se, assim, essencial para a apreensão dos distintos níveis de influência da ideológica da doutrina de Segurança Nacional no âmbito institucional do gigantesco aparelho de Estado se consolidou durante o período de ditadura militar brasileira. Não sendo pertinente, ao escopo desta pesquisa, tecer um debate em relação às distinções teóricas específicas de Georg Lukács e Antonio Gramsci, por mais relevante que seja a discussão, a Tese limita-se a apresentar as convergências das duas perspectivas no que tange ao objetivo aqui elencado, ressaltando, desta forma, que “tal como em Marx, Engels, Lenin ou Lukács, também em Gramsci a economia determina a política não mediante a imposição mecânica de resultados unívocos, fatais, mas condicionando o âmbito das *alternativas* que se colocam à ação do sujeito” (COUTINHO, 1999, p. 97).¹⁶

Deste modo, a presente pesquisa encontra-se dividida em quatro partes. Sendo que, no primeiro capítulo, o trabalho ocupa-se de identificar os múltiplos processos que viabilizaram, ou mesmo determinaram, a tomada de posicionamento burguês de fileiras das Forças Armadas brasileiras que dirigiram a ação golpista de 1964 e que direcionaram (de forma conflituosa) o regime ditatorial que perdurou por duas décadas, abordando, também, os diferentes aspectos assumidos pela percepção de Segurança Nacional no Brasil, assim como a necessária identificação dos principais conceitos que a doutrina oficial de Segurança Nacional brasileira apresentou.

¹⁶ Inclusive, para os leitores que se interessarem pela temática em questão, a própria obra de Carlos Nelson Coutinho (1999) traz ponderações relevantes para a problematização das distinções teóricas entre os dois autores marxistas. Sendo relevante, ainda, destacar que de forma semelhante à Lukács (2018b), “para Gramsci, a ideologia – enquanto concepção de mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens” (COUTINHO, 1999, p. 112). Diferente, contudo, da análise lukácsiana a perspectiva gramsciana partilha de uma concepção que concebe todas as formas de conhecimento como ideologia (incluindo a ciência e a filosofia).

No segundo capítulo, o trabalho ocupa-se especificamente de analisar, em primeiro lugar, a construção histórica do serviço de inteligência brasileiro para que, em seguida, sejam identificadas as diretrizes de atuação que nortearam as ações persecutórias realizadas pelos agentes que compuseram a comunidade de informações do SNI no Paraná, apreendendo, desta forma, a função social almejada pela ideologia de segurança nacional.

Subsequentemente, o terceiro capítulo objetiva debruçar-se exatamente nas distintas ações persecutórias que foram desencadeadas e, em determinados casos, protagonizadas pelo SNI, das quais foram elencadas três tipos de estratégias mais comuns: combate direto e violento aos grupos subversivos, direcionamento político e ideológico para adequação à ordem ambicionada e recondicionamento doutrinário.

Por fim, o quarto e último capítulo tem o intuito de classificar a inserção do SNI dentro do aparelho de Estado. Partindo do estabelecimento de um diálogo com as contribuições da corrente gramsciana do marxismo, objetiva-se conceituar o SNI como concretização de um aparelho estatal de hegemonia, que tinha por intuito monopolizar a coordenação do direcionamento ideológico, visando a universalização do consenso social, nas mais diversas e múltiplas instâncias da vida social.

De modo a atender os critérios definidos pela proposta, até o momento foram analisadas aproximadamente duas mil pastas de documentos do arquivo do Serviço Nacional de Informações do Paraná e Santa Catarina, das quais selecionou-se, de modo intencional, quarenta (40) pastas que contabilizam novecentas e uma (901) laudas, atendendo ao recorte geográfico (Paraná) e as categorias de análise que contemplam o problema de pesquisa desta Tese.

Cabe ressaltar, ainda, a parceria estabelecida entre esta Tese e pesquisadores do Grupo “História, Sociedade e Religião” da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que, coordenados pelo prof. Dr. Fabio Lanza (Departamento de Sociologia), permanecem realizando um trabalho de sistematização das fontes documentais do Serviço Nacional de Informações paranaense que viabilize e facilite o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o Arquivo.¹⁷

¹⁷ Reforça-se que, em decorrência das medidas de prevenção e contenção epidemiológicas decorrentes da Pandemia COVID-19, inviabilizou-se a continuidade das análises das fontes documentais, tendo em vista o distanciamento social obrigatório que impossibilitou a continuidade de pesquisas nas dependências do NDPH-UEL.

Dadas as dimensões do arquivo de documentos e a própria extensão de possibilidades de abordagens da temática, essa pesquisa ressalta que não possui a pretensão de esgotar as discussões sobre o objeto. Muito pelo contrário, esta Tese se apresenta como um esforço de contribuições para um novo horizonte de fontes analíticas para as Ciências Sociais, visando incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à temática.

Capítulo I – A ditadura militar brasileira (1964-1985)

A análise documental do cotidiano investigativo da comunidade de informações paranaense permite perceber algumas das preocupações que norteavam as avaliações que os agentes faziam dos sujeitos ou grupos inquiridos – especialmente no caso das solicitações de atestado ideológico, porém, não se limitando a isso especificamente. Entre os principais questionamentos padrões realizados pelos agentes do SNI no desenvolvimento de suas investigações sobre os potenciais sujeitos subversivos, ou mesmo acompanhamento dos cidadãos comuns ou dos adeptos da ditadura militar, era o posicionamento dos investigados em relação: ao regime vigente, às autoridades instituídas e aos princípios da “Revolução de 1964”.

Neste sentido, relevante se faz atentar às contribuições analíticas de Rezende (2001), no que tange ao direcionamento das ações estatais e os discursos das autoridades constituídas durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), especialmente sobre a pretensão de legitimidade que permeou as preocupações das elites dirigentes que partilharam dos princípios da doutrina de Segurança Nacional. Inclusive os discursos do último presidente da ditadura militar João Batista Figueiredo (1979-1985), traziam como tônica a defesa de que a abertura política brasileira deveria primar pela cristalização, e universalização, dos princípios fundantes que nortearam a “revolução de 1964”, os quais, em sua concepção, haviam contribuído para uma “irreversível transformação qualitativa” da sociedade brasileira (REZENDE, 2001, p. 304).

Muito distante de uma revolução, contudo, o golpe que se concretizou em abril de 1964 tinha por objetivo principal o recrudescimento das instituições públicas e privadas em prol da manutenção da ordem, processo que Florestan Fernandes (2008) classificou como “contrarrevolução” – ao passo em que ambicionava o estabelecimento de transformações específicas nos aparelhos de Estado que viabilizassem o combate ativo de proposições político-ideológicos que ameaçavam a reprodução de uma dominação de classes vigente.

Nelson Werneck Sodré (2010), por sua vez, demonstra que o episódio de abril de 1964, que destituiu o poder do então presidente João Goulart (1961-1964) instaurando um pretense governo transitório que pressupunha garantir a continuidade da democracia brasileira a partir do combate às supostas iminentes ameaças comunistas de Jango, foi,

na realidade, um projeto de longo prazo, desenvolvido por determinados setores das Forças Armadas brasileiras, em vínculo com as elites reacionárias nacionais e o capital imperialista externo – inclusive, evidenciando algumas tentativas frustradas de tomadas de poder que antecederam o golpe de 1964.

Assim, como evidencia Napolitano (2014), independente das proposições de regime provisório que visasse a garantia da continuidade democrática brasileira, o governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967) jamais escondeu sua objetividade de desenvolvimento de políticas estatais em prol da acumulação de capital que exigiam constantes medidas autocráticas (a longo e médio prazo) – incluindo a dissolução dos movimentos sociais organizados e a extinção das alas reformistas da esquerda política, especialmente no que tange ao trabalhismo.

Investigações sobre a formação do Estado republicano brasileiro, originárias de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, partilham da ideia basilar da inexistência de uma real pretensão de construção de um modelo de Estado legitimamente democrático no Brasil, evidenciando a tendência da classe dominante (latifundiários, burguesia e representantes do capital externo) de ocuparem os aparelhos estatais, de modo a garantir a formação, e reprodução, de um Estado voltado para a garantia da manutenção dos privilégios das camadas abastadas (HOLANDA, 1995; FAORO, 2012; FURTADO, 1964; PAIM, 2000; OLIVEIRA, 2003; FERNANDES, 2008; SODRÉ, 2010; MAZZEO, 2015; MARINI, 2017). Não deixando de enfatizar que, entre as transformações ocorridas em decorrência da Proclamação da República (1889), encontra-se o fato de “que os militares se apresentaram com o objetivo de serem atores nacionais, com variados graus e demandas, uns corporativos, outros de caráter político e ideológico” (CUNHA, 2018, p. 26).

Em trabalho anterior (NEVES JR, 2016), partindo de uma interpretação de correntes nacionais weberianas (FAORO, 2012; FURTADO, 1964; HOLANDA, 1995) em diálogo com as contribuições de Antonio Gramsci (1985; 1987; 2011), buscou-se defender a ideia de que na realidade brasileira, dadas as suas especificidades, as Forças Armadas ultrapassariam os limites de braço armado mantenedor da ordem de dominação burguesa nas sociedades capitalistas, visando consolidar-se enquanto um dos principais segmentos protagonistas no jogo de poder que decorre da ocupação estatal do Estado.

Esta pesquisa, por outro lado, entende que as configurações da doutrina de Segurança Nacional preconizavam, sim, uma pressuposição de protagonismo das Forças Armadas, e seus parceiros da sociedade civil, no direcionamento autocrático das diretrizes político-econômico-sociais da Estado brasileiro. Contudo, não se deixa de considerar, de modo autocrítico, que o cerne propositivo da ideologia de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), permeava um posicionamento de classe compactuado com a reprodução do capitalismo e a própria manutenção da ordem de dominação burguesa (em suas particularidades brasileiras).

Neste sentido, são relevantes as contribuições de Oliveira (2003) acerca da intrínseca relação que se estabeleceu entre o “milagre econômico brasileiro” (1969-1973) e o aprofundamento tanto da repressão militar quanto das formas de exploração do trabalho na realidade nacional. Marini (2017) evidencia que a superexploração do trabalho é uma característica comum ao modelo subdesenvolvido de capitalismo que se estabelece na realidade latino-americana, baseado no dispêndio excessivo da força de trabalho e em remunerações desiguais, que impossibilitam o digno acesso aquisitivo às condições básicas de manutenção da sobrevivência. Este modelo de exploração decorre da dupla subordinação da classe trabalhadora latino-americana (explorada por uma burguesia interna, que é, ao mesmo tempo, submissa ao capital imperialista internacional).

Parte-se, assim, do princípio de que, em decorrência da particularidade que caracteriza a objetivação do capitalismo brasileiro, surgem especificidades do modo de reprodução da autocracia burguesa, a qual “se reproduz no país, ora através do instrumento despótico-militar dos golpes de caráter civil-militar, ora através da legalidade institucionalizada pelo parlamento” (DEO, 2010, p. 23) – sendo que os golpes de Estado podem ser concebidos como respostas do modelo de dominação às tendências de ampliação do restrito modelo de democracia que pode coexistir com o desenvolvimento subordinado.

Como consequência desta peculiaridade nacional o Estado brasileiro se articulou, historicamente, enquanto elemento reprodutor/mantenedor da ordem social, de forma a consolidar um extenso aparato tecnoburocrático, altamente repressivo, que garantisse a continuidade dos baixos níveis de dinamismo sócio-político-econômico na sociedade brasileira. A autocracia burguesa instituída consolida, portanto, um sistema

estatal que se embasa no princípio de uma ditadura de classe preventiva, disfarçada de democracia forte.

Um panorama histórico prévio sobre as múltiplas transformações ocorridas no cenário político e econômico nacional, assim como no interior da própria caserna que protagonizou a ação golpista de 1964, torna-se essencial para que se possa, entre outras coisas, compreender as especificidades do sentido ideológico que o conceito de segurança nacional assumiu nas fileiras militares brasileiras durante a vigência da ditadura militar (1964-1985).

Desta forma, este capítulo divide-se em três seções que buscam, primeiramente, compreender o longo processo de entraves e embates internos nas Forças Armadas que culminaram na efetiva tomada de posição burguesa radicalizada durante a década de 1960. Em seguida, serão abordados e analisados os distintos âmbitos oficiais da concepção brasileira de segurança nacional, desde sua gênese legislativa, perpassando as formulações filosóficas que a consolidaram enquanto doutrina, até a problematização de sua efetiva ascensão como ideologia. Por fim, é traçado um panorama do processo histórico e político da ditadura militar, da trama golpista ao desmantelamento do gigantesco aparelho estatal ditatorial, sempre tendo como enfoque principal a exacerbada preocupação que os dirigentes militares do período expressavam com a suposta necessidade de garantir a segurança nacional.

1.1 – Os militares enquanto grupo de classe

Em setembro de 1975 a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (localizada no Rio de Janeiro) solicitou o estabelecimento de um Inquérito Policial Militar (IPM) que averiguasse as saídas irregulares de presos potencialmente subversivos das dependências carcerárias nos Estados do Paraná e Santa Catarina (SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, 65 laudas). As investigações foram protagonizadas por distintos agentes responsáveis e trazem contribuições ricas para a apreensão da lógica interpretativa que imperava na comunidade de informações a respeito das diretrizes de funcionamento do aparato repressivo e coercitivo, assim como da própria acepção hegemônica acerca do conceito de *subversão*.

O que se torna especialmente relevante para a problematização do presente capítulo, entretanto, são as avaliações realizadas em relatórios a respeito da participação

dos agentes militares envolvidos no fato.¹⁸ Uma das soluções do Inquérito é assinada pelo comandante geral da Polícia Militar do Paraná (PMPR) coronel César Tasso Saldanha Lemos, em 19 de maio de 1976. Alguns dos apontamentos realizados pelo coronel César Lemos em sua resolução permitem a compreensão de como as diretrizes da doutrina de Segurança Nacional perpassavam tanto a lógica de consolidação do grupo de classe, organicamente coeso quanto a concepção deturpada dos sujeitos subversivos que buscava legitimar seus atos persecutórios. Nas palavras de Lemos:

2. Preliminarmente, e importantíssima, é a constatação de que grande parte dos integrantes da Corporação não está adequadamente preparada para fazer face ao proselitismo ideológico.

3. Diversos policiais militares, todos eles rigorosamente selecionados e considerados como dos melhores, deixaram-se envolver e, como inocentes-úteis, serviram aos interesses excusos [sic] de subversivos presos no Quartel do Comando Geral da Corporação.

4. Os subversivos, com o objetivo único de corromper os responsáveis pela sua guarda, utilizaram os mesmos métodos que, há séculos, vêm usando os aliciadores:

- a máscara da infelicidade, para despertar a piedade;
- a docilidade e o encanto da palavra, para despertar confiança e, em consequência, forjar amizades;
- a inteligência, para despertar o respeito e, acima de tudo, o dinheiro, para corromper consciências, controlar vontades e conseguir a liberdade de manobra.

5. Lamentavelmente, alguns policiais-militares deixaram-se levar pelo método subversivo e, passaram a ser instrumentos nas mãos dos presos e, embalados pela cobiça, cometeram verdadeiros desatinos.

6. Não há o que justifique um policial militar vender a sua consciência; só os fracos o fazem.

7. O homem, em geral, e o policial-militar, em particular, por menores que sejam os seus vencimentos, não pode compactuar com a corrupção sob o risco de causar a sua própria desagregação moral.

(LEMONS, César T. S. In: SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1082_81, 07 de junho de 1976, lauda 04).

A avaliação do coronel César Lemos a respeito do ocorrido explicita, inicialmente, alguns pontos concomitantes com a doutrina de Segurança Nacional, particularmente no que tange à apresentação dos sujeitos subversivos como indivíduos

¹⁸ Referente ao Inquérito da Polícia Militar instaurado a respeito das saídas irregulares de presos acusados de vinculação ao PCB, a investigação segue identificando os militares responsáveis pelo ocorrido, sendo eles: os 3º sargentos Moacir Silva, Benedito José do Prado, Orivaldo Keppen; e os soldados Almirca Costa Ferreira, Antônio Alves, Bernardo Kaiut, Ezequias Pereira Sobrinho, João Maria Pimentel, João Maria de Souza, Ladi Vitor Dala Nora, Oscar de Almeida Filho, Vitor Francisco de Moraes. E entre os presos subversivos constavam os nomes de: Berek Kriger, Lenini Pereira dos Passos, Luiz Gonzaga Ferreira, Nelson Pedro Zambom, Noel Nascimento, Osires Boscardin Filho, Osvaldo Alves, Salin Addad, Sinval Martins de Araújo e Ubirajara Moreira (SNI, Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1082_81, 07 de junho de 1976, 47 laudas).

ardilosos que se apropriam das capacidades intelectivas para, dissimuladamente, aproveitar-se da tendencial baixa capacidade cognitivo-intelectual que, na acepção da DSN, caracteriza a população brasileira. Evidencia-se, ainda, a inerente preocupação do agente responsável com a consolidação de uma estrutura policial militar altamente capacitada para fazer frente às supostas estratégias da subversão. Deste modo, o coronel Lemos expressa concordância com a necessidade de cristalização de uma corporação ideologicamente coesa, detentora de pressupostos morais e intelectivos superiores.

Sob este aspecto, é relevante considerar que a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), núcleo de formação da doutrina de Segurança Nacional, a partir da Lei nº 745/49, já trazia, de forma implícita, a proposição de consolidação enquanto movimento que objetivava recrudescer a atuação dos setores militares na perspectiva de um aparelho de Estado especializado em processos sigilosos e na garantia da reprodução e difusão dos princípios político-ideológicos, por eles formulados, em meios aos setores dirigentes civis e militares (GOMES; LENA, 2014). Desta forma,

É imperativo pontuar que as Forças Armadas não se constituíram historicamente como um bloco monolítico, seguido de um segundo imperativo, que se apresenta como mediação dessa problemática, é o virulento anticomunismo que procurou identificar como comunistas setores que incorporavam militares legalistas, democratas, nacionalistas, e também comunistas (esses, para todos efeitos, numericamente pequenos entre seus pares); associando como teses comunistas (seguramente muitos de seus militantes estavam à frente de muitas delas) direitos e demandas corporativas dos praças e marinheiros.

[...] A rigor, esse pressuposto seria recolocado com ênfase na agenda política e militar dos anos da Guerra Fria, subsidiando concepções golpistas, refratárias a qualquer diálogo, e nessa linha de argumentação contemporânea sobre os militares e a política que se fizeram e fazem presentes contraditoriamente nesse quesito - a hierarquia, a disciplina e o anticomunismo - abortou qualquer possibilidade de diálogo democrático entre várias facções ao longo da história republicana; agravado pela reemergência de novos atores militares - praças, marinheiros e mesmo policiais, inclusos polícias de esquerda - cujo epílogo contribuirá para o golpe de 1964 (CUNHA, 2018, p. 24).

O encarregado do IPM, analisado pelo coronel César Lemos, foi o tenente coronel Mozart de Ferrante Bittencourt, e suas investigações foram anexadas ao relatório em questão e assinadas em 22 de março de 1976, permitindo uma ampliação da problemática referente ao perfil dos agentes militares incumbidos do processo de repressão e coerção. Segundo Bittencourt:

2) Na orientação preliminar, quanto a conduta a ser mantida pelos Policiais-Militares em relação aos presos, foi-lhes dito que não era para receber nada dos aludidos. Ocorre que durante o período de permanência dos presos neste quartel até a abertura do presente inquérito, alguns Policiais-Militares receberam alimentos, frutas, camisas e um deles recebeu um terno de presente com um cartão de Natal. Tal fato foi ratificado pelo Ex-preso Noel Nascimento em suas declarações.

3) Os Policiais-Militares encarregados da segurança, foram orientados de que os presos eram subversivos, perigosos, intelectualizados e mesmo assim, por diversas vezes deixaram a porta do xadres [sic] aberta e permitiram que os presos saíssem para apanhar “ar”.

Releve notar que nestas saídas, permanecia somente um ou dois Soldados para quatorze presos.

4) Se os Policiais-Militares refletissem um pouco, sentiriam a realidade e que a situação deveria ser outra e não a que estava acontecendo, onde Policiais e presos subversivos era a mesma coisa. Isto em razão de existir entre eles, uma amizade que chegou a ponte de se igualarem, portanto, não mais existia a AUTORIDADE POLICIAL. Entendo que houve envolvimento por parte dos presos, envolvimento este, que conseguiram pela falta de moral, hombridade, caráter, honestidade, afinal, por falta de virtudes que um bom Policial-Militar deve ter (BITTENCOURT, M. F. In: SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1082_81, 07 de junho de 1976, laudas 39-40 – grifos nossos).

As considerações do coronel Bittencourt direcionam a culpabilização dos agentes militares envolvidos no ocorrido para o campo do juízo de valores, atribuindo a potencialidade do estabelecimento de relações de amizades entre subversivos e militares como decorrentes da falta de virtudes essenciais ao policial militar. A convivência pacífica, e a aparente intimidade, que se estabeleceu entre presos subversivos e carcereiros é tomada como um absurdo frente à concepção analítica dos investigadores responsáveis, assim, o coronel complementa:

12) Chegou a tal ponto a intimidade entre os Policiais-Militares e os presos subversivos, que algumas vezes os Soldados Dala Mora e Antonio Alves, fizeram refeições no interior do xadres [sic] com os presos.

13) A orientação dada aos Policiais-Militares para manterem pouco diálogo com os presos, ou seja, conversar somente o essencial, isto não ocorreu, pois, havia brincadeiras recíprocas e por ocasião do aniversário do preso Berek Kriger, os encarregados da segurança lhe deram um presente a título de “gozação” (BITTENCOURT, M. F. In: SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1082_81, 07 de junho de 1976, lauda 42).

Note-se, pois, que a ação repreensiva interna, aplicada aos policiais militares envolvidos no acontecimento, extrapolou o âmbito da corrupção ocasionada pela troca

de presentes e favores, estendendo-se para a culpabilização da mera possibilidade de existência de laços de amizade entre as partes envolvidas. O que se explicita, portanto, nas investigações decorrentes do caso de 1975, envolvendo presos subversivos e agentes penitenciários militares, é a preocupação com o estabelecimento de uma lógica interna coesa de desumanização dos sujeitos potencialmente subversivos. No âmbito ideológico da alienação, esta percepção da ordem de convivência traz profundos problemas para a questão, na medida em que ocorre tanto a coisificação do agente penitenciário, tomando o exercício de sua função como determinador de sua própria subjetividade, quanto retrata o sujeito subversivo como mero instrumento estratégico de entidades internacionais avessas aos padrões de socialidade brasileiros – não cabendo aqui estender-se nesta problemática, ressalta-se que ela será explorada no decorrer de toda esta pesquisa.

As diretrizes internas de relação entre militares e socialistas/comunistas, que se consolidaram no aparato repressivo paranaense durante a vigência da ditadura militar brasileira, contudo, devem ser entendidas como um longo processo de construção sócio-histórica que, dadas as condições materiais inerentes à conjuntura em questão, tiveram o sentido de impor um posicionamento de classe homogêneo em meio as fileiras de agentes responsáveis pela manutenção do frágil modelo de gestão político-social estabelecido.

Um dos acontecimentos da ditadura militar que melhor ilustra esta preocupação com a consolidação do consenso de posicionamento de classe é o do militar comunista Onofre Pinto, ocorrido no ano de 1974 e retratado no Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban (2014). Pinto foi um dos militares que enfrentou o Golpe de 1964 e continuou vinculado ao movimento de resistência Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)¹⁹ até ser emboscado por Alberi Vieira dos Santos e Otávio Rainolfo da Silva.²⁰ Onofre foi levado para uma casa, onde foi torturado durante dias, com o intuito de ser convencido a se tornar “cachorro”. Segundo depoimento de Otávio Rainolfo da Silva (concedido à Comissão da Verdade do Paraná), mesmo tendo aceitado tornar-se “cachorro”, Onofre Pinto foi sentenciado à morte, via telefonema, pelo próprio

¹⁹ Segundo Napolitano (2014), os militares nacionalistas, cassados e expulsos do Exército, formaram no ano de 1967 um dos grupos mais atuantes na guerrilha de esquerda nacional, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que em 1969 integrou em seu quadro o capitão Carlos Lamarca (seu mais notório militante).

²⁰ Ambos ex-militares comunistas que haviam sido cooptados como “cachorros” da ditadura militar, incumbidos da função de atrair militantes comunistas para emboscadas.

chefe do SNI da época João Batista Figueiredo,²¹ tendo em vista a necessidade de usá-lo como exemplo para os outros ex-militares, os quais deveriam ter clara consciência de que a subversão não seria mais aceita em meios às fileiras militares.

O recente acesso aos documentos provenientes da Central Intelligence Agency (CIA), dos Estados Unidos da América (EUA), evidenciam que, em conversa com os chefes do Centro de Inteligência do Exército (CIE), os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino, em 30 de março de 1974, tanto o então presidente Ernesto Geisel quanto João Batista Figueiredo, chefe do SNI na época, se comprometiam em dar continuidade aos processos de execução sumária de sujeitos subversivos considerados perigosos (cabendo ao chefe do SNI, João Batista Figueiredo, a decisão sobre a ordem de execução). O documento informa, ainda, que durante o ano de 1973 (período de vigência do governo de Emílio Garrastazu Médici), o CIE havia executado cerca de 104 “subversivos perigosos” (COLBY, W. E. In: *Central Intelligence Agency*, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974).

Fato é que, historicamente, os militares brasileiros tenderam a compor um setor heterogêneo de pensamento político-ideológico, caracterizado pela consolidação de grupos internos que, em muitos casos, assumiram posicionamentos populares de caráter nacionalista e, até mesmo, socialistas – não deixando, é claro, de enfatizar que esta heterogeneidade político-ideológica perpassava, também, um processo de disputas internas entre os grupos que constituíam as proposições conceptivas do papel das Forças Armadas no Brasil (CUNHA, 2014).

De acordo com Oliveira (2010), na década de 1930, já era possível identificar nas Forças Armadas brasileiras três vertentes de posicionamento político-ideológico: o primeiro deles era representado por militares que estagiaram na França ou Alemanha e defendiam uma perspectiva liberal, não concebendo a extensão de atuação do exército para intervenção no âmbito político nacional, sendo que, para eles, as atividades militares deveriam ser restritas à defesa; o segundo grupo, de herança positivista, se apresentava como alheio à vinculação com as elites dominantes, tinham como premissa a necessidade de intervenção das Forças Armadas no âmbito político, quando este passasse por momentos de instabilidade, eles se caracterizaram pela preocupação em desenvolver planejamentos políticos, econômicos e sociais para a sociedade brasileira,

²¹ Posteriormente, João Batista Figueiredo assumiria a presidência do Brasil (1979-1985) assumindo o direcionamento do término da abertura política nacional (1975-1985).

concebendo a si mesmos como grupo de elite mais capacitado para coordenar o Estado nacional; e o terceiro grupo estava vinculado ao PCB, concebia que o seu papel deveria ser o de um exército popular, voltando-se para a percepção do grupo como instrumento de apoio ao proletariado no processo da luta de classes.

Assim, indica-se que o ano de 1930 marcou uma cisão no movimento tenentista, de um lado Carlos Prestes passou a liderar a ala de esquerda do movimento, de outro, Juarez Távora consolidou-se como um dos principais representantes da ala centrista – independentemente das divergências, as alas cindidas em 1930 partilhavam de algumas convergências de princípios relevantes para problematizar o projeto político e econômico que se propunham defender, das quais se destacam o antiliberalismo, no sentido de se opor ao livre mercado, e da recusa ao modelo representativo democrático (CARVALHO, 2005).

Entre várias consequências da revolução de 1930, destaca-se a consolidação da concepção militar que ficaria conhecida como Doutrina Góes Monteiro, que “nortearia uma reconfiguração da instituição para uma nova identidade, procurando pavimentar uma cláusula de se deveria acabar com a política no Exército, e sim estabelecer uma política do Exército, leia-se em última instância, a política seria uma exclusividade de manifestação da alta hierarquia através de seus comandantes” que previa, dentre as medidas mais relevantes, o afastamento de oficiais suspeitos para a reserva (CUNHA, 2018, p. 28). Essa política não foi plenamente efetivada, evidenciando a continuidade dos conflitos políticos e ideológicos nas fileiras militares, ressaltando que, entre outros aspectos:

A doutrina Góes previa a eliminação da política dentro das Forças Armadas para que pudessem agir mais eficazmente como ator político. Em consequência, o Exército foi expurgado de divergentes e submetido a intensa doutrinação. Previa ainda a tutela sobre as forças políticas civis e uma política de industrialização baseada na iniciativa estatal. O Estado Novo concretizou os planos de Góes. Após 1964, esforço semelhante foi desenvolvido. Novos expurgos e novo esforço de doutrinação, agora calcado na doutrina da Escola Superior de Guerra (CARVALHO, 2005, p. 134).

Conforme elucida Sodré (2010), é durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) que o anticomunismo passa a redefinir os direcionamentos políticos estatais da atuação de setores militares, em uma acepção de vigilância policial combativa de

proposições que ameaçassem a frágil ordem de reprodução do capital no país. Segundo indica o militar marxista:

Num país onde, normalmente, tantos crimes ficam impunes, a impunidade para os crimes do terrorismo era agora a norma estabelecida oficialmente. Estabelecia-se uma espécie nova de delinquência política, contra a qual todo o aparelho de Estado deveria lançar-se, resumido em sua função policial. O nazismo em ascensão, e particularmente depois da derrota da República espanhola, servia, para o anticomunismo, com que encobria todas as violações das liberdades, às manobras do imperialismo. Para isso, a mobilização da opinião deveria ser levada às últimas consequências, no sentido de colocar um estigma em quantos se propusessem defender aquelas liberdades e lutar contra o imperialismo, apontando-os como perigosos delinquentes, sobre os quais deveriam cair os rigores das leis excepcionais e a execração do julgamento público para isolá-los, aniquilando-os politicamente (SODRÉ, 2010, p. 339-340).

Assim, no que tange ao papel desempenhado pelo Exército como ator político em 1964, indica-se que “desde a década de 1930, sob a liderança de Góes Monteiro, ele vinha passando por grandes transformações internas que o preparavam para um papel hegemônico na política” (CARVALHO, 2005, p. 119). É claro que, tomando a hegemonia, em seu sentido gramsciano, como capacidade de uma classe, ou fração de classe, de cristalizar a universalização do consenso a partir de princípios ideológicos basilares que fundamentem sua concepção de mundo, a preocupação com uma relativa homogeneidade ideológica interna da fração de classe se apresenta como condição determinante para a efetivação bem sucedida das objetividades que perpassam este projeto de hegemonia.

Dentro desta perspectiva, é interessante trazer algumas considerações a respeito das investigações realizadas acerca do mesmo ocorrido no Estado de Santa Catarina – apesar de reconhecer que este não é, em si, o objeto de análise desta Tese. No caso catarinense, o responsável pela delegacia era o principal acusado de convivência e amizade com os subversivos (chegando a jogar cartas com eles em vários momentos). O relator do inquérito indica que as condições da Colônia Penal de Santa Catarina eram tão precárias que, em diversas ocasiões, presos subversivos tinham de ocupar o mesmo espaço que presos comuns, trazendo sérias implicações para a difusão de ideias e ideais que divergiam do regime vigente no país (SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1177_81, 19 de agosto de 1976, 27 laudas).

O inimigo ideológico é tomado, assim, pela comunidade de informações como a maior ameaça para a ordem social, sobrepondo o nível de periculosidade quando

comparado com outros crimes. Neste contexto, o fato do delegado responsável pelo cárcere dos sujeitos subversivos estabelecer relações de proximidade e não se atentar a potencial periculosidade de convivência destes com os demais elementos da dependência carcerária é tomado como absurdo.

É interessante, contudo, atentar ao fato de que onze anos após a concretização do golpe de 1964 (o qual objetivou livrar o país das supostas ameaças iminentes do comunismo internacional), setores do aparelho repressivo ditatorial ainda não tivessem internalizado consensualmente os princípios inerentes à perspectiva de guerra total da doutrina de Segurança Nacional, inclusive considerando a indicação de um delegado (supostamente doutrinado nos princípios da ESG para exercício de sua função) como conivente da convivência comum com potenciais subversivos.

No que tange à determinada problemática, torna-se relevante atentar-se ao fato de que “em toda uma série de países, influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico-militar, mas influência e peso da camada social da qual o elemento técnico-militar (sobretudo os oficiais subalternos) se originam de modo especial” (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 23, vl. 3, p. 65). Não é de se estranhar, deste modo, as investidas dos setores dirigentes das Forças Armadas, que se posicionavam em prol de uma concepção burguesa de mundo, em reprimir, com toda a força que a hierarquia da caserna lhes disponibilizava, os integrantes (especialmente subalternos) que divergissem de suas proposições (mesmo que estas não se consolidassem como efetivamente revolucionárias). Enfatizando, em complemento, que “após a deflagração do golpe, notam-se poucas resistências legalistas no seio da oficialidade. Por outro lado, a ‘operação limpeza’ após o golpe, que afeta também políticos e intelectuais ligados ao governo derrubado, tem como alvo principal a esfera militar” (CHIRIO, 2012, p. 43).

A preocupação de setores da cúpula militar com a patrulha ideológica interna, em prol da coesão, não é, entretanto, uma peculiaridade do regime ditatorial militar concretizado. Foi na ditadura do Estado Novo (1937-1945) que a face ideológica de atuação das Forças Armadas se delineou de forma mais precisa, assumindo um posicionamento de classe burguês e aprimorando uma estrutura interna de estabelecimento da vigilância preventiva para garantia de uma coesão político-ideológica em meio às fileiras militares. Durante este período da História brasileira:

[...] instalava-se o sistema de vigilância estreita sobre os oficiais e sargentos. As segundas seções dos estados-maiores abriam fichários de suspeitos, em que figuravam tais elementos, e a que se recolhiam os *consta*, os *dizem*, os *segundo indícios*, cuidadosamente elaborados por elementos de confiança, muitos dos quais, antes ou depois, passaram às Delegacias de Ordem Política e Social ou mesmo às Chefias de Polícia, aos comandos de forças policiais estaduais, elementos especializados, encarregados da tarefa de regular a carreira de companheiros, impedindo que os *suspeitos* servissem nesta ou naquela função, recebessem esta ou aquela comissão, conquistassem promoções ou comandos (SODRÉ, 2010, p. 349 – grifos do autor).

Neste sentido, os fenômenos que tomaram forma no Paraná e em Santa Catarina no ano de 1975, colocavam em xeque a capacidade da comunidade de informações na garantia da coesão político-ideológica interna – fato que apresentava real periculosidade para os agentes responsáveis pelas investigações, tendo em vista o início do processo de abertura política (lenta, gradual e segura) que o general Ernesto Geisel (1974-1979) inaugurara (1975-1985).

É claro que distinções entre as tendências político-ideológicas dos setores militares que ocuparam o Estado ditatorial continuou a coexistir durante a vigência do regime, conforme indica Napolitano (2014), os problemas de saúde que acometeram Costa e Silva, levando-o a morte em 1969, proporcionaram o surgimento de contraposições entre a cúpula do poder militar, que começava a tomar três distintas perspectivas ideológicas: os castelistas (parcialmente democráticos)²², a linha-dura (vitoriosa com a eleição de Médici) e os nacionalistas autoritários reformistas (liderados pelo concorrente de Médici à eleição, general Albuquerque Lima)²³ – contudo, as vinculações ao socialismo, ao comunismo e o nacionalismo esclarecido não eram toleradas pela cúpula dirigente (SODRÉ, 2010). Inclusive, não se pode deixar de evidenciar que:

A sucessão presidencial de 1969 foi descrita e interpretada como o advento definitivo de um modelo específico de regime militar, “hierárquico” ou “de generais”, mantendo os escalões inferiores da oficialidade longe das grandes decisões políticas, sem personalizar o poder militar. De fato, a transmissão da Presidência a Médici cria um precedente: os Altos-Comandos das três forças, em cuja primeira fila está o do Exército, viram-se em condições de decidir sozinhos a

²² Tendo em vista que o cerne propositivo de democracia dos grupos que tomaram o poder com o golpe de 1964 consistia, no máximo, na reconstrução de uma democracia rígida e autocrática que garantisse a reprodução da frágil via de desenvolvimento nacional.

²³ Esta vertente tinha como propostas a centralização do poder, o combate às oligarquias e a implementação de uma reforma agrária.

respeito do poder do Estado, praticamente sem reação dos quartéis e com a aprovação submissa do Congresso (CHIRIO, 2012, p. 164).

No que tange à implementação de um projeto político-econômico para o desenvolvimento do Brasil, na esfera do mundo capitalista, é impossível afirmar que qualquer uma das frações organizadas, e em embate, dentro das fileiras das Forças Armadas conseguiram, de fato, obter a consolidação do consenso interno. Muito pelo contrário, evidenciou-se durante a vigência do regime uma continuidade do processo de disputa interna entre vertentes em oposição (com ênfase para os castelistas e a “linha dura”).

No que se refere ao efetivo posicionamento de classe que o corpo militar deveria assumir, a história foi um pouco diferente, tendo em vista que a apropriação dos princípios de segurança nacional viabilizou uma massiva e violenta perseguição aos setores que divergiam radicalmente da posição de classe burguesa. As fontes documentais provenientes dos Arquivos do SNI e da CIA, assim como as investigações dirigidas pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná, evidenciam este processo.

Deste modo, apreender o real sentido e a efetiva função social que a ideologia decorrente da doutrina de Segurança Nacional desempenhou em meio aos setores militares durante a ditadura militar (com destaque para o principal órgão de inteligência do período, o SNI), é de extrema relevância para a continuidade das análises propostas.

1.2 – Os âmbitos da Segurança Nacional

A recorrência à exacerbada preocupação com a segurança nacional na luta contra o comunismo, entendida como condição basilar de atuação das fileiras militares que assumiram cargos estatais durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), foi uma constante nos mais distintos níveis do regime, tanto nos discursos presidenciais (que condicionavam não só o desenvolvimento econômico, como também a viabilidade de redemocratizar o país à uma efetiva garantia da plena segurança nacional), quanto em setores populares adeptos de linhagens conservadoras do pensamento, ou mesmo daqueles com pouco conhecimento dos fenômenos políticos que tomaram forma após abril de 1964. Na atuação cotidiana dos agentes do SNI a problemática não se consolidou de forma diferente. A retomada das fundamentações de seus discursos a partir de pressupostos analíticos pautados na busca da garantia de uma segurança nacional (de cunho anticomunista).

Como exemplo de determinada afirmação, em julho de 1978, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), emitiu um relatório para ser amplamente difundido em todas as agências regionais que compunham a comunidade de informações. Neste documento, o agente responsável incumbia-se da função de delinear as configurações das atividades subversivas em território nacional, de modo a possibilitar que seus companheiros de trabalhos pudessem atentar as formas como as entidades identificadas se delineavam nos Estados específicos de atuação de cada uma das agências regionais. Para tanto, traçou um levantamento dos focos de propensão à subversão no país, os quais, segundo o agente responsável, decorreriam do fato de que:

Os problemas sócio-econômicos de algumas regiões do BRASIL vêm, já há algum tempo, propiciando o surgimento de áreas de tensão que, quando exploradas, com habilidade, pelos subversivos e/ou políticos comprometidos causam não só apreciável desgaste ao Governo, como até podem proporcionar o aparecimento de uma guerrilha rural (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, lauda 03 – grifos do documento original).

A lógica argumentativa do agente responsável traz elementos interessantes para a problematização da relação que se estabeleceu entre os princípios de segurança nacional que vigoraram no período e o efetivo desencadeamento das ações persecutórias oficiais (e extra oficiais, ou seja, as que se desencadearam às margens da legalidade) do aparelho estatal repressivo que se consolidou para garantir esta ambição de segurança. Em primeiro lugar, percebe-se que o próprio agente reconhece a existência de latentes problemas socioeconômicos decorrentes dos distintos estágios de desenvolvimento que caracterizam a divisão do trabalho em nível nacional (apesar de não alcançar, em verdade, este requinte de percepção analítica).

Neste sentido, é relevante ressaltar que as formas de produção assumidas pela divisão internacional do trabalho (que colocou os países dependentes, dentre eles o Brasil e os demais Estados nação da América Latina, como produtores de bens primários e as potências capitalistas como produtoras de manufaturas e tecnologias) possibilitou o gradual aumento da mais-valia relativa. Disto, decorre a necessidade de uma ampla produtividade da classe trabalhadora dependente, que deve prover as condições de subsistência para os dois polos de uma relação extremamente desigual, consumindo produtos de elevado nível econômico provenientes de sociedades que

encontram, agora, a possibilidade de direcionar sua produção quase que exclusivamente para o setor industrial. Assim,

As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2017, p. 332).

Desta forma, consolidou-se nas sociedades latino-americanas um modelo de superexploração da força de trabalho, no qual se demanda um dispêndio excessivo da força de trabalho (que extrapola os padrões comuns) e, ao mesmo tempo, priva o trabalhador do acesso aos padrões de consumo essenciais para a normalização do estado de sua força de trabalho – assim, nestes casos o trabalho tende a ser remunerado com quantias inferiores ao seu real valor.

O caso brasileiro, em específico, dadas suas dimensões territoriais e interesses político-econômicos, consolidou problemas estruturais de uma divisão interna do trabalho que intensifica, em determinadas regiões, maiores ou menores níveis de superexploração da força de trabalho e ampliação da desigualdade social. São distintas as correntes analíticas que perceberam esta característica perturbadora do desenvolvimento desigual interno brasileiro, assim como suas avaliações sobre as causas e consequências do processo, existindo, contudo, um relativo consenso a respeito dos problemas inerentes à centralização do processo industrial no Sudeste brasileiro, com ênfase para São Paulo (PRADO JR, 1971; FURTADO, 1964; PAIM, 2000).

Inclusive, conforme indica Scholz (2014), as elites intelectuais do aparelho estatal ditatorial militar ocuparam-se de tecer debates e análises acerca das especificidades da divisão do trabalho e das questões fundiárias no Paraná – tomando o Estado do Sul brasileiro como um potencial foco de ascensão de grupos revolucionários que visassem o rompimento com a lógica latifundiária de produção. O que nos leva a um segundo elemento presente na avaliação, transcrita anteriormente, que o agente responsável pela investigação das áreas de tensão realiza sobre a realidade brasileira, a questão da potencialidade de surgimento de focos de guerrilha nas regiões com menores índices de desenvolvimento econômico e com maiores níveis de desigualdade social.

Assim, o investigador se vale de um horizonte argumentativo que, como demonstraremos no decorrer deste trabalho, se pauta em princípios filosóficos basilares

da doutrina de Segurança Nacional oficial da Escola Superior de Guerra (ESG). Busquemos, portanto, entender como a percepção de segurança nacional (em especial sua propensão ao anticomunismo) se desenvolveu em nível institucional no Estado brasileiro, primeiro como elemento jurídico legislativo, depois como doutrina filosófica e, por fim, como ideologia que ambicionava o consenso social.

Contudo, antes de prosseguir, torna-se relevante enfatizar a existência de duas principais correntes que influenciaram a formulação dos princípios de segurança nacional brasileiros, sendo o primeiro proveniente da perspectiva de “guerra revolucionária” (originário da Missão Francesa) e o segundo decorrente da *National War College* estadunidense (difundida para a América Latina com maior vigor após o sucesso da Revolução Cubana em 1959). Destacando, portanto, que a teoria da guerra revolucionária não pode ser confundida com a doutrina de Segurança Nacional. Enquanto a primeira provém do Exército francês, e passa a ser difundida entre os militares brasileiros a partir de 1950, a segunda sofre um processo de construção nacional com influência estadunidense, construindo seus fundamentos basilares entre os anos de 1957 e 1962 (CHIRIO, 2012).

Os princípios de “guerra revolucionária” foram especialmente desenvolvidos na França, durante a guerra da Argélia (1954-1962), sendo amplamente difundidos no Brasil pela Escola Superior de Guerra, destacando que:

De acordo com a concepção dos militares, essa nova forma de combate possuía como eixo a necessidade de fazer frente a um tipo de ameaça que se diferenciava dos conflitos tradicionais: ela provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideias comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações (JOFFILY, 2014, p. 161).

Os germens da gênese dos serviços de inteligência amplamente aperfeiçoados (a longo prazo)²⁴ se tornam perceptíveis nesta lógica de combate (interna e externa) que, de modo quase paranoico, vislumbra a existência do inimigo nas mais diversas áreas da

²⁴ O próximo capítulo dedica-se especificamente ao debate sobre esse processo histórico de construção, e reformulação, do serviço de inteligência nacional.

vida social. As relações de influência militar francesa nas fileiras do Exército brasileiro são históricas, sendo que “enquanto doutrina, a Missão Militar Francesa marcaria o Exército nos anos 1920, e sua incorporação tinha o firme propósito de profissionalizar e modernizar a instituição, além de confluir sobre esse quesito último, a disciplina dos militares” (CUNHA, 2018, p. 27).

É claro que, de modo bastante distinto da vertente francesa, a noção de guerra revolucionária assumiu um aspecto ímpar na realidade brasileira, adaptando-se não só as demandas dos grupos militares que a assumiram como, também, as próprias condições materiais concretas que caracterizam a via de desenvolvimento dos países dependentes (indicadas anteriormente). Fenômeno que permite inferir que:

Estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações [...] Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 17, vl. 3, p. 42).

Assim, no caso brasileiro, a partir dos princípios de Segurança Nacional “o Exército desenvolveu, pela pena e palavra do general Góes Monteiro, uma justificativa ideológica para a intervenção na política interna; elaborou, sob a orientação dos oficiais da Missão Francesa, planos de guerra contra a Argentina; e preparou técnicos para gerir empresas estatais nas áreas do petróleo e da siderurgia” (CARVALHO, 2005, p. 146).

No âmbito legislativo, as novas configurações internacionais que tomaram forma no período pós Segunda Guerra Mundial, com especial destaque para a consolidação do Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1945, tinham como especial preocupação a segurança internacional e, subsequentemente, nacional dos países. No caso brasileiro, as repercussões destes novos delineamentos estratégicos (em nível político, econômico e militar) incorreram, primeiramente, na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 1949, e, como consequência, na promulgação da primeira Lei que tratava da segurança nacional brasileira, a Lei nº 1802, de 05 de janeiro de 1953.

No que tange a este período, que compreende o espaço de tempo entre ditaduras (1945-1964), duas figuras intelectuais militares podem ser consideradas como protagonistas no efetivo processo de formulação dos princípios doutrinários de

segurança nacional que norteariam, posteriormente, não só a ação golpista de 1964, mas, também, o desenvolvimento do regime ditatorial que a sucedeu. Estes dois intelectuais militares são, em menor medida, Juarez Távora e, em maior grau, Golbery do Couto e Silva.²⁵ Sendo relevante explicitar que:

Falar de Juarez Távora no sentido aqui proposto é, de imediato, falar do tenentismo, de que foi uma das figuras mais marcantes. O tenentismo foi a segunda investida dos militares, como instituição, no sentido de ampliar e fortalecer sua posição dentro da máquina estatal e dentro da sociedade. A primeira investida, que poderíamos chamar de primeiro-tenentismo devido à forte presença de jovens oficiais entre seus agentes, deu-se por ocasião da proclamação da República. Foi uma tentativa frustrada, na medida em que, logo após o governo do marechal Floriano Peixoto, as oligarquias estaduais, lideradas pela paulista, assumiram o domínio incontestado da política nacional, devolvendo a corporação militar a posição de subalterna, embora não tão subalterna como a que tivera durante o Império. A segunda investida, de que Juarez Távora foi participante ativo, ao contrário, teve pleno êxito (CARVALHO, 2005, p. 127).

Assim, indica-se que Juarez Távora partilhava de uma concepção da política nacional que pressupunha “o direito, ou mesmo o dever, que teria a força armada de intervir no processo político para derrubar governos que julgasse estarem exorbitando a lei”, ademais, em suas formulações “o povo é visto como ‘massa imbele’, incapaz de reagir por si mesma ao arbítrio do poder”, desta forma, as Forças Armadas teriam “o papel de árbitro do sistema político, de vingadora da nação contra os abusos do poder constituído” (CARVALHO, 2005, p. 129). Disto, implica reconhecer “que não se pode separar filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 2011a, CC 11, § 12, vl. 1, p. 96-97). É claro que determinada percepção se constitui enquanto continuidade de longo processo de construção filosófica e doutrinária nas fileiras da alta hierarquia intelectual militar, tendo em vista que:

O histórico intervencionista do exército na política brasileira não era um sinal de cumprimento dos processos formais de qualquer regramento ou legislação interna estabelecida. Essa “tradição” de

²⁵ Além de Juarez Távora e de Golbery do Couto e Silva podem ser citados como intelectuais de destaque na formulação e difusão da doutrina de Segurança Nacional o general Meira Mattos e os professores José Alfredo Amaral Gurgel e Therezinha de Castro. Apesar deste não ser o espaço para ampliar o escopo de análise deste grupo de intelectuais, não se deixa de enfatizar, em complemento, que “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2011b, CC 12, § 1, vl. 2, p. 15).

intervenções militares vem desde o Império (1822-1889), com a derrubada da Monarquia e a proclamação da República, passando pela I República (1889-1930), com a Revolução de 1930 que leva Getúlio Vargas ao poder e seguindo com o envolvimento do exército em 61 agitações, 17 protestos e 16 revoltas até a deposição de Vargas (1945). Foram 94 movimentos militares (generais, oficiais, praças e civis em apenas 15 anos (STEPHAN, 2016, p. 553-554).

Segundo Carvalho (2005), o movimento golpista de 1964 representou a vitória do tenentismo de Juarez Távora. Para usar uma expressão mais significativa do que centrismo, poderíamos caracterizar esse tenentismo como defensor da modernização pelo alto, ou da modernização conservadora”, reforçando, ainda, que “Juarez Távora teve participação direta em algumas mudanças, como as referentes à política mineral e do petróleo, além de ter contribuído para a formulação do ideário da modernização conservadora quando no comando da Escola Superior de Guerra” (CARVALHO, 2005, p. 130). Entretanto, a perspectiva aqui defendida é de que a concepção de segurança nacional que se manteve hegemônica, ao menos na maioria, das fileiras militares que ocuparam a máquina estatal da ditadura militar foi aquela aperfeiçoada por Golbery do Couto e Silva.

Inclusive, há de se evidenciar que estudiosos da doutrina de Segurança Nacional, apontam o protagonismo do general Golbery do Couto e Silva nas formulações das diretrizes filosóficas e ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) que nortearam a construção a longo prazo do projeto que estruturou a ditadura militar brasileira, sendo, também, o idealizador do Serviço Nacional de Informações (GARCIA, 1997; KOCH, 1999; MIGUEL, 2002; MUNDIM, 2007; FERNANDES, 2009). Desta forma, evidencia-se a relevância de compreender o universo conceitual da doutrina do criador do órgão de inteligência que se objetiva analisar nesta Tese, enfatizando que, da mesma forma que derivam e reproduzem, ao mesmo tempo, ideologias e “também as filosofias operam, não porque são sempre corretas em todas ou nas questões essenciais, sempre progressistas etc., mas porque promovem, ao seu modo, o dirimir de tais conflitos” (LUKÁCS, 2018b, p. 470).

Foi selecionado para análise de seu pensamento o livro “Geopolítica e Poder” (publicado em 2003 pela editora UniverCidade), por ser a edição mais completa e bem organizada da obra do autor – utilizada neste trabalho como fonte secundária para a análise da função social da ideologia de segurança nacional na comunidade de informações do SNI. Deste escolheram-se, de forma intencional, os textos que atendem

aos seguintes critérios: que abordam a temática do anticomunismo e que foram publicados no período que antecedeu o golpe de 1964.²⁶ Ressalta-se, ainda, que como cuidado epistemológico este trabalho optou por citar a data precisa de publicação dos textos apresentados na análise.

A análise imanente permitiu classificar os núdulos temáticos que fundamentam a totalidade do pensamento golberyano, estes conceitos elementares estão diretamente correlacionados e são essenciais para o processo de interpretação científica das condicionalidades concretas que atuam de forma direta na concepção de mundo elaborada pelo ideólogo militar. Os núdulos serão explorados um a um, demonstrando gradualmente a sua correlação, sendo eles: *ocidente*; *subversão*; *guerra total*; *segurança nacional*; *geopolítica*; e *aparelhamento*. É a partir desta conceituação que será proposta a análise dos elementos ideológicos daquilo que será classificado como “doutrina golberyana de Segurança Nacional” nas ações cotidianas do SNI.

Escrito em 1958, o texto “O Brasil e o Ocidente” traça uma análise conjuntural da formação da *cultura ocidental*, a situação da época decorrente do embate entre *ocidente* e *orientes*, e a relação do Brasil com as duas categorias anteriores. Já de início Golbery do Couto e Silva afirma que o *ocidente* deve ser compreendido como um produto da Igreja Católica – enfatizando, também, a corporificação expressiva do espírito germânico. Para o autor, o *ocidente* abrangeria os povos e culturas que partilhassem de um ideal de pensamento:

Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a Civilização do Ocidente? Resumi-lo-emos em termos essenciais:

- a Ciência como instrumento de ação;

- a Democracia como fórmula de organização política;

- o Cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.

E aí se contém, em seus justos limites: liberdade, igualdade e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz (SILVA, 2003 [1958], p. 114 – grifos nossos).

Determinada acepção tem como embasamento a defesa de que esses três princípios basilares (ciência, democracia e cristianismo) permeariam o código genético

²⁶ Em trabalho anterior (NEVES JR, 2019a), foram abordados alguns aspectos da concepção de segurança nacional formuladas por Golbery do Couto e Silva.

da cultura ocidental²⁷ – é partir do estabelecimento desta lógica de raciocínio que Golbery começa a desenvolver suas formulações sobre a inexorável disputa bipolar entre o *ocidente cristão democrático* e o *oriente ateu comunista*.

Golbery continua o texto de 1958, aferindo que o Brasil partilha, de forma internalizada, dos mais rígidos elementos dessa condição genética, desde o momento de sua gênese histórica. Isso condicionaria o fornecimento de um terreno praticamente estéril para o desenvolvimento de ideologias alienígenas (*subversivas*)²⁸ – a apresentação do Brasil como nação genuinamente *cristã ocidental* é reforçada em outros textos do ideólogo militar, no período pré-64, entre eles “Geopolítica e Poder I” (2003 [1952]).

No que tange ao *ideal ocidental*, Golbery chama a atenção para a tendência histórica de distorcer ou subverter os três preciosos princípios que garantiriam a relativa coesão do *ocidente*, quando reconhecida a multiplicidade de culturas nacionais que dela decorriam. Neste ponto o ideólogo militar enfatiza tanto a característica coercitiva (exposta como exceção) da *cultura ocidental* quanto o potencial culturalmente qualitativo de horizonte almejado para os demais povos.

Entre os momentos históricos de exceção, ou rompimento com os princípios cristãos democráticos da cultura ocidental, encontramos: o expansionismo colonialista europeu e o desenvolvimento do materialismo niilista estéril – deste último surgindo a ideologia comunista/marxista que *subverte* a ordem ocidental. Assim, torna-se importante abordar a forma como a *subversão* é compreendida no pensamento golberyano.

No primeiro capítulo de sua obra, intitulado “Um dilema eterno do homem”, Golbery exprime sua percepção da *subversão* como elemento inerente a toda a configuração política consolidada na história humana. Para o ideólogo das Forças Armadas a tendência à ascensão de proposições *subversivas* nas formações sócio-políticas decorreria de uma inexorável propensão egoística das elites minoritárias que assumem a direção do Estado como forma de garantir os interesses particularistas. Segundo o autor:

²⁷ Defesa (indefensável) de que o cristianismo possibilitou, ou permitiu a coexistência, o desenvolvimento científico e o pensamento democrático, na gênese da cultural ocidental – apesar de o foco não ser tecer críticas ao pensamento de Golbery, é relevante expor esta distorção histórica que decorreu de sua tentativa de conciliação entre fé e razão, na construção da doutrina de Segurança Nacional.

²⁸ Conforme apresentado no próximo nódulo, a *subversão* em terras ocidentais era atribuída, na concepção golberyana, à condição egoística de determinados indivíduos.

Pouco importa que – nos estados autoritários sem reboços quaisquer, nas democracias sob disfarces de maior ou menor consistência – muitas vezes, quando não sempre, se apresentem como interesses e aspirações da coletividade alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria, compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política, e sobretudo hábil no manejo dos múltiplos controles sociais – a chamada elite dirigente. A capacidade desta em sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la docilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática que desperte e assegure o mecanismo mimético que Toynbee tão bem descreveu, dá bem a medida real de seu poder criador. Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular, ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta seus verdadeiros interesses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagogicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal – isso é, afinal, acessório – o fato primacial que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de objetivos (SILVA, 2003 [1952], p. 7-8).

Em “Memorial dos Coronéis”,²⁹ a *subversão* é retratada como uma tendência nociva à humanidade, que se infiltra nas mais variadas instâncias da sociedade civil e política, almejando sua desmoralização. Para os coronéis responsáveis pelo Memorial, o pluripartidarismo seria uma condição precursora da difusão de *ideologias subversivas* na sociedade, ao passo em que afasta a política dos interesses da pátria, favorecendo o direcionamento da gestão estatal a partir de interesses particularistas.

No documento “Renúncia de Jânio”³⁰ a ideia de infiltração *subversiva* é apresentada como potencialmente articulada por setores do comunismo nacional e internacional vinculados a João Goulart, durante seus anos como Ministro do Trabalho no governo Vargas (1953-54) – período no qual, conforme sugere o documento, Jango aproveitou-se de sua situação política para inserir agentes subversivos nos setores públicos e sindicais, fomentando a desunião social (por meio da agitação popular que gera os antagonismos de classe) e tendo por objetivo último o interesse egoístico de promoção política particularista.

No que tange a esta questão, é relevante apontar que, conforme demonstra Sodré (2010), a reeleição de Getúlio Vargas no ano de 1950 apresentou-se como um problema

²⁹ Documento elaborado em 8 de fevereiro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, assinado por quarenta e dois coronéis e quarenta e um tenentes-coronéis, dos quais Golbery desempenhou protagonismo autoral.

³⁰ Documento datado de 30 de agosto de 1961.

crônico para os setores militares aliados ao imperialismo externo, trazendo a demanda de exclusão dos membros nacionalistas que compunham o quadro do Clube Militar do período. A nomeação de João Goulart para Ministro do Trabalho durante o segundo governo Vargas, exacerbou a lógica anticomunistas dos militares conservadores, tendo em vista que durante sua atuação (1951-1954), João Goulart conseguiu extinguir a exigência de “atestado ideológico” para os cargos de lideranças em sindicatos (NAPOLITANO, 2014). Disto, decorre a concepção ideológica de aparelhamento público e privado, tanto por setores da esquerda comunista, quanto pela necessidade de uma ação intensiva de ocupação destes espaços pelos militares e civis que partilhavam dos pressupostos da doutrina de Segurança Nacional.

No discurso que o ideólogo militar elaborou para Tancredo Neves,³¹ defende-se que a situação instituída pela modernidade na conjuntura mundial havia desencadeado uma divisão antagônica de perspectivas políticas, altamente prejudiciais aos princípios democráticos e cristãos da sociedade ocidental, sendo que de um lado se preconizava a *histeria reacionária das direitas* e, do outro, a *pregação revolucionária das esquerdas*. Desta forma o ideólogo militar define que:

Antes, saberemos nos tornar, no mais curto prazo, dela merecedores pela firmeza de nossos propósitos, a objetividade de um planejamento democrático austero que oriente e discipline os investimentos no campo econômico e social, a promoção efetiva das reformas indispensáveis, a fim de que o progresso alcançado redunde em benefícios para todos os brasileiros e nunca, não mais, em acrescer a riqueza já afrontosa de uns poucos às custas da pobreza cada vez mais deprimente de muitos. E sentimos que em tal esforço patriótico se solidarizarão elites e massas, o dinamismo esclarecido das novas classes empresariais e a dedicação e operosidade dos trabalhadores das cidades e dos campos, superando a radicalização patológica que, por vezes, se nos quer impor entre o reacionarismo estéril das amedrontadas e míopes direitas e o revolucionarismo inconsequente e destruidor das esquerdas subversivas e alienadas (SILVA, 2003 [1952], p. 533 – grifos nossos).

Perceba-se, pois, que para Golbery a coexistência de antagonismos em uma sociedade é o elemento que embasa o bloqueio de potencialidades de um real desenvolvimento, econômico e social. Contudo, esse antagonismo não decorre da divisão de classes em si mesmas, mas, sim, das patologias decorrentes do pensamento plural que deturpa a realidade impedindo a construção de um projeto patriótico.

³¹ O texto de autoria de Golbery do Couto e Silva foi proferido na aula inaugural da Escola Superior de Guerra, pelo então Primeiro Ministro do Brasil Tancredo Neves (1961-1962), em 20 de março de 1962.

Portanto, em sua concepção, *subversão* de esquerda e radicalismo de direita seriam equivalentemente nocivos.

Vale, ainda, notar que nesta passagem Golbery do Couto e Silva já expressa suas pretensões de consolidação de um Estado-Nação forte que “oriente e discipline” tanto o âmbito econômico quanto social. Esta acepção remete à perspectiva de ambição de construção de uma sociedade organicamente coesa, o que é reforçado pela sua contraposição (contraditória) a uma democracia que combata a diversidade de pensamento (especialmente aqueles que se fundamentem em princípios de radicalidade).

Seria imperdoável tecer uma análise da conceituação de *subversão* elaborada por Golbery sem dar especial destaque às leituras que o intelectual militar realizou da corrente científica do materialismo histórico dialético. Assim, destacam-se em “Geopolítica e Estratégia I” as críticas tecidas à dialética marxista, a qual, segundo o ideólogo militar, expressa graves problemas decorrentes da tendência determinista que assume – em contrapartida a dialética hegeliana representa para o autor uma expressão da cientificidade possibilitarista.

Outra problemática apontada por Golbery sobre o materialismo histórico dialético de Marx e Engels reside no fato de o mesmo preconizar a potencial superação futura da essência dialética da existência humana. Segundo o autor a relação tese-antítese-síntese é o elemento basilar do desenvolvimento humano, e a pressuposição de uma sociedade na qual perspectivas totalitárias homogeneízem o pensamento seria tanto incabível quanto nociva.

Em continuação às suas formulações antimarxistas, no texto “O Brasil e o Ocidente”, Golbery afirma que Marx e Engels incumbiram-se da tarefa de desenvolver um filtro antidemocrático e anticristão, ambicionado a ruína dos elementos basilares da cultura ocidental (ciência, democracia e cristianismo), e mesmo desta como um todo. Para o ideólogo militar a teoria marxista construiu-se por meio da apropriação de três elementos: ingênuos ideais socialistas, teorias econômicas rudimentares (com ênfase em David Ricardo) e pela sutileza da dialética hegeliana.³²

Contudo, importa fazer-se notar que no discurso que formulou para Tancredo (2003 [1962]), Golbery expressa reconhecimento do “brilho dialético” atingido por Marx e Engels (nas contribuições sobre influência da estrutura econômica na realidade e na compreensão da ordem social capitalista) e por Lênin (em suas formulações sobre o

³² Mais uma vez Golbery expõe seu apreço pela corrente dialética hegeliana.

imperialismo) – ainda são tecidas críticas à superficialidade teórica de Stalin e ao fato de as formulações de Mao Tse-Tung se manterem confinadas ao setor da estratégia aplicada (apesar da originalidade teórica do líder chinês).

Retomando a conceitualização de *subversão*, percebe-se que esta é compreendida por Golbery como elemento inexorável à condição humana, e por meio de sua ascensão preconiza-se e fomenta o antagonismo de classes em uma sociedade. Esse fenômeno seria uma consequência da tendência de parcelas humanas vincularem-se a baixos níveis de moralidade acompanhados do desenvolvimento de sentimentos egoístas.

Em decorrência da situação moderna de disputa político-econômica internacional, o fenômeno da *subversão* arquitetaria a infiltração nos aparelhos institucionais sócio-políticos, ambicionando a corrosão dos mais valiosos princípios da *cultura ocidental* que fundamentam a tradição e a ordem social. Dentro da nova divisão internacional do mundo (ocidente cristão democrático em oposição ao oriente ateu comunista) instituíra-se uma nova forma de guerrear, sendo esta conceituada por Golbery como *guerra total*.

A *guerra total* seria, em sua concepção, um fenômeno historicamente construído, que havia atingido seu ápice com a divisão bipolar do mundo, consequência da instituição do conflito da Guerra Fria. Disto decorre uma tendência dicotômica que é expressa em suas formulações, ao passo que defende que caberia a cada Estado-Nação posicionar-se em relação ao confronto, assumindo sua preferência pelo ocidente cristão democrático ou pelo oriente materialista comunista, conforme expressa em “Antagonismo Dominante” (2003 [1959]) – reforçando que, de acordo com o apresentado no nódulo *ocidente*, Golbery definia que o Brasil seria um Estado geneticamente ocidental-democrático-cristão.

Assim, o pensamento golberyano demonstra exacerbada preocupação com as novas diretrizes de embate internacional que decorrem da tendência à bipolarização político-econômica que caracterizou o contexto de Guerra Fria, mas que começa a ser construída nos primórdios do século. Nesta complexidade interativa entre os Estados nação a guerra havia passado a se delinear de forma a englobar “homens de todas as latitudes e de todas as raças – a guerra é global – homens de todas as idades – a guerra é permanente – homens de todas as profissões e dos credos mais diversos – a guerra é total” (SILVA, 2003 [1952], p. 6).

O conceito de *guerra total* elaborado pelo ideólogo militar, perpassa o reconhecimento dos novos modelos de embate estabelecidos entre os Estados-Nação. O desenvolvimento possibilitou que a guerra não fosse mais obrigatoriamente travada de forma militar clássica e direta, encontrando a opção de expandir-se para outros âmbitos das relações humanas, tais como o político, econômico e psicossocial – sem a exclusão do elemento militar. Assim, o ideólogo da ESG expressa em “Planejamento e Estratégia I”:

A essa guerra onipresente, todos os instrumentos da ação, direta ou à distância, lhe são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução dos objetivos nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições – justas ou injustificáveis, pouco importa – da alma popular, vitória tanto menos custosa quanto se possa a ela chegar sem o emprego decisivo, mas cruento, da força. Servem-lhe, por isso, tanto armas exclusivamente políticas – negociações diplomáticas, pressões e intervenções mais ou menos ostensivas (não é a abstenção, por vezes, uma forma de intervenção?), o jogo das alianças e das contra-alianças, os acordos e tratados nas suas cláusulas públicas ou secretas – como as armas econômicas – sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, política tarifária e discriminações comerciais, o embargo, o boicote, o dumping. Da propaganda e da contra-propaganda, das ideologias tentadoras e dos slogans sugestivos para uso interno ou externo, da persuasão, da chantagem, da ameaça, e até mesmo do terror faz uma das armas mais eficazes de seu variado arsenal. E conserva as forças militares como um trunfo poderoso que tanto vale hoje, fator catalítico indispensável, na mesa das discussões como nos campos de batalha (SILVA, 2003 [1952], p. 19-20 – grifos nossos).

A concepção golberyana de segurança nacional define, desta forma, que dado o nível de desenvolvimento bélico-tecnológico da humanidade, o embate direto entre forças militares deveria permanecer como elemento de suporte, garantia e ameaça, enquanto a guerra de fato deveria ocorrer no âmbito das relações econômicas, políticas e, especialmente, psicossocial – destaca-se que, no campo da luta psicossocial, Golbery afirma que o “terror” se constituía enquanto uma das mais eficazes armas desse modelo de guerra.

É a partir da pressuposição do estabelecimento de uma *guerra total*, de caráter bipolar, que Golbery preconiza os fundamentos propositivos da *segurança nacional*. Assim, em “Geopolítica e Estratégia I” (2003 [1952]) já problematiza que, dada a conjuntura internacional, as diretrizes de *segurança nacional* dos Estados-Nação deveriam ser repensadas e entendidas de forma ampla e ativa, ultrapassando os limites

da estratégia militar para preocupar-se, também, com os domínios políticos, econômicos e psicossociais.

No texto “Doutrina de Segurança” (2003 [1956]) Golbery define que a preocupação com a *segurança nacional* deveria ser concebida enquanto responsabilidade universal aos indivíduos que compõem uma nação organicamente organizada – especialmente no que tange às elites dirigentes que, compreendendo a amplitude do sentido de *segurança nacional* (política, econômica, cultural e militar), deveriam direcionar as instituições democráticas para garantir as mais básicas condições de sua manutenção.

Ademais, as formulações golberyanas apontam que a principal ameaça à *segurança nacional* decorre da consolidação de antagonismos dentro da sociedade civil, os quais são resultado tanto de direcionamentos particularistas consequentes do pluralismo político quanto de infiltrações de ideias políticas estrangeiras – em ambos os casos ter-se-ia como efeito colateral a distorção do reconhecimento das classes e grupos enquanto nação, impedindo a delimitação orgânica de objetivos nacionais universalmente compartilhados.

Frente às problemáticas que configuram as ameaças impostas à *segurança nacional*, em consequência do delineamento da realidade que preconiza a *guerra total*, Golbery conclama a urgência de um planejamento estratégico que combata os antagonismos inerentes à sociedade brasileira, perpassando todos os campos da vida social (político, econômico, psicossocial e militar), seguindo um projeto embasado em objetivos nacionais orgânicos.

Desta forma, Golbery apresenta a *geopolítica* (*Geopolitik*)³³ como ciência mais capacitada para compreender a complexidade conjuntural dos novos delineamentos do conflito internacional de *guerra total* e, a partir disto, elaborar os planos estratégicos de ação que possibilitem a manutenção e garantia da *segurança nacional*. As diretrizes da *geopolítica* golberyana são explicitadas em “Geopolítica e Estratégia I”, segundo o ideólogo militar:

Mas só vale, realmente, a geopolítica por sua contribuição se, como a estratégia, souber assentar-se em objetivos permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional. Tal a pedra de toque da verdadeira geopolítica que, se admite, como toda arte, princípios gerais, e se, de fato, se cristaliza em torno de uma doutrina

³³ Miguel (2006) apresenta a forma como Golbery constrói sua concepção de *Geopolitik*, apresentando o diálogo que estabelece com os principais autores deste ramo científico.

válida, até certo ponto, para quaisquer meridianos e paralelos, nem por isso deixará de ser, antes de tudo, uma geopolítica nacional (SILVA, 2003 [1952], p. 28).

A *geopolítica* é, portanto, apropriada por Golbery como diretriz intelectual detentora de maior potencialidade para elaboração de uma doutrina válida, a qual deveria ambicionar a consolidação de um modelo de planejamento fundamentado nos princípios que garantam a manutenção da *segurança nacional* de um Estado-Nação – o que se realizaria a partir da síntese dos principais objetivos consensuais de uma coletividade constituída enquanto pátria.

Ressalta-se ainda que, em “Doutrina de Segurança” (2003 [1956]), Golbery expõe algumas diretrizes que devem condicionar o planejamento geopolítico nacional. Entre elas encontra-se a meta de um desenvolvimento que seja tanto econômico quanto social, favorecendo todos os cidadãos, acrescido da necessidade de as elites que ocupam o poder desencadearem um processo de recrudescimento das instituições democráticas – o ideólogo defende que a consolidação de instituições rígidas é a única forma de garantia da liberdade e da democracia.

Na perspectiva da ideologia golberyana, a garantia da *segurança nacional*, inserida na realidade de *guerra total*, depende, portanto, de um planejamento *geopolítico* estratégico de *aparelhamento*. Assim, o “Memorial dos Coronéis” (2003 [1954]) expressa a preocupação do grupo com as ideias do ideólogo, principalmente no que tange à extensão da inserção estratégica nas instituições sociais, processo que, supostamente, havia sido realizado pelos *subversivos* e que as Forças Armadas deveriam realizar como forma de combater as ameaças internas.

Para os coronéis responsáveis pelo documento havia ocorrido no Brasil um processo de corrosão moral nos diferentes níveis institucionais nacionais (inclusive nas próprias Forças Armadas), que se exacerbava em decorrência da vigência de um sistema pluripartidário, o qual, infiltrado por perspectivas ideológicas *subversivas*, possibilitava o direcionamento da política a partir de interesses particulares.

Assim, o memorial defendia a necessidade de capacitação intelectual dos militares, com amplo investimento público neste setor, visando à prevenção do potencial corrompimento moral dos seus membros – argumenta-se que em decorrência dos baixos salários e da necessidade do militar prover o sustento para sua família ele é facilmente persuadido à desmoralização, ingressando no âmbito particularista/egoístico dos jogos políticos nacionais.

Conforme apresentado anteriormente, em “Renúncia de Jânio” (2003 [1961]) Golbery afirma que estaria em curso um projeto de *aparelhamento subversivo* das distintas instituições sociais brasileiras, tanto no âmbito público quanto no privado. Processo este que teria como principal articulador, e infiltrado, João Goulart – político considerado como “declaradamente” adepto dos sistemas políticos socialistas soviético e chinês.

Assim, conforme apresenta Luz (2015), em 1961 Golbery solicitou transferência para a reserva, passando a atuar como membro das lideranças do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – órgãos financiados pelo empresariado nacional e norte-americano que foram responsáveis pelo desenvolvimento e veiculação de propagandas desestabilizadoras do governo de João Goulart (1961-64).³⁴

Determinados princípios filosófico-ideológicos são considerados como características contextuais que configuram um estágio específico do desenvolvimento capitalista brasileiro, que possibilitaram não só a concretização do Golpe de 1964, como suposta ferramenta de combate à “iminente ameaça” comunista do governo de João Goulart, como também a consolidação de “um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem” (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

As concepções golberyanas de segurança nacional, deste modo, perpassam uma guinada nas formas de articulação política e ideológicas das Forças Armadas brasileiras, que decorrem tanto das condições materiais da realidade social (influências externas, tradições formativas, relações de produção, entre outras) quanto das próprias capacidades intelectivas do ideólogo militar. A longo prazo, o objetivo de Golbery do Couto e Silva, constituía-se em consolidar sua doutrina enquanto ideologia (como o próprio autor a apresenta). Deste modo, não é de se admirar que no contexto que precedeu a deflagração do golpe de 1964:

Mais presente que uma doutrina ou uma competência de guerra a ser transmitida a seus colegas militares, repete-se nos depoimentos de oficiais a ideia de informação, de revelação, de explicitação urgente da situação apocalíptica na qual o Brasil estaria prestes a soçobrar. Alegando uma guerra psicológica que teria iludido as consciências e

³⁴ Segundo o autor, o general Golbery também participou ativamente do movimento contra a posse de João Goulart e compôs o corpo responsável pela elaboração da *solução parlamentar*.

um processo revolucionário a princípio subterrâneo, os conspiradores civis e militares engajam-se primeiro numa operação de propaganda cujo objetivo último é negar ao governo legitimidade para exercer o poder. Essa campanha não é clandestina: ao contrário, a bipolarização crescente na cena política e a reviravolta da mídia contra Goulart geram ataques violentos e, nos últimos meses do governo, conclamações ao golpe de modo frequente no espaço público (CHIRIO, 2012, p. 28).

O que se evidencia, portanto, nas formulações golberyanas da doutrina de Segurança Nacional é a efetiva preocupação em consolidar uma universalização do consenso social em meio à sociedade civil, constituir-se, desta forma, como ideologia hegemônica, no mais explícito sentido gramsciano de análise. Sendo impossível afirmar que, ao menos em razoável medida, as pretensões não foram alcançadas (claro que sem alcançar os níveis ambicionados). No âmbito da sociedade civil, os meios de comunicação vinculados à burguesia (interna e externa) ocupavam-se de difundir o pavor e pânico social típicos das concepções de mundo anticomunistas, entretanto, considera-se que “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2011b, CC 3, § 49, vl. 2, p. 78). Assim, no âmbito estatal, por sua vez, a conquista do poder permitia uma completa reformulação da máquina repressiva e coercitiva, adequando-a aos interesses da segurança nacional, deste modo:

No fim de 1967, o discurso anticomunista da mídia, da elite política e dos líderes militares endurece. Paralelamente, o ensino da “guerra revolucionária” nas escolas militares dá uma guinada: além da formação teórica, que se alastra pela alta hierarquia desde o fim dos anos 1950, organiza-se a instrução prática” (CHIRIO, 2012, p. 119).

A doutrina filosófica encontra os espaços necessários para se constituir enquanto ideologia (no dinâmico processo que perpassa essa transformação dialética do pensamento humano). Reservando o próximo capítulo como espaço para abordar, de forma mais específica, o processo de formação ideológica dos agentes de informações a partir dos pressupostos de segurança nacional golberyanos, julga-se ser relevante, neste momento, trazer apontamentos sobre as implicações que este novo salto das formulações filosóficas dos intelectuais militares (politicamente engajados com a realidade social brasileira) trouxe para o campo da legislação de segurança nacional.

As transformações drásticas da legislação brasileira de segurança nacional tiveram início com a edição do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, dentre as quais se destaca a atribuição da competência à Justiça Militar para julgar militares e civis por práticas e crimes previstos pela Lei de Segurança Nacional de 1953. Com o recrudescimento do regime ditatorial, contudo, o mencionado decreto foi revogado, sendo substituído pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, o qual ficou conhecido como “Lei” de Segurança Nacional, e que definia, entre outras questões, a prevenção e repressão das guerras psicológicas, revolucionárias ou subversivas como inseridas no escopo da segurança nacional. Esta nova Lei, decreta o assumido posicionamento de classe burguesa radicalizada no combate a toda e qualquer ameaça à ordem social instituída. Assim, há de se considerar que, antes de tudo,

O caráter real do Direito apenas pode ser enfatizado, portanto, se essa distorção glorificante do Direito for compreendida como o que ela é, como uma ideologização da ideologia que surge necessariamente quando a divisão social do trabalho delega seu cuidado a um estrato de especialistas (LUKÁCS, 2018b, p. 432).

Em outras palavras, a função jurídica consiste, de modo simplificado, em gerir a manutenção rígida da ideologia em meio à sociedade civil (por mais abstrata e imprecisa que se apresente, em decorrência de sua linguagem tecnicista, para a população em geral). Em contextos de extremismos políticos, como o caso da ditadura militar brasileira, este braço ideológico do Estado encontra a possibilidade de, ideologicamente, justificar barbaridades e atrocidades inconcebíveis em condições normais de existência.³⁵

As exageradas medidas impostas pela “Lei” de Segurança Nacional de 1969, só deixaram de vigorar durante os últimos meses do governo Geisel (1974-1979), com a promulgação da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, a qual revogava as disposições do Decreto-Lei que a precedia (nº 898). Gradualmente, a perspectiva legislativa de manutenção da segurança nacional foi sendo amenizada, no sentido dos exageros repressivos para combate da subversão e do protagonismo da Justiça Militar em julgar os processos, sendo que estes fatos decorreram, respectivamente da

³⁵ Este grotesco fenômeno, contudo, não se limita exclusivamente aos casos de regimes ditatoriais, como evidência Michel Terestchenko (2011) em suas análises sobre a lógica de legitimação das torturas em países democráticos contemporâneos (com especial destaque para os Estados Unidos da América).

promulgação da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, e da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O que se evidencia, deste modo, é o papel basilar que a concepção de segurança nacional exerceu no processo de construção e desenvolvimento da ditadura militar brasileira, servindo como núcleo comum que interligava as divergências de perspectivas político-econômicas dos grupos conservadores (militares e, também, civis) em prol da luta contra o inimigo comum (comunismo ateu). Os distintos níveis de formulação da concepção de segurança nacional (legislação, filosofia e ideologia) que se difundiu no Brasil, se complementavam e transformavam dinamicamente em correspondência às mudanças da vida social (compreendida em sua totalidade).

Antes, contudo, de adentrar efetivamente na análise da função social que a ideologia de segurança nacional exerceu no cotidiano do SNI paranaense, é relevante traçar um breve panorama histórico dos direcionamentos e decisões oficiais assumidas pelo regime ditatorial militar em decorrência deste posicionamento burguês submisso assumido e revestido com a perniciosa lógica de segurança nacional que se pautava no princípio de guerra total.

1.3 – Concretização e desenvolvimento da ditadura

Os cinco mandatos presidenciais que se consolidaram, a partir de eleições indiretas, durante a ditadura militar brasileira, se caracterizaram pela disputa de grupos internos das Forças Armadas, classificados, classicamente (SKIDMORE, 1991; NAPOLITANO, 2014), como vinculados a duas grandes matrizes de pensamento: os legalistas da Sorbonne, ou castelistas, Humberto Castelo Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985); e os vinculados à “linha-dura”, Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), responsáveis pelo Ato-Institucional nº 5.³⁶

Apesar das distinções sobre a forma, mais ou menos violenta de direcionamento do Estado, este trabalho considera a existência de elementos basilares intrínsecos a ambas as frentes, que nortearam o desenvolvimento da ditadura, no sentido de compactuar com um modelo particular de via de desenvolvimento capitalista, os quais

³⁶ Conforme evidência Fausto (2006), o AI-5 constituiu-se enquanto o mais expressivo recrudescimento político da ditadura militar brasileira. Promulgado em dezembro de 1968 ele concedia poderes excepcionais ao presidente em exercício, viabilizando medidas extremas de punição aos perseguidos políticos e aos potenciais inimigos do regime ditatorial.

são plenamente definidos pela doutrina de Segurança Nacional oficial da Escola Superior de Guerra – inclusive, não se pode deixar de enfatizar que “o período entre 1945 e 1964 é caracterizado por um alto grau de politização nas Forças Armadas” (CUNHA, 2018, p. 33).

O anticomunismo, o desenvolvimentismo acompanhado da acentuação da concentração de renda e da subordinação do capital nacional à burguesia hegemônica, a exacerbação do padrão de reação societária (que se coloca como oponente de qualquer proposta socialista e, até mesmo, reformista esclarecida), assim como o ideal de construção de aparato legislativo que se viabiliza com a consolidação de uma democracia rígida e a auto concepção das Forças Armadas como dirigentes desse processo, perpassam, deste modo, um núcleo ideológico comum aos polos da cúpula militar em disputa, sendo que:

O quadro internacional é agravado pela vitoriosa revolução chinesa em 1948 e, internamente, a polarização ideológica advinda da Guerra Fria um ano antes levou os militares a um cenário bipolar que via fundamentalmente duas tendências: nacionalistas e entreguistas (CUNHA, 2018, p. 34).

Assim, o mencionado núcleo ideológico comum consolida-se, conforme demonstrado anteriormente, na preocupação em garantir a segurança nacional (no sentido de combater a infiltração do comunismo ateu oriental no território democrático cristão ocidental). A ascensão política de João Goulart, como já indicado, era uma das principais preocupações dos múltiplos setores conservadores que, mesmo discordando em distintos aspectos políticos e econômicos, encontravam no político trabalhista uma iminente ameaça à segurança nacional, demandando, em consequência, medidas drásticas para solucionar o problema. Neste contexto, do início da década de 1960:

Ao mesmo tempo, ocorreu uma intensa politização das massas urbanas: a classe média e proletariado, destacando-se bastante uma parcela de estudantes universitários. Essa intensa politização deveu-se, em primeiro lugar, à crise originada do golpe de estado frustrado do Presidente Jânio Quadros; golpe esse correntemente conhecido como “renúncia” intempestiva, em agosto de 1961. Diante do fato consumado da renúncia do Presidente da República, as forças políticas e econômicas conservadoras e antipopulistas tentaram impedir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart. Em consequência, as forças políticas ligadas a Goulart mobilizaram-se, para defender a sua posse, nos termos da Constituição Brasileira de 1946 (IANNI, 1979, p. 194).

É dentro desta conjuntura que Golbery do Couto e Silva, em vínculo com outros intelectuais conservadores militares e civis, assim como com representantes das burguesias internas e externas, ocupou-se, não só, de traçar estratégias que diminuíssem o poder de influência de João Goulart em nível institucional, como também em difundir na sociedade civil os principais elementos ideológicos que embasavam a sua doutrina de segurança nacional, objetivando consolidar um consenso social que viabilizasse seu projeto de poder. Deste modo, no início de 1964, setores de classe média e alta uniam-se em prol de bandeiras conservadoras, ressaltando que:

Nesse conjunto extremamente heterogêneo, muitos haviam acumulado riquezas, privilégios e favores no interior do nacional-estatismo. Não desejavam destruí-lo, mas não suportavam a irrupção das lideranças populares que se faziam cada vez mais atuantes. Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A idéia de que a civilização *ocidental e cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do *comunismo ateu* invadiu o processo político, assombrando as consciências (REIS, 2000, p. 27).

Não se pode deixar de ressaltar, contudo, que foram múltiplos e históricos os elementos que direcionaram a drástica tomada de posição dos setores neutros das Forças Armadas em favor da ação golpista proposta pela sua ala conservadora no ano de 1964, entre os quais se destaca, especialmente, a questão da hierarquia nas fileiras militares – a ala conservadora, por exemplo, partilhava de princípios rígidos, como a exclusividade de posicionamento político para o alto escalão, enquanto os setores da esquerda militar teciam críticas sobre o caráter burguês de determinada percepção, uma tendência que os militares conservadores julgavam ser extremamente prejudicial no período, dado o suporte oferecido por lideranças políticas civis como Brizola e Jango (CHIRIO, 2012). Assim, no período que antecedeu a real deflagração do golpe de 1964:

Havia um legalismo inercial nas Forças Armadas. Envolver-se em ação golpista comportava um grande risco. O fracasso da aventura podia significar o comprometimento definitivo da carreira. Disso sabiam muito bem os que tinham participado da frustrada tentativa de golpe de 1961 para impedir a posse de Goulart. Como se sabe, a decisão golpista da cúpula militar foi contestada pelo III Exército e gerou resistências em várias outras unidades militares. Em 1964, até as vésperas do golpe, o grosso da tropa não estava preparada para embarcar na aventura. Excluindo-se os grupos ideologicamente motivados, à esquerda e à direita, a maioria dos militares permanecia

em cima do muro, à espera de que os acontecimentos indicassem com alguma segurança em que direção sopravam os ventos (CARVALHO, 2005, p. 121-122).

Com o desenvolvimento das estratégias e conflitos, contudo, o pavor contra as supostas iminentes ameaças provenientes do governo de João Goulart serviu de amálgama para a consolidação de uma ampla frente civil e militar em prol da ação golpista de 1964. Inclusive, no que tange a este processo de vinculação da imagem de João Goulart ao aparelhamento subversivo que, supostamente vinha sendo implementado no Brasil durante seu mandato presidencial, é relevante considerar que João Goulart:

[...] morreu no exílio em 1976, em condições ainda hoje discutíveis, e foi enterrado em São Borja, no Rio Grande do Sul, sem que fosse pronunciada nota oficial pelo Presidente Ernesto Geisel sobre a morte de um ex-presidente da república. O silêncio significou uma estratégia poderosa durante toda a ditadura militar. Ao invés de “falar mal” de João Goulart simplesmente não se falava dele (LOVATTO, 2010b, p. 87).

Assim, durante todo o desenvolver da ditadura militar brasileira, um relativo consenso sobre a urgência da segurança nacional no combate ao comunismo internacional perpassou as decisões e articulações das lideranças militares. Contudo, independentemente deste núcleo ideológico comum, as divergências políticas e econômicas não deixaram de permear as disputas que se travaram no decorrer dos vinte e um anos de vigência do regime ditatorial. Fenômeno que se evidencia pela promulgação do Ato Institucional nº 2 em 1965, durante o governo Castelo Branco, marcando o fim da boa convivência entre a cúpula do poder militar e os setores políticos conservadores que apoiaram o golpe de 1964, e que visavam manter seus interesses e privilégios intactos.

Com o AI-2, o poder do presidente da República (eleito de forma indireta) tomou proporções gigantescas, viabilizando a sua sobreposição, de modo autoritário e despótico, sobre os outros poderes e sujeitos que compunham as distintas dimensões do aparelho estatal. Em outras palavras, como indica Napolitano (2014), o AI-2 constituiu uma declaração da cúpula do poder militar para os demais grupos que compunham a direita do período, esta declaração fundamentava-se no protagonismo das Forças Armadas no processo de direcionamento autocrático das políticas estatais que possibilitassem o desenvolvimento econômico nacional (de acordo com os princípios

desenvolvimentistas inerentes à doutrina da ESG). E, no que tange às disputas internas dos setores militares, destaca-se que:

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma, reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas (CHIRIO, 2012, p. 51).

É neste momento inicial que as divergências dos setores majoritários da direita militar (agora colonizadores da máquina estatal em seus mais distintos níveis) começa a se evidenciar de forma mais concreta. O condicionamento do retorno democrático à consolidação de um estado de segurança nacional ideal começa a se tornar uma constante mais e mais frequente nos discursos proferidos pelas lideranças militares. E, é claro, a consolidação da doutrina de Segurança Nacional enquanto ideologia (em uma considerável parcela dos setores conservadores nacionais) viabilizava a reformulação das diretrizes institucionais estatais em prol do combate às ameaças internas. É dentro desta perspectiva que a linha dura ascende ao poder, recrudescendo o aparato repressivo e coercitivo (principalmente no âmbito legislativo). Assim, indica-se que:

[...] a 13 de dezembro de 1968, quando é editado o AI-5, a mecânica do regime militar se fecha sobre o país. Com o AI-5, os oficiais mais hostis a todo contrapoder ou manifestação de oposição e partidários de um expurgo definitivo veem-se atendidos além de suas expectativas. Com efeito, o texto do Ato compreende unicamente medidas reivindicadas ou exigidas pelas “linhas duras”, que vêm contestando ininterruptamente o regime à sua direita desde o golpe de Estado. O AI-5 parece executar o programa da extrema direita militar – um programa decerto exposto confusamente, mas cujas recorrências, desde 1964, são claramente perceptíveis (CHIRIO, 2012, p. 127).

Deste modo, o AI-5 constituiu-se enquanto um golpe dentro do golpe, um aprofundamento drástico do Estado de exceção instituído pelos militares e civis golpistas de 1964, mas que em realidade “visou muito mais os componentes insatisfeitos daquela grande e heterogênea frente que apoiara o golpe em 1964” (REIS, 2000, p. 52). Em outras palavras, é com a linha dura militar que a percepção de homogeneização ideológica (a partir da repressão e coerção estatal) assume sua faceta mais esclarecida – conforme será demonstrado no decorrer das análises deste trabalho,

as estratégias de consolidação do consenso ideológico das duas vertentes militares que alçaram o poder durante as décadas de 1960 a 1980 no Brasil distinguiam-se, da mesma forma que seus respectivos projetos de poder se diferenciavam. Ademais:

Com efeito, nesse período não se constrói apenas uma ditadura cuja pedra angular seria o AI-5, mas um regime militar. A militarização é, em primeiro lugar, um fato: a maior parte do governo sob Costa e Silva usa farda, enquanto órgãos dominados por oficiais-generais (como o Conselho de Segurança Nacional) ganham uma importância cada vez maior no aparelho de Estado (CHIRIO, 2012, p. 134).

Os problemas de saúde que acometeram Costa e Silva em 1969 geraram uma crise política interna nas fileiras dirigentes das Forças Armadas, que demandavam a urgente escolha de seu sucessor, que seria realizada de forma indireta pela própria alta hierarquia das Forças Armadas. O candidato com maior número de adeptos foi, de forma deveras interessante para esta pesquisa, o então chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que durante seu mandato, não só favoreceu uma crescente monopolização de funções no órgão de inteligência que havia comandado, como também se destacou na história da ditadura militar como o mais violento presidente (SOUZA, 2012). Outro fato importante decorrente deste processo é que:

A sucessão presidencial de 1969 foi descrita e interpretada como o advento definitivo de um modelo específico de regime militar, “hierárquico” ou “de generais”, mantendo os escalões inferiores da oficialidade longe das grandes decisões políticas, sem personalizar o poder militar. De fato, a transmissão da Presidência a Médici cria um precedente: os Altos-Comandos das três forças, em cuja primeira fila está o do Exército, viram-se em condições de decidir sozinhos a respeito do poder do Estado, praticamente sem reação dos quartéis e com a aprovação submissa do Congresso (CHIRIO, 2012, p. 164).

Assim, em nome da segurança nacional, o processo político e militar que teve início em 1964 atingiu seu ápice durante o governo Médici (1969-1974), a máquina estatal, altamente aperfeiçoada e aparelhada para o combate à subversão vislumbrou nestes anos o terreno mais favorável para realização das operações de extermínio, sempre à margem da legislação e evitando gerar provas efetivas (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade*, 2014) que, futuramente, pudessem incriminar ou evidenciar a participação dos militares e civis que assumiram esta missão de defesa dos princípios patrióticos previstos pela ideologia de segurança nacional.

É dentro deste contexto que denúncias internacionais relativas à prática de tortura, prisões arbitrárias, entre tantos outros crimes cometidos pelo aparelho repressivo do Estado de exceção, começaram a influir no sentido de consolidar mudanças nos direcionamentos da ditadura militar, especialmente em decorrência das crescentes pressões internas e externas contra a violência institucional do regime – em especial, destaca-se o protagonismo das lideranças da Teologia da Libertação nesse processo de recolhimento e difusão das provas que comprovavam a aplicação dos cruéis métodos de garantia da segurança nacional e combate à subversão (LANZA, 2006).

Os militares castelistas encontram, assim, as vias para retornar ao posto do executivo e recolocar em prática o projeto de redemocratização anteriormente vislumbrado por Golbery do Couto e Silva, para a consolidação de um desenvolvimento político e econômico supostamente adequado as mais intrínsecas características da sociedade brasileira. Ernesto Beckmann Geisel alcança a presidência, eleito indiretamente, em 1974, com a promessa de iniciar o processo de abertura democrática “lenta, gradual e segura” (NAPOLITANO, 2014). A segurança, como condição básica para efetuar a abertura política, inclusive foi constantemente enfatizada, não só em seus discursos, como também nos de seu sucessor, João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), reforçando que:

Segundo o presidente João Batista Figueiredo a abertura política promovida pelo regime em vigor objetivava, principalmente, criar as condições para que a revolução de 1964 fosse incorporada a história. Ele se dizia de acordo com Geisel de que aquele período de quase 20 anos tinha de ser tomado “como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações”.

A construção de um sistema de ideias e valores se constituiu em um dos fundamentos do processo psicossocial e político instaurado em 1964. Atravessou todo o regime militar como um fio condutor esta preocupação com o estabelecimento e com a internalização do ideário construído pelo movimento de 1964. A intenção de projetar para o futuro os objetivos e propósitos da ditadura se tornou o elemento chave de sua investida no sentido de elaborar uma consciência coletiva favorável a ela (REZENDE, 2001, p. 304).

As concepções de mundo expressas nos discursos das lideranças militares que dirigiram e disputaram o direcionamento, assim como os processos institucionais nos múltiplos níveis de organização da máquina estatal ditatorial, não deixam, portanto, de expressar a preocupação em consolidação do consenso, tanto sobre a necessidade de

combate à subversão para manutenção da segurança nacional, quanto sobre a exacerbação do protagonismo que caberia às Forças Armadas (com especial ênfase no Exército) não só no desencadeamento de operações ligadas a esta problemática, como, também, na sua relevância decisória em nível de Estado. Independentemente, a abertura tornava-se uma demanda incômoda que as Forças Armadas precisavam começar a atender, deste modo:

Geisel toma efetivamente certas medidas decisivas no sentido de um relaxamento da pressão autoritária. Sob seu mandato, a censura da mídia é afrouxada de maneira considerável, enquanto os excessos e a autonomia operacional do aparelho repressivo são contrariados. Por fim, a Emenda Constitucional n.11 põe fim, em outubro de 1978, ao estado de exceção, revogando todos os Atos Institucionais e Complementares, inclusive o AI-5 (CHIRIO, 2012, p. 165).

Figura icônica para setores liberais brasileiros, Ernesto Geisel se destacou por sua expressiva contradição político-ideológica. Um dos presidentes militares que melhor encarnou o personagem de ditador, Geisel dirigiu de modo extremamente autocrático o processo inicial de abertura democrática brasileira, independente dos atritos estabelecidos entre o ex-presidente ditatorial e os Estados Unidos, a nomeação de Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil da Presidência (NAPOLITANO, 2014), explicita a concordância com a continuidade de uma boa relação, mesmo que atenuada, com os ditames do imperialismo estado-unidense no desenvolvimento do capitalismo brasileiro – levando em consideração que o general idealizador do SNI, Golbery do Couto e Silva foi o responsável pelo acordo “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano” (MATHIAS; ANDRADE, 2012).

Interessante notar que, da mesma forma como aconteceu com a chegada ao poder da linha dura, a sucessão presidencial ocorreu, novamente, pela escolha do então chefe do SNI, João Batista de Oliveira Figueiredo para dar continuidade ao projeto castelista na presidência, dando também sequência à abertura política. Inclusive, dentro desta problemática, é relevante problematizar alguns apontamentos de Daniel Aarão Reis, segundo o qual:

Apesar das articulações realizadas por Geisel com setores moderados da sociedade política e setores “neutros” da sociedade civil, não se pode deixar de evidenciar as problemáticas resistências que permearam o processo de abertura “lenta, gradual e segura”:

De um lado, os chamados *bolsões sinceros, mas radicais*. A tropa de choque da ditadura. A chamada comunidade das informações. Em outras palavras, a polícia política. Ali se reuniam animais de vários tipos. Havia os oficiais treinados nos sofisticados serviços de inteligência e contra-informação, acostumados a ler e a analisar textos políticos e organogramas de organizações clandestinas, e a dar instruções que viabilizassem a tortura como método de coleta de informações. Esses homens trabalhavam em salas climatizadas e não se misturavam ao trabalho sujo e degradante da tortura, embora o sucesso dessa deles dependesse. Eram homens *normais*, naquele sentido em que Hannah Arendt falou da *banalidade* e da *normalidade* do Mal. E havia também facínoras de todo tipo, sem falar nos bate-paus obtusos, e nos que se haviam corrompido nos submundos do crime e da contravenção, protegidos pela impunidade dos chamados *homens do sistema*. Essa gente, desde o início, nunca viu com bons olhos a política de abertura. E se preparou para combatê-la (REIS, 2000, p. 65-66).³⁷

Ora dada, então, a dimensão gigantesca que o SNI assumiu em meio ao aparelho de Estado ditatorial brasileiro do período, considerando os laços estreitos que Figueiredo e Geisel mantiveram com o aparelho de inteligência (conforme evidenciado pelos documentos da CIA apresentados na primeira parte deste capítulo), seria mesmo possível expressar concordância com o autor na afirmação de que a comunidade de informações se colocou como opositora de Geisel e Figueiredo? O que buscar-se-á demonstrar no decorrer dos próximos capítulos, ao contrário, é um constante processo de mudanças de postura que passaram a permear as análises dos agentes como estratégias de manutenção do seu poder e funcionalidade política e institucional, adequando-se aos novos direcionamentos e, em certa medida, desenvolvendo estratégias de atuação cabíveis com os interesses do projeto de distensão política.

Figueiredo assume a presidência no ano de 1979, incumbido de um mandato estendido (seis anos) que foi atribuído para garantir a segurança na transição política (CHIRIO, 2012). Como em tantas vezes anteriores, Estado e legislação são remodelados de forma a atender os anseios militares para a manutenção e garantia de sua concepção de segurança nacional, mas a abertura havia sido iniciada e continuaria seu lento processo até o ano de 1985.

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), os últimos anos do governo Figueiredo teriam sido marcados por um enfraquecimento do projeto político de Golbery do Couto e Silva e dos setores militares, abrindo espaço para o fortalecimento

³⁷ Do outro lado da moeda, situavam-se os grupos sobreviventes da esquerda revolucionária (REIS, 2000).

de um protagonismo dos partidos políticos e de cardeais vinculados à Teologia da Libertação. Em contrapartida, Jorge Zaverucha (2010) defende não só a permanência dos setores militares no processo de transição como, também, na própria definição das diretrizes que orientaram a Constituição de 1988. Por sua vez, Juan Linz e Alfred Stepan (1999) partilham do princípio de que os anos iniciais da democracia brasileira, durante a década de 1990, continuaram a representar um processo de democratização cerceada, no qual os militares ainda exerciam grande poder no direcionamento das decisões do país.

Indicando estas proposições como ilustração da multiplicidade de divergências existentes na produção acadêmica sobre a temática, esta Tese declara partilhar do princípio de que a chave para compreensão da real dimensão do projeto político de Golbery do Couto e Silva encontra-se na apreensão da função social que sua doutrina de Segurança Nacional, agora consolidada enquanto ideologia, exerceu na atuação cotidiana do órgão de inteligência que o próprio intelectual militar idealizou para colocar em prática seu projeto de poder. Desta forma, os próximos capítulos dedicam-se exclusivamente a analisar o SNI em suas múltiplas facetas.

Capítulo II – O Serviço Nacional de Informações

Conforme indicou-se no capítulo anterior, a concepção brasileira de segurança nacional foi histórica e politicamente formulada e reformulada nas fileiras da alta hierarquia militar durante as décadas do século XX – período em que a eclosão de guerras a nível mundial e o acelerado desenvolvimento tecnológico traçavam novas diretrizes e horizontes para o planejamento estratégico da guerra. Conjuntamente com os princípios de segurança nacional, desenvolveu-se no Brasil os modelos de serviço de inteligência que melhor estariam adequados à realidade nacional – de forma intrigante, com a ascensão da ditadura militar em 1964, tanto a concepção de segurança nacional quanto o órgão de inteligência mais adequado a garanti-la foram delineados pelo general Golbery do Couto e Silva.

Não se pode deixar de considerar que, historicamente, diversos Estados buscaram desenvolver sistemas específicos de inteligência que viabilizassem o controle da ordem e a prevenção de efervescências político-sociais. Contudo, foi durante o período entre guerras (1919-1939) e, especialmente, durante o conflito da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que os Estados Nação despenderam maior esforço para a construção destes aparelhos estatais (CEPIK, 2003). Farias (2005), ressalta o protagonismo político que estes serviços passaram a exercer no período de Guerra Fria (1945-1991) indicando, por exemplo, a forma como as decisões políticas estado-unidenses tenderam a fundamentar-se nos relatórios provenientes das investigações da *Central Intelligence Agency* (CIA). Assim, é relevante apreender que:

Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento. São organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversariais em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo (CEPIK, 2003, p. 75-76).

Não se pode, é claro, deixar de considerar que as distintas formas que os mais variados serviços de inteligência assumiram (e ainda assumem), em diversos países e

diferentes momentos históricos, encontram-se diretamente ligadas às múltiplas especificidades que delineiam as relações internas e externas de disputas nas quais o determinado Estado em questão encontra-se inserido – implica-se nisto, apreender as configurações do complexo de complexos, especialmente no que diz respeito às relações de trabalho que o configuram. No que tange ao caso brasileiro e às especificidades assumidas pelo Serviço Nacional de Informações, durante o regime ditatorial militar (1964-1985), há de se considerar que:

O sistema brasileiro de informações possui um somatório de características que nenhum outro possui, tais como o status de ministro de Estado para seu chefe, monopólio do ensino de informação, coordenação de todo o sistema de inteligência, independência, presença de agentes em todos os órgãos públicos, nenhum controle por parte do Legislativo ou do Executivo. Nem mesmo a KGB soviética possui tal soma de poderes, pois presta contas ao partido. Em sistemas democráticos, naturalmente, há muitos controles. Nos Estados Unidos, existem desde 1977 na Câmara e no Senado, *Select Commitees* (Comissões Especiais) que supervisionam as atividades de inteligência (CARVALHO, 2005, p. 147).

Em outras palavras, as configurações particulares que caracterizaram o gigantismo do SNI o tornam um modelo especial de serviço de inteligência para uma análise das funções que determinado órgão pode assumir na realidade concreta. O recente acesso às fontes documentais produzidas especificamente por este órgão de inteligência constituem, desta forma, um novo horizonte para a apreensão de suas efetivas dimensões, não só no que tange às diretrizes internas de funcionamento, como, também, a forma como este aparelho de estado interagiu de forma dinâmica com os múltiplos componentes da vida social.

Deste modo, o presente capítulo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, é apresentado um panorama do processo de construção e reformulação dos serviços brasileiros de inteligência que levaram à consolidação do gigantesco SNI. Posteriormente, as fontes documentais provenientes do arquivo paranaense do SNI são utilizadas como base para a análise das diretrizes de atuação dos agentes de informação. Por fim, na última parte deste capítulo são apreendidas e expostas as contradições investigativas inerentes à concepção de mundo anticomunista, que fundamenta a doutrina de segurança nacional do período de Guerra Fria, especialmente no que tange à pressuposição de neutralidade investigativa que deveria nortear as ações do órgão de inteligência nacional.

2.1 – A formação do serviço de inteligência

Idealizado por Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações brasileiro foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de julho de 1964 (pouco tempo após a concretização da ação golpista que consolidou a ditadura militar brasileira). Ana Lagôa (1983) realizou um debate acerca do Sistema Nacional de Informações abordando sua gênese e as transformações ocorridas no órgão estatal durante o decorrer do regime ditatorial militar. Segundo a autora o SNI partilhava do princípio de que:

Sua ação se distribuí em três frentes: política, tóxicos e pornografia, segundo a mesma reportagem com base em depoimento de um agente, que considera esses três itens como “vírus perigosos prontos a minar a estrutura militar. Esses vírus são encarados como agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional” (LAGÔA, 1983, p. 19).

Fato é que a consolidação deste específico órgão de inteligência nacional faz parte de um extenso projeto de aprimoramento do setor de aparelho estatal responsável pelas respectivas áreas de atuação. Não deixando de ressaltar, que dentro das mudanças ocorridas no desenvolvimento dos conflitos internacionais e nacionais do século XX, no qual o aperfeiçoamento tecnológico desempenhou papel fundamental:

O traço mais característico e significativo do atual estágio da técnica militar e, portanto, também da orientação das pesquisas científica ligadas ao desenvolvimento da técnica militar (ou que tendem a este fim) parece que deva ser buscado no seguinte: a técnica militar, em alguns de seus aspectos, tende a tornar-se independente do conjunto de técnica geral e a transformar-se numa atividade à parte, autônoma. [...] Esta situação da técnica militar é um dos elementos mais “silenciosamente” atuantes naquela transformação da arte política que levou à passagem, também em política, da guerra de movimento à guerra de posição ou de assédio (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 28, vl. 3, p. 80).

No período que antecede o conflito da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), já existia no Brasil a preocupação com a consolidação de aparelhos de estado responsáveis pelo monitoramento das atividades políticas e ideológicas dos distintos setores que compunham a sociedade brasileira. Inclusive, o primeiro órgão de vigilância brasileiro surgiu em 1927, intitulado Conselho de Defesa Nacional (CDN), servindo como mecanismo de controle da classe operária e combate às agitações políticas. Posteriormente o órgão foi aprimorado por Getúlio Vargas, passando a ser denominado

Conselho de Segurança Nacional (CSN), agora mais centralizado (FIGUEIREDO, 2005). As transformações do serviço de inteligência brasileira nas primeiras décadas do século XX foram dinâmicas, sendo que:

Nos anos 1940-1950, no âmbito da ditadura do Estado Novo e, posteriormente, no quadro da Guerra Fria, os Dops tiveram seus efetivos aumentados, tornando-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo. Dentro das Forças Armadas, o único órgão de informações a possuir uma estrutura inteiramente voltada para a área de inteligência era o Serviço de Informações da Marinha, fundado em 1955 e reformulado no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em 1957. Essas instituições foram consideradas insuficientes para fazer frente aos desafios representados pela conjuntura do início dos anos 1960 (JOFFILY, 2014, p. 159).

A preocupação com as infiltrações comunistas no território nacional, como demonstrado anteriormente, não são, portanto, uma exclusividade do período da Guerra Fria, apesar de terem assumido uma dimensão muito mais ampla e nociva à conjuntura política brasileira no contexto da ditadura militar. Dentro de determinada perspectiva, é impossível deixar de considerar que:

As origens das atuais organizações de inteligência de segurança remontam ao policiamento político desenvolvido na Europa na primeira metade do século XIX, decorrente da percepção de ameaça representada por movimentos inspirados na Revolução Francesa e pelo nascente movimento operário anarquista e socialista. As forças especializadas em manutenção da ordem interna desenvolveram técnicas e recursos de vigilância, infiltração, recrutamento de informantes e interceptação de mensagens para a repressão política dos grupos considerados subversivos (CEPIK, 2003, p. 91).

Assim, conforme indicam Mathias e Andrade (2012), foi com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se despertaram as preocupações de lideranças das Forças Armadas brasileiras a respeito de sua defasagem tecnológica, estrutural, organizacional e doutrinária. A partir destas constatações, as Forças Armadas brasileiras passaram a se reformular de modo a assemelhar-se com a congênere estado-unidense. Assim, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) sofreu reformas, passando a se consolidar como Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) – delineado em 1946 e implementado em 1956.

Conforme evidenciou-se na análise das fontes secundárias, provenientes da obra do ideólogo militar Golbery do Couto e Silva, a preocupação com a consolidação de um

novo modo de serviço de inteligência, adequado a padrões mais rígidos e aperfeiçoados de atuação no combate às infiltrações subversivas, perpassava um dos elementos primordiais para a efetiva conquista da concepção de segurança nacional que as fileiras militares conservadoras almejavam conquistar no país. Golbery do Couto e Silva (2003), assim como outros representantes da intelectualidade militar do período pré 1964, expressavam exacerbado receio com o caráter deficitário que os órgãos de inteligência nacional apresentavam na época.

Neste sentido, a partir da entrevista concedida pelo capitão-de-mar-e-guerra Ivo Corseuil (diretor do SFICI no ano de 1964), José Murilo de Carvalho (2005) traça relevantes apontamentos acerca do caráter deficitário que o serviço de inteligência apresentava na época. Entre algumas das razões é apontada a falta de verba necessária para um efetivo bom funcionamento do órgão – condição a partir da qual, não só dificultava-se a realização de operações de grande porte, como também tornava comum a prática de venda de informações, por parte dos agentes em exercício, para lideranças políticas (com ênfase para o conservador carioca Carlos Lacerda).

O caráter falho e defasado dos órgãos de inteligência brasileiros pré SNI pode ser evidenciado em exemplos como o da errônea prisão de Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto) no lugar de Herbert de Souza (Betinho) realizada pelo Cenimar em 1964. Enquanto o primeiro vinculava-se à Ação Católica (AC), o segundo era um dos principais nomes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) da época. O Cenimar foi incapaz tanto de discernir as diferenças entre as respectivas entidades quanto em relação aos “Betos” (FREIRE, 2019).

Neste processo, a ESG e, posteriormente, a Escola Nacional de Informações (ESNI)³⁸ desempenharam papel de destaque na elaboração das diretrizes de uma nova doutrina de Segurança Nacional, dos quais o protagonismo intelectual cabe a Golbery do Couto e Silva (MIGUEL, 2002), ocupando-se de traçar estudos específicos a respeito da Geopolítica nacional, voltados, mais especificamente, para o combate das infiltrações e difusões de ideologias “exóticas” no território nacional, sendo que “no contexto de Guerra Fria, a concepção de segurança era o requisito para contrapor-se ao comunismo” (SOUZA, 2019, p. 424). Seguindo, assim, os parâmetros reflexivos da *National War*

³⁸ Fundada na década de 1970, a Escola Nacional de Informações (ESNI) constituiu-se enquanto centro específico para uma formação de elite dos agentes de informação (civis e militares) apropriando-se dos elementos formativos da ESG e de diretrizes de instituições similares internacionais (EUA, Inglaterra, Alemanha e França), a ESNI possuía uma rígida hierarquia para a formação de seus quadros (SOUZA, 2019).

*College*³⁹ (NWC), os setores intelectualizados das Forças Armadas brasileiras passaram a delinear a doutrina que legitimou, não só a deflagração do golpe de 1964, como também todo o processo de desenvolvimento do amplo e violento aparato repressivo que caracterizou a ditadura militar brasileira.

É dentro desta perspectiva que se edificou o Serviço Nacional de Informações (SNI), no ano de 1964, sob idealização e chefia do próprio general Golbery do Couto e Silva.⁴⁰ Conforme indicado pelo primeiro volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), a organização das agências central e regionais do SNI se estruturavam da seguinte forma (com contingente de funcionários relativos à amplitude de atuação de cada agência): Chefia, Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais. Salientando que:

Com a criação do SNI, foi necessário integrar ao Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações – SISNI a Comunidade Setorial dos Ministérios Cíveis, solução encontrada na transformação das Seções de Segurança em Divisões de Informações. As DSI eram órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, mantendo subordinação direta aos respectivos Ministros de Estado e estreita colaboração com a Secretaria Geral do CSN e com o SNI (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 35).⁴¹

Fico (2001) analisou os arquivos da Divisão de Segurança e Informação (DSI),⁴² buscando compreender a lógica estrutural que imperava dentro da realidade particular da comunidade de informação estatal. Segundo o historiador, é necessário levar em consideração o fato do arquivo do DSI, ou no caso do SNI, constituir-se enquanto uma coleção de fontes documentais oficiais de um órgão estatal de inteligência interna que se incumbia de desenvolver investigações, relatórios e informações encomendados pela própria hierarquia tecnoburocrática estatal com o intuito de combater a “ameaça

³⁹ Segundo Rocha (1996), apesar da forte influência exercida pelas diretrizes do *National War College*, na formação da ESG, a doutrina de Segurança Nacional brasileira se desenvolveu com algumas divergências essenciais em relação à proposta estado-unidense. Principalmente no que tange à concepção dos oficiais brasileiros em protagonizar a formação de uma elite nacional (militar e civil) para dirigir o Estado.

⁴⁰ Relevante enfatizar que Golbery do Couto e Silva era o chefe do SFICI durante o governo de Jânio Quadros (1961), tendo solicitado afastamento após a dramática renúncia do presidente, passando a ocupar-se com a difusão de propagandas e ideias contrárias a João Goulart em meio à sociedade civil, financiado, inclusive, pelo capital nacional e estado-unidense (BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume 1, 2014).

⁴¹ No ano de 1970, contudo, as DSI são novamente reformuladas e passam a se subordinar exclusivamente ao SNI.

⁴² Conforme apresenta Fico (2014), o DSI foi um dos órgãos de informação, instalado em todos ministérios civis, que apesar de estar subordinado de forma hierárquica ao ministro, era mantido sob a superintendência do SNI, sendo que sua principal funcionalidade era produzir as informações encomendadas pelo SNI.

comunista” (nacional e internacional), garantindo o desenvolvimento econômico e a Segurança Nacional. O autor ainda destaca que:

É especialmente útil para classificar os militares que participaram das comunidades de segurança e informações como um “corpo de especialistas” que, tendo constituído um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo, lograram situar-se como produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto a conduta omissa dos moderadores que os toleraram (FICO, 2001, p. 21).

Desta forma torna-se perceptível a relevância que pode ser atribuída a estrutura tecnoburocrática do SNI. Dentro desta perspectiva é possível conceber o SNI enquanto parte integral e essencial de um extenso aparato estatal que tinha por funcionalidade a consolidação do consenso social. Ainda assim,

Nos primeiros momentos que se seguiram ao golpe de 1964, os setores mais visados foram os militares fiéis ao governo deposto, sindicalistas, estudantes, parlamentares ligados a partidos de oposição ao governo militar, jornalistas e indivíduos oriundos dos movimentos sociais. Os testemunhos de presos desse período referem-se a uma repressão brutal, mas pouco metódica, descoordenada, frouxa e desinformada quanto a aspectos ideológicos e organizacionais daqueles que estavam perseguindo (JOFFILY, 2014, p. 164).

Dentro desta problematização, Fico (2001) realiza apontamentos a respeito da suposta imparcialidade pretendida pelos agentes de informação, apesar de não se consolidar como cerne do debate de sua obra, atentando ao fato de que um grande número de documentos oficiais apresenta subjetividade, e os subsequentes juízos de valores dos técnicos responsáveis pela elaboração dos relatórios – fenômeno basilar das análises propostas por esta pesquisa que serão explorados no decorrer do trabalho em sua totalidade.

A substituição de Golbery do Couto e Silva, pelo general Garrastazu Médici na chefia do SNI, no ano de 1967, trouxe um marco essencial para o órgão estatal de informações, ampliando “suas atividades, antes restritas a investigações sobre ação subversiva e corrupção, para incluir a análise dos problemas políticos, sociais e econômicos que agitavam o país” (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, volume 1, 2014 p. 102).⁴³

⁴³ No decorrer do desenvolvimento do aparato repressivo e investigativo da ditadura militar brasileira, o SNI tomou gradualmente proporções astronômicas. Seu chefe respondia exclusivamente ao presidente da República (representante militar eleito de forma indireta) – futuramente, o próprio general Golbery do Couto e Silva reconheceria que o SNI se tornara um “monstro”.

Além disso, é interessante notar uma aparente transformação na relação que se estabeleceu entre a caserna e o SNI no desenvolvimento do regime ditatorial. Conforme indica Maud Chirio (2012), os relatórios do SNI dos anos de 1964 e 1965 apontam a “linha dura” militar como uma das principais formações de ameaça ao pressuposto processo revolucionário em curso, sem deixar, é claro, de expor ressalvas e minimizar as possibilidades de efetivos efeitos nocivos decorrentes das ações engendradas por esta ala das Forças Armadas. Em contrapartida, com a efetiva ascensão da “linha-dura” ao Executivo nacional “os boletins e relatórios do SNI, conservados desde 2005 no Arquivo Nacional, são mudos sobre a vida nas casernas no início dos anos 1970” (CHIRIO, 2012, p. 168).

Apesar das visíveis disputas estabelecidas entre os setores conservadores da hierarquia militar, que permearam todo o desenrolar da ditadura militar, quanto às especificidades diretivas de atuação dos mais diversificados aparelhos do Estado de exceção, a preocupação com a segurança nacional, fundamentada no massivo combate às ameaças comunistas (internas e externas) manteve-se uma constante – o mencionado amálgama ideológico que mantinha relativas relações de cordialidade entre os setores em oposição. A partir deste norteammento basilar, o Serviço Nacional de Informações edificou-se, portanto,

Vinculado à Presidência da República, suas atividades organizavam-se seguindo três importantes dimensões: 1) conjuntura brasileira: assessoria ao poder Executivo a partir da elaboração de estudos da situação política e econômica do país; 2) segurança nacional: atividades direcionadas para a identificação do inimigo; e 3) orientação e instrução dos membros da máquina repressiva, atividades voltadas para a formação e orientação dos agentes da repressão – orientá-los quanto suas ações e recrutar informantes para atuar nas várias instâncias da sociedade (SOUZA, 2019, p. 427).

A extensa cadeia hierárquica que se constituiu na comunidade de informações brasileira partia, assim, de rígidos pressupostos doutrinários como condição de integração do sujeito ao imenso órgão investigativo. Suas incumbências estendiam-se desde o simples levantamento cotidiano de dados sobre potenciais ameaças ao país, até a proposições de projetos de porvir para o Brasil. Dentro destas diretrizes, as mencionadas instituições de ensino militar, com ênfase para a ESNI, exerciam o papel primordial de formação qualificada de contingente e presumiam uma concordância com

o paradigma de neutralidade investigativa estado-unidense⁴⁴ – fenômeno que não condizia com a forma real que as investigações e avaliações, repletas de juízos de valores, eram desenvolvidas pelos órgãos de repressão e pela própria comunidade de informações (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; QUADRAT, 2012; SAMWAYS, 2014).

Por fim, é necessário retomar outro ponto nevrálgico da perspectiva de atuação do SNI que perpassou o período de vigência da ditadura militar brasileira. Conforme indicou-se anteriormente, entre suas atribuições destacava-se especialmente o recolhimento e produção de informações que viabilizassem um efetivo combate às supostas ameaças iminentes do comunismo internacional no território brasileiro, contudo, para os representantes da alta hierarquia, cabia também a função de delinear estratégias políticas, econômicas e sociais, que deveriam ser colocadas em prática pelo aparato investigativo estatal brasileiro do período (OLIVEIRA, 2010). Determinada perspectiva encontrava-se direcionada para o atendimento das demandas desenvolvimentistas que, dentro do prisma da doutrina de Segurança Nacional, permeavam os objetivos gerais da nação, não deixando de evidenciar que “[...] todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes tornam-se, com isso, instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o ser humano a sua particularidade e, com isso, ao seu ser alienado” (LUKÁCS, 2018b, p. 700).

Se faz, neste ponto, enfatizar que a presente Tese compartilha da percepção de que estas determinadas especificidades que marcaram as transformações dinâmicas, tanto da ideologia de segurança nacional quanto do próprio serviço de inteligência brasileiro, correspondem (como produto, consequência e elemento reprodutor) da via de desenvolvimento que caracteriza a particularidade do capitalismo brasileiro, inserido no complexo de complexos da divisão internacional do trabalho. Por afinidade, expressa-se concordância nesta pesquisa com a proposta de Mazzeo (1999; 2015), de que a via de desenvolvimento que caracteriza essa particularidade brasileira é a de caráter *prussiano-colonial*. Dentro deste prisma colonial-prussiano de desenvolvimento, a concentração de poder político dos setores da classe burguesa condicionou uma ampla apropriação do território produtivo, acompanhada de modos intensivos de exploração da força de

⁴⁴ Inclusive, de forma alguma, este trabalho concorda com a possibilidade da real existência de um paradigma investigativo neutro. Defende-se no decorrer das análises apresentadas, a forma como as capacidades intelectivas humanas são condicionadas por visões de mundo prévias, as quais perpassam inúmeros elementos que influem na forma como o sujeito que observa interpreta seu objeto de análise (quer sejam elas as múltiplas formas de expressão das ideologias: religiosidade, direito, cultura, entre outras).

trabalho visando à manutenção de uma delicada ordem de dominação, tanto da burguesia interna quanto do imperialismo externo (MAZZEO, 2015).

Segundo Fernandes (2008), as especificidades do capitalismo nas sociedades coloniais (nas quais a gênese dependente em relação à colônia se caracteriza, precisamente, pelos elementos inerentes ao capitalismo) criam condições estruturais tradicionalistas-conservadoras específicas as quais demonstraram propensão a se readequar com facilidade às transformações sociais – o que determinou que a revolução burguesa brasileira não se fundamentasse em uma transformação radical das relações estruturais, mas em um mero rearranjo político-econômico que viabilizou uma continuidade das tradições no ingresso à modernização. Essa burguesia que se desenvolve pautada em um modelo político-econômico latifundiário, estamental e dependente, não criou, portanto, as condições sociais para um real desenvolvimento da lógica competitiva, comum aos países capitalistas de revolução clássica, e não encontrou outra via de domínio político que não fosse a autocracia.⁴⁵

Ademais, conforme apontam Galvão e Vasconcelos (1999), as articulações produtivas, decorrentes do projeto desenvolvimentista da ditadura militar, visaram o investimento estatal (incentivos fiscais, construção de infraestrutura, entre outros) para consolidação de centros industriais em diferentes regiões nacionais, descentralizando o enfoque de produção no Sudeste, que marcou as décadas de 1970 e 1980. Assim, tendo em vista o recorte geográfico proposto para análise, torna-se pertinente expor algumas especificidades sobre a inserção do Paraná na via de desenvolvimento do capitalismo nacional e, consecutivamente, no complexo de complexos (nacional e internacional).

Segundo aponta Magalhães Filho (1996), o território paranaense passou a ser efetivamente explorado a partir do século XVI por colonizadores portugueses (litoral) e espanhóis (Oeste), tendo os espanhóis obtido maior rapidez e profundidade no estabelecimento de colônias de exploração na região hoje conhecida como Paraná. Contudo, foi com a mineração do ouro no século XVII que a região paranaense vivenciou uma ampliação no processo colonizador, tanto no que tange à mineração na região nas primeiras décadas quanto a disponibilização de rebanhos de carga para o subsequente aprofundamento da exploração aurífera em Minas Gerais nas décadas finais

⁴⁵ A problemática do caráter subordinado do desenvolvimento econômico brasileiro e o combate estatal ao surgimento de uma ordem competitiva interna de produção, assim como a concentração da produção industrial no Sudeste, perpassa, inclusive, as formulações de representantes do liberalismo-reformista (FURTADO, 1964) e do conservadorismo (PAIM, 2000).

do século XVII. Após um leve período de decadência da mineração, o tropeirismo paranaense se recuperou em consequência da produção cafeeira do século XVIII e, deste fato decorreu a ascensão de uma classe dominante proprietária latifundiária paranaense que consolidou seu poder político com a emancipação da Província do Paraná (1853).

No final do século XIX, duas novas perspectivas de produção tomaram forma na região do Paraná, o cultivo do mate e a extração da madeira, responsáveis pelo surgimento de uma classe burguesa paranaense e pela expansão do trabalho assalariado na região (especialmente proveniente de mão de obra imigrante europeia) – sendo que com o desenvolvimento da indústria madeireira, o Paraná vivenciou uma efetiva injeção de capital externo (especialmente inglês e estado-unidense) acompanhado de massivas concessões de terras para as empresas imperialistas. No que tange a este processo, torna-se relevante enfatizar que, em decorrência das configurações históricas de desenvolvimento da nações latino-americanas (desvinculadas entre si e subordinadas à metrópole inglesa), surgiu uma rígida relação de dependência – assim, o horizonte capitalista cabível para estes países é o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Deste modo,

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm neste seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas (MARINI, 2017, p. 327).

Magalhães Filho (1996), indica que o principal foco de produção madeireira paranaense era para a exportação, especialmente para a Europa que se reconstruía após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – fenômeno que alavancou a sobreposição da

elite madeireira na dominação política do Paraná, antes sob a égide da burguesia ervateira. Assim, há de se evidenciar que a burguesia paranaense ascende em um modelo de produção latifundiário que possibilitava a cristalização de um padrão autocrático de dominação política, extremamente rígido no que tange à participação dos representantes da classe trabalhadora ou mesmo grupos da classe burguesa. Entende-se que “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2017, p. 340).

Macedo, Vieira e Meiners (2002) demonstram que, entre os anos de 1939-1999, o setor majoritário de produção do Paraná foi o das indústrias de bens intermediários, sendo que até a década de 1970⁴⁶ a extração de madeira manteve destaque em relação aos demais gêneros de produção e, a partir de 1975 visualizou-se o seu declínio, acompanhado de um gradual crescimento da indústria química (que engloba a produção de óleos e gorduras vegetais e animais). Ressaltam, ainda, que o período que compreende as décadas de 1970 e 1980 demonstrou um visível incentivo de desenvolvimento das indústrias de bens de capital e de consumos duráveis no Paraná e, que as indústrias tradicionais e de bens de consumo não duráveis (principalmente a produção de alimentos) demonstraram um crescimento robusto até o ano de 1959 acompanhado de um declínio suave após 1975.

Apesar da década de 1960 ter sido marcada pela elaboração do “modelo paranista de desenvolvimento”,⁴⁷ sob direção da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR), os objetivos de consolidação de um “Paraná Autônomo” foram coibidos, principalmente, pelos Planos Nacionais do Desenvolvimento (I e II) impostos durante as décadas de 1970 e 1980. Desta forma, indica-se que o desenvolvimento das economias regionais no processo de

⁴⁶ Ademais, conforme indica Medeiros (2017), os direcionamentos de estudos estratégicos delineados na década de 1950 traziam a representação das regiões do Paraná como caracterizadas por um vazio demográfico e baixos níveis de exploração do solo, o que, em sentido real, evidenciava o horizonte avaliativo de reconhecimento das formas de produção como exclusivamente vinculadas ao processo de desenvolvimento capitalista. Assim, os territórios indígenas da região e os espaços ocupados por pequenos agricultores e posseiros (economia de subsistência) eram ignorados pelas pesquisas que visavam à implementação de um novo projeto de ocupação da região, de modo a adequá-la ao complexo de desenvolvimento capitalista.

⁴⁷ Os principais objetivos do projeto eram: a integração das três regiões do Estado (o Paraná Velho, o Paraná Cafeeiro-Paulista e as fronteiras do Oeste); substituição de importações em prol de um desenvolvimento integral e vertical da indústria paranaense; assim como fortalecer e expandir pequenos e médios capitais no Estado (AUGUSTO, 1978).

descentralização da produção (1970-80), ocorreu de forma controlada e limitada. O horizonte de emancipação da indústria paranaense foi gradualmente substituído pelo princípio de integração complementar da economia nacional, mantendo uma relação de subordinação da economia paranaense com a paulista (AUGUSTO, 1978).

Ademais, conforme indicam Macedo, Vieira e Meiners (2002), o relatório de 1982 do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IAPARDES), traz importantes avaliações sobre os resultados do projeto de desenvolvimento paranaense, realizado durante a década de 1970. Entre os apontamentos do relatório destaca-se o amplo processo de industrialização da produção agrícola⁴⁸ e a continuidade do desenvolvimento de capitais locais caudatários do capital paulistano e estrangeiro – fato que reforça a situação do Paraná em relação aos objetivos gerais da nação, em sua inserção no complexo de complexos.

Neste sentido, indica-se que o desenvolvimento histórico da economia paranaense expressa uma relação periférica do Paraná com o principal centro de produção industrial brasileiro (São Paulo), que perdurou até a década de 1970 (PADIS, 1981) – dado relevante para apreensão da dupla situação periférica à qual se subordinava a região paranaense, na relação do complexo de complexos interno (dependência de São Paulo) e externo (dependência das potências imperialistas).

Tendo sido traçado, portanto, este breve panorama sobre as transformações ocorridas no serviço de inteligência nacional durante as décadas iniciais do século XX, assim como as relações de produção que permearam a lógica de reprodução capitalista brasileira e paranaense, torna-se possível dedicar-se especificamente às análises das diretrizes internas de funcionamento que perpassam os documentos do Serviço Nacional de Informações em si. Desta forma, busca-se atentar com maior afinco à apreensão do modo como esta pressuposta neutralidade investigativa (permeada por uma deturpada concepção anticomunista de segurança nacional) transpassou, na realidade concreta, o direcionamento das ações persecutórias dos agentes que compuseram a comunidade de informações.

⁴⁸ Apesar do crescimento de diferentes setores da produção industrial no período (concentradas na região metropolitana de Curitiba), o relatório indica que a base econômica do Estado, no início da década de 1980, ainda era o agronegócio.

2.2 – Diretrizes de atuação

No ano de 1978, foi enviada à agência regional de informações do Paraná uma avaliação acerca do contingente de funcionários ativos e necessários para atuação nos territórios paranaense (PR) e catarinense (SC) – ambos subordinados à Quinta Região Militar/Divisão de Infantaria (5ª RM/DI),⁴⁹ sediada em Curitiba-PR. Dado o contínuo e acelerado crescimento populacional dos Estados do Paraná e Santa Catarina, o agente responsável avalia os problemas decorrentes do excesso de trabalho em relação à escassez de profissionais envolvidos na comunidade de informações regional. Segundo consta no relatório:

O fluxo de informações passou a exigir maior gama de trabalho na coleta de dados e análise, e, portanto, qualificação mais aprimorada do pessoal desta AR.

A estrutura em pessoal, mesmo considerando o completamento de todos os cargos previstas no O L P, tem se mostrado insuficiente; as dificuldades em pessoal, serão minoradas quando se tornar viável a transformação da ACT de tipo “A” para o tipo “B”, de maior efetivo ou a criação de um Núcleo ou mesmo uma AR, em Santa Catarina.

Quanto ao adestramento e especialização do pessoal, a EsNI, tem proporcionado um elevado nível de cooperação, tanto quantitativo – número de vagas – quanto qualitativo. Carece, no entanto, considerar que o recrutamento de pessoal para a Agência constitui [sic] problema complexo pela escassez [sic] de material humano com a qualificação desejada (SNI. Funcionamento do SISNI, ACT_ACE_1495, 30 de dezembro de 1978, lauda 02 – grifos nossos).

Nota-se, pois, alguns elementos que se destacam na avaliação do agente responsável, dos quais a principal elucidação é a visível e exacerbada preocupação com a qualidade do “material humano” a ser integrado na comunidade de informações. Conforme foi evidenciado no tópico anterior, a preocupação com a formação qualitativa dos agentes que compunham o aparelho repressivo estatal da ditadura militar, a partir dos pressupostos da doutrina de Segurança Nacional, era uma das características basilares da comunidade de informações, contudo, a formação dos agentes de informação perpassava um crivo ainda mais rígido – conforme indicado anteriormente, a própria doutrina golberyana de Segurança Nacional exibia diretrizes claras a respeito da preocupação com os baixos níveis intelectivos da população brasileira, que a tornaria facilmente manipulável pelos sujeitos subversivos (MIGUEL, 2002).

⁴⁹ Subordinada ao III Exército (Porto Alegre), “a 5ª RM/DI possuía em seu território comandos subordinados de artilharia divisionária, brigadas de infantaria, regimentos e batalhões de infantaria, grupos de artilharia, regimentos de cavalaria e unidades de apoio” (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade* – Teresa Urban, 2014, p. 73).

O relator segue sua análise das conjunturas paranaense e catarinense enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo então delegado da DOPS de Curitiba/PR, Ozias Algauer, como exemplo de excelência no combate à subversão – chegando, inclusive, a lamentar o fato de outras lideranças da região não se equipararem qualitativamente a Algauer. Neste sentido, é pertinente indicar que até o final da década de 1960, as DOPS eram responsáveis pelas ações policiais de repressão política, enfatizando que:

Os Dops foram amplamente aproveitados pelo sistema repressivo, mas, por seu caráter policial e por sua jurisdição restrita, teriam um papel auxiliar na máquina repressiva. Combater na guerra interna seria uma atribuição dos militares, em especial do Exército. Portanto, era necessário, do ponto de vista dos artífices da ditadura, criar novos órgãos, diretamente controlados pela Presidência da República e cujo raio de ação extrapolasse o âmbito estadual (JOFFILY, 2014, p. 159).

Deste modo, o SNI surge como o órgão de inteligência responsável pela centralização das atividades de investigação. Sem deixar de ressaltar que, no ano de 1968, edifica-se o Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Antes do surgimento do violento órgão repressivo, cada força militar tinha o próprio sistema de informações veiculado ao respectivo ministro, sendo eles: o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1955; o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), criado em 1968; e o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967, que se consolidou como o mais letal dos órgãos da repressão militar (NAPOLITANO, 2014). Ademais,

Com o fim do habeas corpus, em dezembro de 1968, e a criação de órgãos especializados para a repressão política, como a Oban, em 1969, e os DOI-Codis, nos anos seguintes, a repressão deu um salto qualitativo importante. Esses núcleos repressivos trabalhavam com equipes formadas por indivíduos de diferentes instituições. Os membros da Polícia Civil traziam a experiência das torturas contra prisioneiros comuns, e os integrantes do Dops tinham um saber acumulado de perseguição política que remontava ao Estado Novo. Ambos auxiliaram os militares em sua missão de transformar a segurança pública em uma “guerra interna” (JOFFILY, 2014, p. 164-165).

Pertinente se faz, portanto, analisar algumas das contribuições de Ozias Algauer⁵⁰ para o funcionamento qualitativo da comunidade de informações paranaense, atentando à forma como o delegado apropriava-se, ou não, dos mencionados

⁵⁰ Tema abordado de forma mais rasa em trabalho anterior (NEVES JR, 2018).

pressupostos paradigmáticos de neutralidade. Em Inquérito Policial-Militar⁵¹ estabelecido no ano de 1975 (três anos antes da menção honrosa feita pelo agente do SISNI) para averiguação das articulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Paraná, os posicionamentos de Algaer permitem elucidar alguns dos aspectos que caracterizavam sua lógica interpretativa da realidade e dos sujeitos investigados. Para tanto, tomemos alguns trechos da introdução de seu relatório que fundamenta a necessidade de continuar os processos de identificação e perseguição aos membros do PCB no Paraná, nas palavras do delegado da DOPS de Curitiba/PR:

A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens. Ela existiu em todos os episódios da história e todas as gerações tiveram, tem e terão sua época de com ela conviver, desta ou daquela forma, dependendo do momento histórico. Ela se manifesta sempre em torno das instituições políticas, MILITARES, sociais e econômicas de um determinado País, procurando miná-las da base à cúpula, visando, muito ao contrário do aprimoramento, sua destruição no momento oportuno (SNI. Inquérito visando o comprometimento dos militantes do PCB no Paraná, ACT_ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, lauda 7).

A lógica argumentativa apropriada por Algaer para justificar a necessidade de um contínuo e permanente processo persecutório contra a subversão, deita raízes em princípios intrínsecos da doutrina golberyana de Segurança Nacional, dos quais se destacam a apreensão da subversão como elemento inerente à condição humana (pressupondo que os sujeitos sociais são, constantemente, propensos ao desenvolvimento, ou apropriação, de ideias que fomentem o rompimento com a ordem social vigente), assim como a utilização do universo conceitual da *guerra total* e das subsequentes preocupações com o processo de aparelhamento institucional, que dela decorrem. Há, assim, no embasamento investigativo de Ozias Algauer uma evidente e exacerbada recorrência à necessidade de vigilância das instituições (especialmente militares) declarando, inclusive, o sentido político que tal processo deve assumir em consequência de suas pretensões de combate à subversão. Dentro desta perspectiva, é necessário considerar que Ozias Algauer é exemplificado como modelo de agente para encarregar-se de um IPM, problematizando que:

⁵¹ No contexto de ditadura militar brasileira “ficaram famosos os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) sob rearticulação da doutrina de segurança nacional, cujo enfoque anterior ao golpe posto pela Escola Superior de Guerra (e influência estadunidense) que procurava priorizar a linha desenvolvimento e segurança, alternada pós-golpe para Segurança e Desenvolvimento, e nucleada por influências advindas da doutrina de guerra revolucionária (influência francesa), cuja aparente nova e sofisticada formulação teórica procurava subsidiar os militares na luta contra o comunismo” (CUNHA, 2018, p. 43).

Receber o encargo de um IPM constituía uma retribuição por serviços prestados à “revolução”, sob a forma de um complemento salarial, de uma tarefa importante e prestigiosa – a de perseguir “o inimigo interno” – e de um poder policial novo. A reivindicação de uma repressão mais acirrada por intermédios de IPMs, sem entraves judiciais como a atribuição de *habeas corpus* nos dois supremos tribunais, se torna então uma maneira de conservar um poder específico, fonte de valorização social no âmbito da instituição” (CHIRIO, 2012, p. 67).

O que se observa, contudo, nas análises é que, muito distante de pautar-se em uma neutralidade investigativa, Ozias Algauer reforça o caráter político (voltado para a manutenção da ordem capitalista) que deve nortear a ação persecutória dos agentes comprometidos com o exercício de sua função nos órgãos de repressão estatais. Outros elementos ideológicos de sua lógica interpretativa são expostos na continuação de sua fundamentação introdutória. O delegado da DOPS de Curitiba/PR enfatiza, então, que:

A “Célula Motor” da Sociedade é a família e podemos-nos servir dela como exemplo da convivência social. Assim sendo que, o fim de uma família em que não existe princípio de hierarquia consciente e natural de pais para filhos, inspirados no exemplo que aqueles deverão transmitir a esses, e também, em que não haja o respeito mútuo provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem os filhos aos princípios básicos da religião, da moral e da honestidade, fatalmente essa família será conduzida nos caminhos da desagregação e, por conseguinte, da desintegração. Assim como as famílias, são os Países e assim como os pais, o governo (SNI. Inquérito visando o comprometimento dos militantes do PCB no Paraná, ACT_ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, lauda 7).

A recorrência a uma percepção de organicidade social, pautada em pressupostos hierárquicos nas relações entre sujeitos e no papel desempenhado por distintas instâncias institucionais do complexo social (desde a família até o Estado nacional) para a construção de uma sociedade organicamente coesa, remete, assim, a outro elemento que compunha a ideologia de Segurança Nacional do agente repressivo (novamente destacando que Algauer era considerado como exemplo de excelência pelos setores responsáveis pela verificação da qualidade profissional dos agentes integrantes do sistema repressivo-investigativo), que constituí as heranças positivista⁵² e

⁵² Tendo como principal teórico Auguste Comte (1798-1857), o positivismo surgiu na França no início do século XIX, tendo por pressuposto solucionar os problemas decorrentes da crise social e moral inerente ao massivo processo de industrialização e urbanização capitalista.

funcionalista⁵³ da doutrina militar que viabilizou o desencadeamento das ações persecutórias durante o período (1964-1985).

Historicamente, o positivismo surge a partir de uma apologética burguesa vulgar que, rompendo com a anterior tradição progressista do pensamento burguês, negava a existência das inerentes contradições do capitalismo, ao passo que entendia o seu sistema econômico como detentor de uma tendência ao equilíbrio e ao progresso linear, sendo que “com a acentuação das contradições capitalistas, essa segunda tendência orienta-se para o agnosticismo, refugiando-se num formalismo vazio e convertendo-se em positivismo, ou seja, passa a estabelecer ‘limites’ à compreensão racional da realidade” (COUTINHO, 2010, p. 45).

Em continuidade à forma interpretativa positivista da realidade, o funcionalismo desenvolveu um sofisticado aparato de fundamentação científica para justificar a desigualdade social (entre outros aspectos que compactuam com a reprodução da dominação burguesa), partindo de ideias provenientes das ciências naturais como, por exemplo, as de distribuição de nutrientes para os órgãos de acordo com o seu grau de essencialidade e, assim como no positivismo, a pressuposição de neutralidade analítica passou a consolidar uma máscara de cientificidade que vela sua real tendência ideológica burguesa (LÖWY, 2009).

Não se pode deixar de indicar, entretanto, que algumas divergências são claras entre elementos nucleares da doutrina de Segurança Nacional da ESG e dos princípios basilares do positivismo e do funcionalismo, especialmente no que tange à relação com o tradicionalismo cristão. A doutrina da ESG tomava o cristianismo como uma das características genéticas da sociedade brasileira (assim como do próprio ocidente) mantendo-se acrítica quanto aos efeitos do tradicionalismo católico no país (KOCH, 1999). Inclusive, as vertentes progressistas do clero latino-americano (que se propunham a realizar reinterpretações bíblicas que possibilitassem críticas sociais, políticas e econômicas), eram tomadas como um dos principais perigos para a concretização dos objetivos gerais da nação (entenda-se, os objetivos desenvolvimentistas dos militares no poder) – fato exposto em relatório do Arquivo

⁵³ Aperfeiçoamento do positivismo, o funcionalismo tem como principal precursor o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) e tinha por princípio apreender a função que as instituições exercem no bom ou mau funcionamento da sociedade, enfatizando o papel coercitivo que deveria ser desempenhado por estas de modo a garantir uma organicidade coesa entre os membros de uma sociedade.

(SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas).

Assim, na avaliação da Agência Central do SNI, as questões das desigualdades socioeconômicas que caracterizam, de forma múltipla, as configurações particulares do desenvolvimento capitalista nacional não são, em si, o núcleo problemático da realidade investigada, mas, sim, a forma como sujeitos subversivos direcionam, coordenam, ou organizam as populações locais em um processo de luta por pautas comuns que visem amenizar as relações de exploração (em sentido reformista-progressista) ou superá-las por completo (proposição progressista-revolucionária).

Estas articulações político-ideológicas, indicadas como tendencialmente subversivas, eram apreendidas de forma ampla pelos agentes formados para compor a comunidade de informações brasileira. A partir de pressupostos doutrinários da ideologia de Segurança Nacional, a classificação do sujeito subversivo estendia-se desde a real articulação guerrilheira revolucionária (que possibilitaria o rompimento com o exacerbado monopólio de meios de produção nacionais, dos quais se destacam o latifúndio, típico do modelo de agronegócio brasileiro),⁵⁴ até a mera difusão de críticas político-econômico-sociais que causassem um “desgaste ao Governo”. Neste sentido, há de se ressaltar que, produzida primeiramente nos Estados Unidos da América (EUA), a ideologia de Segurança Nacional fundamentava-se no princípio de que:

Os militares seriam usados para romper com o que se entendia por “focos de perturbação” em favor da preservação do próprio país. A ideia de um inimigo externo comum, com base em um sistema de segurança continental, esteve presente na gênese do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, tendo sido seu conteúdo ampliado em 1948, a partir da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil e os demais países da América Latina eram vistos como aliados aos norte-americanos e anticomunistas, portanto, deveriam lutar pela hegemonia capitalista. A noção de segurança nacional ultrapassava, dessa forma, os limites de cada Estado (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vl. 1, 2014, p. 336).⁵⁵

⁵⁴ É amplo o número de intérpretes do Brasil que indicam a alta concentração de terras produtivas como problema nacional latente, peculiaridade que dificultou o desenvolvimento pleno de relações econômicas capitalistas autônomas ao imperialismo externo (FURTADO, 1964; FERNANDES, 2008), determinou um modelo de superexploração das forças de trabalho (MARINI, 2017) e condicionou a formação de um Estado nacional rígido, que se pauta em um modelo autocrático de gestão político-econômica (MAZZEO, 1999; 2015).

⁵⁵ Sobre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, indica-se que “o único inimigo potencial à segurança das Américas era a URSS e todo sentido do tratado era antissoviético. O desejo de contribuir para a erradicação das atividades subversivas e combater a

Desta forma, considera-se que os próprios princípios basilares da ideologia importada de Segurança Nacional permeavam a tônica da *paranoia* indicada por Samways (2014) em seus estudos sobre o SNI – a *paranoia* é entendida como um estado mental no qual o indivíduo, ou instituição, reconhece na sociedade a existência de uma iminente ameaça, perante à qual o sujeito, ou organização, é o único capacitado de prevenir e combater. Esta peculiaridade doutrinária, é claro, traz profundas implicações para a lógica de investigação dos agentes da comunidade de informações e de repressão, ao passo que demanda uma ostensiva e permanente vigilância, estendendo, conforme indicado anteriormente, a “ameaça” para as mais distintas configurações da realidade e, por fim, legitimando os mais abomináveis métodos de combate (tais como a tortura e execução clandestina dos elencados inimigos subversivos). Especialmente levando em consideração que, nos primeiros anos que sucederam o golpe de 1964:

O uso da violência, o desprezo pelas regras legais e regulamentares e o radicalismo ideológico dos oficiais acham-se interligados: na escala de valores “revolucionários”, a eliminação em massa dos oponentes e a revelação da suposta infiltração generalizada de comunistas na sociedade brasileira prevalecem sobre o respeito à Justiça, sobre os prazos de prisão preventiva e sobre os direitos humanos. Além disso, as manifestações de autonomia e indisciplina no exercício de suas funções policiais não deixam de ser sinais políticos que os responsáveis pelos IPMs enviam ao poder (CHIRIO, 2012, p. 67).

Retomando o caráter qualitativo que se esperava dos agentes que deveriam compor a comunidade de informações, há de se enfatizar, ainda, algumas peculiaridades da forma como Ozias Algauer conduzia seu raciocínio investigativo acerca da realidade paranaense e, para tanto, deve-se realizar uma diferenciação crucial entre a *racionalidade*, em si, e o mero processo de *racionalização*. Se, por um lado, a primeira forma de raciocínio parte de pressupostos empíricos, aberta a possibilidades de contestação,⁵⁶ por outro, a segunda compartilha de princípios mutilados da forma racional de conhecimento, “dessa maneira, uma doutrina que obedece a um modelo mecanicista e determinista para considerar o mundo não é racional, mas racionalizadora” (MORIN, 2000, p. 23).

infiltração comunista acabaram fazendo até mesmo com que a Argentina, cujas relações com os EUA tinham se normalizado, subscrevesse o documento” (OLIVEIRA, 2018, p. 158).

⁵⁶ Neste sentido, indica-se a racionalidade distensão inerente ao método cartesiano de construção do pensamento que é característico das sociedades ocidentais modernas, o qual constitui “um instrumento desantropomorfizador, a preparação da subjetividade para o contato despido de preconceitos com a realidade objetiva” (COUTINHO, 2010, p. 24).

O método da racionalização, como forma investigativa, é característico das formas elitistas, hierárquicas e rígidas de formação intelectual, moldes incorporados pela própria ESNI, que pressupunha uma cadeia rígida de papel a ser desempenhado em cada nível de inserção na sua grade de aprendizado. Conforme demonstra Souza (2019), os cursos da ESNI eram classificados em três modalidades (A, B e C), sendo que o acesso a cada um deles era determinado pelo nível hierárquico militar ou pela condição social do civil.

A partir deste horizonte de *racionalização* filosófico-ideológico (positivista, funcionalista e capitalista) Ozias Algauer traça as diretrizes que considera cabíveis para uma efetiva atuação combativa da subversão nas terras paranaenses, não limitando, contudo, a incumbência de tal tarefa exclusivamente aos agentes da repressão. Note-se, pois, que as pressuposições funcionalistas de organicidade social (a partir de uma coerção institucional) e de moralismo positivista permitem elucidar outro elemento do núcleo conceitual doutrinário golberyano, o da própria Segurança Nacional. Nos parâmetros das formulações da ESG, estendia-se como responsabilidade de todo e qualquer indivíduo, ou instituição, comprometido com os objetivos gerais da nação: desenvolvimento capitalista e combate ao inimigo difusor de ideologias exóticas (socialismo/comunismo).⁵⁷

As diretrizes oficiais de atuação dos agentes da comunidade de informações e repressão, a partir de paradigmas neutros de investigação são, portanto, colocadas completamente em cheque. O que se evidencia nas fundamentações filosófico-ideológicas do delegado Ozias Algauer, assim como nas próprias formulações da doutrina oficial de Golbery do Couto e Silva (2003), são elementos que possibilitavam o desencadeamento de ações persecutórias a qualquer possível ameaça à frágil ordem social de dominação, que a ditadura militar brasileira visava gerir – ou seja, um projeto desenvolvimentista que partia de uma relação duplamente subordinada da classe trabalhadora nacional, na qual a burguesia interna, adequada aos métodos de superexploração da força de trabalho, não ambiciona, em nenhum momento, o rompimento com a relação de dominação com o imperialismo capitalista externo (MARINI, 2017). Dentro desta perspectiva, há de se considerar que:

⁵⁷ Ademais, é relevante enfatizar que entre as vinte (20) menções que constam sobre o delegado Ozias Algauer no *Relatório Estadual da Comissão da Verdade – Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), destacam-se tanto seu protagonismo na coordenação de processos de tortura, quanto a ambiguidade na concessão de atestados ideológicos para sujeitos que apresentavam antecedentes subversivos, na DOPS de sua gerência, e que almejavam o ingresso em cargos públicos.

A irreconciliabilidade factual das ideologias que lutando uma contra a outra assimilando, no curso da história, formas as mais diferentes, pode aparecer como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos e assim por diante, todavia, são sempre, antes de tudo, meio de luta; para elas, a questão decisiva é sempre um “o que fazer?”; os meios de justificação dessa pretensão na direção da práxis social permanecem meios cujos métodos, qualidade etc. sempre depende do *hic et nunc* social da espécie de luta, da espécie de “o que fazer?” nele (LUKÁCS, 2018b, p. 399).

A apreensão lukácsiana a respeito deste efeito particular que uma ideologia pode, em determinadas condições, assumir é de extrema relevância para compreensão da forma deturpada como a lógica persecutória da doutrina de Segurança Nacional aplicou-se no cotidiano investigativo e repressivo da ditadura militar, não só como pressupostamente neutra, mas, também, legitimada por um aparato jurídico-legislativo que previa, inclusive, medidas de exceção em casos específicos.⁵⁸ Para tanto, são relevantes alguns apontamentos sobre as formas específicas que os distintos campos do conhecimento assumem, em relação à inexorável tendência aos erros intelectuais, neste sentido, enfatiza-se que:

Nossos sistemas de idéias (teorias, doutrinas, ideologias) estão não apenas sujeitos ao erro, mas também protegem os erros e ilusões neles inscritos. Está na lógica organizadora de qualquer sistema de idéias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar. As teorias resistem à agressão das teorias inimigas ou dos argumentos contrários. Ainda que as teorias científicas sejam as únicas a aceitar a possibilidade de serem refutadas, tendem a manifestar esta resistência. Quanto às doutrinas, que são teorias fechadas sobre elas mesmas e absolutamente convencidas de sua verdade, são invulneráveis a qualquer crítica que denuncie seus erros (MORIN, 2000, p. 22).

O fato das diretrizes filosófico-ideológicas da concepção militar de Segurança Nacional apresentarem-se, já de prontidão, enquanto representação doutrinária (estando, portanto, invulnerável à possibilidade de críticas) é, por si só, um elemento de extrema relevância para apreensão da forma como esta concepção de mundo fundamentou a

⁵⁸ Conforme indica Napolitano (2014), durante a ditadura militar, os sistemas de contrainformações exerceram função chave no processo de desaparecimento das vítimas da repressão militar. Os sujeitos assassinados pelo regime ditatorial eram descartados de forma incógnita (incineração, esquartejamento, sepultamento, como indigente), enquanto os órgãos de contrainformação se incumbiam de difundir falsas pistas sobre continuidade das atividades das vítimas para familiares e amigos, de modo que estes se perdiam em busca de fantasmas.

exacerbação do *padrão de reação societária*.⁵⁹ Acresce-se um fato peculiar sobre a doutrina de Segurança Nacional que, diferente das tendências comuns de formulações teóricas, concebia-se a si mesma como ideologia (SILVA, 2003). A soma destas duas características essenciais, e curiosas, permitiram à doutrina de Segurança Nacional apresentar-se como representação do “espírito nacional”, por um lado, inserindo-se de modo autocrático no sistema político nacional a partir de uma forma deturpada de fundamentação discursiva (propunha-se a defesa de princípios democráticos, ao mesmo tempo em que preconizava o combate às divergências da coesão ideológica), por outro lado, ocupando sistematicamente o aparelho estatal a partir de uma rígida ordem hierárquica e doutrinária de disciplina e adequação dos agentes.

Faz-se, contudo, necessário estender as análises para a apreensão do sentido e função exercidos pela incorporação do paradigma supostamente neutro de matriz estado-unidense no direcionamento da atuação dos agentes da comunidade de informações brasileira. Sendo, para tanto, relevante enfatizar que “o paradigma desempenha um papel ao mesmo tempo subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia. O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o e, neste sentido, é também supraconsciente” (MORIN, 2000, p. 26). Desta forma, a absorção e aplicação dos paradigmas perpassa um duplo processo, que é ao mesmo tempo consciente e inconsciente, sendo que seu caráter inconsciente se exacerba quando se leva em consideração a sua integração aos princípios de uma doutrina, ou mesmo ao modelo de formação rigidamente elitista-hierárquica (em muitos aspectos acrítica) ao qual estavam submetidos os agentes que compunham o extenso aparato repressivo e investigativo da ditadura militar brasileira.

A incorporação dos pressupostos paradigmáticos investigativos estado-unidenses pela comunidade de informações brasileira perpassou, é claro, um complexo processo de integração dos novos elementos aos princípios ideológicos inerentes à visão de mundo capitalista/positivista/funcionalista/tradicionalista, que caracterizava o núcleo ideológico duro dos setores militares que disputavam espaço nos direcionamentos do regime ditatorial estabelecido (1964-1985). O que, contudo, não deixa de evidenciar o caráter problematicamente subordinado que permeou este processo.

⁵⁹ O que implica reconhecer que, dadas as condições materiais da realidade concreta decorrente das relações de dependência do capitalismo brasileiro ao imperialismo externo, em determinados momentos, vendo-se ameaçada, a forma autocrática que consolida o poder estatal brasileiro vale-se de medidas extremas para combater qualquer proposição reformista, ou progressista, que ameacem a frágil ordem de dominação (FERNANDES, 2008).

Em primeiro lugar, destaca-se a própria forma utilizada para a incorporação deste paradigma estado-unidense no Serviço Nacional de Informações, que ocorreu por meio do acordo estabelecido pelo general Golbery do Couto e Silva (já no ano de 1964) entre Brasil e Estados Unidos (EUA), o qual vinculava (entenda-se subordinava) o sistema de inteligência brasileiro à *Central Intelligence Agency* (CIA).⁶⁰ Em segundo lugar, o recente acesso aos documentos da CIA, referentes ao período de ditadura militar brasileira, evidenciam o interesse estado-unidense em garantir a continuidade do processo de perseguição (e execução sumária) dos sujeitos subversivos na América-Latina (COLBY, W. E. In: *Central Intelligence Agency*, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974). Neste sentido, Tapia Valdés (1980) indica que as formulações da política anticomunista, que permearam a percepção de segurança nacional oficial dos EUA, delinear-se de modo a conceber o problema da subversão como uma questão de nível internacional, elemento que objetivava legitimar o direito de intervenção estado-unidense nos demais países, especialmente na América Latina. Disto, implica reconhecer que:

A violação das soberanias nacionais foi condição sem a qual o sucesso da DSN não se efetivaria, e para isso, os militares estadunidenses contaram com a colaboração e ativismo dos militares latino-americanos responsáveis pela aplicação da DSN nos diversos contextos nacionais. Portanto, ao obedecerem à aplicação dos preceitos norteadores da DSN, exércitos latino-americanos, passaram a definir o “inimigo interno” (dos EUA, mas nos contextos nacionais latino-americanos) como alvo” (RIBEIRO, 2019, 392).

É relevante atentar-se ao fato de que foi no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) que se aprofundou tanto a subjugação dos direcionamentos político-econômicos nacionais ao imperialismo externo (reforçando a indistinção entre socialismo/comunismo e nacionalismo burguês esclarecido) quanto a difusão, em meio a setores civis e militares, do ideal das Forças Armadas como protagonistas dirigentes da democracia e do Estado nacional. Neste período:

Colocar a defesa do interesse nacional na ilegalidade, acoimá-lo de crime punível pela lei e passível de ações repressivas, caracterizá-lo como conspiração e conluio com o estrangeiro, foi a missão que o

⁶⁰ Durante sua chefia do SNI, o general Golbery do Couto e Silva responsabilizou-se pelas negociações que direcionaram o estabelecimento do acordo “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano” (MATHIAS; ANDRADE, 2012).

consulado militar recebeu e que buscou cumprir com todos os recursos de que dispunha. Mas, a essa altura, a opinião militar já estava ganha para a tese de monopólio estatal, levantada pelas forças populares (SODRÉ, 2010, p. 359).

Assim, a exportação de seu modelo paradigmático de investigação garantiu aos EUA a difusão (e controle) de princípios dogmáticos dos direcionamentos dos serviços de inteligência em países subdesenvolvidos, que viabilizavam a manutenção de seus interesses político-econômicos na disputa da Guerra-Fria. Conforme indica Mészáros (2014), a preocupação com a consolidação do consenso de um Estado de ideologia única (capitalista), marcou as políticas estado-unidenses, especialmente, no período que sucedeu o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fenômeno que foi potencializado pela imposição de processos de especialização e burocratização dos serviços e do próprio conhecimento – favorecendo o seu cerceamento.

Determinadas constatações permitem discernir os efeitos nocivos que a apropriação do paradigma estado-unidense trouxe, tanto para a soberania brasileira (ao passo em que permitiu a utilização do aparelho estatal nacional em prol da defesa de interesses imperialistas externos), quanto para a própria sociedade civil brasileira (que teve seus direitos cerceados e foi submetida a um extenso, violento e pernicioso aparato estatal repressivo, o qual partia de um padrão de reação societária exacerbado e divergente dos mais básicos princípios de convivência democrática). Neste sentido, ressalta-se que:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é ao mesmo tempo, de modo necessário, o das capacidades humanas. Todavia – e aqui o problema da alienação adentra plasticamente à luz do dia – o desenvolvimento das capacidades humanas deve, não necessariamente, levar a um desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário, precisamente por esse desdobramento ascendente das capacidades singulares ele pode distorcer, degradar a personalidade humana (LUKÁCS, 2018b, p. 504).

Desta forma, entende-se que o estágio específico de desenvolvimento do imperialismo capitalista (em embate com a URSS pelo direcionamento hegemônico da perspectiva político-econômica mundial) determinou formas específicas de desenvolvimento dinâmico dos aspectos ideológicos da alienação, em sua configuração reprodutiva da ordem social burguesa. Note-se, pois, a mencionada internalização acrítica de uma concepção subjugada dos países latino-americanos, em relação aos

EUA, em prol de uma abstrata similaridade de interesses e ideias, supostamente genéticos às distintas realidades que caracterizavam as partes.

Por outro lado, evidencia, ainda, um intensivo processo de autorreprodução da alienação (para si e seus iguais), a partir da coisificação do trabalho investigativo dos agentes do Serviço Secreto – fenômeno que não deve ser entendido como exceção, na medida em que este setor estatal se desenvolve, histórico-socialmente, em prol da manutenção da ordem social instituída. O problema, contudo, reside nos rígidos limites impostos à subjetividade do sujeito singular nos parâmetros de objetivação do desenvolvimento duplamente desigual. Conforme exposto até aqui, a formação dos agentes que compunham o aparelho repressivo e investigativo ditatorial militar, pressupunha níveis exacerbados de dedicação doutrinária, nos quais a própria subjetividade do sujeito singular deveria ser determinada (e dominada) pelo exercício de sua função – uma particularização do ser individual que deveria ocorrer independente de suas repercussões para o ser em seu nível social.

As diretrizes internas de atuação impostas aos agentes que compunham a comunidade de informações, deste modo, apresentam uma exacerbação da preocupação com a garantia da segurança nacional, voltada especificamente para o combate às possibilidades de subversão que, em muitos casos, apresentava-se com uma perspectiva de doutrinação dos agentes a partir de princípios que preconizavam uma desumanização, não só dos sujeitos a combater, como, também, dos próprios agentes incumbidos da missão. Esta peculiaridade, como se demonstrará em seguida, gerava contradições explícitas na forma de direcionar as investigações cabíveis, efetivamente, ao órgão de inteligência.

Ademais, segundo Souza (2019), é relevante considerar que, além do amplo contingente de funcionários metodicamente treinados para o exercício da produção de informações, identificação de potenciais subversivos e, até mesmo, infiltração dentro de grupos e organizações da esquerda brasileira, a comunidade de informações e os órgãos de repressão brasileiros contavam, também, com o apoio de civis, voluntários, para auxiliar em seus processos. Desta forma, também é relevante para a pesquisa, debruçar-se na análise do modo como a comunidade de informações paranaense lidava com os mencionados sujeitos e grupos, civis ou paramilitares, no que tange ao processo de inserção destes sujeitos dentro do sistema de combate à subversão.

2.3 – Anticomunismo e contradições investigativas

No ano de 1981, foi solicitado à Agência Regional (AR) paranaense do Serviço Nacional de Informações (SNI), uma investigação acerca das organizações polonesas com sedes no território de sua incumbência. O caso embasava-se em questionamentos jurídicos sobre a inconstitucionalidade de duas entidades de Curitiba/PR, a *Associação Beneficente e Cultural dos Poloneses do Brasil* e a *Sociedade Marechal José Pilsudski*.⁶¹ O agente de informações responsável, após traçar um panorama histórico sobre a inserção dos poloneses no Sul do Brasil, infere que “as duas entidades são anticomunistas e seus associados se reúnem para fins recreativos” (SNI. Entidades que Congregam a Colônia Polonesa nos Estados do Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_1375_81, 09 de setembro de 1981, lauda 04) – sendo interessante, então, notar a forma como o SNI também manteve atenta vigilância acerca dos movimentos e organizações anticomunistas que tomaram forma na conjuntura ditatorial militar.

O mencionado Inquérito traz contribuições relevantes para a problemática da relação que se estabelecia entre a comunidade de informações paranaense e as organizações civis que compartilhavam dos pressupostos anticomunistas basilares da doutrina de Segurança Nacional. A forma como o agente responsável visou minimizar a questão do caráter inconstitucional das entidades polonesas paranaenses, a partir da evidenciação de suas vinculações com os princípios norteadores da ditadura militar brasileira (anticomunistas), demonstram uma peculiaridade contraditória no modo como as investigações eram conduzidas pelos componentes da comunidade de informações.

Note-se, pois, que, na lógica de fundamentação investigativa do agente responsável, a própria divergência com a legalidade institucional é relevada como problema secundário, em detrimento da coesão político-ideológica partilhada pelos sujeitos, ou grupos, inquiridos. Há, deste modo, uma visível tendência dos agentes da comunidade de informações em compactuarem com uma, relativa, defesa dos investigados que partilhavam de sua concepção de mundo anticomunista – conforme já foi problematizado nos tópicos anteriores.

Neste sentido, ressalta-se que o período seguinte ao término da Segunda Guerra Mundial, marcou-se pela exacerbação dos conflitos políticos no interior das instituições, das quais se destaca o Clube Militar, e a crescente polarização decorrente da Guerra Fria

⁶¹ O processo corrente era de autoria do jurista Antonio Angelo Gianello e fundamentava-se na acusação de inconstitucionalidade dos estatutos vigentes nas duas entidades, os quais vedavam a integração de brasileiros natos ou naturalizados nas instituições.

exaltou os ânimos dos militares e civis que partilhavam de perspectivas políticas divergentes, tornando-se um fértil solo para a germinação e ampliação do anticomunismo – fenômeno que, no caso latino-americano, acirrou-se ainda mais com a vitória da Revolução Cubana (1961), alinhada ao bloco socialista⁶² (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vl. 1, 2014). Seguindo estas diretrizes,

A Liga Anticomunista Mundial (LAM) e a Confederação Anticomunista Latino-Americana (CAL), são dois exemplos de organizações anticomunistas que se apropriaram de elementos doutrinários semelhantes aos que encontramos nos manuais da repressão que circularam no métier militar durante as ditaduras de Segurança Nacional” (RIBEIRO, 2019, p. 392).⁶³

Assim, entre os anos de 1945 e 1964, as alianças entre civis e militares, em níveis nacional e internacional, em prol do combate ao comunismo na América Latina, fortaleceram-se crescentemente. Segundo Rodeghero (2002) a lógica argumentativa que permeava o ideal anticomunista dos EUA (protagonista na difusão desta vertente ideológica), reconhecia o caráter esparso das lideranças comunistas na América Latina, e no Brasil. Contudo, enfatizava a forte capacidade de obtenção do sucesso em influenciar setores da sociedade civil (especialmente a imprensa, estudantes e sindicatos), o que acentuava-se com a ascensão de governos pautados no antiamericanismo (anti-imperialismo) – como foi, no Brasil, o caso do governo trabalhista/nacionalista de João Goulart (1961-1964).

Não é de se admirar, portanto, que, neste contexto, membros conservadores da sociedade civil brasileira e lideranças das Forças Armadas (dos quais se destaca, mais uma vez, Golbery do Couto e Silva), com amplo financiamento do capital estado-unidense, passaram a assumir o papel de construtores de opinião pública anticomunista e depreciativa das propostas de Jango – em consequência do posicionamento assumido por estes setores de submissão ao imperialismo dos EUA. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), tiveram,

⁶² Conforme indica Motta (2000), o momento de viragem da Revolução Cubana foi o precursor de uma transformação do projeto político-econômico-militar estado-unidense, que passa a dar primazia para a realidade latino-americana (até então tomada como detentora de baixos níveis de potencialidade revolucionária socialista). Fidel Castro, anteriormente simpatizado entre lideranças estado-unidenses, assume gradualmente o direcionamento de seu governo em concordância com os blocos socialistas, ao passo em que assume, crescentemente, um projeto nacionalista e anti-imperialista.

⁶³ Segundo o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a *World Anti-Communist League* (WACL) surge nos EUA no período pós Segunda Guerra Mundial – movimento também ficou conhecido como Liga Anticomunista Mundial (LAM) ou Confederação Anticomunista Mundial (CAM).

assim, papel crucial da difusão do ideal anticomunista que marcou a onda conservadora brasileira do início da década de 1960 (LUZ, 2015).

Ressaltando, ainda, que “esse núcleo civil esteve também articulado a grupos fascistas e integralistas de extrema direita, organizados em movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação” (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vl. 1, 2014, p. 97). Este fenômeno que tomou forma na realidade ditatorial militar expressa, de certa forma, uma configuração deturpada do processo de racionalização doutrinária que aprofunda o caráter alienante do ser, reconhecendo, por similaridades de oposição ideológica, a possibilidade de coexistência com grupos que, em si, fundamentam-se em posições teleológicas incompatíveis com os parâmetros de uma democracia burguesa. Chega-se, então, à discussão sobre outra das configurações do anticomunismo que tomaram forma no Brasil ditatorial, os grupos paramilitares.

Em atendimento à solicitação de investigação referente à denúncia do então deputado estadual Renato Bernardi (MDB), a respeito da atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), na região do Paraná (SNI. Comando de Caça aos Comunistas – CCC – Renato Bernardi – Deputado Estadual – MDB/PR, ACT_ACE_1536_81, 07 de agosto de 1978, 19 laudas), o agente de informações, apesar de reconhecer a presença do CCC na área da Agência, ocupa-se de traçar um levantamento dos sujeitos e instituições da esquerda que vinham sendo perseguidos pela organização paramilitar⁶⁴ – dos quais se destacam lideranças e paróquias vinculadas ao clero libertador, a sucursal do semanário *Em Tempo* e o militante comunista Bereck Kringer (preso em 1975 na *Operação Marumbi*),⁶⁵ sendo que este último:

[...] recebeu um panfleto contendo ameaças e a foto de um casal, estando o homem ferido, com as frases:
 “EIS UMA FOTO QUE PREVÊ COMO SERÁ SUA FUGA E A DE SUA MULHER PARA A RUSSIA. ISTO SE DEIXARMOS. JUDEU/COMUNISTA.” (SNI. Comando de Caça aos Comunistas –

⁶⁴ No decorrer do relatório, apresenta-se, ainda, cartas e panfletos de organizações da esquerda que traziam proposta de consolidar focos de resistência ao regime ditatorial militar, das quais se destaca a “Brigada de Libertação Nacional” – organização não identificada em nenhum registro histórico disponível, nem em produção bibliográfica da temática.

⁶⁵ A *Operação Marumbi* (PR) foi realizada com o intuito de impedir a articulação entre o PCB e o MDB (levando em consideração que os candidatos do segundo tiveram vitória significativa nas eleições de 1974). Ela encontrava-se pautada na mesma linha da *Operação Bandeirantes* (SP) e da *Operação Barriga Verde* (SC), sendo que cerca de 100 militantes e simpatizantes do PCB (e pessoas que se relacionavam com eles) foram presos, interrogados e torturados, física e psicologicamente (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

CCC – Renato Bernardi – Deputado Estadual – MDB/PR, ACT_ACE_1536_81, 07 de agosto de 1978, lauda 10).

Destaca-se na fala do CCC paranaense os elementos ideológicos que esposavam tanto do anticomunismo estado-unidense quanto do antissemitismo nazista, ao passo que o incômodo proporcionado por Bereck Kringer ocorria por ser comunista e, ao mesmo tempo, por ser judeu. O relator afirma, ainda, que outros políticos, jornalistas, clérigos e estudantes paranaenses também receberam ameaças do CCC na região, inclusive considerando a possibilidade da entidade paramilitar ter sido responsável pelo sequestro do padre Joacyr Grandi.⁶⁶ Entretanto, apesar das denúncias, constatações e reconhecimento da presença de sujeitos vinculados ao CCC na região do Paraná, nenhum de seus componentes, mesmo que prováveis, foram identificados pela investigação, sendo que o agente reforça as configurações das entidades comunistas na região.

Desta forma, as fundamentações do agente expressam, no decorrer da investigação, uma aparente tentativa de demonstrar que o CCC seria uma preocupação secundária, senão uma necessidade, frente às configurações paranaenses da conjuntura. Assim, os elementos fascizantes da doutrina de Segurança Nacional evidenciam-se no direcionamento das investigações relativas aos grupos paramilitares (de caráter miliciano) que, em grande medida, auxiliavam, de forma extra institucional, o combate aos elencados inimigos subversivos do regime instituído e, é claro, da ordem político-econômico-cultural definida pelas matrizes do anticomunismo estado-unidense.

Apesar de reconhecer que a doutrina oficial da ESG não se assemelhava, de fato, aos ideais nazifascistas, *per si*, é relevante indicar que estes elementos ideológicos faziam parte do cotidiano nacional, especialmente dos círculos da sociedade civil que se prontificavam a integrar, voluntariamente, o sistema de infiltração para identificação de potenciais sujeitos subversivos. Magalhães (1997) demonstra que a própria comunidade de informações estava ciente da maneira como preconceitos étnico-raciais perpassavam a lógica de suspeição dos agentes voluntários (judeus, negros, poloneses, ucranianos, entre outros, eram sempre tomados pelos denunciadores voluntários como detentores de maior nocividade e, portanto, demandariam especial preocupação) – desta forma, o que se evidencia na lógica interpretativa da comunidade de informações é a autorreprodução

⁶⁶ Ainda não foram obtidas informações sobre o mencionado sequestro. Menções a respeito da atuação do padre Joacyr Grandi também não foram identificadas no Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban (PARANÁ, 2014), nem no levantamento bibliográfico.

de um tipo de alienação *sui generis*,⁶⁷ a qual decorre da devoção incondicional a uma causa.

Neste sentido, é importante ressaltar que, no ano de 1976, já em idade avançada, o militar marxista Nelson Werneck Sodré (1990) ocupou-se de traçar algumas análises e apontamentos sobre a forma como proposições fascizantes perpassavam o cotidiano brasileiro da ditadura militar. A avaliação de alguns meses sobre jornais e revistas permitiu ao historiador evidenciar como o fascismo permeava as páginas da imprensa, alheio a qualquer represália da censura prévia instaurada.⁶⁸ Esta percepção indica que a rede de colaboração entre os seguimentos tendencialmente fascistas da sociedade civil brasileira e os órgãos de informação e repressão da ditadura militar era deveras extensa. O que leva a ponderar sobre o fato de que:

Ao espaço de manobra de possibilidade de uma situação de crise também pertence o falso, o retrógrado, o sofisticado etc. O papel da filosofia do ponto de vista do desenvolvimento da humanidade pode também ser, portanto, um muito negativo. Esse problema, naturalmente, apenas pode ser corretamente tratado igualmente em investigações concretas. Aqui apenas pode ser dito que, observada a grande tendência geral do desenvolvimento, realmente o que nela domina por último é indicador do futuro. Tais efeitos duradouros são, todavia, apenas possíveis quando a generidade cunhada intelectualmente pela filosofia tem uma real e essencial referencialidade àquela generidade que contraditoriamente se desenvolve espontaneamente no processo histórico, como possibilidade real do espaço de manobra de possibilidade (LUKÁCS, 2018b, p. 470).

Conforme evidenciado no *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a partir da década de 1970, os Inquéritos Policiais Militares (IPM's) deixaram de saciar as demandas de setores mais radicais do regime ditatorial. As prisões arbitrárias e sem provas não eram mais suficientes para o combate ao inimigo subversivo interno e tornava-se latente a defesa da necessidade de eliminar a existência de toda e qualquer resistência civil ao regime. É dentro desta perspectiva que as indicações das sumárias execuções, extra oficiais, de militantes comunistas exacerbam-se durante a década de 1970 – fato já evidenciado no mencionado Relatório, assim como no documento proveniente do Arquivo da CIA (COLBY, W. E. In: *Central*

⁶⁷ O exemplo utilizado por Lukács (2018b) para definição do tipo de alienação *sui generis* é o próprio stalinismo que, deturpando o sentido emancipatório do socialismo, culminou na imposição de um processo de aprofundamento da alienação do ser.

⁶⁸ A censura prévia foi imposta, de forma obrigatória, aos órgãos de imprensa no ano de 1972, sendo que algumas das instituições elencadas como potenciais veiculadoras de material subversivo permaneceram veladas pelos censores militares até o ano de 1978 (MARCONI, 1980; SOUZA, 2012).

Intelligence Agency, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974), que afirma a concordância de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo em dar continuidade às execuções sumárias, comuns ao período de governo de Garrastazu Médici (1969-1974).

Neste sentido, não se pode deixar de considerar que a ampla e extensa aparelhagem repressiva e coercitiva criada pelo regime ditatorial era comumente impregnada por disputas internas entre os diferentes órgãos que a compunham, por exemplo:

No meio militar, o Exército preponderou em todos os domínios, o que causou certo mal-estar com as outras forças. O cuidado em não desrespeitar as áreas de atuação dos serviços de informação e segurança da Marinha e da Aeronáutica algumas vezes produzia sobreposição e duplicação de funções. Presos políticos relatam ter sido interrogados sobre os mesmos assuntos em órgãos diferentes. Incidentes relacionados à quebra de hierarquia e aos métodos de atualização dos órgãos repressivos também criaram atritos entre as forças militares e policiais que não estavam envolvidas no combate à repressão e os membros da comunidade de informação. Em determinados contextos, os assuntos relacionados à perseguição política tiveram primazia sobre outros, de modo que as informações não seguiam necessariamente o devido fluxo hierárquico. E nem sempre a cadeia de comando era respeitada, pois os membros do sistema de informações e segurança gozavam de um regime, em vários aspectos, especial (JOFFILY, 2014, p. 169).

Assim, o vínculo de aparelhos da repressão com entidades como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) desempenhou um papel fundamental nesse processo de execução dos sujeitos subversivos – a Comissão da Verdade paranaense enfatiza, ainda, que neste período é possível identificar alguns erros nos relatórios oficiais dos órgãos de repressão, entre eles a permanência de mandados de busca à militantes já executados (fenômeno que evidencia a forma clandestina de atuação dos grupos de caça e extermínio).

Sodré (2010) demonstra que esta concessão estatal à expansão dos poderes paramilitares para grupos milicianos anticomunistas é comum aos regimes políticos de tendência bonapartista⁶⁹ que se consolidaram no Brasil durante o século XX, no caso da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Por exemplo, a extensão dos poderes repressivos

⁶⁹ Apropriado de Marx (2008a), o conceito de *bonapartismo* refere-se aos regimes ditatoriais que se caracterizam pela supressão dos poderes Legislativos em detrimento do poder Executivo, processo realizado de modo autocrático, mas, mantendo uma constante preocupação com a manutenção da boa imagem, frente à sociedade civil, do indivíduo, ou instituição (no caso aqui apresentado, as Forças Armadas), responsável pelo regime ditatorial.

a setores da Ação Integralista Brasileira (AIB), em prol de um ativo combate ao comunismo, foi marcante no processo de consolidação do poder ditatorial de Getúlio Vargas – com a tentativa de golpe integralista para destituição do governo Vargas, contudo, a AIB foi lançada à clandestinidade e seus membros foram perseguidos e punidos, retomando-se a perspectiva do monopólio de métodos policiais institucionalizados.

Deste modo, dentro do prisma investigativo da comunidade de informações paranaense, identifica-se que as associações polaco-brasileiras obtinham relativização de suas características inconstitucionais, pelo simples fato de estarem voltadas ao apoio de entidades anticomunistas, da mesma forma que os crimes cometidos pelos grupos paramilitares eram considerados secundários (ou até mesmo necessários) quando voltados para o combate ao inimigo subversivo. É claro que a mesma fórmula não era aplicada à oposição, por mais moderada que fosse a sua proposta.

Em 24 de agosto de 1981, por exemplo, o corregedor geral da Justiça Militar, Célio de Jesus Lobão Ferreira solicitou ao Supremo Tribunal Militar (STM) o desarquivamento do Inquérito relativo ao caso Riocentro (SNI. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ACE_1360_81, 03 de setembro de 1981, 11 laudas). Ocorrido em 30 de abril de 1981, o caso, constitui-se enquanto um atentado terrorista, no qual:

[...] duas bombas explodiram no Riocentro, da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, onde o Centro Brasil Democrático (Cebrade) promovia um show de música popular, em comemoração ao Dia do Trabalho, com a presença de cerca de 20 mil pessoas. Uma das explosões ocorreu em um carro, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do CODI do I Exército. O incidente estabelecia uma ligação direta entre os atentados e o aparelho repressivo do regime. O general Gentil Marcondes, comandante do I Exército, divulgou, entretanto, a versão de que ambos cumpriam “missão de rotina” e determinou que o sepultamento do sargento fosse realizado com honras militares (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vl. 1, 2014, p. 107).

O atentado, orquestrado por integrantes do sistema repressivo estatal, ambicionava apresentar-se como terrorismo de esquerda, visando, assim, retardar o processo de abertura política que estava em curso (1975-1985)⁷⁰ – os Inquéritos

⁷⁰ Há de se ressaltar que a crise gerada pelo episódio Riocentro foi um dos principais motivos do afastamento de Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil da Presidência (1974-1981).

referentes ao Riocentro foram disponibilizados, no ano de 2012, foram analisados pela Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, vl. 1, 2014) e os resultados estão, atualmente, disponíveis para o público.⁷¹

Assim, em decorrência da atitude, a investigação realizada solicitou à 5ª RM/DI (Curitiba/PR) informações sobre a atuação de Célio de Jesus Lobão Ferreira durante a época que trabalhou como auditor nas dependências da unidade em questão (1965-1970). O agente paranaense responsável afirmou que o corregedor geral “era tido como defensor de subversivos tendo em sua atuação, inclusive, procurado desvirtuar e atrapalhar o andamento normal dos processos instaurados por subversão nesta área” (SNI. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ACE_1360_81, 03 de setembro de 1981, lauda 02).

A depreciação da imagem de Célio Lobão Ferreira realizada pelo agente de informações, fundamenta-se, então, no mero fato da propensão do investigado em atuar, juridicamente, na defesa de sujeitos considerados subversivos. Deste modo, expressa-se a concepção de que, uma vez considerado suspeito de subversão, o sujeito singular brasileiro deveria permanecer excluído dos seus direitos básicos, até mesmo de questionamento legal de seu encarceramento – perspectiva que reforça o aprofundamento do processo de desumanização do sujeito subversivo.

Da mesma forma, constrói-se uma lógica interpretativa, racionalizadora, que direciona a classificação de subversivo para todos os agentes que integrassem o sistema judiciário e insistissem em posicionar-se na defesa dos inimigos subversivos elencados pelos aparelhos de informação e repressão. Neste sentido, existem casos interessantes no extenso arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações paranaense, a respeito de investigações sobre advogados subversivos na região de atuação da 5ª RM/DI, dos quais destaca-se, inicialmente, Djalma Garbelotto. Segundo consta nas avaliações da comunidade de informações “o advogado, residente em CURITIBA, é defensor de numerosos subversivos, e não ‘mede meios para chegar aos fins

⁷¹ No que tange às ações similares a do RioCentro, há de se considerar que “o desabrochar de grupelhos de extrema direita militar em 1968 mostra que, independentemente de algumas ações armadas, que envolvem um número bem restrito de oficiais, dinâmicas comparáveis às observadas antes do golpe reproduzem-se dentro da instituição: um certo número de militares se organiza politicamente, formando grupelhos, no intuito de assessorar as autoridades, até de compensar sua omissão, na luta contra a subversão. Não se trata mais de orientar o poder, mas de agir na sua sombra, em contradição flagrante com a exigência de apolitismo dos oficiais que, não obstante, o Executivo tenta há quatro anos restabelecer em proveito próprio. Este, entretanto, não se opõe em bloco a esse novo ativismo – ainda que armado –, que conta com diversos apoios na administração e nos ministérios. Além disso, a consolidação dos órgãos de segurança oferece uma proteção, bem como um reserva de adeptos, formados e armados, a esses grupelhos” (CHIRIO, 2012, p. 125).

inconfessáveis” (SNI. Advogados subversivos, ACT_ACE_1088_81, 29 de julho de 1976, lauda 28).

As acusações de subversão do advogado foram acrescidas em ocasião da emissão de nota, de sua autoria, para o então prefeito de Prudentópolis/PR Gilberto Agibert, em setembro de 1971. A nota convocava Gilberto Agibert a comparecer no escritório de Djalma Garbelotto, objetivando tratar de assuntos sobre denúncias de corrupção e expropriação monetária coercitiva de empresários da cidade. Em resposta, o prefeito de Prudentópolis remeteu uma carta, anexando a nota de Garbelotto à 5ª RM/DI, exaltando as tendências subversivas do acusador e delineando uma lamuriosa defesa de sua integridade administrativa, de caráter paternal. O caso de Djalma Garbelotto se contrapõe, de modo interessante, com o de outro advogado paranaense, Rene Ariel Dotti. Segundo avaliações, presentes em sua ficha:

Sua conduta e atividade demonstram sua inclinação para o comunismo, inclusive defendendo na Justiça causas contrárias à Revolução, no PARANÁ

[...]

Com relação às tendências ideológicas esquerdistas do nominado, nada há de concreto e positivado nos órgãos de informações da área do PARANÁ. Trata-se de elemento muito inteligente e bastante preparado para suas funções de advocacia. Sua principal característica é de defender causas onde possa obter maiores rendimentos financeiros, inclusive na defesa de elementos subversivos (SNI. Advogados subversivos, ACT_ACE_1088_81, 29 de julho de 1976, lauda 70).

Destaca-se neste caso uma visível mudança de opinião da comunidade de informações, acerca do nominado. Os dados coletados no período que antecedeu a indicação de Rene Ariel Dotti para Juiz do Tribunal Regional do Paraná, direcionavam a sua avaliação ideológica de modo a vinculá-lo à ala russa do PCB, simplesmente pelo fato do advogado atuar em defesa de prisioneiros subversivos. Em contrapartida, sua indicação para o cargo de alto escalão foi acompanhada de uma reviravolta analítica, o investigador responsável concluiu seu laudo ideológico, afirmando que Rene Ariel Dotti foi prejudicado pelas investigações anteriores, tendo em vista que:

Após longo período de observação e contatos com várias pessoas, inclusive com o nominado, esta Agência acredita que seu comportamento não seja consequência de suas convicções político-ideológicas e sim, do entendimento que tem, de suas responsabilidades no exercício de sua profissão. É dedicado à sua profissão, possui honestidade de propósito e um invulgar dinamismo

nas causas que assume (SNI. Advogados subversivos, ACT_ACE_1088_81, 29 de julho de 1976, lauda 80).

As condições materiais dos sujeitos singulares investigados (compreendidas em toda a complexidade que configura a relação do indivíduo com a vida social concreta), desta forma, demonstravam tendência a influir no modo como as investigações da comunidade de informações paranaense desenvolviam-se – conforme já evidenciado pelo *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban* (Paraná, 2014), do qual este trabalho apropriou como exemplo a atuação do delegado da DOPS Curitiba, Ozias Algauer. Desta forma, o método de racionalização característico da lógica investigativa da comunidade de informações paranaense, fundamentado pelas diretrizes da doutrina de Segurança Nacional, viabilizava o atendimento de interesses internos na concessão dos laudos ideológicos necessários para ingresso em cargos públicos.

Ademais, é interessante notar que as informações sobre os esquadrões de extermínio e tortura dos subversivos capturados, aparentemente, não perpassam os registros do SNI paranaense e catarinense. Ressaltando, ainda, que:

Além disso, o grupo que se especializou no combate ao crime de “subversão” possuía, por interesses corporativos e por formação ideológica, um projeto político que colidiu, em determinado momento, com a cúpula dirigente, ainda que todos partilhassem um universo comum de concepções sobre o mundo (JOFFILY, 2014, p. 169).

Fenômeno que evidencia, em primeiro lugar, a autonomia que os órgãos de extermínio tinham, até mesmo em relação ao principal sistema de inteligência nacional, por outro lado, expressa a preocupação do regime ditatorial com a prevenção de produção de provas referentes ao desumano tratamento dispendido contra os subversivos (não deixando, é claro, de considerar a possibilidade destas fontes documentais terem sido destruídas antes do processo de preservação).

Em outras palavras, os responsáveis pelas ações clandestinas (entre os quais se incluem Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo) tinham plena consciência do caráter desprezível destas operações, da aberração que seria a sua divulgação, mesmo em tempos posteriores à abertura política, independentemente da consolidação, ou não, do consenso pressuposto pela doutrina de Segurança Nacional em meio à sociedade civil como um todo. Apesar de tudo isto, as configurações ideológicas extremadas e o próprio aparelho institucional direcionaram a contínua ação persecutória, cujos aspectos mais desumanos eram restritos ao sigilo dos porões da ditadura militar.

É relevante, também, evidenciar o modo contraditório que perpassava os processos investigativos sobre as denúncias de corrupção em meio ao aparelho repressivo paranaense. Para tanto, utiliza-se como exemplo as denúncias anônimas que foram protocoladas contra o Delegado de Polícia Natel Gomes de Oliveira. O agente responsável reforça que já existiam registros na Agência Regional que indicam vínculo do delegado com “marginais”, aos quais orientava, protegia e concedia total cobertura em troca de “vultuosas somas em dinheiro” (SNI. Corrupção Policial em Londrina/PR, ACT_ACE_299_79, 13 de novembro de 1979, lauda 2).

A carta que denuncia os crimes cometidos pelo delegado foi enviada por um agente que preferiu se manter anônimo, de acordo com ele os dados coletados permitiram identificar que Natel Gomes de Oliveira havia conseguido infiltrar, nos últimos concursos, agentes de confiança, ou “afilhados”, tanto na Polícia do Estado quanto no Departamento da Polícia Federal. Entre os crimes listados, destacam-se: auxílio de fuga (para o Paraguai) e acobertamento de acusados de assassinatos; associação empresarial com promotores de jogos ilícitos, donos de boates noturnas e traficantes de drogas; quando delegado de Cornélio Procópio, fez grande fortuna com a “expropriação” de terras de pessoas com passagem pela Justiça.

Interessante se faz notar que, no caso das evidências de corrupção de Natel Gomes, o agente exime-se de tecer juízos de valores, ao mesmo tempo em que não se estabelece um extenso Inquérito investigativo, como feito no caso dos policiais acusados de corrupção decorrentes da associação com sujeitos subversivos – inclusive, os nomes dos “apadrinhados” não são levantados na investigação. Determinada constatação reforça a apreensão da forma exacerbada que o anticomunismo configurou na lógica de atuação dos agentes de informações, os mais hediondos crimes eram lançados para o escopo de preocupações secundárias e, quando cometidos por militares, poderiam recair na concepção golberyana de Segurança Nacional, que culpabilizava o baixo investimento na formação e remuneração dos agentes policiais e militares como elemento que potencializava suas propensões aos baixos níveis de moralidade (SILVA, 2003).

Assim, era comum em avaliações dos agentes de informações a defesa de melhores condições salariais e a preocupação com a formação do corpo integrante do sistema repressivo. Em Inquérito que avalia o encontro da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná e da União da Polícia Civil, realizado no dia 1

de novembro de 1980 na cidade de Curitiba/PR, o relator afirma que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre o movimento classista “Segurança e Justiça”. Segundo o agente, a nota emitida pelos participantes do evento, esclarecia que:

[...] o movimento indicado por deliberação de Assembleia Geral, realizada com a presença de Delegados de Polícia de todo o PARANÁ, foi desencadeado após serem constatadas infrutíferas as tentativas de atendimento às reivindicações apresentadas aos altos escalões governamentais, realizadas através de audiências, ofícios, manifestos e todo tipo de documentos escritos enviados ao Governo. Após as gestões realizadas por mais de um ano, nenhuma medida prática surgiu que viesse aliviar a angustiante situação salarial e administrativa vivida pela polícia civil paranaense, que percebe o menor salário entre todas as polícias da Federação.

Solicitam, finalmente, à comunidade o apoio para sensibilizar o Governo ao atendimento às reivindicações apresentadas (SNI. Movimento de Delegados Paranaenses, ACT_ACE_651_80, 03 de novembro de 1980, lauda 03).

Percebe-se, portanto, o modo como o agente responsável visa compadecer os leitores da investigação acerca da necessidade de melhoria das condições de trabalho dos agentes repressivos paranaenses. Há de se ressaltar, em retomada das contradições estabelecidas entre o caso do delegado Natel Gomes e os agentes culpabilizados de vinculação com subversivos, a enigmática tendência dos setores militares vinculados à doutrina de Segurança Nacional em relevar os casos de crimes cometidos por militares, desde que estes não ameçassem a delicada lógica de reprodução do modelo de capitalismo brasileiro – em outras palavras, desde que as mencionadas infrações legais não fossem direcionadas para o auxílio ou defesa de sujeitos ou ideais subversivos.

Neste ponto, necessário se faz indicar o Inquérito decorrente das repercussões tomadas pelas edições de fevereiro e março de 1980 da revista *Rumo Paranaense*, nas quais foram publicados artigos do então diretor do Instituto de Polícia Científica da Secretária de Segurança Pública do Paraná, Eudes Brandão, que “criticavam veemente a atuação daquela Corporação [Polícia Militar], responsabilizando-a pelo desvirtuamento de sua finalidade e pela ineficiência no combate à criminalidade” (SNI. Campanha difamatória contra a Polícia Militar – Eudes Brandão, ACT_ACE_464_80, 02 de maio de 1980, lauda 02). O relatório informa que os artigos do diretor da Polícia Científica provocaram insatisfações na conjuntura paranaense, tanto do povo contra as autoridades quanto dos oficiais da Polícia Militar contra as ofensas dirigidas à classe. De acordo com a avaliação feita por Eudes Brandão:

Aos policiais militares deveria ficar reservada a prevenção ou repressão de movimentos de massa e a preservação da ordem interna. À Polícia Civil ficariam atribuídas as funções de dar combate ao crime e transmitir segurança e tranquilidade à população. Para isto, sugere, ainda, a criação de Polícias Cíveis bem estruturadas, melhor equipadas e com pessoal adestrado para tal fim (SNI. Campanha difamatória contra a Polícia Militar – Eudes Brandão, ACT_ACE_464_80, 02 de maio de 1980, lauda 02).

As acusações, portanto, são concomitantes com os fatos evidenciados sobre a forma como, em decorrência da perspectiva dicotômica de mundo inerente à doutrina de Segurança Nacional, os crimes comuns (por mais hediondos que fossem) eram lançados ao escopo de preocupações secundárias, sendo primordial e urgente o enfoque dos setores de inteligência e repressão no combate da “iminente ameaça” comunista. O Inquérito, contudo, elucida que esta tomada de posicionamento dos órgãos de repressão e inteligência não era bem vista, nem pela sociedade civil nem por setores internos ao próprio aparato policial – reforçando, assim, a incapacidade de criação do consenso doutrinário interno.

Retomando as discussões acerca do aparelhamento, é interessante notar que os juízos de valores que concebiam crimes comuns como secundários, em relação a entidades policiais e militares, não se estendiam consensualmente para o funcionalismo público como um todo. O Inquérito referente à reintegração do desembargador anistiado Alceste Ribas de Macedo, por exemplo, afirma que o “acusado de cometimento de irregularidades administrativas foi aposentado em 1973” (SNI. Desembargador do Tribunal de Justiça/PR – Alceste Ribas de Macedo, ACT_ACE_658_80, 11 de novembro de 1980, lauda 02). Segundo o agente de informações, a solenidade de posse, que ocorreu no dia 7 de novembro de 1980, perpassou algumas problemáticas, como o não comparecimento do desembargador Elianto Camargo e o pronunciamento do desembargador Eros Gradowski afirmando preferência por não se incumbir de realizar a saudação do anistiado, apesar de ter aceitado a tarefa.

Segundo o responsável pela investigação, as falas da solenidade tiveram o sentido de enaltecer a figura de Alceste Ribas de Macedo no papel desempenhado em defesa das diretrizes e instituições governamentais do regime militar. O agente conclui seu relatório observando, de forma enigmática, que “a Lei de Anistia, cujos objetivos iniciais eram beneficiar punidos por atos de natureza política, acabou por beneficiar, como no caso presente, elementos envolvidos em corrupção” (SNI. Desembargador do Tribunal de Justiça/PR – Alceste Ribas de Macedo, ACT_ACE_658_80, 11 de

novembro de 1980, lauda 06). A percepção e o posicionamento crítico do agente de informações consolidam uma problemática para os horizontes de pesquisa da atuação do SNI, ao passo em que a postura adotada aparenta concordância com a reintegração de sujeitos de posicionamento político-ideológicos divergentes dos princípios da ditadura militar, ao mesmo tempo em que considera intolerável a reintegração de indivíduos corruptos (independente destes estarem afiliados aos ideais da doutrina de Segurança Nacional).

Assim, se por um lado exacerbava-se a preocupação com a coalizão interna do consenso, a partir dos pressupostos da doutrina de Segurança Nacional, por outro, nos anos finais da abertura política (1980-1985), relevava-se a possibilidade de convivência com divergências político-ideológicas em meio à sociedade civil – desde que estas, é claro, não estivessem voltadas para a perspectiva de guerrilha, em si, ou do pressupostos marxistas de construção de ideais socialistas/comunistas (conforme é evidenciado no decorrer das análises deste trabalho).

Tendo traçado o posicionamento de classe assumido pela comunidade de informações paranaense durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), os principais elementos analíticos e ideológicos que fundamentaram a lógica investigativa dos agentes de informação e, também, as contradições que perpassavam as avaliações realizadas dos agentes, cabe, neste ponto, debruçar-se sobre a questão da função social que a ideologia proveniente da doutrina de Segurança Nacional exerceu nas ações persecutórias desenvolvidas no cotidiano de atuação do Serviço Nacional de Informações paranaense.

Capítulo III – Ações persecutórias na conjuntura paranaense

Conforme demonstrou-se no capítulo anterior, apesar da pretensão de objetividade e neutralidade, pautada no paradigma estadunidense, pela qual se erigiu o aparato da inteligência investigativa brasileira, os agentes de informações tendiam a expressar julgamentos de valores condicionados por perspectivas político-ideológicas (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; SAMWAYS, 2014).

Neste sentido, há de se enfatizar o cerne propositivo que permeou a doutrina de Segurança Nacional (DSN) da Escola Superior de Guerra (ESG), que consistia na pressuposição de representatividade sintética dos objetivos gerais da nação (políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos), sendo papel das Forças Armadas, portanto, garantir a coesão psicossocial da sociedade brasileira, a partir do combate a qualquer formação que visasse à infiltração de filosofias-ideologias exóticas nas terras nacionais (MIGUEL, 2002; SILVA, 2013).

Núcleo ideológico comum aos setores conservadores que se articularam antes, durante e posteriormente⁷² à ditadura militar brasileira, a concepção anticomunista de segurança nacional demonstrou consolidar-se, não só como elemento de interlocução entre os grupos militares conservadores em disputa pelo poder estatal, como, também, o princípio norteador de funcionamento do Serviço Nacional de Informações – assim como dos demais órgãos de inteligência, coerção e repressão que compunham a comunidade de informações e foram aqui abordados.

Foi em defesa da segurança nacional que se aprovaram as mais nocivas medidas legislativas no país (marcando um profundo retrocesso aos direitos democráticos brasileiros), ao mesmo tempo em que legitimou-se, mesmo que em muitos casos às margens da legalidade (e sem gerar provas documentais), os mais desprezíveis métodos de combate à subversão – tais como: censura, exílio político, prisões arbitrárias, tortura

⁷² No Brasil contemporâneo, especialmente após 2014, ocorreu uma forte ascensão de novas articulações políticas a partir de pautas conservadoras radicais, culminando na eleição de Jair Messias Bolsonaro no ano de 2018. As pautas e fundamentações ideológicas destes novos grupos não deixam de exprimir certas semelhanças com os elementos basilares que fundamentaram a ideologia proveniente da doutrina de Segurança Nacional golberyana, como é o caso da Ordem Dourada do Brasil, a qual, contando com mais de 366 mil seguidores na rede social *Facebook*, “veicula uma visão de mundo embasada nos princípios de uma inerente guerra psicossocial, instaurada entre o comunismo internacional e a democracia cristã, afirmando que grupos comunistas estão altamente aparelhados no sistema estatal brasileiro e promovendo um amplo processo de doutrinação ideológica da população a partir de princípios que, segundo o grupo, visam o rompimento com a moral cristã, tais como a ideologia de gênero e reflexões políticas fundamentadas na perspectiva gramsciana – entendida pelos líderes da Ordem Dourada do Brasil enquanto droga psicossocial do comunismo internacional” (LANZA; NEVES JR, 2017, p. 44).

(física e psicológica) e assassinatos seguidos da ocultação dos cadáveres (BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014). Deste modo:

Após a vitória das forças organizadas em torno da ESG, com a instalação da ditadura militar, notadamente do chamado “golpe dentro do golpe” a partir do AI-5, em 1968, essa estratégia passou a predominar com a perversidade característica. Tratava-se “de encontrar aquelas minorias” que seriam “os focos de agitação” (LOVATTO, 2010b, p. 85).

As formas de identificação e combate aos sujeitos potencialmente subversivos eram distintas e requintadas, técnicas que foram aperfeiçoadas pelos diversos órgãos que, no decorrer do século XX, responsabilizaram-se pela patrulha ideológica e pela erradicação das ameaças à ordem social no país, sempre elencando o comunismo como o inimigo número um da sociedade brasileira. Assim, no desenrolar das duas décadas de ditadura militar brasileira, “encurralados por uma polícia política crescentemente sofisticada e profissional, os grupos e organizações revolucionárias, quase sempre inexperientes e amadores, dispendo apenas da vontade e da ousadia, foram escorraçados da história” (REIS, 2000, p. 54). Além das prisões arbitrárias e da tortura:

Outra estratégia comum para obter informações foi o emprego de informantes, selecionados em diversas esferas da sociedade. Mais eficaz foi o recurso aos “infiltrados”, agentes treinados em informação que se misturavam entre os ativistas de movimentos sociais para ser recrutados pelas organizações de esquerda e fornecer dados importantes sobre seu funcionamento e suas ações (JOFFILY, 2014, p. 166).

As análises prévias das fontes documentais do SNI permitem elucidar alguns exemplos destas formas de espionagem, que ocorriam tanto por parte dos agentes oficiais dos órgãos de inteligência quanto de civis recrutados para se infiltrarem nas organizações subversivas (SOUZA, 2019), as quais, raramente, conseguiam identificar estes agentes a serviço da segurança nacional – o que, contudo, não foi impossível de ocorrer. As estratégias de espionagem seguiam diretrizes específicas, por exemplo:

Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais, mesmo os militares eram instruídos a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção da rede elétrica. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legislação autoritária erigida pelo próprio regime. Importa dizer que os métodos violentos nunca foram aberta e publicamente defendidos pela

hierarquia militar, mas empregados de forma ampla, com aval e sob orientação da alta cúpula (JOFFILY, 2014, p. 165).

Foram múltiplas e distintas, portanto, as formas de identificação e repressão dos sujeitos considerados potencialmente ou efetivamente subversivos. O objetivo destas ações, contudo, era o mesmo: combater todas as ideologias políticas que divergissem dos princípios basilares de segurança nacional que imperavam nas fileiras conservadoras militares e civis que ocupavam a máquina estatal. Determinada percepção carrega, mesmo que de forma mais ou menos velada, outro princípio norteador: o da consolidação do consenso ideológico a partir da concepção de mundo partilhada pelo grupo que desencadeia as ações persecutórias.

Como foi destacado no capítulo anterior, essa perspectiva mostrava-se explícita no âmbito interno de formação dos agentes que atuavam no aparelho estatal da época – inclusive, valendo-se de uma lógica doutrinária desumanizadora dos sujeitos singulares (fossem eles subversivos ou pertencentes às próprias fileiras policiais e/ou militares). Claro que, para que o consenso de um grupo torne-se efetivamente um consenso ideológico na sociedade civil de uma época, torna-se necessário estender seus princípios para que ocorra sua internalização por outros setores da sociedade – sejam estes da mesma classe social da qual o grupo que pretende à hegemonia pertence ou não.

Desta forma, torna-se relevante para continuar as análises sobre a função social exercida pela ideologia de segurança nacional, em meio à comunidade de informações paranaense, apreender os métodos que foram apropriados pelos órgãos de repressão e coerção da ditadura militar brasileira para garantir, ou pelo menos buscar, a universalização do consenso ideológico em meio à sociedade civil.

Assim, este capítulo encontra-se dividido em três partes, sendo que a primeira se ocupa de investigar as operações de repressão e/ou identificação dos grupos efetivamente revolucionários da conjuntura paranaense, atentando às diferentes estratégias de desarticulação utilizadas pelos órgãos da repressão militar. Em seguida, é analisado um método particular utilizado por setores do aparelho repressivo e coercitivo militar que se encontrava diretamente relacionado com os princípios basilares da ideologia de segurança nacional: o recondicionamento doutrinário. Por fim, na última parte, é problematizada a forma como as interações internas e externas de órgãos de inteligência, repressão e coerção, protagonizaram um processo de adequação e direcionamento das pautas e mobilizações sociais para a resignação ao Estado de ideologia única (sendo este o capitalismo globalizado sob liderança estado-unidense).

3.1 – Operações de combate à subversão

No ano de 1981, foi solicitado à Agência Regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) paranaense, um levantamento das organizações e grupos subversivos em atuação no Estado (SNI, Organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas, ACT_ACE_1345_81, 31 de agosto de 1981, 06 laudas). Segundo o agente de informações responsável pelo relatório, encontravam-se atuantes na conjuntura paranaense do período os seguintes grupos subversivos: Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), com maior propensão de crescimento e articulação; a Organização Socialista Internacional (OSI) de nível intermediário; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que estava em defasagem organizacional e encontrava-se mais voltado para a atuação junto ao Movimento Estudantil.

No que tange à conjuntura paranaense, o relatório informa que a OSI traçou uma estratégia de inserção dentro das fileiras do Partido dos Trabalhadores (PT), visando ocupar espaços estratégicos de influência no direcionamento político-ideológico de atuação do partido.⁷³ Por outro lado, o MEP se consolidou como um caso de particular interesse das investigações da comunidade de informações paraense do período, ao passo que, nas palavras do próprio agente, era a organização subversiva detentora de maior capacidade para articulação popular.⁷⁴

Conforme indica Cunha (2019), pautado na defesa da atualidade da Revolução Socialista para a etapa conjuntural de desenvolvimento do Brasil, o MEP surgiu no ano de 1976, no Rio de Janeiro, e rapidamente se tornou uma das organizações de maior adesão da esquerda brasileira, tendo como consequência um massivo processo de perseguição por parte do aparelho estatal da ditadura militar brasileira. Analisando as configurações que o MEP tomou em outros Estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros), Cunha (2019) não chegou a abordar as especificidades paranaenses, sendo relevante, portanto, expandir as contribuições acadêmicas referentes ao movimento.

⁷³ Fenômeno que evidencia a sua adequação a uma perspectiva legalista e, relativamente, conformista de atuação política que expressa uma potencial resignação ao reformismo-progressista do PT – tema específico de debate do último tópico deste capítulo.

⁷⁴ Não tendo sido mencionado no *Relatório da Comissão da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), o MEP merece especial atenção nas análises aqui apresentadas.

Em Inquérito que investiga a estruturação do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) em Curitiba/PR, o agente de informações traça uma análise que se fundamenta em um processo de infiltração (espionagem) da reunião ocorrida em 2 de setembro de 1980 na residência de Inez Pelizardo, fato que é demonstrado pela inserção dos anexos do Inquérito – constituídos em uma reprodução do gráfico desenhado por Inez Pelizardo na reunião e uma cópia do Manual *Teses para um Sindicalismo Combativo, Democrático e de Massas*.⁷⁵ Segundo o agente de informações:

- a. O MEP não pretende unir-se aos outros partidos de esquerda, o que ele irá fazer é aproveitar a ajuda dos mesmos, porém, atuando independentemente;
- b. No que se refere aos Sindicatos o MEP pretende, mesmo que não consiga colocar diretorias representativas dentro dos mesmos, fazer um intensivo trabalho de base, junto às diversas categorias de trabalhadores, para que seja possível uma boa organização e mobilização;
- c. Quanto a Igreja, conclui-se que o MEP deve aproveitar as brechas deixadas pela mesma e que permitam desenvolver seu trabalho, usando entidades religiosas, comunidades de base, religiosos e leigos que sejam combativos e que venham, de uma maneira ou de outra, a difundir a doutrina da organização (SNI, Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, laudas 05-06).

A avaliação do agente evidencia, em primeiro lugar, a tomada de posição do MEP em manter a integridade de sua proposição político-ideológica frente à conjuntura paranaense do período e, em segundo lugar, a denúncia da potencial ameaça de aparelhamento subversivo que, a partir do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional, o agente de informações atribui à organização. O relatório é acrescido da investigação de outros dois encontros realizados pelo MEP, no dia 9 de setembro de 1980 na casa de Doático Alcides Alves dos Santos e em 8 de novembro de 1980 na casa de Paulo Roberto de Almeida Mello (ambas em Curitiba/PR).⁷⁶ Assim, o agente conclui sua investigação, fundamentada no processo de infiltração nas três reuniões e análise do material coletado, afirmando que:

Os esforços desenvolvidos pelo MEP em CURITIBA são no sentido de conseguir sua estruturação e representatividade, principalmente junto ao Movimento sindical. Frustrada sua primeira tentativa de

⁷⁵ Entre os membros identificados na reunião, destacaram-se: Inez Pelizaro, Avelino Rodrigues de Souza, Eliane Nazareth Oliveira, Felipe Silvano Silveira, Ivo Augusto de Abreu Pugnali e Paulo Roberto de Almeida Mello.

⁷⁶ Nas quais, além dos participantes anteriores, estiveram presentes: Davi Pereira de Vasconcelos, José Marcondes da Silva, Marilita Gnecco de Camargo Braga e Raul Napoleão de Oliveira Santos.

conseguir dominar um sindicato, ao perder as eleições no sindicato dos metalúrgicos, o MEP prepara-se para disputar outras eleições sindicais.

Evidencia-se que o MEP não afasta a possibilidade de aproveitar a ajuda de outros partidos esquerdistas, para alcançar os seus objetivos, bem como de chegar à luta armada (SNI, Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, laudas 10-11).

A perspectiva do MEP, para a organização da classe trabalhadora no Paraná, desta forma, teve um início frustrante, com baixa adesão operária às propostas do movimento para o direcionamento das ações sindicais. O agente responsável, apropriou-se do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional visando definir uma imagem pejorativa dos sujeitos subversivos que compunham o MEP no Paraná, indicando a possibilidade de aproveitar-se das demais organizações de esquerda, já consolidadas, e alertando para a potencialidade de recorrência à luta armada que, supostamente, perpassa o fundamento político-ideológico do movimento. Fragoso (1985), por outro lado, indica que o MEP se consolidou enquanto uma organização política majoritariamente estudantil, afirmando que o programa da organização não evidenciava propostas concretas de recorrer à luta armada.

As investigações referentes às reuniões realizadas pelo MEP continuaram no ano de 1981. O agente infiltrado expôs as diretrizes que a organização propunha para prevenir a espionagem em suas células – inclusive informando que, para os membros do MEP, era possível que houvesse agentes infiltrados no PT. As reuniões tiveram como enfoque principal a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que seria realizada em agosto de 1981. A preocupação dos militantes do MEP era direcionada para os efeitos nocivos à esquerda verdadeira decorrentes do protagonismo que figuras progressistas e sociais-democratas estavam conquistando em meio à classe trabalhadora – dos quais destacavam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Frei Beto (Teologia da Libertação). O agente concluiu seu relato afirmando que:

O MEP vem, paulatinamente, aumentando sua área de influência no movimento operário e sindical de CURITIBA/PR. A grande preocupação de seus militantes, no momento, é o CONCLAT, (tido pelas organizações subversivas como estratégico para consolidação do movimento sindical a nível nacional), tendo em vista que os elementos que tomaram a frente do evento estão procurando marginalizar a participação das esquerdas no mesmo (SNI, Movimento pela Emancipação do Proletariado – (MEP), ACT_ACE_1139_81, 02 de julho de 1981, lauda 06).

Assim, até o ano de 1981, exprimia-se um forte processo de crítica do MEP paranaense no que tange aos direcionamentos progressistas social-democráticos dos setores vinculados ao PT e a Teologia da Libertação. A propensão ao crescimento do MEP em meio à classe trabalhadora paranaense no período, contudo, indicam uma relativa ascensão da consciência de classe em prol da emancipação do trabalhador na conjuntura paranaense do início da década de 1980. A tomada de posição paranaense, em crítica às tendências reformistas do PT, contudo, não se mantiveram por muito tempo nas fileiras do movimento, seguindo as diretrizes de articulação com o PT que tomaram forma nos demais Estados brasileiros (CUNHA, 2019) – fenômeno que leva à problematização das estratégias de direcionamento político e ideológico que serão abordadas na terceira parte deste capítulo.

Em continuidade às análises sobre as operações de combate à subversão, torna-se pertinente abordar o caso da Operação Marumbi (1975), que perpassa em maior ou menor grau diferentes fontes documentais do arquivo de documentos do SNI paranaense – fenômeno que evidencia a prevenção da possibilidade de rearticulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como uma das preocupações majoritárias no direcionamento das investigações da comunidade de informações do Paraná. Dentre as fontes documentais analisadas destaca-se o extenso relatório, referente a Operação Marumbi, assinado pelo então comandante da 5ª RM/DI general-de-divisão Samuel Augusto Alves Corrêa (SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, 95 laudas).⁷⁷

Segundo o relator, as prisões efetuadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia possibilitaram o levantamento de dados que confluíram na confirmação de que elementos vinculados ao PCB vinham fortalecendo suas estratégias no Paraná, em prol da rearticulação do partido. Em resposta, a 5ª RM/DI apressou-se em desenvolver uma estrutura de repressão ao “terrorismo subversivo”, instalando o Centro de Operações e Defesas Internas (CODI), a Central de Informações (CINFO) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) – sendo o último protagonista no desenvolvimento da Operação Marumbi.

A Operação foi dividida em quatro (4) fases, postas em ação durante o período que compreende 15 de julho e 25 de outubro de 1975. O objetivo foi “capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB no PARANÁ”, tendo por finalidade

⁷⁷ O extenso documento constitui um rico registro histórico do fenômeno, consolidando-se como potencial fonte para análises aprofundadas do campo da historiografia.

“desarticular e neutralizar o PCB no Estado do PARANÁ” (SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, laudas 11-12). Segundo consta no documento, a Operação Marumbi dividiu-se da seguinte forma:

- Fase 1 (15 de julho a 27 de agosto): identificação dos potenciais elementos vinculados ao PCB com subsequente investigação da real militância e seleção dos alvos de maior relevância.
- Fase 2 (28 de agosto a 11 de setembro): investigação aprofundada dos alvos selecionados e seus principais contatos, visando delinear a rede de contatos do PCB/PR.
- Fase 3 (a partir de 12 de setembro): prisão dos alvos e encaminhamento para o DOPS/PR, espaço onde os suspeitos foram inqueridos, tendo sido feito o levantamento de novos dados que possibilitaram novas prisões.
- Fase 4 (proposta a finalizar, no máximo, 60 dias após o início da Fase 3): encaminhamento de todos os implicados em subversão no Paraná para a Justiça Militar.

No total, conforme exposto no relatório, foram efetuadas 67 prisões de sujeitos potencialmente responsáveis pela tentativa de rearticulação do PCB, dos quais foram anexadas as fichas de antecedentes subversivos. As prisões ocorreram entre os dias 12 de setembro e 25 de outubro de 1975 e, durante este período, o responsável pelo relatório enfatiza que foram enviados três (3) comunicados à imprensa, sendo que:

Tais COMUNICADOS traduzem a preocupação do Cmt da 5ª RM/DE em bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos Órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados em distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei (SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, lauda 17).

A indicação da difusão de comunicados à imprensa paranaense evidencia a preocupação da comunidade de informações paranaense com a questão da produção de contrainformação, atentando ao modo como os agentes pretendiam ocultar os métodos utilizados pela repressão, inclusive nos documentos produzidos para circulação confidencial dentro da própria comunidade de informações. O *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), traz importantes contribuições sobre o violento processo repressivo que tomou forma na Operação Marumbi, indicando que, em alguns casos, a aplicação de tortura era realizada de forma assistida por familiares do preso subversivo. Apesar do trato desumano com os prisioneiros, as notas da comunidade de informações objetivavam deturpar, e desmerecer, as tentativas de denúncias relativas ao processo, apropriando-se dos

fundamentos ideológicos da doutrina de Segurança Nacional para transmitir uma imagem pejorativa do sujeito subversivo – apresentado como elemento ardiloso e manipulador que visava destruir a concepção de integridade das instituições nacionais frente à população em geral.

Assim, contrastando os dados provenientes dos arquivos do próprio SNI paranaense com o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014) e com os recentes documentos provenientes da CIA (COLBY, W. E. In: *Central Intelligence Agency*, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974), é possível aferir que a lógica de produção de informações que permeou o processo repressivo da ditadura militar brasileira perpassava uma visível preocupação com o sigilo das ações persecutórias violentas desencadeadas contra os sujeitos potencialmente subversivos (especialmente no que tange às operações de execução), inclusive dentro do próprio âmbito interno de funcionamento da comunidade de informações.

Assinado em 04 de outubro de 1975, o último informe de Samuel Augusto Alves Corrêa, enviado à imprensa para publicação, apresenta detalhes sobre a Operação Marumbi, explicitando os objetivos que nortearam a ação e os resultados obtidos. São elencados os elementos da estruturação organizacional do PCB/PR e, em seguida, afirma-se que:

O Partido Comunista Brasileiro, assim estruturado neste Estado, ficou em condições de aplicar técnica já consagrada, cujas características principais são:

- ressaltar junto à população as deficiências e as dificuldades existentes no país, atribuindo-as exclusivamente à responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isto a agravar os problemas existentes, levar o povo ao descontentamento e à insatisfação, e tornar o governo impopular;
- investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter;
- infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos, etc, a fim de, aos poucos e sub-repticiamente, passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo;
- organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constitua um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e levar avante o processo subversivo;
- aliciar com habilidade novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas até que fiquem comprometidos, de tal modo, com os atos

ilegais praticados que não terão mais condições de optar livremente e sair da organização mesmo que queiram;

- usar todas as liberdades e franquias democráticas em benefício da ampliação do movimento subversivo.

Essa técnica, que foi apresentada tão somente em seus aspectos mais evidentes e relevantes, tem por objetivo primordial a conquista sutil, progressiva e persistente da população, de modo a coloca-la do lado da subversão, facilitando ou possibilitando assim a conquista do Poder, pois seu dogma fundamental é: “O máximo da eficiência não é obter cem vitórias em cem batalhas, mas sem vencer os exércitos do inimigo sem precisar lutar” (SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, laudas 72-73 – grifos nossos).

O horizonte conceitual, apropriado da doutrina golberyana de Segurança Nacional, explicita-se categoricamente no comunicado de Samuel Corrêa à imprensa paranaense. Logo no primeiro trecho grifado, da citação acima, indica-se a retomada da perspectiva de apresentar o sujeito subversivo como elemento ardiloso que, se valendo dos problemas inerentes à conjuntura social, visava influir na sociedade de modo a possibilitar levantes populares contra o regime instituído que garantissem a conquista dos interesses particulares das organizações subversivas – ao mesmo tempo em que, relativamente, exime o governo das responsabilidades decorrentes de sua ingerência e sua compactuação com a manutenção da subordinação nacional ao capital imperialista.

Estrategicamente, Samuel Corrêa não deixa de se apropriar da distinção entre *oriente ateu comunista* e *ocidente cristão democrático* para enfatizar os supostos elementos genéticos que caracterizariam a sociedade brasileira. Retomando, no segundo grifo, a perspectiva de uma herança moralista cristã brasileira, o relator busca denunciar os “nefastos” objetivos do socialismo em corroer o caráter nacional da população, para, em seguida (no quarto trecho grifado da citação), atrelar os fundamentos ideológicos do socialismo/comunismo às instituições estrangeiras, subsequentemente, incongruentes com os princípios basilares da sociedade brasileira.

No terceiro trecho grifado da citação, Samuel Corrêa recorre ao conceito de *aparelhamento* subversivo das instituições para enfatizar a necessidade de vigilância constante, por parte do aparato estatal, em distintos níveis da vida social. De forma a complementar os pontos anteriormente elencados, a questão do aparelhamento é tratada como estratégia externa para influir no direcionamento das tomadas de posição em meio à sociedade civil brasileira, o que leva ao último trecho grifado da citação, referente ao conceito de *guerra total*. Assim, apresentando os sujeitos subversivos, de forma depreciativa, e vinculando seus ideais a princípios estrangeiros, incompatíveis com a

mentalidade brasileira, Samuel Corrêa objetivava legitimar o processo de perseguição política, destacando que o combate ao inimigo interno deveria compreender múltiplos campos da vida social – ao passo em que esta era a estratégia assumida pelo inimigo.

Note-se, pois, que a apropriação do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional para subsequente difusão, de forma simplificada e apelativa, nos meios de comunicação sociais paranaenses traz, ainda, um sentido mais amplo de direcionamento das tomadas de posição dos sujeitos singulares. A intenção de consolidação de um consenso, quanto à concepção deturpada do sujeito subversivo, constituía-se, assim, como mecanismo de interferência no processo subjetivo e imediato de julgamento do inimigo interno.

Dentro desta perspectiva, conforme elucida Lukács (2018b), a compreensão da alienação reside no seu caráter decididamente centrado no indivíduo, atentando-se às formas como, na realidade concreta, os sujeitos singulares assumem posições teleológicas específicas, em detrimento de alternativas, que são determinadas tanto pela subjetividade quanto pelo imediatismo.⁷⁸ Assim, a recorrência a elementos tradicionais (patriotismo, valores morais e religiosos, entre outros) e a exacerbação da suposta periculosidade do sujeito subversivo, retratado de forma quase desumanizada, atuam no direcionamento do consenso ideológico em meio à sociedade civil paranaense.

De acordo com as investigações realizadas no relatório da Operação Marumbi, o Comitê Municipal (CM) do PCB de Londrina era o mais bem organizado e influente do Paraná, durante a década de 1970 (SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, 95 laudas). Determinada informação é concomitante com as contribuições indicadas pela Comissão Estadual da Verdade (PR), ao passo que:

Desde antes do Golpe de 1964, a região do norte do Paraná se sobressaía em razão de uma militância aguerrida, ligada em grande parte ao Partido Comunista e que a partir do golpe passa a ser um foco de intensa resistência e por isso considerado pelo Regime Militar como um problema. A cidade de Londrina, um dos principais centros da região, era conhecida pelo regime como “Londrina Resistente” em alusão à posição política de muitos de seus moradores (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014, p. 218).

⁷⁸ A difusão de determinada perspectiva, assim, objetiva dirimir ideologicamente a possibilidade da eclosão de conflitos que venham a transformar, de forma mais ou menos radical, a ordem social de dominação instituída, considerando que, em situações específicas, as tomadas de posição dos sujeitos sociais perpassam as alternativas de revolta ou resignação (LUKÁCS, 2018b).

Determinado fenômeno pode ser considerado como consequência do papel desempenhado pela cidade (especialmente pelo protagonismo da FUEL), no que tange à disponibilização de um espaço de refúgio, no início da década de 1970, para os perseguidos políticos de outros Estados brasileiros (com ênfase para São Paulo). Contudo, não se pode deixar de problematizar as características políticas, históricas, sociais e econômicas do Norte paranaense (que foram abordadas no capítulo anterior), destacando, a partir disto, a propensão de articulação do PCB com grupos locais, viabilizando a conscientização política e orientando a luta armada. No caso da Guerra de Porecatu (1948-1951), por exemplo:

Havia um elo comum entre os posseiros e o PCB, que permitia essa união. Os posseiros precisavam de uma infraestrutura para manter a luta, e o PCB, de um palco para colocar em prática suas estratégias políticas. Essa combinação permitiu uma aproximação entre um e outro. Só que foi uma aproximação momentânea, conjuntural, pragmática. É bem provável que os posseiros não tivessem consciência do significado daquela aproximação, como é bem provável também que o PCB soubesse que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente quanto ela fora realizada (PRIORI, 2010, p. 378).

Apesar do intenso golpe deflagrado contra os militantes do PCB no Paraná, o partido manteve a preocupação em continuar sua tentativa de reorganização no Estado durante os anos seguintes à Operação Marumbi, conforme revela o IPM instaurado para verificar as configurações de possíveis novas tentativas de reestruturação do PCB no Paraná e Santa Catarina. O referido IPM visava avaliar a eficácia das respectivas operações “Marumbi” e “Barriga Verde” (1975) que, supostamente, teriam erradicado a tentativa de rearticulação do PCB nos dois estados – o relatório apresenta um organograma das seções de ação dos comitês estaduais que estavam em prática no período: Seção de Agitação e Propaganda; Seção de Finanças; Seção de Organização; Seção de Entendimentos Políticos; e Seção Sindical (SNI, Comitês e organizações de base do PCB, ACT_ACE_170_79, 10 de julho de 1979, 13 laudas).

Entre os grupos dissidentes do PCB que se destacaram nas investigações realizadas pela comunidade de informações paranaense, está o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O MR-8 teve sua gênese na Dissidência Comunista do Movimento Estudantil da Guanabara (DI-GB) de 1966, passando por uma gradual radicalização de suas diretrizes até a consolidação da nomenclatura de

Movimento Revolucionário 8 de Outubro em 1969 – estratégia que visava desmoralizar o regime ditatorial militar vigente (NERY, 2016).

Em uma destas investigações, o agente responsável indica que o MR-8 era liderado por Jorge Medeiros do Vale (vulgo “Bom Burguês”) e partilhava de uma perspectiva de luta armada semelhante ao *foquismo debrayista*.⁷⁹ Segundo o relator “o MR-8 chegou a instalar uma base de treinamento na região de CASCATEL/PR, visando a deflagração do foco guerrilheiro”, sendo, contudo, “completamente desbaratado pelos órgãos de segurança” (SNI, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, lauda 03) – as indicadas informações presentes no relatório do SNI-PR não constam nas investigações realizadas pela Comissão Estadual da Verdade paranaense, as quais evidenciam o processo de repressão de foco guerrilheiro do MR-8 no ano de 1970 na cidade de Medianeira/PR (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

Distante, de certa forma, da apreensão que o agente de informações realizou do MR-8, Nascimento (2018) indica que o movimento dissidente do PCB não se encontrava, em sua totalidade, alheio às preocupações de uma teorização da revolução adequada às especificidades da realidade brasileira – em uma conjunção da perspectiva de luta armada de guerrilha e do vanguardismo leninista. Há, também, de se enfatizar que o período avaliado pelo agente de informações (1981) é posterior ao processo de autocrítica interna do MR-8 (1974), a partir do qual o movimento abandonou a perspectiva da luta armada, passando a se posicionar em favor de uma estratégia democrática reformista vinculada ao MDB (NERY, 2016).

Determinados dados permitem duas problematizações, sendo que a primeira reside na consideração de que o Norte paranaense serviu de refúgio para setores mais radicais do MR-8, que encontraram a possibilidade de tentativa de rearticulação. Por outro lado, existe a possibilidade de uma exacerbação do terror anticomunista por parte dos órgãos de repressão que visavam deflagrar um intenso e violento processo de perseguição aos setores da esquerda que, anteriormente, posicionaram-se a partir de propostas mais radicais de atuação – assim, evidencia-se a carência de pesquisas

⁷⁹ Proposta de Revolução Armada que se volta mais para a prática revolucionária do que para a teorização revolucionária via partido (caso da linha leninista). Conforme indica Nascimento (2018), fileiras dissidentes do PCB passaram a aderir à perspectiva do foquismo debrayista em contraposição às táticas paralisantes do partido, derrotadas pelo golpe de 1964.

referentes ao MR-8 na conjuntura paranaense. O agente de informações ainda ressalta que:

O MR-8 vem dirigindo sua atuação, na área desta ACT/SNI, especialmente ao meio estudantil de nível universitário. Como exemplo, cita-se a eleição da chapa “VIRAÇÃO”, que é apoiada pelo MR-8, no pleito realizado para a União Paranaense dos Estudantes e também para o Diretório Central dos Estudantes/Livre da Universidade Federal do Paraná. Comum está se tornando encontrar-se estudantes vendendo o jornal “Hora do Povo”, porta-voz da organização, nos principais pontos de circulação de pessoas, em CURITIBA/PR. No referido jornal o MR-8, de forma popular, faz propaganda de temas esquerdistas, prega a subversão e incita à luta de classes. Não foi detectado nesta área, até a presente data, atuação do MR-8 no meio operário e/ou sindical (SNI, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, lauda 05).

Assim, no que tange à capital paranaense, o MR-8 parecia estar mais propenso à nova postura democratizante adotada pela organização, voltando seu foco para o Movimento Estudantil e o processo de teorização. Por outro lado, as informações apresentadas pelo agente responsável trazem a possibilidade de levantar uma problematização latente quanto ao modo de articulação dos grupos revolucionários brasileiros, a qual reside em uma primazia de alcance ao ambiente universitário e a subsequente dificuldade em atingir e integrar a classe trabalhadora em si.⁸⁰ Avaliando, de modo geral, a totalidade da conjuntura brasileira o agente responsável afere que:

O MR-8 preconiza a “união dos comunistas” para a constituição, no futuro, de um único e verdadeiro partido que represente de fato a classe trabalhadora. Oferece-se como embrião para a formação desse novo partido. Com este objetivo tem tomado a iniciativa de estabelecer contatos com várias organizações e elementos independentes. Constituiu com a OCML/PO, a APML e o MEP a chamada “Tendência Proletária” que reúne organizações que passaram pelo mesmo processo de autocrítica que o realizado pelo MR-8, optando todas por uma política de “trabalho de massa”, além de adotarem, também, como documento básico o “Programa Socialista para o Brasil” (PSB) da antiga POLOP. Com a APML foi mais longe tendo iniciado um processo de fusão com essa organização, processo este cheio de percalços a ponto de ficarem congelados no decorrer de 1978 (SNI, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, lauda 06).

⁸⁰ Determinada problemática exacerba-se quando se pondera sobre as tendências do limite temporal de militância dos estudantes universitários, condicionada a seu tempo de permanência no ambiente acadêmico no período pós Guerras Mundiais, fenômeno observado por Lukács (2014) na Europa já na década de 1967.

Apesar da denúncia do foco guerrilheiro de Cascavel/PR, o agente de informações expressa uma compreensão da tendência majoritária dos grupos de esquerda do período – sem deixar, é claro, de enfatizar a problemática da necessidade de combate e vigilância da difusão de ideias que perpassava a preocupação do conceito de *guerra total* da doutrina de Segurança Nacional. Independente da mudança de perspectiva, o horizonte político-ideológico subversivo ainda era considerado como potencial ameaça à ordem instituída, sendo necessária a contínua vigilância dos grupos e organizações de tendência socialista-marxista.

Desta forma, apesar de expressar concordância com a Tese de Mazzeo (1999) de que, de modo geral, o PCB não concretizou sua objetividade política de efetivação de uma real Revolução no Brasil (demonstrando, historicamente, fortes tendências à adequação do jogo político democrático em uma considerável parcela de suas fileiras), não se pode deixar de considerar o papel essencial que determinados setores do partido desempenharam no processo de conscientização e articulação popular em prol da luta armada – como foi o caso da Guerra de Porecatu (PRIORI, 2010).

Uma questão latente se coloca à análise dos grupos revolucionários que permeiam os arquivos de documentos da comunidade de informações paranaense: o fato de, até o momento, não ter sido encontrado nenhuma fonte que indique referências ao acontecimento conhecido como *Massacre de Medianeira*. Conforme indicado pelo *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a mencionada operação ocorreu em julho de 1974, sendo realizada às margens da legalidade, contabilizando um total de seis vítimas, cujos assassinatos foram seguidos pelo processo de ocultação dos cadáveres.

Atraídos para o território paranaense, quatro militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e um militante comunista argentino foram sumariamente assassinados em uma emboscada dos órgãos de repressão estatais, e o militar comunista perseguido, Onofre Pinto, foi preso, torturado e depois sentenciado à morte via telefonema do, então chefe do SNI, general João Batista Figueiredo. Se por um lado, as investigações referentes a determinadas tentativas de reorganização dos setores radicais, que visavam a luta armada, foram registradas pelos documentos da comunidade de informações paranaense (como foi o caso do MR-8 de Cascavel), por outro, processos de violência exacerbada, à margem da legislação, não constam nos registros de atividades persecutórias do Paraná.

Portanto, historicamente o Paraná se destacou pela potencialidade de organizações populares revolucionárias, nas quais as orientações de setores dissidentes e efetivos do PCB apresentaram protagonismo. Contudo, os intensos processos persecutórios desencadeados pelo aparato estatal da ditadura militar demonstram grande capacidade em direcionar as organizações revolucionárias para um processo de autocritica e adequação ao jogo democrático. Determinado fenômeno, quando abordado nos parâmetros ideológicos da alienação, demonstra a forma como as medidas repressivas do regime ditatorial militar culminaram em um gradual processo de resignação dos setores radicais da esquerda nacional em relação às tendências alienantes do ser.

As estratégias de combate às ideologias antagônicas aos princípios da doutrina de Segurança Nacional, contudo, não se limitaram às operações de combate e extermínio dos sujeitos subversivos revolucionários – e nem poderiam, tendo em vista que, em grande parte, estas operações foram realizadas à margem da legalidade e as violentas táticas apropriadas para o seu desenvolvimento (a tortura) não poderiam ser divulgadas para a população. Estendamos, portanto, as análises desta pesquisa para um outro método de busca pela homogeneização ideológica utilizado pelos órgãos de repressão e coerção da ditadura militar brasileira, o recondicionamento doutrinário.

3.2 – O método de recondicionamento doutrinário

Conforme indicado anteriormente, no ano de 1978 foi difundido para as Agências Regionais do SNI um relatório que avaliava os delineamentos dos focos de subversão no Brasil (*SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão*, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas), o agente responsável, apropriando-se do exemplo da Operação Marajoara⁸¹ (Marabá-Araguatins-Xambioá), infere que:

⁸¹ “A Operação Marajoara começou no dia 7 de outubro de 1973. Planejada pela 8ª RM, com colaboração do CIE, dividiu-se em duas etapas. Na primeira, as patrulhas prenderam e neutralizaram a rede de apoio aos guerrilheiros. Na segunda, vasculharam as áreas de depósito e homizio[...] A Operação Marajoara foi desencadeada com menos de 300 militares. Agiram em trajes civis e com equipamentos diferentes dos usados pelas Forças Armadas. A 8ª RM mandou 120 homens, o Comando e o Estado-Maior. A Brigada de Paraquedistas enviou 100 soldados, também com Comando e Estado-Maior. Do CMP, saiu um destacamento de informação baseado em Araguaína. O CIE atuou com 30 agentes” (MORAIS; SILVA, 2005, p. 449).

[...] a execução de uma ação repressiva inicial seguida de uma doutrinação cívica sobre a população permitiu o afastamento dos guerrilheiros, da massa que os apoiava.

O próprio sentimento patriótico, avivado, permitiu que os habitantes não só reconhecessem, nos seus antigos protetores, subversivos a soldo do comunismo internacional, como também levou a sua participação como integrantes de um sistema de informações operacionais e como guias-combatentes das inúmeras patrulhas que adentravam a selva, eliminando os guerrilheiros (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, laudas 21-22).

Evidencia-se, assim, uma massiva preocupação da comunidade de informações em internalizar nas populações locais os princípios doutrinários que embasavam a ideologia de Segurança Nacional, como indica a própria avaliação do agente responsável. As diretrizes da doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), neste sentido, concebiam a população brasileira como detentora de baixos níveis de intelectualidade, o que a tornava propensa à manipulação dos setores subversivos infiltrados em distintos espaços da vida social. Ao mesmo tempo, as referidas diretrizes objetivavam responsabilizar todo e qualquer cidadão pelo compromisso de combate à ameaça subversiva, o que, obviamente, traduzia-se na cooptação de agentes extra institucionais (provenientes da sociedade civil) para infiltração e espionagem nas organizações de esquerda (fosse de forma espontânea ou coercitiva). Neste sentido, há de se enfatizar que:

[...] o ser social, em sua estrutura ontológica fundamental, representa algo unitário: seus ‘elementos’ últimos são as posições teleológicas dos seres humanos que, em sua qualidade ontológica fundamental, o interior e no exterior da esfera econômica, não exibem nenhuma marca distintiva por princípio diferente. Naturalmente, essa constatação não significa nenhuma homogeneidade dessas posições. Em outras conexões foi seguidamente apontado que posições que são imediatamente dirigidas ao metabolismo entre sociedade e natureza, essencialmente se diferenciam, tanto subjetivamente quanto objetivamente, daquelas cuja intenção direta é a alteração da consciência de outros seres humanos; também estas podem mostrar diferenças qualitativas, tudo depende de quão amplas são as mediações das visadas alterações na consciência com o problema direto da reprodução dos seres humanos, e qual é o conteúdo dessas alterações (LUKÁCS, 2018b, p. 337).

Assim, conforme apontam Mathias e Andrade (2012), a Operação Marajoara teve início com a prisão de 160 (cento e sessenta) moradores locais, visando esclarecer à população que o poder da região estava nas mãos do Exército e não da guerrilha. Estas

diretrizes de ação persecutória e doutrinária, visando a universalização do consenso ideológico, são apontadas pelo agente responsável como norteadoras metodológicas para a atuação da comunidade de informações e do aparato repressivo em âmbito nacional. No que tange ao âmbito ideológico da alienação, as diretrizes de atuação doutrinária expostas no relatório sobre a Operação Marajoara, trazem importantes contribuições para a apreensão das dimensões do fenômeno no período.

Para tanto, é necessário compreender que os sujeitos singulares tomam determinadas posições teleológicas, em detrimento das alternativas, de forma tão subjetiva quão imediatista (LUKÁCS, 2018b). Disto decorre o papel essencial desempenhado pelos aspectos ideológicos da alienação no sentido de direcionar os sujeitos singulares a autorreproduzirem, ou mesmo resignaram-se, aos aspectos alienantes do estágio de desenvolvimento que se encontram. As operações de recondicionamento doutrinário realizadas pela ditadura militar brasileira, então, podem ser apreendidas como processo de degradação da personalidade humana que pretenda superar as alienações impostas, direcionando os sujeitos singulares a não reconhecerem a possibilidade de mudança na vida social. O relatório segue, avaliando algumas problemáticas inerentes à forma pela qual as populações locais eram cooptadas pelas organizações subversivas, nas palavras do agente responsável:

Atualmente, a atuação do clero esquerdista, mudará, totalmente, essa imagem dos subversivos e qualquer ação contra um membro da Igreja, causará impacto e mesmo reações entre os seus seguidores, pois, difficilmente, uma população interiorana compreenderia que os Padres estariam mancomunados com os comunistas. (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, lauda 22 – grifos do documento original).

Existe, portanto, na percepção analítica da comunidade de informações uma preocupação com elementos intrínsecos à concepção de mundo da população brasileira, que reside nas fortes influências que o cristianismo (com ênfase para o catolicismo, no período em questão) exerce na formação do pensamento popular e no próprio processo de articulação político-ideológica – constatação que, inclusive, perpassa a análises de intérpretes brasileiros de distintas vertentes filosófico-ideológicas (FERNANDES, 2008; FAORO, 2012; AMARAL, 2010; PAIM, 2000; SILVA, 2003).⁸² Deste modo,

⁸² Inclusive, dentro desta perspectiva é relevante enfatizar que “no desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico, etc.: aliás,

dentro da lógica filosófico-ideológica da doutrina de Segurança Nacional, o clero latino-americano vinculado à Teologia da Libertação⁸³ era tomado como uma das maiores ameaças potenciais à organicidade social e ao alcance dos supostos objetivos gerais da nação.

Retomando a problemática da religião, comparando as perspectivas de Engels e Marx, Lukács (2018b) demonstra que, enquanto para Engels a religião não passava de besteira primitiva, para Marx (desde sua juventude) existe uma percepção de como determinados elementos dessas formações ideológicas tendem a coordenar as ações humanas, inclusive no que tange ao direcionamento dos conflitos sociais.⁸⁴ De forma concomitante, a ideologia de Segurança Nacional percebia o potencial que lideranças religiosas possuem em direcionar a população no processo de resolução dos conflitos de classe (seja para manutenção ou questionamento da ordem de dominação vigente) e, assim, o clero libertador é elencado, pelo agente de informações responsável pela elaboração do relatório, como expressiva ameaça nacional, no que tange ao processo de articulação político-ideológica da população, devendo constituir-se enquanto primordial preocupação investigativa das Agências Regionais que compunham o SNI. A conclusão do agente responsável pela elaboração do relatório, foi de que:

A indefinição do problema fundiário e a atuação do clero esquerdista são, atualmente – no consenso de todos os órgãos de informação, - as duas condicionantes que poderão conduzir o País a uma grave convulsão social a qual aumentará de vulto no caso de envolvimento de tribos indígenas (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, lauda 23 – grifos do documento original).

Conforme indica Napolitano (2014), até meados de 1963 existia um relativo consenso entre os setores políticos nacionais no que tange à necessidade de uma reforma agrária que combatesse o latente problema dos latifúndios improdutivos no Brasil,⁸⁵

deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos” (GRAMSCI, 2011b, CC 6, § 200, vl. 2, p. 149-150).

⁸³ Inspirados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), os teólogos da libertação propunham uma releitura dos textos sagrados, que preconizasse uma reavaliação da ação da Igreja Católica frente à realidade social, posicionando-se em defesa das camadas menos privilegiadas, como os pobres e os perseguidos políticos (LÖWY, 2000; MAINWARING, 2004; ROMANO, 1979; WANDERLEY, 2007)..

⁸⁴ Lukács (2018), reforça que em sua dissertação sobre a existência, ou inexistência, de Deus, Marx afirmou que independente da conclusão, tanto Apolo quanto Jesus governaram a humanidade, de maneiras específicas em momentos específicos.

⁸⁵ Relevante se faz reconhecer que o Brasil é um dos únicos países a aderirem o modelo liberal democrático de Estado capitalista, sem passar por um, mesmo que relativo, processo de redistribuição de terras – condição essencial na garantia da suposta livre competição liberal entre indivíduos.

sendo que a dificuldade de colocar o projeto em prática decorreria das divergências quanto à forma de fazê-lo – especialmente no que se refere ao percentual de pagamento às desapropriações. Entretanto, o desenrolar de 1963 e o início de 1964, marcaram-se pelo recrudescimento das forças conservadoras, aliadas ao latifúndio, que passaram a apropriar-se desta como uma das bandeiras de combate ao governo João Goulart (1961-1964).

Há de se ressaltar, contudo, que os elementos desenvolvimentistas que permeavam a doutrina de Segurança Nacional perpassaram, como se evidencia pela análise do agente de informações responsável pelo relatório da Agência Central, a preocupação dos setores militares que coordenaram os distintos âmbitos institucionais do aparato repressivo da ditadura militar brasileira. Assim, a década de 1970 foi marcada pela adequação do latifúndio na dinâmica de desenvolvimento capitalista nacional, no qual ocorreu um tímido processo de reforma agrária, limitado aos latifúndios improdutivos e voltado para a indenização dos latifundiários com subsequente lenta redistribuição das terras para pequenos e médios produtores.

No que tange à preocupação da comunidade de informações acerca dos problemas fundiários nacionais, e suas potencialidades para o fomento de articulações subversivas, são relevantes as análises de Scholz (2014) sobre a realização de um ciclo de debates organizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no ano de 1970 na cidade de Curitiba/PR. Entre as principais pautas de debate, encontravam-se questões sobre o Sudoeste paranaense, principalmente voltadas para a questão das terras (buscava-se tecer perspectivas de desenvolvimento acompanhado de segurança). Segundo o historiador, havia, ainda, uma preocupação especial com a análise histórica da região, sendo que se defendia a tese de que o Contestado (1912-1916) demonstrava o potencial desta região para o desenvolvimento de guerras de guerrilha e, a possível reminiscência desta perspectiva poderia favorecer o fortalecimento de guerrilhas subversivas no pós-64.⁸⁶

⁸⁶ A percepção é reforçada com a problematização da *Revolta dos Posseiros* (1957), que envolveu questões sobre a posse de terras no sudoeste paranaense. A revolta foi desencadeada pela pressão exercida por companhias imobiliárias de capital privado (CITLA, Apucarana e Comercial) sobre os colonos. As companhias, que estavam intimamente ligadas ao governo, insistiam na necessidade dos colonos regularizarem suas terras, comprando ou vendendo as propriedades que, contudo, já haviam sido compradas dos posseiros – em decorrência da recusa dos colonos, as companhias iniciaram um processo de intimidação violenta e coercitiva, na qual *jagunços* armados eram contratados para pressionar o pagamento das terras. No episódio histórico, colonos rebelaram-se contra as companhias imobiliárias colonizadoras e seus jagunços contratados (SCHOLZ, 2014).

O relatório elaborado pela Agência Central do SNI, em fins da década de 1970, para ampla difusão nas Agências Regionais, evidencia, assim, uma latente preocupação com a consolidação de um consenso doutrinário em meio à população civil brasileira, como forma de cooptação dos cidadãos comuns para integração ao sistema de vigilância e combate às ameaças subversivas que se delineavam na conjuntura brasileira.

No que tange ao estabelecimento do consenso de uma ideologia, Gramsci chama atenção para as peculiaridades das massas populares “que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma ‘pura’ – por assim dizer, mas – apenas e sempre – como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra”, enfatizando ainda a tendência dinâmica das transformações das concepções de mundo, assim como a inexorável existência de suas antagonistas. O filósofo italiano reforça que, em decorrência justamente deste aspecto, “nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé” (GRAMSCI, 2011a, CC 11, § 12, vl. 1, p. 108-109).

Dentro desta perspectiva, o exemplo do Inquérito dos militantes comunistas paranaenses “recondicionados” a partir dos princípios da doutrina de Segurança Nacional, são de especial relevância para compreensão do fenômeno (SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, 56 laudas). Em maio de 1976, a 5ª RM/DI registrou a redistribuição à imprensa⁸⁷ de uma cópia da mensagem “Comunismo: um câncer do século XX”, da autoria de Severino Alves Barbosa, preso por envolvimento com o PCB. Anteriormente o autor da mensagem havia redigido, juntamente com Carlos Guimarães (preso pelos mesmos motivos), a carta “Mensagem aos Jovens”, alertando sobre os perigos do comunismo e recebendo ampla divulgação nas mídias paranaenses.

Conforme indica o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), os dois estudantes de Direito da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), foram vítimas da Operação Marumbi (setembro de 1975), sendo que:

⁸⁷ Neste aspecto, é relevante considerar que os aparelhos de opinião pública que sustentam a ordem o fazem a partir de princípios culturais que já são consensuais na realidade social, obtendo maior facilidade de apoio e dificultando a construção de propostas de construção de novas concepções do mundo na vida social (GRAMSCI, 2011b), não deixando, também, de enfatizar o longo processo de cerceamento dos meios de comunicação sociais nacionais que permeou a problemática da imposição da censura durante a ditadura militar brasileira (MARCONI, 1980; SOUZA, 2012)

Nessa operação, no Paraná, foram presas [sic] e interrogados com uso de tortura física e psicológica cerca de 100 militantes e simpatizantes do PCB e também algumas pessoas que ocasionalmente tinham relações com estes militantes. Sessenta e cinco foram indiciadas em Inquérito Policial Militar (IPM 745) e cinquenta e cinco tiveram denúncia formalizada pelo Ministério Público e recebida pela Justiça Militar (Processo 551).

A tortura, segundo inúmeros depoimentos e fontes, ocorreu tanto [no] quartel da Polícia Militar localizado à época na Praça Rui Barbosa em Curitiba, em instalações militares no interior do Estado, como no mencionado 30BMtz, em Apucarana, e também em locais clandestinos não identificados como a citada “Clínica Marumbi” em Curitiba, possivelmente em prédio do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), na esquina da rua Brigadeiro Franco com a Rua Benjamin Lins.

As torturas eram realizadas individualmente ou na presença de outras vítimas, ou familiares, inclusive de adolescentes [...] (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014, p. 33).

Assim, após sete meses submetidos aos métodos de tortura (física e psicológica), os dois estudantes da FUEL, militantes do PCB, passaram a redigir, a partir de abril de 1976, cartas reconhecendo o “erro” cometido em deixar-se ludibriar pela trama do comunismo internacional. Assim, a mensagem redigida por Severino Alves Barbosa, se iniciava com as seguintes afirmações:

No desenrolar de uma existência, o Homem é levado a cometer erros, em virtude, talvez, de sua ânsia de protestar, de contestar, de se contrapor, ou por acomodar-se, por aquiescer, tornando-se incapaz de medir as consequências ou mesmo a real valia de seus atos.

Torna-se amoral, comportando-se de tal modo que permanece vulnerável ao assédio de elementos inescrupulosos que, tirando vantagem das fraquezas inerentes à natureza humana, conduzem-no a destinos sombrios, aos quais jamais em sã consciência tencionava dirigir-se. Meu nome é Severino Alves Barbosa, estudante de Direito, do 3º Período, da Fundação Universidade Estadual de Londrina-Paraná, e, hoje, após profunda meditação no cárcere, concluí que a sordidez de certos seres – não sei mais se humanos, porém asseguro que nocivos à nossa sociedade – conduziu-me à clandestinidade e a praticar atos contrários ao meu pensamento cristão.

Assim apenas me resta levar a público minha repulsa pelo comunismo, com toda veemência possível, para que este meu brado seja reconhecido por todos os brasileiros e para que sirvam de alerta contra os mais diversos ardis empregados na doutrinação e enredamento, num processo lento de aliciamento que termina por comprometer corpo e alma com a nefasta doutrina marxista-leninista, um câncer do século XX. (BARBOSA, Severino A. Comunismo – um câncer do século XX. 15 de maio de 1976. In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 50).

Compactuando com um processo de desumanização do sujeito subversivo, a introdução da mensagem do ex-militante comunista Severino Barbosa, embasava-se, assim, em princípios doutrinários concomitantes com a ideologia de Segurança Nacional gobernyana. A subversão é exposta como predisposição a todo e qualquer momento histórico das distintas sociedades, no qual o protagonismo de ideias provenientes de sujeitos ardilosos consolida o cerne do problema. Têm-se início a indicação da contraposição entre ideais de tendência socialista/comunista com os alicerces cristãos da sociedade brasileira, apontando a ideologia subversiva como propositiva da destruição dos elementos basilares da nação brasileira. Em continuidade, a carta de Carlos Guimarães afirmava que os sujeitos subversivos partiam da seguinte lógica de cooptação:

No momento oportuno e sem dar condições de reação, de surpresa, lançam a ideologia marxista-leninista, a qual, aliada às demonstrações de “bons propósitos”, à blandícia envolvente do linguajar fluente dos doutrinadores, própria dos sedutores, fazem com que os menos avisados e despreparados, aceitem sem reservas, a doutrina, ingressem e atraiam outras pessoas para o Partido Comunista (GUIMARÃES, Carlos. Mensagem de alerta aos jovens. 07 de abril de 1976. In: *SNI*. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 31).

As capacidades intelectivas, tomadas como característica peculiar dos sujeitos subversivos, é indicada como elemento nocivo, que garante uma maior probabilidade de aliciamento da população brasileira – a qual, conforme evidenciado anteriormente, era tomada pela doutrina de Segurança Nacional, como detentora de baixos níveis cognitivos, tornando-se facilmente propensa à nefasta dissimulação aliciadora das ideologias externas. No que tange à apreensão das características inerentes aos subversivos, os apontamentos realizados por Severino Alves Barbosa são amplamente relevantes, após seu período de reflexão carcerária o estudante de direito afirmou:

Concluí que os comunistas, seguidamente, tentam conduzir a opinião pública contra as autoridades constituídas, a fim de provocarem intranquilidade, para, disto, tirarem proveito. A subversão da ordem pública é uma arma poderosa para atingir seus fins, que são, inegavelmente, o de fazer brilhar o sol moscovita em todo o mundo e fazer com que o túmulo de LENINE tome o lugar da cruz. Mas este sol não ilumina, pois apenas projeto sombra e ideologia que não condiz com a formação cristã do povo brasileiro (BARBOSA, Severino A. Comunismo – um câncer do século XX. 15 de maio de 1976. In: *SNI*. Carta - mensagem de estudante preso, por

envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 53).

Retomando a percepção doutrinária de Segurança Nacional golberyana, Severino Barbosa defende a existência de uma condicionalidade genética na formação brasileira, que se constitui na herança do ocidente cristão democrático, avesso, por natureza, a qualquer possibilidade de germinação profícua de ideias subversivas ou ateístas. O ex-militante comunista, ainda, expõe a tentativa de denunciar o processo de aparelhamento supostamente posto em prática pelos subversivos, indicando que o objetivo último de tal atitude seria a deturpação das imagens das autoridades instituídas – visando à destruição da organicidade social. Desta forma, os estudantes doutrinariamente recondicionados posicionam-se em defesa dos órgãos da repressão militar, afirmando que os subversivos com quem conviveram no período carcerário:

Ameaçaram-nos, caso não seguissemos a “linha de conduta traçada”, de negar integralmente os fatos e afirmar que “fomos torturados”, pelos Órgãos de Segurança, o que é uma ridícula mentira, que seríamos, caso revogada a prisão “observados lá fora, por elementos deles (Comunistas) e que não procurássemos ser auto-suficientes”, numa ameaça velada de morte (GUIMARÃES, Carlos. Mensagem de alerta aos jovens. 07 de abril de 1976 In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 29).

Determinado posicionamento reflete a nova lógica de atuação dos setores repressivos da ditadura militar no período de abertura política brasileira (1975-1985), a qual pautava-se na realização de operações clandestinas de combate à subversão que, sem abrir mão da violência, permitisse a manutenção de uma melhor imagem do regime ditatorial frente ao cenário mundial – fenômeno que pode ser evidenciado a partir do acesso aos documentos da CIA referentes ao período histórico em questão (COLBY, W. E. In: *Central Intelligence Agency*, Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974). Desta forma, os estudantes recém doutrinados, compactuam com a deturpação das denúncias realizadas contra os abomináveis métodos de repressão utilizados pelo aparato institucional da ditadura militar brasileira, chegando a indicar que:

Foi, portanto, durante o período em que permaneci preso, em companhia de outros, que tive contato mais direto com a doutrina marxista-leninista e pude compreender porque os comunistas insistem nos termos “tortura e sevícias”. Trata-se de técnica usada por eles, unidos e coesos na levianidade e na mentira, com o propósito de

desmoralizar autoridades civis e militares e o Governo (BARBOSA, Severino A. Comunismo – um câncer do século XX. 15 de maio de 1976. In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 52).

A perspectiva de apropriar-se do processo de recondicionamento doutrinário de civis para autoproteção dos órgãos repressivos e do próprio combate às entidades subversivas, em moldes semelhantes aqueles utilizados na Operação Marajoara evidenciam-se, também, na Operação Marumbi (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978). A cooptação dos antigos sujeitos potencialmente subversivos para a reprodução do Estado ditatorial militar, implicava, assim, na sua utilização para a universalização dos princípios ideológicos que nortearam a doutrina de Segurança Nacional e a própria ditadura militar – visando, conseqüentemente, a sua legitimação. Neste sentido, Severino Barbosa enfatizou em sua carta que:

Os anos que precederam a Revolução de 1964 não estão muito distantes. As greves, as agitações e o desrespeito às autoridades eram constantes. Infringiam-se as leis vigentes, sem que houvesse qualquer medida repressiva. Empregados davam ordens a patrões e os comunistas fomentavam a desordem, de tudo tirando proveito. É exatamente isto que pretendem fazer retornar o Brasil, inclusive através a [sic] reorganização do Partido Comunista. Os elementos que atuavam até março de 1964 não se aquietaram, pois a sua mente maléfica não cessou de funcionar. Não lhes interessa que o homem de bem, que vive para o seu trabalho e para a sua família, continue a labutar, para que cresça, e com ele, a sua Pátria e seus irmãos (BARBOSA, Severino A. Comunismo – um câncer do século XX. 15 de maio de 1976. In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 54).

As mensagens direcionadas pelos ex-militantes comunistas, reconicionados doutrinariamente durante o cárcere, tornam expressiva, portanto, a forma como suas reflexões passaram a esposar da lógica de fundamentação analítica do delegado da DOPS de Curitiba/PR Ozias Alguar – o qual, conforme indicado no segundo capítulo desta Tese, era tomado como exemplo de excelência no combate à subversão paranaense pela Agência Central do SNI (SNI. Funcionamento do SISNI, ACT_ACE_1495, 30 de dezembro de 1978, 05 laudas). A recorrência às heranças do positivismo, funcionalismo e tradicionalismo (cristão) marcam, assim, a preocupação

que os doutrinariamente recondicionados ex-militantes comunistas transmitiam em defesa da consolidação de uma organicidade coesa em meio à realidade social brasileira.

Desta forma, evidenciando a subversão como característica inexorável da vida social, tecendo críticas às supostas tendências comunistas de João Goulart (1961-1964) e enaltecendo o papel de combate das Forças Armadas com o golpe de 1964, Carlos Guimarães afirma em sua carta que:

O mundo não foi feito em um dia, embora o seu construtor tivesse poderes para isto. Desordenar é fácil, ordenar é muito difícil. Por isso não temos o direito de exigir, que tudo se normalize a curto prazo. Estamos caminhando, celeremente, para transformar a subversão em ordem, paz e progresso. Não somos mais aquela nação ignorada. O nosso conceito cresce dia a dia no contexto mundial. As realizações são palpáveis e visíveis. Tudo isto, após ao que se costuma denominar de “Revolução de 1964” e que eu entendo ter sido, antes de tudo, uma tomada de posição, por homens capazes, que sentiam, em tempo, a necessidade através um direito inalienável, de tomar para si a responsabilidade de reconduzir o Brasil, para o caminho da dignidade da segurança e do desenvolvimento (GUIMARÃES, Carlos. Mensagem de alerta aos jovens. 07 de abril de 1976. In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 35).

Como pode ser observado, as mensagens redigidas pelos estudantes recondicionados doutrinariamente tinham tanto o sentido de enaltecer o papel das Forças Armadas e do regime ditatorial instaurado em 1964, quanto de legitimar a necessidade do lento e gradual processo de abertura política que havia iniciado em 1975. Para tanto, os subversivos eram elencados, não só como principais inimigos da nação, responsáveis pela situação político-econômica, mas, também, como a primordial causa que determinava o modo como a abertura política deveria ser conduzida. Os elementos da lógica argumentativa de matrizes do positivismo, funcionalismo e tradicionalismo-cristão permeiam, assim, a fundamentação ideológica dos novos adeptos da doutrina de Segurança Nacional. Há, contudo, de enfatizar o público-alvo das mensagens proferidas, sendo que a introdução da carta de Carlos Guimarães informa que:

Quem redige esta declaração, o faz consciente, como mensagem de alerta, principalmente à juventude brasileira, pra que não seja surpreendida pelos que se intitulam “defensores das liberdades democráticas e dos interesses de sua Pátria, contra a ingerência estrangeira e bravos lutadores, em favor dos oprimidos, contra os opressores”, pois não são outros senão “os propagandistas do Partido Comunista e doutrinadores do marxismo-leninismo.

Suas atenções estão voltadas, principalmente para os jovens, que sequiosos de serem úteis à sua Pátria, aceitam as mais variadas bandeiras, principalmente de “liberdade dos povos”, que se lhes acenam, pois a sua honestidade, puro e ingênuo idealismo, fazem com que imaginem a existência de um “paraíso-soviético”.

Antes de se alertarem para o engodo a que foram levados, envolvidos na sórdida trama, são afastados de suas famílias, do convívio social e só então, podem refletir quanto ao erro cometido, num momento impensado, em que, pelo despreparo, aceitam o aliciamento, na convicção de que estão seguindo a trilha da verdade, tal a sutileza dos aliciadores. (GUIMARÃES, Carlos. Mensagem de alerta aos jovens. 07 de abril de 1976. In: SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, lauda 25).

As preocupações da comunidade de informações, estendiam-se, portanto, a distintos aspectos da complexidade da vida social, enfatizando a preocupação com a facilidade de cooptação dos jovens por organizações subversivas. Dentro desta perspectiva, outro relatório, proveniente do arquivo de documentos do SNI-PR, afirma que a situação do menor na conjuntura paranaense já se consolidava como um problema de segurança nacional, portanto, seria necessária “uma rápida intervenção nos campos político, psicossocial e econômico, com vistas à modificação deste quadro” (SNI. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Menor, ACT_ACE_500_80, 04 de junho de 1980, lauda 2).⁸⁸

Indica-se, portanto, que a atuação da comunidade de informações também se desdobrava em um constante processo de reprodução do consenso político-ideológico de Segurança Nacional, em meio à sociedade civil brasileira – além, é claro, de sua função de identificação dos focos de formações subversivas em suas áreas de atuação. Dentro desta problemática, é relevante apontar que:

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 2011b, CC 24, § 4, vl. 2, p. 209).

⁸⁸ O Inquérito foi redigido por José Domingos Borges Teixeira e, também, teve como membros: Mário Celso Cunha (presidente); Ayrton Cordeiro; João Elísio Ferraz de Campos; e José Tavares.

Retomando-se, então, o discurso proferido por João Batista de Oliveira Figueiredo sobre a forma como os princípios que nortearam a “Revolução” de 1964 deveriam ser incorporados na sociedade brasileira, como condição para uma efetiva abertura política, evidencia-se o papel chave que estes processos de homogeneização ideológica (coordenados pelos diversos órgãos que compunham o aparelho repressivo e coercivo do Estado) desempenharam durante o período. A segurança nacional era o horizonte ensolarado que norteava as ações persecutórias dos agentes que compuseram o aparato estatal ditatorial, e a ordem democrática não poderia retornar ao país caso o perigo da subversão não houvesse sido completa ou, ao menos, massivamente extirpado do tecido social brasileiro.

Assim, o momento da abertura política apresentou-se como etapa de especial preocupação da comunidade de informações no que tange ao cerceamento das posições ideológicas de grupos e mobilizações populares que se adequassem ao modelo de democracia almejado para o porvir da sociedade brasileira – entendendo, por isto, uma relativa resignação em relação à subalternidade nacional com as potências imperialistas (com ênfase para os EUA), assim como a viabilização da dupla subordinação da classe trabalhadora que decorre deste processo. No que tange aos aspectos ideológicos da alienação, torna-se relevante elucidar que:

Constatamos, antes, que apenas há alienações ontológicas (e a alienação, como um conceito geral no singular, é apenas uma abstração científica dificilmente dispensável); igualmente devemos agora chegar a constatação de que os seres humanos, na realidade social, alienam a si mesmos e aos seus semelhantes, as combatem para sua própria pessoa e também para os seus outros etc., que o processo a partir desses atos da vida social, a partir dos atos da totalidade objetiva da sociedade e a partir dos atos da personalidade singular, é a única forma existente a que podemos teoricamente denominar alienação. Alienação, portanto, nunca é algo ontologicamente estático, mas sempre um processo, que ocorre no interior de um complexo (LUKÁCS, 2018b, p. 554 – grifos nossos).

Desta forma, forçoso se faz, constatar que a alienação, em suas dimensões ideológicas, perpassa um complexo e dinâmico processo que se relaciona diretamente com as condições materiais da realidade concreta na qual os sujeitos sociais se encontram inseridos. O que demanda reconhecer, também, a existência de múltiplas formas de alienação e possibilidades de sua superação. Assim, diferente da execução sumária (comumente reservada aos grupos revolucionários que recorreram à luta

armada ou para determinadas lideranças políticas que fomentavam levantes populares), o recondicionamento doutrinário constituiu-se enquanto um método de combate à subversão que possibilitava cooptar o inimigo para as fileiras em prol da reprodução da ordem e da defesa da concepção de segurança nacional vigente.

Reforça-se a relevância de realização de novos estudos sobre este método específico de atuação dos órgãos repressivos e coercitivos da ditadura militar brasileira. Cabe, pois, debruçar-se agora sobre outra das estratégias utilizadas para o aprofundamento da alienação na sociedade e a subsequente resignação dos grupos antagônicos ao regime ditatorial militar: o direcionamento político e ideológico para a concepção do Estado de ideologia única.

3.3 – Estratégias de direcionamento político e ideológico

Em maio de 1980, a comunidade de informações paranaense redigiu um relatório que ambicionava avaliar os aspectos psicossociais em sua área de atuação (Paraná e Santa Catarina). Foram elencados como principais focos investigativos, os grupos e movimentos populares “em que vários segmentos da comunidade procuraram manifestar-se” (SNI. Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80, 22 de maio de 1980, lauda 02), dentre os quais o agente de informações responsável destacou: Movimento Estudantil, Movimento Operário e Movimento do Clero.

As análises primárias dos documentos provenientes do arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) paranaense permitem discernir a existência de uma determinada lógica de cerceamento das mobilizações populares, tanto por parte da comunidade de informações quanto pelo sistema repressivo em sua totalidade. Assim, as preocupações dos agentes investigativos pautavam-se, não só, na identificação das matrizes político-ideológicas das organizações investigadas, mas, também, na potencialidade de articulação com outros grupos ou organizações da sociedade civil.

Conforme indica Napolitano (2014), o início da década de 1960 foi marcado pelo fortalecimento dos grupos e movimentos sociais organizados no Brasil. A ampla articulação popular foi essencial para a guinada de posição de João Goulart (1961-1964) em atendimento às demandas das reformas de base (agrária, bancária, eleitoral e tributária). É claro que os avanços de proposições progressistas, mesmo que reformistas,

foram acompanhados de um recrudescimento das vertentes conservadoras e tradicionalistas, que passaram a se articular para o combate político-ideológico.

Os intelectuais da Escola Superior de Guerra (ESG), seus parceiros civis, as parcelas do clero (especialmente aquelas vinculadas à Tradição, Família e Propriedade),⁸⁹ assim como as demais organizações anticomunistas, nacionais e internacionais ocuparam-se de difamar, não só as medidas e propostas de Jango, como, também, de rotular as mobilizações progressistas como subversivas e nocivas à ordem social e aos, supostamente, mais caros princípios brasileiros.

Contudo, há de se considerar que estas articulações preventivas contra as mobilizações de cunho progressista, antecedem a efervescência que marcou os primeiros anos da década de 1960 no Brasil. Por exemplo, já na 1ª Conferência Nacional da Polícia (ocorrida em dezembro de 1951, no Rio de Janeiro), foram apresentadas teses que preconizavam a necessidade de restrição dos direitos fundamentais como forma de prevenção e combate às infiltrações do marxismo em meio aos movimentos sociais. Já no ano de 1959, o coronel Augusto Fragoso ministrou, na ESG, o curso intitulado “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”,⁹⁰ o qual partia das fundamentações teóricas do Exército francês sobre suas experiências no enfrentamento de guerras civis que visavam romper com seu domínio colonialista (FERNANDES, 2016).

O *padrão de reação societária* brasileiro exacerbava-se, assim, de forma gradual, passando a elencar como inimigos da frágil ordem de dominação burguesa nacional (subordinada ao imperialismo externo), todo e qualquer grupo tendencialmente progressista (FERNANDES, 2008). O modelo autocrático-burguês de gestão estatal apropriou-se, então, dos mecanismos legitimados que possibilitaram a transição, praticamente pacífica, para uma ditadura preventiva de classe com caráter militarista – concretizado com o golpe de 1964. Essa perspectiva foi acompanhada da defesa de supressão dos direitos básicos do cidadão comum aos sujeitos subversivos – direitos e

⁸⁹ Liderada pelo intelectual católico, Plínio Corrêa de Oliveira, a Tradição, Família e Propriedade (TFP) foi um grupo tradicionalista, ultramontano (defensor de padrões reacionários de relações religiosas e sociais), responsável pela articulação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (1964), passeata anticomunista que obteve grande adesão popular e foi utilizada para justificar o golpe militar de 1964 que depôs João Goulart (SILVA, 2014; QUADROS, 2013).

⁹⁰ O curso partia do princípio de que o modelo contemporâneo de guerra revolucionária compartilhava da ideia de realizar o combate preferivelmente no âmbito ideológico, evitando os conflitos militares clássicos. Afirmava-se, ainda, que o Brasil encontrava-se em um “estado pré-revolucionário” (FERNANDES, 2016).

liberdades políticas, jurídicas e sociais deveriam ser rejeitas no âmbito do combate à ameaça subversiva.⁹¹

Desta forma, a proposta específica do presente tópico é a análise da perspectiva de direcionamento ideológico, expresso nos relatórios do arquivo do SNI paranaense, destas três grandes organizações (Teologia da Libertação, Movimento Estudantil e Movimento Operário), elencadas pelo SNI como detentoras do maior potencial de articulação social na conjuntura paranaense do período. Não deixando de ressaltar, contudo, que não é a ambição deste trabalho analisar as configurações específicas de cada uma das mobilizações em questão, mas, sim, apreender a forma como a função social da ideologia de segurança nacional permeou a relação estabelecida entre os agentes da comunidade de informações e estas organizações.

Conforme mencionado anteriormente, em relatório enviado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), para ampla difusão entre as Agências Regionais, afirmava-se que “a indefinição do problema fundiário e a atuação do clero esquerdista são, atualmente – no consenso de todos os órgãos de informação, – as duas condicionantes que poderão conduzir o País a uma grave convulsão social” (SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, lauda 23 – grifos do documento original).

A Teologia da Libertação constituiu-se enquanto um movimento católico de relevância histórico-sociológica para o contexto das ditaduras militares latino-americanas. Conforme indica Löwy (2000), as articulações de parcelas do clero em prol de uma perspectiva mais sensibilizada com a realidade político-econômico-social, dos países da América Latina, marcaram um processo de tomada de posição de grupos da Igreja Católica em contestação e combate aos extremismos e crimes cometidos pelos regimes ditatoriais.

Dentre algumas das principais lideranças do catolicismo da libertação, no Brasil, destaca-se dom Paulo Evaristo Arns que, enquanto arcebispo de São Paulo, foi um dos

⁹¹ O decreto-lei 314, de 13 de março de 1967, da legislação de segurança nacional previa ações persecutórias a grupos ou movimentos que se manifestassem de maneira contrária ao governo, mesmo que o posicionamento não afetasse diretamente a segurança do Estado, partindo da justificativa de prevenção das “tensões sociais”.

articuladores do projeto *Brasil Nunca Mais*.⁹² No dia 26 de novembro de 1979, o cardeal Arns desembarcou na cidade de Londrina/PR⁹³ e, segundo o agente responsável pela investigação, a recepção de dom Paulo em Londrina foi marcada pela presença de líderes de alguns movimentos sociais, jornalistas, um pastor e quatro membros da Igreja Católica, sendo eles: o arcebispo de Londrina, dom Geraldo Fernandes; o bispo auxiliar de Londrina, dom Luiz Colussi; o padre Aurélio Langa Perez (sem antecedentes na Agência de Informações); e o padre e professor do Colégio Marista de Londrina, Teófilo Bacha Filho (SNI. Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, 06 laudas).

Dos membros do clero, mencionados pelo investigador, o padre Teófilo Bacha Filho destaca-se no relatório, principalmente em decorrência do fato de ter acompanhado dom Paulo Arns durante toda a sua viagem ao Paraná. Sobre o padre Teófilo Bacha Filho, o levantamento de antecedentes disponível no final do relatório informa:

Padre e Professor. Apoiava abertamente o ME em Londrina/PR. Sempre que solicitado, cede as dependências do Colégio Marista de Londrina, para eventos de caráter contestatórios ao governo revolucionário. Nos encontros promovidos pelo Grêmio Estudantil do Colégio Marista é comum a participação de elementos notoriamente esquerdistas (SNI. Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, laudas 03-04).

Teófilo Bacha Filho, apesar de não ser contemplado pela produção acadêmica sobre a temática,⁹⁴ é identificado nas investigações da comunidade de informações paranaense como uma figura de destaque, no que tange ao apoio e suporte disponibilizado aos grupos de resistência e questionamento político da cidade de Londrina/PR. Desta forma, indica-se outras duas investigações identificadas no arquivo de documentos do SNI-PR, nas quais Teófilo Bacha Filho é apontado como um dos protagonistas no processo de articulação popular contra o regime ditatorial vigente.

O primeiro caso corresponde à disponibilização do espaço do Colégio Marista para exibição de um documentário relatando o processo revolucionário de Moçambique,

⁹² Desenvolvido pelo cardeal Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor Jaime Wright, o projeto *Brasil Nunca Mais* incumbiu-se da sistematização e publicação de fontes documentais que explicitavam o sistema repressivo que havia se constituído no regime ditatorial militar brasileiro.

⁹³ A visita de dom Paulo Arns decorreu do planejamento de visitar, naquele mesmo dia, a cidade de Rolândia/PR, em ocasião do sesquicentenário da imigração alemã do Paraná.

⁹⁴ O irmão marista não foi mencionado em nenhum dos casos investigados pela Comissão paranaense da Verdade (PARANÁ, Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban, 2014).

a qual foi seguida de palestras que, segundo o agente investigativo, traçavam perigosas relações entre a realidade moçambicana e a brasileira – o que, na visão do agente de informações, poderia vir a fomentar mobilizações subversivas em meio à sociedade civil brasileira (SNI. ME – Exibição de documentário sobre a independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas).

Outro caso levantado, no qual Teófilo Bacha Filho destaca-se, refere-se à identificação do modo como o espaço físico do Colégio Marista vinha se consolidando como um dos principais locais de articulação, potencialmente subversiva, para o Movimento Estudantil Universitário e Secundarista (SNI. Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, 06 laudas).

Considera-se que as articulações do clero libertador na realidade londrinense do período ditatorial são de extrema relevância para a manutenção dos grupos e movimentos de questionamento político-ideológico, tendo em vista que a cidade paranaense perpassou um processo distinto de repressão, quando comparado a Curitiba (entre outras capitais dos estados brasileiros). Conforme indica o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade* (PARANÁ, 2014), Londrina constituiu-se enquanto um reduto para a intelectualidade de esquerda durante os anos de 1970 a 1974, sofrendo um processo tardio de repressão e enrijecimento das diretrizes persecutórias aos grupos e movimentos.

Conforme evidenciou-se anteriormente, era comum às diretrizes de atuação dos agentes da comunidade de informações, o recolhimento de dados que viabilizassem avaliar o perfil político-ideológico de grupos e sujeitos, assim como a identificação das configurações psicossociais das áreas de atuação das agências regionais do SNI. Retoma-se, assim, o relatório solicitado à agência responsável pelos estados do Paraná e Santa Catarina, para avaliação das configurações político-ideológicas da região no ano de 1980 (SNI. Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80, 22 de maio de 1980, 12 laudas). O relatório expressa uma considerável preocupação com as articulações de lideranças da Igreja Católica nas configurações da realidade paranaense, levando em consideração a afirmação do agente responsável pela investigação, segundo o qual:

Tanto no PARANÁ como em SANTA CATARINA, a Igreja através de seus representantes tem participado ativamente de todo e qualquer movimento, estudantil, operário, etc, sempre escudada na premissa de

que é seu dever se colocar ao lado do mais fraco, do pobre, enfim, daqueles que julga serem perseguidos, e desassistidos. Contudo, tal colocação tem servido apenas para justificar a sua intromissão em assuntos alheios a sua real finalidade, bem como a sua participação contestatória, particularmente de alguns de seus representantes pertencentes a linha progressista, e mesmo de alguns até aqui considerados de linha conservadora (SNI. Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80, 22 de maio de 1980, laudas 06-07).

Note-se, pois, a percepção que o agente possuía a respeito dos limites de atuação e reivindicação dos grupos e mobilizações político-sociais, assim como dos demais movimentos investigados. O clero libertador (incluindo alguns membros da ala conservadora)⁹⁵ é ilustrado como entidade que extrapola seu âmbito de atuação ao estender suas pautas de reivindicação às demandas conjuntas de outras mobilizações.

Desta forma, era comum à lógica de atuação dos agentes da comunidade de informações, no período de abertura política (1975-85), reconhecer determinados níveis de legitimidade para organizações e mobilizações sociais, desde que estas estivessem rigidamente restritas às pautas momentâneas, locais e exclusivas da entidade de classe à qual pertenciam – assim, pelo prisma analítico do SNI, o clero poderia se organizar somente a partir de pautas específicas da religiosidade e da comunidade de atuação da liderança, desde que em nenhum momento estendessem-se críticas ao regime político-econômico vigente, em si, ou fomentasse-se o diálogo com outros grupos e organizações político-sociais.

Determinada percepção expandia-se para as múltiplas pautas organizativas que tomavam forma na realidade brasileira. Na investigação a respeito do lançamento da Carta Pastoral “A Evangelização na Igreja em Curitiba”, o agente responsável enfatizava que todos os movimentos contestatórios ou reivindicatórios apresentaram tendência a receber apoio de diferentes organizações, destacando que o apoio político era sempre concedido por sujeitos vinculados à oposição do regime. Assim, o relator conclui:

Nos últimos tempos tem sido acentuada a atuação da CPT na área, particularmente, nos problemas de terras, embora desenvolva suas atividades também, junto aos trabalhadores volantes (bóias [sic] frias) do Norte do Paraná.

⁹⁵ Fernandes (2016), traz importantes contribuições neste sentido, investigando os arquivos provenientes do DEOPS/SP, o jurista evidencia a constância de investigações referentes à atuação dos membros da Tradição, Família e Propriedade (TFP) – entidade tradicionalista que apoiou a ditadura militar brasileira.

Em tais situações e sempre que possível, através de seus representantes tem disseminado idéias como:

- a dependência e a insegurança do povo é consequência da concentração dos bens de produção em poucas mãos;
- a proletarianização do meio rural como fruto da política agrária do Governo;
- a injustiça e desigualdades como consequência da situação política atual;
- as autoridades e a Justiça como cúmplices dos que têm dinheiro e poder.

No que tange a CPT e a CPJP, e relativamente aos colonos, problemas fundiários, etc., tal é o entrosamento entre tais entidades que durante os atos levados a público, ambas se fazem presente, chegando a se confundir em suas atividades nesse campo. Por outro lado, a simples ligação bem como a defesa de causas adotadas por vários esquerdistas, faz com que vários religiosos e leigos, citados nesse documento, cuja ideologia não ficou definida, possam ser considerados, no mínimo, contestadores e simpatizantes da esquerda (SNI. Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, laudas 13-14).

Acentua-se na avaliação do agente de informações uma exacerbada preocupação em garantir a reprodução do processo de fragmentação e especialização das pautas sócio-político-econômicas dos grupos sociais. O reconhecimento da legitimidade das mobilizações era, assim, condicionado à incapacidade das mesmas em estabelecer pautas comuns a partir do diálogo com outros grupos – sendo que o contrário era tomado como tendência à subversão e, consecutivamente, nocivas à manutenção da ordem social vigente no país. É a partir desta lógica interpretativa que o modo de articulação social nos espaços oferecidos pelo clero da libertação feria as diretrizes de microcentralização das pautas sócio-políticas, definidas pela percepção de segurança nacional da comunidade de informações.

Deste modo, a concepção vigente na avaliação dos agentes de informação acerca da complexidade sócio-política nacional, implicava na subsequente imposição de limites às formulações filosófico-ideológicas que julgavam cabíveis para cada setor específico da sociedade brasileira, fenômeno que permite problematizar quais eram as percepções da DSN no caso específico da Teologia da Libertação. Conforme informado em outro inquérito, o *IV Encontro Intereclesial das CEBs* ocorreu na cidade de Itaici/SP, entre os dias 20 a 24 de abril de 1981, contando com a presença de aproximadamente trezentas pessoas (sendo difundido e analisado por outras agências do órgão de informações). Segundo afirma o agente de informações responsável pela investigação:

O IV Encontro, confirmando os anteriores, não esteve voltado para debates teológicos, espirituais ou religiosos, mas, sim, para a política. Desse modo, nos dias que se seguiram à reunião e os representantes das CEBs foram conscientizados da falsa ideia de que da “fé derivam os compromissos para a transformação da sociedade”, e de que é perfeitamente compatível a religião com a política. Além disso, foi ensinada a forma de ritualizar e encenar seus problemas, bem como a de identificar as causas e soluções (SNI. IV Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici/SP, ACT_ACE_1124_81, 15 de junho de 1981, lauda 04).

Esbarra-se, aqui, com uma latente contradição dos princípios basilares da doutrina golberyana de Segurança Nacional, ao passo que esta compreendia a sociedade brasileira enquanto geneticamente vinculada aos ideais de uma democracia cristã ocidental. É recorrente, deste modo, nas fundamentações analíticas, tanto dos agentes de informações quanto na própria construção filosófica de Golbery do Couto e Silva (2003), a apropriação de juízos de valor com sentido religioso, principalmente no que tange à moralidade ocidental e às tendências ateias da subversão (tomadas como cerne propositivo da corrupção social e derrocada da democracia). Em contrapartida, a percepção do clero libertador em traçar vínculos entre fé e política é tomada, contraditoriamente, como equívoco que potencializaria a consolidação de uma “falsa consciência” entre os distintos setores da sociedade civil brasileira.

Neste sentido, torna-se relevante explicitar a preocupação que norteava as ações do SNI, com as potencialidades de aparelhamento público e privado, por parte de agentes da subversão. Para a doutrina de Segurança Nacional, a ampliação da guerra para os âmbitos cultural, econômico e político havia consolidado programas estratégicos de inserção de sujeitos subversivos nos mais distintos níveis organizacionais da sociedade, o que demandava ativa vigilância e combate, visando à consolidação e manutenção da coesão político-ideológica do Brasil, a qual, em sua percepção, sintetizava-se na doutrina da Escola Superior de Guerra.

Dentro desta perspectiva, é importante atentar-se a uma das investigações da comunidade de informações paranaense, na qual o agente responsável faz uma análise do grupo de leigos vinculados ao clero libertador que atuavam junto à assistência social e questões educacionais, a partir dos documentos “Roteiros para o Seminário”, “Causa Popular, Ciência Popular” e “Conjunto de textos e contribuições”, de autoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) – entidade subsidiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Segundo o relator, o intuito da organização era a

articulação e orientação de lutas operárias e camponesas apropriando-se de uma metodologia de conhecimento científico com enfoque marxista. Segundo consta na análise do agente:

Convém salientar que as “técnicas” que orientam seu trabalho, identificadas na documentação distribuída, assemelham-se as adotadas pelo PCB, nas atividades de “conscientização popular”, o que leva a crer que a FASE vem se prestando para a difusão de ideias que não se coadunam com os interesses nacionais (SNI, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), ACT_ACE_1286_81, 12 de dezembro de 1978, lauda 03).

Assim, retomando os elementos conceituais da doutrina golberyana (objetivos gerais da nação, aparelhamento e subversão), o agente de informações buscou vincular a noção de conscientização político-social-econômica do trabalhador paranaense, realizada pelos setores leigos vinculados à Teologia da Libertação, com princípios revolucionários de emancipação das relações de dominação. Neste sentido, alguns apontamentos são necessários para a apreensão da complexidade que a religião, entendida como um produto ideológico da própria humanidade, assume na realidade concreta da vida social, indicando que “a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (MARX, 2005, p. 145).

Deste modo, compreende-se que a religião, enquanto ideologia, exerce um papel de atribuição de sentido para a vida imediata dos sujeitos singulares. Sua concepção de mundo é construída, dinamicamente, para direcionar os sujeitos de acordo com os interesses que perpassam as relações de dominação e as potencialidades de seus subsequentes conflitos de classe (LUKÁCS, 2018b). Contudo, há de se evidenciar uma particularidade na forma assumida por determinados setores da Teologia da Libertação, a qual consiste na apropriação de elementos ideológicos religiosos em conjunção com elementos ideológicos emancipatórios. Assim, princípios potencialmente alienadores (tradicionalismo cristão) são reformulados em uma proposta de possível superação do estado de alienação⁹⁶ – é claro que determinado posicionamento encontra seus limites

⁹⁶ Evidentemente, há de se enfatizar as distinções que cabem à formulação específica de uma proposta de superação nos parâmetros da Teologia da Libertação, caracterizada pelo alto teor de teorização filosófica e científica, quando comparada com os demais momentos da história humana em que a matriz judaico-cristã protagonizou reformulações em sua cosmovisão da realidade, restrita, contudo, aos limites do sentido religioso de relação com a vida social, para propor a superação da dominação imposta (a exemplos do Egito Antigo e Império Romano). Esta especificidade, de instrumentalização filosófico-científica na formação político-ideológica dos adeptos da Teologia da Libertação, carrega um sentido

ao esbarrar-se na própria hierarquia burocrática que caracteriza a Igreja Católica Apostólica Romana enquanto instituição em nível internacional.⁹⁷

Antes de iniciar as análises acerca do Movimento Estudantil paranaense, é pertinente apresentar um breve panorama sobre as distinções das configurações político-ideológicas que permearam, e se desenvolveram, nas Universidades paranaenses que serão abordadas em maior amplitude nesta seção, sendo elas a instituição curitibana, Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a londrinense, Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) – dadas as dimensões do arquivo documental e os limites cabíveis para as distintas abordagens desta Tese, as duas instituições foram selecionadas, intencionalmente, em decorrência da porcentagem de incidência nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).⁹⁸

Conforme apresentam Braggio e Fiuzza (2012), já nos primeiros meses que sucederam o Golpe militar de 1964, diferentes setores diretivos da UFPR destacaram-se pela abdicação de sua autonomia universitária, expressando convivência e suporte aos ditames da doutrina de Segurança Nacional. Foram antecipadas medidas punitivas internas para discentes que respondiam aos Inquéritos da Polícia Militar⁹⁹ e criou-se uma norma que proibia a indicação de professores citados em IPMs para paraninfos ou oradores de turmas. Assim, identifica-se na UFPR um território hostil para mobilizações de esquerda que acompanhava a linha de repressão da ditadura militar, e autorreprodução da alienação, desde a concretização do regime ditatorial.¹⁰⁰

Em contrapartida, conforme apresenta o *Relatório da Comissão da Verdade do Paraná – PR Teresa Urban* (PARANÁ, 2014), a Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), desde sua criação em 1970 até o ano de 1974, conseguiu consolidar-se como um espaço de refúgio para intelectuais da esquerda brasileira, sob liderança do

prejudicial para a reprodução da própria religiosidade católica, ao passo em que potencialmente viabiliza o sujeito singular a superar os próprios elementos alienantes da visão de mundo religiosa, que podem ser tomados como nucleares para sua própria existência.

⁹⁷ Alguns apontamentos acerca dos alcances e limites impostos à intelectualidade católica, decorrência da mencionada relação burocrático-hierárquica, assim como o subsequente processo institucional de neutralização do clero libertador que tomou forma no período pós ditaduras militares latino-americanas, encontram-se disponíveis em trabalho anterior (NEVES JR, 2016).

⁹⁸ Alguns aspectos sobre as relações estabelecidas entre o Movimento Estudantil paranaense e o arquivo de documentos do SNI foram abordados em trabalho anterior (NEVES JR, 2019b).

⁹⁹ Foi o caso de Luiz Felipe Miranda de Souza Ribeiro, aluno do quinto ano do curso de Direito da UFPR, condenado, por inquérito interno, a 3 anos de suspensão. O IPM levantado contra Luiz Felipe era relativo ao ativismo desempenhado no período que antecedeu o golpe de 1964.

¹⁰⁰ Reforçando que o ambiente hostil da UFPR era, ainda, ampliado pelo fato de Curitiba sediar a 5ª RM/DI.

reitor Ascêncio Garcia Lopes. Este dado é de considerável relevância, tendo em vista a conjuntura repressiva que marcou o início da década de 1970.

No que tange ao Movimento Estudantil, conforme apresenta Müller (2014), apesar da União Nacional dos Estudantes (UNE) ter sido declarada ilegal após o golpe de 1964, seus membros conseguiram manter articulações clandestinas até o ano de 1970, quando um violento processo de repressão desarticulou a diretoria da organização estudantil, que só pôde se rearticular com a proposta de reabertura política do governo Geisel (1974-1979).

Contudo, no ano de 1974, o então Ministro da Educação, Ney Braga substituiu a reitoria da FUEL, colocando seu genro, Oscar Alves, no lugar de Ascêncio Lopes e implementando a Assessoria de Segurança e Informação (ASI/FUEL) na Universidade.¹⁰¹ Destaca-se, pois, que a gênese da FUEL estava diretamente ligada à perspectiva de resistência ao regime ditatorial, perpassando um processo de repressão tardio, quando comparado à UFPR. Assim, torna-se interessante atentar-se ao fato de que a proposta de abertura política e a possibilidade de rearticulação da UNE foi acompanhada do recrudescimento das normas e do aparato repressivo-coercitivo da FUEL, evidenciando um processo tardio de consolidação das perseguições sistemáticas na conjuntura londrinense.

Desta forma, analisando as eleições 1978/79 para chapas estudantis, a investigação do caso da FUEL demonstrou especial preocupação com o grupo “Poeira”. De acordo com o relatório “Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil” o Poeira centrou as atividades do ME Londrina/PR em elementos político-ideológicos de esquerda, que integravam a pauta de luta do PCdoB – atitude que culminou na intervenção da Reitoria para extinção do DCE/FUEL, fato ocorrido em 28 de novembro de 1978.

A pasta de documentos referente às eleições de 1978, conta com diversos relatórios investigativos que indicam uma infiltração de agentes de espionagem nos grupos estudantis entre os meses de agosto a dezembro de 1978, expondo uma preocupação exacerbada da comunidade de informações paranaense com o ME/Londrina, que sofreu espionagem em diversos níveis, tais como: reuniões abertas na própria Universidade; encontros recreativos na cachoeira do Rio Apucarantina; e

¹⁰¹ Necessário se faz ressaltar que, conforme apontado pelo próprio *Relatório da Comissão Estadual da Verdade* (PARANÁ, 2014), os documentos provenientes da ASI/FUEL não foram, ainda, disponibilizados para pesquisas.

levantamento de nomes dos sujeitos que frequentavam um apartamento residencial da cidade.

O relator indica, ainda, o estabelecimento de uma relação política simbiótica entre o grupo Poeira e os políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em especial na campanha de Álvaro Fernandes Dias para a Câmara Federal,¹⁰² na qual cada uma das partes incumbiu-se de disponibilizar apoio político mútuo nas suas respectivas eleições em 1978. As investigações da participação do DCE/FUEL na campanha de Álvaro Dias, permitiram identificar a ampla rede de contatos destes estudantes com outros setores da sociedade civil (Comitê Londrinense pela Anistia, Folha de Londrina, Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, entre outros) e da comunidade universitária nacional (Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica, Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Superiores de Londrina, entre outros).

Isto possibilita problematizar uma outra questão que é evidenciada pela análise das fontes documentais da comunidade de informações paranaenses: a existência de uma relativa liberdade de manifestação reconhecida pelos agentes da repressão. Utiliza-se como exemplo o caso dos estudantes da Comissão Estadual Pró-Congelamento que se manifestaram em frente ao Palácio do Iguaçu, no dia 13 de dezembro de 1979, exigindo serem recebidos pelo então governador Ney Braga.

O movimento tinha como reivindicação “o imediato congelamento das anuidades escolares e definição sobre o problema do ensino pago” (*SNI. Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, ACT_ACE_363_80, 20 de janeiro de 1980, lauda 02*). Após a ocorrência de um tumulto em frente ao Palácio do Iguaçu, o governador aceitou receber os manifestantes, contudo, julgando não haver possibilidade de diálogo, em decorrência da exaltação dos estudantes, o governador se retirou bruscamente. Como resultado, os membros da Comissão juntaram-se com outros grupos para a realização de uma passeata naquela mesma tarde. Em reunião noturna na sede do DASCISA/UFPR, definiu-se como agenda para o movimento: a paralisação das aulas no início do semestre letivo de 1980; a mobilização para conscientização da classe estudantil; e o lançamento do jornal estadual Pró-UPE (União Paranaense dos Estudantes). Segundo o agente de informações responsável pelo relatório:

¹⁰² No que tange ao caso curitibano de promoção de candidatos do MDB para as eleições de 1978, indicou-se o vínculo do DARPP/UFPR com Esacheu Cipriano (candidato a Deputado Estadual).

Esse movimento retrata o descontentamento dos estudantes pelo não atendimento às suas causas, tornando difícil um diálogo com o Governo. Tal fato reflete negativamente criando condições para a intensificação do Movimento Estudantil no Paraná no início do ano letivo de 1980. Para tanto, os estudantes estão procurando apoio e tentando conscientizar a classe estudantil para o problema (SNI. ACT_ACE_363_80, Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, 20 de janeiro de 1980, laudas 03-04).

A interpretação do agente de informações reconhece a validade da manifestação estudantil, desde que limitada às temáticas cabíveis à representação dos interesses particulares da questão universitária, estando em conformidade com o previsto pelo Decreto-Lei nº 477,¹⁰³ de 26 de fevereiro de 1969. Esta perspectiva de restrição do âmbito de atuação Universitária é concomitante com o processo de encastelamento da intelectualidade pública (JACOBY, 1990), que pode ser entendido como precursor do projeto de consolidação dos Estados de ideologia única (MÉSZÁROS, 2014).¹⁰⁴ Determinada percepção, conduzida principalmente pelos Estados Unidos da América, tinha como objetivo a consolidação, e imposição, da hegemonia das potências capitalistas sobre o Terceiro Mundo – estando diretamente ligada ao embate da Guerra Fria (1945-1991).

O que se evidencia, portanto, nas análises dos limites aceitáveis de articulação dos estudantes paranaenses é a concessão de legitimidade para mobilizações que, ideologicamente, compactuassem com um relativo processo de resignação ao caráter alienante das relações estabelecidas. Voltadas, deste modo, à particularidade das pautas específicas do grupo singular, estas articulações, classificadas como aceitáveis para a conjuntura nacional do período, preconizavam uma resignação, ou indiferença, dos problemas sócio-político-econômicos que ultrapassassem os âmbitos imediatistas do *hic et nunc*, tendência que, a longo prazo, aprofunda as dimensões alienantes do sujeito singular (cada vez mais isolado da totalidade de sua dimensão social do ser).

Ademais, o agente responsável avaliou os possíveis efeitos nocivos que a incapacidade do estabelecimento de diálogo, entre o então governador Ney Braga e os

¹⁰³ Entre outras questões, previa proibições e punições para docentes, discentes e profissionais de instituições de ensino, vetando a atuação desses indivíduos em ações prejudiciais à ordem social, tais como: fomentar ou participar de movimentos de paralisação das atividades educacionais; organização ou participação de mobilizações potencialmente subversivas; e confecção ou distribuição de material potencialmente subversivo.

¹⁰⁴ Estas proposições compactuaram com o distanciamento entre a Universidade e a comunidade externa, gerando crises de representação dos interesses populares no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e coibindo a difusão social do conhecimento científico produzido – que se torna monopólio dos especialistas.

estudantes, poderia causar na conjuntura paranaense de abertura política – tendo em vista que a recusa de diálogo poderia fomentar a articulação política do ME com outros setores da sociedade civil brasileira, unificando pautas de lutas. Disto, implica, reconhecer a percepção de determinados agentes da comunidade de informações em favorecer, durante o processo de abertura política, as pautas do ME que possibilitariam seu distanciamento das demais entidades político-sociais.¹⁰⁵

A mencionada perspectiva implicava, também, na perseguição de grupos do ME que divergissem destas diretrizes. Conforme indicado na investigação das eleições para representação Estudantil (PR), gestão 1981/82. Nas eleições para o DCE/FUEL, a única chapa a concorrer representava o grupo “Viração” (identificado como vinculado ao PCdoB) – a chapa “Viração” também foi vitoriosa nas eleições para direção da UPE e DCE/UFPR. No Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON), a chapa “Perspectiva” foi eleita para representar o “Diretório Acadêmico Três de Agosto” (DATA) e seu laudo ideológico identificou ligações com a LIBELU (Liberdade e Luta),¹⁰⁶ com a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e com a Convergência Socialista (CS). Desta forma, o agente de informações problematizou que:

As publicações estudantis da área têm se caracterizado pela exploração de temas geralmente alheios aos problemas e anseios da classe e quase sempre voltados à críticas ao governo e autoridades constituídas.

Na análise dos dados expostos denota-se que as organizações subversivas vêm conseguido, paulatinamente, considerável infiltração nos movimentos estudantis universitário e secundário desta área, notadamente através do apoio dado às tendências estudantis (LIBELU, VIRAÇÃO, etc...) por intermédio das quais procuram obter os postos chaves das entidades representativas da classe (SNI. Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, ACT_ACE_1321_81, 24 de agosto de 1981, lauda 05).

A avaliação realizada pelo agente de informações expressa elementos essenciais da ideologia militarista e anticomunista que se materializou na forma da doutrina de segurança Nacional da ESG – da qual as contribuições de Golbery do Couto e Silva

¹⁰⁵ Neste ponto é necessário levar em consideração alguns apontamentos sobre Ney Braga que, apesar de ter sido eleito de forma indireta ao cargo de governador (1979-1982) pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), destacou-se em sua carreira militar por opor-se a medidas extremas da ditadura militar, a exemplo do AI-5 – este fenômeno pode ser indicado como condicionante da crítica exposta.

¹⁰⁶ Conforme apresentam Medeiros e Castanho (2014), enquanto a tendência Viração defendia a atuação da UNE em uma articulação de pautas amplas, em prol da democratização, a tendência LIBELU propunha a utilização da UNE como arma de combate ao regime ditatorial, convocando uma articulação entre estudantes, operários e camponeses.

(2003) são apropriadas como fundamentos interpretativos na análise dos elementos político-ideológicos dos agentes de informações.

A percepção de um ativo processo de infiltração subversiva nos distintos níveis institucionais da sociedade ocidental (que ocorria pela inserção de representantes do comunismo internacional em postos-chaves de organizações públicas e privadas), permeou as formulações ideológicas fundamentais dos movimentos anticomunistas que se mobilizaram internacionalmente em meio ao contexto de Guerra Fria – sendo que, no caso brasileiro, os militares exprimiam preocupação com os “baixos níveis de intelectualidade” da população, tornando-a facilmente suscetível às “ardilosas” manipulações dos sujeitos subversivos (FERNANDES, 2016).

Estes elementos possibilitam a problematização da objetividade inerente à ideologia deste grupo de classe, que coordenou o processo político-econômico e desencadeou ações persecutórias contra grupos de proposições ideológicas divergentes, durante duas décadas da história brasileira (1964-85). Determinado prisma ideológico, de análise da conjuntura político-social, disponibilizava aos agentes militares (e aos seus apoiadores da sociedade civil) a possibilidade de desenvolver e fundamentar sua lógica persecutória, a partir da suposta necessidade de combate às iminentes ameaças colocadas aos princípios basilares da sociedade ocidental. Assim, qualquer formação político-ideológica divergente dos objetivos político-econômicos da doutrina de Segurança Nacional, poderia ser encaixada no escopo da subversão, implicando em punição aos grupos ou sujeitos que partilhavam da determinada proposição político-ideológica.¹⁰⁷

Para ampliar a análise da problemática dos limites cabíveis à participação política-popular, pelo prisma da ideologia de Segurança Nacional, utiliza-se o dossiê que investiga o processo eleitoral de 1979, para o DCE/UFPR. Neste, destaca-se a análise realizada pelo agente de informações a respeito do panfleto distribuído pela chapa “Viravolta”, nas semanas que antecederam a eleição. O mencionado panfleto criticava tanto o modelo de gestão universitária e o projeto educacional, imposto pela ditadura militar brasileira, quanto a realidade política nacional do período. O posicionamento e as pautas de luta da chapa, são elencados no relatório do SNI, sendo eles:

¹⁰⁷ Entre as punições estiveram presentes: prisões arbitrárias; exílio político; instauração de Inquéritos da Polícia Militar; suspensão de direitos civis; tortura; assassinato clandestino; entre outros (PARANÁ, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014).

- Pelas liberdades democráticas;
- Pela liberdade de manifestação, expressão e organização;
- Pelo fim do aparato e da legislação repressiva;
- Pelo fim do controle ideológico;
- Pelo fim da censura;
- Por eleições livres e diretas;
- Por melhores condições de vida e trabalho;
- Pela preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico;
- Pela anistia ampla, geral e irrestrita;
- Por uma constituinte livre e soberana;
- Pelo fim do regime militar (SNI. ME – Eleições para o DCE da UFPR, ACT_ACE_111_79, 15 de maio de 1979, lauda 05).

A partir da agenda político-social exposta, o relator do documento afirma que as palavras de ordem expostas pelo panfleto da chapa “Viravolta” são concomitantes com as tarefas estipuladas pelo “PCB para o movimento universitário, onde deve haver interação entre os DCEs, União Estadual dos Estudantes –UEE e a própria UNE, entidades maiores com entidades de base” (SNI. ME – Eleições para o DCE da UFPR, ACT_ACE_111_79, 15 de maio de 1979, lauda 05). É relevante atentar-se ao fato de que, neste caso, o agente de informações tece uma lógica de restrição da liberdade de associação extremamente rígida, ao passo que considera a articulação de entidades representativas dos interesses de grupos de classe como elemento inerente, e exclusivo, de vertentes subversivas.

Desta forma, apreende-se que a concepção da ideologia de Segurança Nacional, que imperou na comunidade de informações paranaense durante o processo de abertura política (1975-1985), no que tange aos limites e amplitudes da participação política em nível democrático, foram extremamente rígidas e consideradas válidas somente quando referentes às questões imediatas e restritas aos interesses particulares de grupos locais – inviabilizando e criminalizando a articulação dos grupos de classe na classe em si. Esta percepção pode ser considerada como produto da exacerbação do *padrão de reação societária* que decorre do modelo de desenvolvimento brasileiro, no qual “o próprio radicalismo burguês ‘esclarecido’ podia confundir-se com a ‘subversão’ e o ‘comunismo’; e as ‘pressões contra a ordem’ perdiam, em geral, qualquer ‘legitimidade’ moral, legal ou política” (FERNANDES, 2008, p. 384).

Desta forma, indica-se que as ações persecutórias desencadeadas pela comunidade de informações contra o Movimento Estudantil paranaense constituíram um projeto de desarticulação político-social tanto em relação aos demais grupos que se organizavam no período quanto em relação às demais entidades representativas do ME

brasileiro. Este projeto visava a reprodução do modelo autocrático burguês de gestão política nacional, que viabiliza a reprodução da *via prussiano-colonial* de desenvolvimento capitalista.

Por fim, no que tange ao movimento operário, destaca-se que entre os dias 25 e 26 de julho de 1981, realizou-se na cidade de Curitiba/PR o 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, contando com a participação de cerca de quatrocentas pessoas.¹⁰⁸ O agente responsável pela investigação do evento demonstrou em seu relatório que as pautas discutidas no encontro foram múltiplas, não estando, obrigatoriamente, restritas às questões específicas das relações de trabalho. Assim, destacou que no encontro foram tecidas críticas sobre a Lei de Segurança Nacional e a incapacidade do regime militar manter condições efetivas de bom relacionamento de crédito no exterior (a não ser que continuasse com o projeto de exploração inescrupulosa da força de trabalho). A ampliação do sufrágio universal para analfabetos foi apontada como condição essencial para melhoria das condições de vida no país e a problemática da anistia perpassou os debates estabelecidos (SNI, 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, 70 laudas).

Da mesma forma como se evidenciou nos casos anteriores, o agente de informações responsável pela investigação expressa concordância com o princípio de reconhecimento da validade de pautas específicas de organizações populares, desde que isoladas e, por conseguinte, incapazes do estabelecimento de articulações com outros setores da sociedade em prol da consolidação de pautas comuns para uma luta de longo ou médio prazo. Em continuidade à sua avaliação, o relator enfatiza a tendência esquerdista que as críticas ao regime ditatorial e a expansão das demandas no âmbito da redemocratização (anistia e sufrágio universal) devem receber. Assim, nota-se que o método analítico racionalizante e doutrinário (MORIN, 2002), distorce as reais matrizes político-ideológicas das pautas elencadas no 1º ENCLAT, ao passo que estas expressam maior propensão às demandas de uma perspectiva liberal democrática do que, de fato, a uma esquerda revolucionária.

Em avaliação geral sobre os resultados do 1º ENCLAT, o agente afirmou que “apesar da grande participação de elementos vinculados à esquerda, a ideia da criação de uma CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) não foi aprovada nas

¹⁰⁸ A temática das especificidades da classe trabalhadora paranaense também permeia discussões realizadas em trabalho anterior (NEVES JR, 2020).

reuniões plenárias do ENCLAT/PR” (*SNI*, 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, lauda 17). Determinada informação traz dados relevantes sobre as configurações das relações de trabalho no Paraná, durante a vigência da ditadura militar (1964-1985). Se, por um lado, indicou-se até aqui o forte processo de integração entre entidades organizadas e a classe trabalhadora, por outro, observa-se um receio de determinadas parcelas da classe trabalhadora paranaense com a perspectiva de sindicalização.

Medeiros (2017) ressalta que o processo de relação trabalhista do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1970, marcou-se pela presença de mecanismos punitivos, por parte das classes proprietárias, impostos a trabalhadores que se mobilizassem judicialmente em prol de reclamações por melhores condições de trabalho – não deixando de enfatizar os pequenos avanços legislativos do governo de João Goulart, com destaque para o ano de 1963. Ressaltando que, com a ascensão da ditadura militar brasileira, ocorreu um processo de recrudescimento das relações trabalhistas no campo e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos só foi conquistada com a Constituição Federal de 1988.

Deste modo, as especificidades da forma como as relações de trabalho delinearam-se na conjuntura paranaense direcionou a classe trabalhadora, especialmente no que tange à produção rural, a voltar-se para pautas mais imediatistas que visassem a resolução de problemas específicos nas relações estabelecidas entre produtores e proprietários. O aprofundamento da desigualdade social e a deterioração dos direitos trabalhistas adquiridos dificultava, assim, a consolidação de propostas de médio e longo prazo em determinados setores da produção paranaense. Em outras palavras, as condições materiais impostas à classe trabalhadora do setor rural paranaense direcionava-a para um processo de resignação das tendências alienantes do ser – a melhoria das condições de subsistência sobrepunha-se ao possível projeto de emancipação, justamente pelas intrínsecas características do modelo de desenvolvimento pautado na superexploração da força de trabalho.

Neste sentido, Medeiros (2017) indica que, apesar das conquistas dos Sindicatos Rurais do Paraná (que surgem a partir da década de 1950), era comum uma visão pejorativa da entidade em meio aos trabalhadores rurais do Norte paranaense – fenômeno que atribui ao retrocesso das leis trabalhistas do campo durante a ditadura militar brasileira e ao fortalecimento do poder das classes proprietárias no período,

assim como a massiva campanha anticomunista difundida em combate às organizações sindicais e outras entidades de defesa dos interesses da classe trabalhadora.¹⁰⁹

Se, por um lado, as constatações indicam a propensão da classe trabalhadora paranaense a uma leitura imediatista, e pouco problematizada, das relações de dominação brasileiras (com tendências ao reformismo), por outro, também permitem problematizar uma relativa recusa em garantir a reprodução da lógica de subordinação da produção paranaense às imposições de direcionamento paulistas – hipótese que carece de maior aprofundamento analítico em futuros trabalhos.

Este aspecto, contudo, não caracterizava a totalidade das organizações trabalhistas da conjuntura paranaense. Em reunião realizada em 15 de abril de 1981 na cidade de Londrina/PR, por exemplo, os representantes das organizações trabalhistas estipularam a criação de um Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina.¹¹⁰ O Conselho tinha como objetivo favorecer a unificação sindical em prol de lutas comuns. Contando com apoio do PMDB. O Conselho foi orientado a selecionar participantes para a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), fato tomado como crucial para o Paraná, que “em virtude de ser um Estado onde o Movimento Sindical ainda não se encontra bem estruturado, foi preterido por outros para compor a Comissão Nacional Organizadora do I CONCLAT” (SNI, Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina, ACT_ACE_1211_81, 29 de maio de 1981, lauda 02).

Deste modo, destaca-se uma visível divergência de perspectivas para a ação prática e estratégica dos trabalhadores rurais e urbanos no Paraná, mais especificamente no que tange aos limites e alcances da unificação de pautas em sentido amplo. As distinções entre o velho e o novo, assim como a permanência e aprofundamento da superexploração da força de trabalho no campo, favoreceram o projeto de desarticulação da classe trabalhadora paranaense. Acrescenta-se a este fenômeno a dificuldade de difusão de ideias e a proibição da livre associação decorrentes do recrudescimento político-social que caracterizou o período ditatorial militar. Estas divergências político-

¹⁰⁹ Ademais, segundo aponta Santana (1999), a CUT, concretizada em 1983 na cidade de São Bernardo do Campo (SP), consolidou-se como uma Central Sindical que se fundamentava na proposta de contestação da ordem a partir de princípios democráticos, perpassando, para tanto, distintos problemas inerentes à realidade brasileira, tais como: questão agrária, relações de trabalho, questões urbanas, incorporação de pautas de outras entidades, entre outros.

¹¹⁰ O Evento contou com a presença de uma Associação de Assistentes Sociais e de sete representantes de sindicatos, sendo eles: Sindicato dos Empregados da Construção Civil de Londrina; Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Londrina; Sindicato dos Professores de Londrina; Delegacia Regional de Londrina do Sindicato dos Médicos do Paraná; Sindicato dos Engenheiros Civis; Sindicato dos Condutores Rodoviários de Londrina (SNI, Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina, ACT_ACE_1211_81, 29 de maio de 1981, 04 laudas).

ideológicas entre os trabalhadores rurais e urbanos do Paraná, contudo, não se limitavam ao âmbito do sindicalismo, mas, também, estendiam-se para a questão da vinculação partidária que tomava primazia em cada um destes espaços de configuração do trabalho.

Em relatório que avalia o processo de rearticulação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná (SNI, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas), por exemplo, o agente de informações responsável indica que o PTB apresentou tendência à vinculação com a matriz do Rio Grande do Sul, demonstrando maior propensão de adesão dos trabalhadores agrários (principalmente do Oeste e Sudoeste do estado), enquanto que os trabalhadores de Curitiba ofereciam grande relutância em relação às proposições do PTB,¹¹¹ demonstrando maior propensão de filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT).¹¹²

De acordo com o relatório investigativo, o processo de reformulação do PTB foi marcado pela baixa adesão de alguns setores da esquerda nacional, principalmente o estudantil e o operário, fenômeno que possivelmente teria decorrido dos seguintes problemas:

- Os trabalhadores ainda mantém a imagem do antigo PTB, elitista e conservador;
- Alguns líderes sindicais de grande prestígio junto a classe trabalhadora, preferem a organização de um PT (Partido dos Trabalhadores), onde teriam maior projeção política;

¹¹¹ Conforme indica Santos (2014), o PTB exerceu protagonismo na articulação de organizações trabalhistas rurais durante a década de 1950, junto ao Ministério do Trabalho. O partido foi um dos principais responsáveis por garantir a conquista de direitos para os trabalhadores deste setor da produção brasileira, acrescentando as conquistas legislativas do governo de João Goulart (1961-1964). Ademais, foi durante a era Vargas (1930-1940) que muitos trabalhadores brasileiros encontraram incentivo para migrar para o Paraná recebendo, em alguns casos, posse de terras (PRIORI, 2010). Desta forma, torna-se evidente as causas que direcionaram os trabalhadores do campo paranaense a apresentar maior propensão de vinculação político partidária ao trabalhismo petebista.

¹¹² O PT, por sua vez, ascende na conjuntura brasileira com a proposta de partir das demandas imediatas da conjuntura em defesa das pautas populares, desvinculado das elites políticas dirigentes (SECCO, 2011). Se por um lado, esta perspectiva condicionou um forte apoio dos trabalhadores urbanos, que se sentiam melhor representados por uma vinculação partidária sensibilizada com os problemas imediatos da realidade social, por outro, a forte presença de um núcleo intelectual dirigente pode ter sido uma das principais causas do seu distanciamento em relação aos trabalhadores rurais paranaenses. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), de forma semelhante, também apresentou dificuldades em integrar os trabalhadores rurais do Paraná em suas fileiras – conforme será abordado no próximo tópico. Apesar da mudança de perspectiva de determinados setores do PCB, em fins da década de 1940, terem viabilizado uma inserção do partido no direcionamento do conflito conhecido como Guerra de Porecatu (1948-1951), que tomou forma no Norte paranaense, a opção dos posseiros pela luta armada foi relativamente baixa, comparada com a posição legalista, e as articulações entre o PCB e os trabalhadores rurais do Norte paranaense consolidaram-se como imediatistas e pragmáticas (PRIORI, 2010).

- Os líderes estudantis mais combativos ao atual Regime, estão ligados a outros movimentos de esquerda, especialmente os de cunho socialista (SNI, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, lauda 6).

O agente responsável exprime a percepção de um aparente consenso, tanto nos setores pró-ditadura quanto em múltiplos setores de oposição, no que tange à apreensão do retorno de Leonel Brizola ao Brasil. O relatório enfatiza a força política que Brizola detinha em relação à sociedade civil brasileira, o que poderia ameaçar tanto a balança política favorável ao regime quanto prejudicar a ascensão ou manutenção de partidos e grupos políticos da esquerda (reformista e progressista), com ênfase ao MDB¹¹³ e o PT – sendo que, enquanto o primeiro desenvolvia estratégias para acomodar os grupos vinculados ao político gaúcho, em fileiras pouco expressivas do partido, o segundo almejava minar completamente a influência do PTB, e de Leonel Brizola, frente à classe trabalhadora (SNI, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas).

A avaliação do agente de informações responsável indica, portanto, uma concordância com a ação desenvolvida pelos representantes do PT e do MDB no Paraná, entendendo-a como benéfica no processo de combate à imagem política de Leonel Brizola. As evidentes dificuldades de conciliação entre os setores representantes da esquerda, e da classe trabalhadora, confluem, deste modo, com o projeto de pulverização das pautas coletivas unificadas (com a subsequente especialização e fragmentação) favorecendo, assim, os interesses de direcionamentos políticos e ideológicos que perpassavam as investigações dos agentes do SNI. A problemática relativa à visão da comunidade de informações sobre o PT, merece, ainda, alguns apontamentos neste tópico.

Atenta à problemática do protagonismo que o PT começava a exercer entre as camadas urbanas da sociedade paranaense, a comunidade de informações realizou uma investigação que sistematizava os dados referentes à reunião da Organização Socialista Internacional (OSI), ocorrida em 29 de maio de 1981 nas dependências da UFPR (Curitiba/PR). Entre as falas que fizeram retrospectivas sobre o movimento socialista

¹¹³ No que tange ao Movimento Trabalhista do PMDB de Londrina, a comunidade de informações registra a avaliação de uma reunião realizada no dia 9 de novembro de 1980. Segundo o relator, como forma de colocar em prática suas reivindicações, o MT/PMDB/Londrina “elaborou um Programa de Ação para 1981, o qual consta de sua Carta Programa, e que prevê, entre outras coisas, a realização de reuniões, estudos, debates e integração com associações de classe e comunitárias” (SNI, Movimento Trabalhista (MT) do PMDB – Londrina/PR, ACT_ACE_672_80, 27 de novembro de 1980, lauda 03).

internacional, destacou-se a de Roberto Elias Salomão, o qual “ressaltou que o PT é o partido dos operários e só ele poderá resolver os problemas dos trabalhadores” (SNI, Atuação Conjunta da Organização Socialista Internacional [OSI] e da Convergência Socialista [CS] no Movimento Estudantil [ME] e no Partido dos Trabalhadores [PT], ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, lauda 02). Salomão destacou, ainda, que a Constituinte não era preocupação relevante para o PT, no momento em questão, tendo em vista que, se realizada, seria conduzida primordialmente por setores da burguesia e do governo militar, por consequência disto, enfatizou que o PT não aceitaria coligações com nenhum outro Partido.

No que tange ao caso de Londrina/PR, o agente indica que o PT estaria desenvolvendo um amplo trabalho de base em meio aos trabalhadores e estudantes secundaristas. Avaliando a proposta de convergência entre a OSI e a CS, para unificação de distintos níveis de participação popular (com destaque para os trabalhadores e estudantes), o agente constata que:

Tanto a OSI quanto a CS estariam tentando obter o controle, em diversos níveis, dos organismos de direção do PT, no que estariam sendo obstados pelo que denominam de “burocracia dirigente” do Partido, que não estaria disposta a permitir o domínio de postos-chave por elementos radicais (SNI, Atuação Conjunta da Organização Socialista Internacional (OSI) e da Convergência Socialista (CS) no Movimento Estudantil (ME) e no Partido dos Trabalhadores (PT), ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, lauda 06).

O que se evidencia na avaliação do agente de informações responsável pela investigação é uma compreensão do PT como partido relativamente moderado que, apesar da insistência de infiltrações por parte de subversivos radicais, estruturava-se de modo a atender os interesses de um partidarismo controlado no processo de abertura política nacional. Em outras palavras, o agente parece esposar da ideia de que o PT possivelmente se constituiria como uma esquerda aceitável para os parâmetros políticos, econômicos e sociais do projeto de segurança nacional brasileiro. Ademais, interessante se faz notar a preocupação da comunidade de informações paranaense com a possibilidade do aparelhamento subversivo do PT, retomando, assim, o horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional golberyana. Assim, o agente responsável pela investigação chama a atenção para a necessidade de manter uma vigilância especial, visando garantir que as fileiras dirigentes do PT conseguissem manter sua hegemonia do direcionamento político-ideológico do partido.

Conforme apontou-se anteriormente, durante o início da década de 1980, o MEP passou por um processo de adequação ao jogo democrático, ingressando gradualmente nas fileiras do PT como estratégia de continuação do movimento. No ano de 1981, a comunidade de informações analisou o documento, publicado e difundido pelo MEP, intitulado “Questão Partidária”, que tinha por intuito consolidar-se como a primeira etapa de uma série de contribuições que abordassem as configurações do pensamento de esquerda frente à realidade do período. Conforme indicado pelo agente de informações, o MEP passava a conceber o PT como detentor do maior potencial de fomentação de um partido revolucionário da classe operária no Brasil.

Segundo a avaliação dos dirigentes do movimento, os distintos setores de esquerda revolucionários (dispersos e desorganizados na conjuntura nacional) necessitariam reavaliar sua inserção a longo prazo na sociedade civil, possibilitando articulações que favoreceriam a eclosão de uma revolução futura. Conforme afirmado pelo documento do MEP “essa ideia opõe então à construção do partido revolucionário a formação de um partido de ‘transição’ ou ‘tático’, que seria o PT por ser ele a única maneira de responder, no plano da organização política, ao estágio do movimento operário popular” (SNI, Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) – Documento “Questão Partidária”, ACT_ACE_1297_81, 18 de agosto de 1981, lauda 03).

Assim, um processo de reformulação político-ideológica interna, com tendências à imposição hierárquica por parte dos grupos dirigentes, passou a se consolidar na organização. As pressões organizativas foram, também, acompanhadas da massiva ascensão que as propostas do PT alcançavam em meio à classe trabalhadora em nível nacional. No caso do Paraná, outro relatório de 1981 informa que, nas eleições do Sindicato da Construção Civil de Curitiba/PR, a chapa encabeçada pelo MEP saiu vitoriosa, não obtendo o mesmo êxito, contudo, nas eleições para o Sindicato dos metalúrgicos da mesma cidade. Por conta disto, o MEP passou por uma reformulação de suas diretrizes, de acordo com o agente encarregado:

A nova estratégia do MEP é não criar chapas de oposição nos sindicatos e sim fazer com que seus militantes estreitem seu relacionamento com os trabalhadores e com os componentes das atuais diretorias de cada sindicato. Com esta tática o MEP visa que as diversas categorias de trabalhadores participem de manifestações populares e, dentro dos dois próximos anos, ter condições de ter militantes da organização fazendo parte das diretorias dos sindicatos (SNI, Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de

liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, laudas 02-03).

Desta forma, adequando-se a uma lógica de articulações estratégicas, o MEP paranaense perdeu gradualmente a preocupação com o horizonte próximo da consolidação de uma Revolução Socialista no Brasil e, conseqüentemente, com a própria emancipação da classe trabalhadora. A longo prazo, essa mudança de posicionamento na atuação político-ideológica do MEP significou a submissão aos projetos reformistas-progressistas que tomaram vulto em meio à esquerda aceitável dentro dos parâmetros que definiam os objetivos gerais da nação, a partir da doutrina de Segurança Nacional.¹¹⁴

Independente das divergências de perspectivas políticas, ideológicas e partidárias dos setores urbanos e rurais paranaenses, assim como da denúncia realizada pela comunidade de informações acerca da tentativa de aparelhamento destes por parte de organizações subversivas, o que se evidencia é uma forte tendência ao reformismo voltada, mais especificamente, para o imediatismo em meio à classe trabalhadora paranaense durante o período de ditadura militar brasileira. Obviamente, os anseios pela garantia da manutenção e reprodução da ordem capitalista de produção eram duplamente articulados, tanto internamente quanto externamente, de modo a viabilizar a continuidade do desenvolvimento duplamente subordinado. Assim, destaca-se nas fontes documentais as estratégias estado-unidenses utilizadas para o direcionamento das perspectivas de organização sindical – elemento que perpassou um amplo projeto de consolidação do Estado de ideologia única (MÉSZÁROS, 2014).

Em ocasião do 84º Curso de Estudos Sindicais (ocorrido entre os dias 22 de maio a 06 de julho de 1979, em Mariland nos Estados Unidos), foram concedidas vinte bolsas de pesquisa para dirigentes sindicais brasileiros, por parte do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL). O curso teve como tema principal “a ideologia do movimento sindical democrático”, perpassando os seguintes tópicos: educação; cultura; sindicalismo no mundo, nas Américas e nos Estados Unidos;

¹¹⁴ Há de se enfatizar que, neste sentido, Lenin (2002) demonstra como articulações de movimentos espontâneos, a partir de princípios de uma ordem política, favorecem, em determinados aspectos, a ascensão de uma política sindical que se adequa aos limites de interesse da ordem burguesa instituída. Inclusive, conforme indica Cunha (2019), a opção do MEP por integrar as fileiras do PT, e conseqüentemente o reformismo social-democrata, foi o elemento precursor de profundas cisões internas que enfraqueceram esta organização socialista brasileira.

direito trabalhista, previdenciário e sindical (*SNI*, Bolsa de estudos fornecida a brasileiros pelo IADESIL, ACT_ACE_160_79, 28 de junho de 1979, 05 laudas).¹¹⁵

As articulações entre a classe dirigente interna e os interesses do imperialismo estado-unidense, para o direcionamento político-ideológico da classe trabalhadora brasileira, explicitam-se no sentido de estipular os limites cabíveis a ação sindical nos parâmetros das relações entre Estados Unidos e demais países da América. Assim, do mesmo modo que a Teologia da Libertação e o Movimento Estudantil, as organizações sindicais paranaenses foram cerceadas em múltiplos aspectos: a repressão literal, a vigilância do aparato estatal e o controle do direcionamento ideológico.

É claro que, a despeito destas tendências de articulação e das configurações repressivas, os grupos radicais, detentores de proposições político-ideológicas de cunho progressista marxista, não deixaram de buscar influir no direcionamento organizativo da classe trabalhadora paranaense. Em Inquérito solicitado à comunidade de informações paranaense, o agente responsável informa que, em fevereiro de 1981, foi realizado um curso de formação sindical, intitulado “Classes Sociais Brasileiras”, no Centro de Estudos e Pesquisas do Paraná (CEPEP), na cidade de Londrina/PR, no qual as agências de informações não conseguiram inserir espiões. Segundo indica o relator:

O curso mencionado foi destinado a trabalhadores sindicalizados e estudantes universitários e da sua programação constava os seguintes temas à serem abordados:

- materialismo histórico e classes sociais;
- o papel das classes dominantes e o desenvolvimento histórico da luta de classes na sociedade brasileira;
- as classes e camadas sociais no campo; e
- tática de luta do proletariado (*SNI*, Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, lauda 03).

Apesar de gradualmente enfraquecida, a esquerda marxista persistiu nas articulações populares do Paraná, especialmente no que tange às questões trabalhistas. A partir da análise dos documentos apresentados, apreende-se que os setores urbanos paranaenses evidenciaram a presença da mesma disputa pelo direcionamento político-ideológico dos grupos analisados anteriormente. Contudo, apesar da existência das pressões internas pela incorporação de propostas radicais, no âmbito partidário, os

¹¹⁵ O IPM destacou o nome de dois dirigentes sindicais na investigação, sendo eles Hélio Alcântara (presidente do Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Energia Hidrelétrica de Londrina/PR) e Deolindo José Pereira (presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Itajaí/SC).

setores urbanos paranaenses tendiam a posicionar-se, em maior medida, em favor de um reformismo-progressista controlado.

Sem dúvidas a estratégia do direcionamento político e ideológico é um dos métodos mais complexos apropriados pelos serviços de inteligência para influir nos projetos de porvir (por meio da conquista das necessárias adequações no pensamento social de uma época). As dificuldades de apreensão desta estratégia específica decorrem justamente do caráter sutil que ela pode, em muitos casos, assumir. No caso da ditadura militar brasileira, por exemplo, encontramos dois exemplos de como se desenvolveu o processo de direcionamento político e ideológico. Por um lado, grupos mais propensos ao radicalismo tenderam a resignar-se aos padrões moderados e reformistas de disputa política em decorrência dos massivos processos de repressão violenta aos quais foram submetidos. Por outro, setores reformistas mais esclarecidos acabaram por resignar-se ao microuniverso das pautas fragmentadas e especializadas, perdendo de vista o horizonte de unificação em grande escala e da construção de projetos de porvir de médio ou longo prazo.

De uma forma ou de outra, ambos exemplos confluíram para consolidar, mesmo que de modo incompleto, o projeto de abertura política que se adequa às demandas da doutrina de Segurança Nacional que norteou a gestão da ditadura militar brasileira. Este fenômeno levanta ponderações inquietantes a respeito das dimensões e limites que os serviços de inteligência podem assumir na realidade concreta e que, portanto, demandam uma especial atenção no desenvolvimento desta Tese. Assim, o próximo capítulo dedica-se especificamente à análise destas dimensões institucionais dos serviços de inteligência, entendidos aqui como produtos decorrentes do processo de aperfeiçoamento dos aparelhos de hegemonia desenvolvidos para gerir a ordem social de dominação vigente em um Estado nação.

Capítulo IV – O SNI e aparelho de hegemonia

Nos capítulos anteriores, demonstrou-se as múltiplas formas que a função social da ideologia de segurança nacional assumiu nas diferentes instâncias do aparelho estatal edificado pela ditadura militar brasileira, primeiramente abordando sua inserção nos espaços legislativos e institucionais oficiais da representação, tanto do governo quanto das Forças Armadas, e, em seguida, elucidando as especificidades que se concretizaram no interior da comunidade de informações (com especial destaque para o SNI).

As distintas diretrizes e estratégias de atuação desenvolvidas pelos órgãos de repressão e coerção (a partir de princípios basilares que ofereciam uma relativa coesão em meio à heterogeneidade dos pensamentos em disputa entre os grupos militares que ocuparam o Estado ditatorial), evidenciavam, não só, a preocupação em combater o suposto inimigo interno, como, também, em consolidar a universalização do consenso ideológico a partir deste núcleo duro de segurança nacional, tanto nas fileiras do aparelho estatal quanto na sociedade civil como um todo.

A partir destas constatações, torna-se possível expandir os horizontes analíticos da função social que a ideologia de segurança nacional exerceu na comunidade de informações brasileira, para apreender, conceitualmente, as efetivas dimensões que o SNI adquiriu em meio à maquinaria repressiva e coercitiva do Estado ditatorial militar brasileiro. Conforme indicou-se anteriormente, e em acordo com os resultados das análises apresentadas nos capítulos que antecedem este, busca-se, a partir do estabelecimento de um diálogo com as contribuições teóricas de Antonio Gramsci (2011a; 2011b; 2011c) abordar o SNI como um dos produtos decorrentes do dinâmico, e ininterrupto, processo de aperfeiçoamento do aparelho de hegemonia típico das sociedades capitalistas.

Antes, contudo, de continuar as análises propostas, creio termos chegado ao espaço que demanda uma determinada exposição que sacie as dúvidas do leitor quanto à opção teórica da presente pesquisa. Alguns, por exemplo, poderão questionar: por que Antonio Gramsci e não Louis Althusser? Afinal de contas, Althusser (1985) também traz contribuições que permitiriam problematizar a questão da formação dos aparelhos de Estado na sociedade capitalista. A incompatibilidade de Althusser com os resultados

apresentados até o momento decorre do caráter fragmentário que sua opção por um marxismo estruturalista assume,¹¹⁶ por exemplo, ao postular:

Para se avançar na teoria do Estado, é indispensável ter em conta, não só a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, mas também outra realidade que se situa manifestamente do lado do aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. Designaremos esta realidade pelo seu conceito: os aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985, p. 42).

Esta percepção, em muitos aspectos engessada e fragmentada, diverge completamente da forma dinâmica das relações que se estabelecem entre as classes no poder e as transformações e aperfeiçoamentos dos componentes do aparelho de hegemonia (aparelho repressivo; aparelho coercitivo; aparelho ideológico de Estado; e aparelho privado de hegemonia). Assim, a opção pela corrente althusseriana implicaria em uma necessária distorção dos dados concretos da realidade (caso fosse optado por validar as proposições do autor), ou em uma erosão dos princípios teóricos basilares da corrente (se a escolha fosse dar primazia à realidade concreta).

Seria possível questionar, até mesmo sobre a utilização de Max Weber (1971), o mentor do jovem Georg Lukács, que traz pontuações sobre o que classifica como “mecanismos de violência legitimados”, os quais, a partir de justificativas legislativas, encontram à disposição o monopólio da força, utilizado para garantir a reprodução da ordem de dominação e a proteção das propriedades privadas. Não deixando de reconhecer as limitações históricas impostas à época de formulação destas conceituações weberianas, é necessário indicar que as fontes até aqui apresentadas demonstram que a maquinaria estatal, mesmo que muitas vezes legitimada, também apropriou-se de estratégias à margem da legalidade (como o exemplo das operações de extermínio) ou, em outros casos, desenvolveu métodos de coerção e repressão que não se valiam, necessariamente, da utilização do monopólio da força, *per si*, mas, sim, de elaboradas operações que fomentavam a adequação dos sujeitos singulares às demandas da ordem (a exemplo das estratégias de direcionamento político e ideológico).

Poder-se-ia, também, questionar o porquê de não se utilizar um dos maiores clássicos contemporâneos na temática da vigilância, Michael Foucault, apropriando-se, por exemplo, das contribuições foucaultianas a respeito dos mecanismos sociais que

¹¹⁶ Não tendo por ambição adentrar na discussão dos problemas inerentes à opção de um marxismo estruturalista, limito-me a tecer as críticas que cabem ao tema específico desta pesquisa, sem deixar de indicar a obra de Carlos Nelson Coutinho (2010) “Estruturalismo e Miséria da Razão” para aqueles que tiverem interesse em aprofundar esta discussão.

compõem a estrutura “panóptica” na sociedade da vigilância, entendendo os atores sociais como constantemente observados pela máquina de Estado, a qual, ao mesmo tempo, exerce um poder onipresente, repressivo e protetor, característica que tem como efeito “induzir um estado consciente e permanente de visibilidade que garante o funcionamento automático do Poder” (FOUCAULT, 2005, p. 166). Ou mesmo, das contribuições de Guilles Delleuze (2013), que buscam ampliar as análises realizadas por Foucault (2005), problematizando como que, com o processo de globalização, os mecanismos de vigilância aperfeiçoaram-se de forma dupla: primeiramente na forma rápida e dinâmica que os dados são coletados e retransmitidos; em segundo lugar pela gradativa massificação dos meios de comunicação, que facilitam a cristalização de consensos em níveis (espaciais e temporais) nunca antes imaginados.

Primeiramente, é necessário divergir tanto de Foucault (2005) quanto de Delleuze (2013), justamente pelo fato de que a perspectiva analítica destes dois filósofos está mais voltada para a apreensão da forma como a percepção de vigilância, em muitos aspectos, é internalizada pelos sujeitos singulares, criando um paradoxo entre a segurança e a liberdade. Evidencia-se, assim, a exacerbada preocupação destes filósofos com os órgãos formadores de opinião pública que atribuem baixa atenção aos serviços de inteligência, que historicamente aperfeiçoaram-se para exercer e garantir que a ideologia oficial de uma época cumprisse a sua função social nas múltiplas instâncias da vida social. Em seguida, é necessário, também, apontar as divergências desta pesquisa quanto às formas concebíveis de combate a este monstruoso aparelho estatal que se formou. Enquanto para os filósofos franceses a estratégia apropriada deveria ser a de rebeliões individuais, ou mesmo individualizadas (no sentido de fragmentadas e especializadas a partir de interesses particulares dos sujeitos singulares que partilham de concepções similares de mundo), esta Tese parte da convicção de que o horizonte de efetiva superação dos problemas sociais (nisto implícita a vigilância descomunal exercida pelo Estado contemporâneo) somente pode ocorrer com emancipação revolucionária da humanidade – justamente pelo fato de que estes múltiplos órgãos de inteligência que foram construídos e reformulados no último século objetivavam primordialmente a prevenção de toda e qualquer formação social, política e ideológica que possibilitasse uma revolução no estado de coisas que caracteriza a ordem de dominação e reprodução do complexo de complexos.

Também no campo das contribuições contemporâneas, esta Tese poderia ser questionada sobre a não utilização das contribuições de Charles Tilly (1996) que permeiam alguns problemas decorrentes da exacerbação do caráter coercitivo assumido por estes órgãos de Estado, que, inclusive, são apontados por Marco Cepik (2003), sendo que:

Em primeiro lugar, tratar os serviços de inteligência genericamente como organizações repressivas impede que se compreendam suas especificidades (o papel central do segredo e do conhecimento) em relação às principais organizações de força do Estado, tais como as Forças Armadas e as polícias. Em segundo lugar, há o risco de se tratar os serviços de inteligência contemporâneos como se fossem mera continuidade das primeiras organizações modernas, que teriam surgido totalmente prontas e imutáveis como resultado da vontade de poder de déspotas iluminados (CEPIK, 2003, p. 80-81)

Assim, apesar de reconhecer os méritos dos apontamentos de Tilly sobre as análises documentais e abordagem dos serviços de inteligência contemporâneos, elucida-se as razões que direcionaram a pesquisa ao estabelecimento do diálogo com as contribuições gramscianas, tornando possível dar continuidade às análises propostas para este capítulo. Em um primeiro momento, serão conceituados os componentes do aparelho de hegemonia que perpassam a dinâmica do processo de universalização do consenso ideológico nas sociedades contemporâneas, sempre traçando paralelos com as transformações que ocorreram nos serviços de inteligência, em decorrência das próprias mudanças dos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Em seguida, é proposta a expansão da conceituação gramsciana dos aparelhos para adequação das novas dimensões assumidas pelos serviços de inteligência a partir da segunda metade do século XX, com o especial destaque para o SNI, defendendo que os processos dinâmicos de aperfeiçoamento destes órgãos os consolidaram enquanto *aparelhos estatais de hegemonia*. Por fim, serão tecidos alguns apontamentos finais sobre as marcantes mudanças ocorridas nos serviços de inteligência, particularmente no SNI, em decorrência da decadência do conflito de Guerra Fria e, subsequentemente, com a vitória do projeto de Estado de ideologia única protagonizado pelos EUA.

4.1 – O SNI enquanto aparelho estatal de hegemonia

Em Gramsci (2011a; 2011b; 2011c) a hegemonia é entendida como uma relação exercida por determinado grupo de classe com outros grupos da sociedade civil. Ela encontra-se, portanto, diretamente relacionada com a relação de subalternidade (tendo

em vista que pressupõe a existência de uma relação de força entre os grupos que compõem a vida social, em decorrência do antagonismo inerente à divisão de classes). A hegemonia, assim, é compreendida como racionalidade de classe (concepção de mundo) e ela se consolida com a universalização dos interesses de uma classe em relação as demais. Reforçando que uma concepção de mundo só se torna hegemônica quando ela se torna uma *fé* em meio à sociedade civil – o princípio da hegemonia, portanto, compreende sempre um processo pedagógico.

Esta internalização da ideologia enquanto *fé*, pela sociedade civil, relaciona-se diretamente com os princípios de aprofundamento das tendências alienantes do ser social que são abordados por Georg Lukács (2018b). A forma majoritariamente acrítica pela qual os sujeitos singulares reproduzem, e mesmo defendem, os interesses da classe dominante no cotidiano da vida social, decorre, justamente, deste complexo processo de universalização do consenso ideológico. Destacando, ainda, que:

[...] quanto mais intensamente a alienação se apoderar de toda a vida interior do trabalhador, tanto mais tranquilamente pode funcionar o domínio do grande capital. Portanto, o aparato ideológico do capitalismo, quanto mais desenvolvido, mais intensamente está preparado para fixar solidamente tais formas de alienação nos seres humanos singulares (LUKÁCS, 2018b, p. 544).

É claro que, nos parâmetros específicos do desenvolvimento capitalista, determinada tarefa demanda da classe dominante burguesa a apropriação de aparelhos específicos que possibilitem um aprofundamento da alienação, ou consolidação do consenso de subalternidade ideológica, de forma relativamente discreta – sempre tendo como horizonte último o objetivo de dirimir a potencial eclosão de conflitos de classe. Dentro destas específicas condições conjunturais, a consolidação e o aperfeiçoamento do aparelho de hegemonia exercem uma função primordial.

O aparelho de hegemonia, assim, compreende, de forma ampla, os aparelhos públicos e privados, os quais tem por funcionalidade a busca pela consolidação do consenso que viabilize o direcionamento político sem uma necessária recorrência à utilização da força repressiva. Desta forma, o aparelho hegemônico compreende um complexo totalizante, tendo em vista que ele perpassa a totalidade da vida social. Enfatizando que entre os objetivos do aparelho de hegemonia encontra-se o processo de apassivamento das massas, que possibilita dirimir os conflitos decorrentes do antagonismo de classe e facilitar a implementação e reprodução dos interesses

particulares da classe dominante/dirigente. Na problematização da totalidade que caracteriza o complexo de complexos capitalista, é ainda relevante atentar-se ao fato de que:

Na noção da grande potência, deve-se considerar também o elemento ‘tranquilidade interna’, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente (esse elemento deve ser investigado na avaliação da potência de cada Estado, mas adquire maior importância no exame das grandes potências [...]) (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 15, vl. 3, p. 34).

Essa característica assume formas ímpares quando se leva em considerações as configurações de disputa sobre os direcionamentos políticos, econômicos e ideológicos que caracterizaram o período da Guerra Fria, no qual, conforme foi exposto exaustivamente no decorrer desta pesquisa, permeava um embate direto, entre o Primeiro Mundo (potências capitalistas lideradas pelos EUA) e o Segundo Mundo (potências socialistas lideradas pela URSS) para a conquista da hegemonia no Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil).

Ademais, considera-se que “a capacidade expansiva da hegemonia de uma classe não se limita exclusivamente à direção política, mas inscreve-se igualmente nos diferentes aparelhos ideológicos e culturais da hegemonia” (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 87). A forma dinâmica assumida pelos conflitos de classe, inerentes à realidade capitalista, desta forma, determinam um processo de reformulação, também dinâmico, do aparelho de hegemonia que possibilite as necessárias adequações do aparato Estatal em prol da manutenção e reprodução da ordem de dominação. Neste sentido, indica-se que:

Analisar a constituição de um aparelho de hegemonia significa mostrar que o conceito de hegemonia não está inicialmente relacionado apenas com o momento cultural e não se esgota na função dos intelectuais como soldadura “das relações entre base e superestrutura”. Sua gênese teórica está vinculada a um outro campo prioritário: uma análise comparativa dos tipos de tomada do poder pela burguesia, uma teoria e uma prática da revolução. Assim, é a partir de uma abordagem historicamente diferenciada dos aparelhos de hegemonia que Gramsci procede (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 77).

Carlos Nelson Coutinho (1999) destaca que o “primeiro elemento” de preocupação no desenvolvimento das análises de Gramsci residia na apreensão da existência de dirigentes e dirigidos, a “célula política” da sociedade, elemento este que:

[...] analisado, revela sua gênese histórica na distinção entre classes sociais antagônicas; e, desenvolvido e concretizado, desdobra-se nas distinções necessárias a serem feitas no interior das superestruturas (na esfera política), entre as quais se destaca a elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil/aparelhos privados de hegemonia e da sociedade política/aparelhos estatais de coerção (COUTINHO, 1999, p. 80).

Desta forma, expressa-se nas análises gramscianas não só uma apreensão das características da particularidade das vias de desenvolvimento de cada Estado-nação¹¹⁷ como, também, a elucidação da forma como o desenvolvimento destes Estados capitalistas ocidentais permitiu o estabelecimento de vínculos diretos entre os aparelhos repressivos estatais (aqueles que determinam e fazem impor para a sociedade os interesses da classe dirigente) e os aparelhos privados de hegemonia (um dos aparatos responsáveis por difundir, em meio à sociedade civil, o consenso ideológico de classe).

Tendo em vista a autonomia de posição que cabe aos aparelhos privados de hegemonia (podendo reproduzir ideologias tanto a favor quanto contra a relação de dominação vigente), esta relação pode assumir distintas formas, a depender do estágio da luta de classes e dos interesses da classe dominante. Veja-se, pois, o modo como a imposição da censura prévia e do boicote econômico¹¹⁸ aos meios de comunicação sociais brasileiros no período de ditadura militar culminaram em favorecer, por meio da vigilância do aparato repressivo estatal, a primazia na veiculação de posicionamentos favoráveis à ordem social estabelecida, mesmo nos aparelhos privados de hegemonia que insistiram em denunciar as ações persecutórias e/ou, mesmo, divergir das diretrizes oficiais do governo.

Neste sentido, indica-se que os órgãos de opinião pública são os principais responsáveis pela difusão e cristalização do consenso (ênfase para os meios de comunicação, enquanto aparelhos privados de hegemonia, como pontos de contato entre

¹¹⁷ Não deixando de enfatizar que esta é uma das vertentes de análise gramsciana vigentes no Brasil contemporâneo, dado o caráter inacabado de sua obra do Cárcere, várias correntes de pensamento (inclusive liberais) apropriaram-se de suas contribuições para fundamentar diferentes perspectivas de apreensão teórica da realidade social, de acordo com as concepções de mundo que partilhavam. É necessário, também, elucidar que a interpretação de Carlos Nelson Coutinho (1999) sobre as contribuições gramscianas permeia uma formação prévia nos parâmetros teóricos da vertente lukácsiana.

¹¹⁸ Juntamente com a censura prévia, o boicote econômico foi uma das principais ferramentas utilizadas pela ditadura militar brasileira para prevenção da difusão de ideais contrários ao regime durante seu período de vigência (especialmente entre os anos de 1968 a 1978). O boicote era voltado para o âmbito publicitário e era aplicado aos meios de comunicação que insistissem em vincular temas ou nomes previamente proibidos em suas publicações, conduzindo boa parte da imprensa escrita a aderir à autocensura (AQUINO, 1999; MARCONI, 1980; SOUZA, 2012).

a sociedade civil e a sociedade política). Apesar de serem privados, os órgãos de opinião tendem a reforçar a hegemonia vigente – justamente por serem majoritariamente financiados por frações da classe dominante.

Evidencia-se nesta problemática o caráter não só coercitivo e repressivo assumido pela comunidade de informações brasileira, no contexto de ditadura militar, como, também, suas próprias pressuposições de aparelho ideológico de Estado. Determinada afirmação leva em consideração que, enquanto um órgão de produção de contra-informações, o SNI determinava e, por vezes, formulava os conteúdos ideológicos que seriam veiculados nos meios de comunicação social brasileiros – como foi o caso das cartas redigidas por Samuel Augusto Alves Corrêa para ampla difusão na imprensa paranaense, expostas no capítulo anterior, que distorciam as reais dimensões da Operação Marumbi (1975), favorecendo a construção de consenso ideológico que desumanizava a persona dos sujeitos subversivos. Não deixando de elucidar que:

A hegemonia política e cultural de determinada classe se caracteriza pela construção de uma direção consentida entre grupos aliados na sociedade civil e pela coerção por meio do aparelho repressivo de Estado sobre os grupos que não consentem nem ativa e nem passivamente. Neste sentido, o consenso permite a classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante (ALIAGA e BIANCHI, 2011, p. 28).

Uma análise inicial sobre a atuação do SNI incorreria em classificá-lo como *aparelho ideológico de Estado*. Contudo, conforme demonstram as análises aqui apresentadas, a função desempenhada pelo órgão durante seu período de vigência ultrapassou os limites cabíveis a esta classificação primária, passando a protagonizar um processo de tentativa da consolidação da hegemonia. Fenômeno que ocorreu tanto por meio das estratégias legislativas estatais burocráticas (como nos casos do recondicionamento doutrinário e do direcionamento político e ideológicos) quanto através da utilização efetiva da violência exacerbada, típica do aparelho repressivo que preconiza a consolidação do consenso pela força, que caracterizou as operações clandestinas de extermínio – não deixando de lembrar as indicações anteriores sobre o protagonismo que os chefes do SNI detinham quanto à decisão final sobre a execução dos sujeitos subversivos capturados, como o caso do militar Onofre Pinto sentenciado à morte por telefonema de João Batista de Oliveira Figueiredo.

Conforme indica Coutinho (1999), a perspectiva gramsciana elucida os limites que são impostos ao processo coercitivo na obtenção da hegemonia de uma classe

social, entendendo a necessidade da universalização do consenso como forma de persuasão da classe dominada a partilhar dos princípios ideológicos que a subordinam. Provém deste aspecto específico da vida social a necessidade imposta à classe dominante de diversificar os aparelhos que promovem a reprodução de sua dominação social.

Precisamente aqui reside o segundo ponto de diferenciação entre as duas esferas: elas se distinguem por uma *materialidade (social-institucional) própria*. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (COUTINHO, 1999, p. 128-129).

É claro que, neste ponto, se faz necessário destacar os limites históricos impostos a Gramsci que limitaram sua teorização dos aparelhos hegemônicos à primazia do setor privado. Os serviços de inteligência tiveram sua gênese justamente no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo sido aperfeiçoados no conflito da Guerra Fria (1945-1991) e, especialmente, com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação que marcaram a gênese no século XXI – ou seja, todo o processo de complexificação das relações entre o aparato estatal e a universalização do consenso em prol da hegemonia ocorreu posteriormente ao falecimento do filósofo italiano (1937).

Não obstante, torna-se relevante destacar que na percepção gramsciana o aparelho de hegemonia engloba uma multiplicidade de elementos que ultrapassa os limites do âmbito privado, em sua leitura:

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os “intelectuais”), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos sub-sistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização de informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais). Entretanto, Gramsci evita os tropeços de um institucionalismo à la Max Weber (primado nas instituições sobre

as práticas), pois o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 70).

A partir desta perspectiva, torna-se possível aferir que os serviços de inteligência ascendem na sociedade capitalista do século XX como uma forma aperfeiçoada de aparelho de Estado, que objetivava e viabilizava a concentração das atividades de vigilância e direcionamentos dos sujeitos em prol da consolidação da hegemonia em um único aparato institucional – é justamente deste monopólio de atividades que advém o gigantismo alcançado pelo SNI durante o período de ditadura militar brasileira. Em outras palavras, defende-se aqui que a função social essencial atribuída aos órgãos de inteligências estatais (dentre os quais destaco os casos específicos do SNI e da CIA) consiste justamente na garantia do direcionamento da atuação dos demais aparelhos, produtores e reprodutores da ideologia e da universalização de seu consenso, a partir dos princípios da classe dominante (que ocupa o Estado) visando, em última instância, à consolidação da hegemonia nos múltiplos âmbitos que compreendem a interação entre os sujeitos singulares na vida social.

Desta forma, ao considerar o modo como historicamente os Estados modernos delinearam, das mais distintas formas, seus aparelhos de inteligência, de acordo com demandas e interesses específicos, torna-se relevante considerar que:

Proposições adicionais sobre a natureza das novas organizações de inteligência deveriam considerar não apenas sua função primária (prover informações), mas também as funções secundárias associadas ao uso dessas informações para a dominação e a maximização de poder em diferentes períodos e contextos nacionais. Nesse sentido, os serviços de inteligência modernos teriam surgido com uma dupla face, informacional e coercitiva a um só tempo. Essa dupla natureza caracteriza ainda hoje os sistemas nacionais de inteligência existentes (CEPIK, 2003, p. 79-80).

Deste modo, as novas configurações que passaram a se delinear nas distintas conjunturas do capitalismo no decorrer do século XX, em todas as particularidades que compõem o complexo de complexos, demandaram drásticas transformações e adaptações dos aparelhos de hegemonia que ambicionavam viabilizar a reprodução da ordem de dominação. Analisando, por exemplo, o caso francês após o conflito bélico mundial de 1914 a 1918, Gramsci indica que:

No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e em seus aspectos secundários e derivados [...] A crise se apresenta,

praticamente, na dificuldade cada vez maior para formar os governos e na instabilidade cada vez maior dos próprios governos: ela tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas permanentes de cada um destes partidos (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 37, vl. 3, p. 95-96).

Este período, indicado por Gramsci, caracterizou-se pela efervescência das perspectivas ideológicas que fomentavam a ascensão de proposições de porvir fundamentadas na possível superação dos problemas intrínsecos ao modelo liberal de desenvolvimento capitalista. Se por um lado observou-se uma massiva difusão e eclosão de revoluções socialistas, cujo protagonista de maior impacto foi a Revolução Russa (1917), por outro vislumbrou-se a ascensão de ideologias políticas que se pautavam em construir uma terceira via para o desenvolvimento da humanidade (fosse o fascismo italiano, o nazismo alemão, o integralismo brasileiro, entre tantas outras vertentes que surgiram no início do século XX). O poder da burguesia clássica, aquela que se desenvolveu no núcleo duro das primeiras grandes potências (Inglaterra, Estados Unidos, França), encontrava inúmeras ameaças ao horizonte de reprodução de seu domínio (político, econômico e ideológico) tanto interna quanto externamente.

O aperfeiçoamento dos serviços de inteligência, é claro, não perpassou exclusivamente as transformações do aparelho de Estado destas grandes potências, em vista que os Estados de vias antagônicas que se edificavam em nível internacional, também esbarravam com as demandas de garantir a relativa coesão ideológica interna, como forma essencial para justificar e legitimar sua existência – como o caso brasileiro do Estado Novo (1937-1945) abordado no primeiro e segundo capítulo desta Tese. Em especial, no tocante a este tema, é relevante atentar-se à forma como, no âmbito do liberalismo democrático, as formações políticas e ideológicas antagônicas à ordem vigente, encontram espaços para difundir na sociedade civil seus princípios e projetos de porvir. Leva-se em consideração, como exemplo, o já mencionado caso dos aparelhos privados de hegemonia, cuja limitações, em um plano essencialmente democrático, limitam-se exclusivamente ao poder econômico do grupo de classe ao qual representam – lembrando que, em contextos de rompimento com a legalidade democrática, como foi o caso da ditadura militar, estas condições mudam drasticamente.

Deste modo, há de se considerar que é justamente em decorrência do desenvolvimento dos distintos aparelhos privados de hegemonia que o Estado capitalista contemporâneo esbarrou com a necessidade de reformular suas estruturas

repressivas, estendendo-as para a articulação de procedimentos que viabilizassem a sua atuação enquanto aparelho de hegemonia. Veja-se, pois, o modo como Gramsci (2011b) aponta a possibilidade de transformação social de longo prazo a partir da ocupação e fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia, fenômeno que possibilitaria, em um extenso projeto de porvir, a consolidação de um consenso ideológico pautado nos interesses da classe dominada. No que tange aos agentes que compunham especificamente a comunidade de informações, cabe retomar alguns apontamentos sobre o exercício intelectual em prol da consolidação, ou reprodução, da hegemonia, sendo que:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 2011b, CC 12, § 1, vl. 2, p. 21).

Os serviços de inteligência, desta forma, ascendem em um processo de aprimoração do aparelho de hegemonia, sendo concebidos como um instrumento aperfeiçoado próprio da sociedade política (e, portanto, como um aparelho estatal) que visa interferir diretamente nos direcionamentos tanto dos aparelhos próprios da sociedade política (relembrando os casos das investigações, expostas no primeiro capítulo, acerca da qualidade dos agentes que deveriam compor o aparelho de Estado brasileiro) quanto da sociedade civil (como os aparelhos privados de hegemonia). Desta forma, estes *aparelhos estatais de hegemonia* surgem com a função de garantir, de forma relativamente coercitiva (sem necessariamente recorrer ao uso da violência física repressiva) a universalização do consenso ideológico que representa a concepção de mundo da classe, ou grupo de classe, dirigente.

Neste ponto, contudo, torna-se necessário retomar a citação de Carvalho (2005, p. 147),¹¹⁹ que indica as especificidades do gigantismo do SNI, no que tange ao

¹¹⁹ Objetivando facilitar a leitura, relembra-se que a citação consistia em afirmar que “o sistema brasileiro de informações possui um somatório de características que nenhum outro possui, tais como o status de ministro de Estado para seu chefe, monopólio do ensino de informação, coordenação de todo o sistema de inteligência, independência, presença de agentes em todos os órgãos públicos, nenhum controle por parte

monopólio de poder e atividades, quando comparado com os congêneres estado-unidense (CIA) e soviético (KGB) do período. Deste modo, defende-se que, na conjuntura de Guerra Fria, o SNI consolidou-se como um dos melhores exemplos para a apreensão das reais dimensões assumidas pelo processo de construção dos aparelhos estatais de hegemonia. Dentro desta perspectiva, torna-se relevante traçar determinadas diferenciações entre o SNI, a CIA e a KGB, mesmo que estas sejam realizadas de forma mais abstrata (tendo em vista a falta de fontes concretas que permitam uma melhor elucidação das especificidades de cada um dos demais serviços de inteligência).

Assim, primeiramente, indica-se que a CIA se encontra, de certa forma, atrelada (ou, até mesmo, subordinada) aos princípios políticos de um país que se pretende apresentar internacionalmente como baluarte da democracia. Desta forma, o órgão de inteligência estado-unidense não só é mantido sobre o controle de outros setores do aparelho estatal (a exemplo do Parlamento) como também esbarra com a necessidade de justificar perante a sociedade as medidas mais extremas que visam implementar no território nacional (como a aplicação de tortura aos potenciais terroristas). É claro que, no âmbito internacional, o espaço de atuação autônomo da CIA é muito maior, justamente pelo fato de se fundamentar na pressuposição de defender os interesses estado-unidenses para além de suas fronteiras, daí a legitimação da sua intromissão e definição das diretrizes de atuação do regime ditatorial militar brasileiro indicados nos capítulos anteriores.

A KGB, por outro lado, encontrou a possibilidade de colocar em prática suas ações sem qualquer preocupação com a represália ou mesmo desaprovação popular, tendo em vista que seu limitador era única e exclusivamente o stalinismo. Inseridos em modelos de regimes políticos semelhantes ao do stalinismo, os serviços de inteligência jamais poderão atingir um nível de autonomia efetivo no desenvolvimento de suas ações, ao passo que as atividades de inteligência não serão realizadas, primordialmente, para levantar dados que favoreçam os interesses da nação, mas, sim, para saciar os anseios do ditador no poder (ou em determinados momentos da história, a alta cúpula do Partido).

do Legislativo ou do Executivo. Nem mesmo a KGB soviética possui tal soma de poderes, pois presta contas ao partido. Em sistemas democráticos, naturalmente, há muitos controles. Nos Estados Unidos, existem desde 1977 na Câmara e no Senado, *Select Commitees* (Comissões Especiais) que supervisionam as atividades de inteligência” (CARVALHO, 2005, p. 147).

Dentro deste cenário, o SNI desenvolveu-se de forma distinta. A pretensão de apresentar-se como um regime adepto da democracia perante às potências internacionais condicionou o surgimento de uma ditadura militar no Brasil que não pode equiparar-se aos parâmetros rígidos do stalinismo¹²⁰ – apesar de todos os atrozes crimes cometidos pelos militares brasileiros entre os anos de 1964 a 1985. Inclusive, não deixando de considerar que:

O Serviço Nacional de Informação não era apenas um órgão de informação. Na realidade, servia como engrenagem catalizadora que permitia centralizar na cúpula a inibição de qualquer força desestabilizadora, diante da lógica que identifica a “defesa nacional” ou a “segurança nacional” com o interesse político de manutenção da ordem social e econômica vigente (CARPENTIERI, 2016, p. 150).

Entretanto, diferente da CIA, o SNI encontrava um espaço de ampla autonomia, e até mesmo prestígio, para realizar suas atividades em solo nacional, por outro lado, no âmbito internacional o órgão brasileiro encontrava-se submisso aos interesses do governo estado-unidense, sendo, inclusive, “fiscalizado” pela CIA – note-se, pois, a complexa cadeia hierárquica de funcionamento do órgão de inteligência brasileiro que se consolidou durante o período de ditadura militar, assim como a autonomia que gozavam os altos escalões deste aparelho de Estado.

Conforme indica-se no primeiro volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), a estrutura organizacional do SNI elencava-se da seguinte forma: na base encontravam-se as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), as quais eram estabelecidas em Instituições de grande porte (como o caso retratado da FUEL); em seguida, existiam as Divisões de Segurança e Informações (DSI), subsetores das regiões estatais que foram analisadas por Fico (2014); chegando ao objeto de análise desta Tese, as Agências Regionais (AR), que se responsabilizavam pela filtragem de informações de um ou mais Estados de sua incumbência; por fim, a Agência Central do Rio de Janeiro era responsável por centralizar, de forma massiva, toda a produção desta extensa cadeia de investigações, prestando contas diretamente ao chefe do SNI que, por sua vez respondia apenas ao Presidente da República em exercício. Destacando que:

¹²⁰ Veja-se, por exemplo, os casos da coexistência de divergências ideológicas internas à própria comunidade de informações que foram abordadas anteriormente, sendo que, apesar do núcleo ideológico duro de defesa da segurança nacional garantir uma unidade no direcionamento das ações persecutórias, a relativa diferença de posicionamento, desde que dentro dos rígidos padrões do projeto de desenvolvimento político e econômico almejado, era tolerada em muitos aspectos.

26. Entre as atribuições do chefe do SNI estava a de estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas. Outras atribuições eram: criar e extinguir agências; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; classificar assuntos como “segretos” e “ultrassegretos”, de acordo com o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional.

27. À agência central do SNI cabia, entre outras competências, estabelecer a ligação com as outras agências, com órgãos cooperadores; processar informes e informações e difundi-los; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; arquivar a documentação de modo a permitir consulta rápida e manter seus fichários atualizados (BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vl. 1, 2014, p. 118).

Ademais, não se pode deixar de considerar os inúmeros outros órgãos estatais que passaram, por afinidade ou definições estratégicas oficiais, a integrar o processo de alimentação de informações da rede hierárquica da comunidade de informações brasileira durante a vigência da ditadura militar – como foi, mais explicitamente, o caso das DEOPS e, de maneira mais esparsa, as relações que se estabeleceram entre o SNI e os demais componentes do aparato de coerção e repressão da época (como Cenimar, CIE, CISA, Ciex, DOI-CODI, entre outros).

A apreensão destas especificidades assumidas pelo SNI no contexto de Guerra Fria, é claro, demanda, conforme já indicado, a compreensão, não só, da função social que a ideologia de segurança nacional brasileira assumiu no período, como, também, o entendimento de como a materialidade da vida social, em sua totalidade concreta, determina, condiciona e fomenta a forma como os sujeitos singulares e suas organizações posicionam-se política, social, econômica e culturalmente no cotidiano. Note-se, pois, que:

É certo que em toda nação deve existir uma determinada (e específica para cada nação) expressão da lei das proporções definidas na composição social: ou seja, os vários grupos devem se manter em determinadas relações de equilíbrio, cuja perturbação radical poderia levar a uma catástrofe social. Estas relações variam conforme um país seja predominantemente agrícola ou industrial e de acordo com os diversos graus de desenvolvimento das forças produtivas materiais e do nível de vida. O grupo dirigente tenderá a manter o melhor equilíbrio, não só para sua permanência, mas para sua permanência em condições determinadas de prosperidade, e mesmo a incrementar tais condições. Mas, dado que a área social de cada país é limitada, será levado a estendê-la às zonas coloniais e de influência, entrando assim em conflito com outros grupos dirigentes que aspiram o mesmo

fim, ou em prejuízo dos quais a expansão de tal grupo deveria necessariamente se verificar, já que também o globo terrestre é limitado. Cada grupo dirigente tende, em abstrato, a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual extrai a mais-valia, mas a tendência abstrata se torna concreta e imediata quando a extração da mais-valia em sua base histórica torna-se difícil ou perigosa além de certos limites, os quais, todavia, são insuficientes (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 34, vl. 3, p. 88).

Assim, de certa forma convergente com o prisma lukásciano de análise, Gramsci demonstra a relevância de atentar-se à forma da particularidade que o capitalismo assume em cada Estado nação, em um determinado estágio do desenvolvimento, para que seja, de fato, realizada uma apreensão das especificidades que o aparelho de hegemonia assume no contexto que se objetiva analisar. Deste modo, se é pretendida aqui a análise das relações que se estabeleceram entre a ideologia de segurança nacional brasileira e a especificidade do SNI, é relevante atentar-se ao modo como a Revolução Burguesa do Brasil consolidou-se pela via prussiano colonial, especialmente quando se leva em consideração que “essa carência de hegemonia econômica, própria da revolução passiva, encontra seu caráter distintivo e explicativo através do exame do tipo de ‘revolução na superestrutura’ própria de uma revolução passiva” (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 78). Os processos revolucionários passivos, desta forma, não perpassam a consolidação de uma vinculação orgânica, com caráter popular, dos objetivos democráticos da burguesia que ascende ao poder.

Assim, o modelo de direcionamento político e econômico que caracteriza a via prussiano-colonial de desenvolvimento capitalista (aquela na qual os níveis de participação democrática devem permanecer amplamente rígidos e autocráticos, de modo a viabilizar a relação de dupla subordinação interna da classe trabalhadora nacional), não só possibilitou, como também demandou, o surgimento de serviços de inteligência específicos no aparelho estatal brasileiro. O gigantesco monopólio de atividades voltadas para a manutenção da hegemonia, deste modo, evidencia o caráter autocrático que caracteriza, historicamente, o processo de desenvolvimento do aparelho estatal nacional.

Em termos gramscianos, poder-se-ia apontar que as estratégias de extermínio, recondicionamento doutrinário (interno, nas fileiras do aparelho estatal, e externo, na sociedade civil como um todo) e de direcionamento político-ideológico desenvolvidas por estes serviços de inteligência (com ênfase ao SNI) objetivavam fomentar em meio às massas populares um processo de rompimento com as preocupações da grande

política e, subsequentemente, um encastelamento nos limites rasos da pequena política, destacando que:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2011c, CC 13, § 5, vl. 3, p. 21).

Em termos lukácsianos, por outro lado, é relevante atentar-se ao papel desempenhado pelo processo de aprofundamento das tendências alienantes do ser social, que atende aos interesses da classe dominante, e é intensiva e dinamicamente colocado em prática pela estrutura do Estado nação e pela estrutura internacional do complexo de complexos. Não deixando, contudo, de evidenciar que “o caráter tão tipicamente conciso de uma determinada alienação nunca pode, todavia, velar seu devir essencialmente histórico. A alienação é um modo histórico-social da vida humana” (LUKÁCS, 2018b, p. 546).

Disto, implica reconhecer que as formas estratégicas de fomento e coerção das massas em prol da resignação às tendências alienantes, ou o enclausuramento na pequena política, perpassam um processo dinâmico de transformação e readequação. Nos limites conjunturais dicotômicos do conflito internacional de Guerra Fria, o SNI, a partir da incorporação dos princípios basilares da ideologia de segurança nacional, encontrou o terreno fértil para o desenvolvimento institucional de dimensões gigantescas no aparelho de hegemonia, consolidando-se enquanto uma das formas mais aprimoradas de aparelho estatal de hegemonia do período (ao menos no que tange às atividades em nível interno).

Em vista de determinada peculiaridade, o declínio do conflito entre os EUA e a URSS, possibilitou, ou mesmo demandou, não só a gradual extinção do SNI, como também o reconhecimento autocrítico de seu próprio idealizador (o general Golbery do Couto e Silva), das dimensões nocivas que o órgão de inteligência nacional terminou por acumular neste contexto de exacerbada preocupação com a manutenção da segurança nacional. Inclusive, não deixando de evidenciar que:

Embora haja significativa controvérsia sobre o grau de autonomia militar no Brasil pós-1990, a maioria dos pesquisadores concorda que

as relações civil-militares durante o primeiro governo democrático após a transição (1985-1989) foram caracterizadas por tutela militar (assim como no caso do Chile), enquanto o período entre 1990 e 1999 foi marcado por uma evolução lenta para níveis de subordinação condicional cada vez menos severos (CEPIK, 2005, p. 76).

Deste modo, à guisa de direcionar as discussões aqui presentes para uma conclusão, julga-se ser necessário traçar alguns apontamentos acerca deste processo de desmantelamento do SNI, acompanhado de paralelos com as formas que os órgãos de inteligência, incluindo nestes a sucessora do SNI, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), assumiram em decorrência das transformações internacionais que caracterizaram a suposta vitória do ocidente capitalista democrático sobre o oriente ateu comunista.

4.2 – Os serviços de inteligência após a Guerra Fria

Conforme indica Oliveira (2009), a década de 1970 foi marcada por um processo de reformulação dos princípios internacionais de segurança, fenômeno que, em grande medida, decorreu do fato de que “é nesse período que se inicia o declínio do papel hegemônico da União Soviética, o aparecimento de novos atores na arena internacional (ONGs, empresas transnacionais, organismos multilaterais) e de novas agendas para a política internacional, como os direitos humanos, o meio-ambiente, a explosão demográfica e a economia internacional, dentre outros” (OLIVEIRA, 2009, p. 69).¹²¹

O que é relevante, dentro da presente proposta, de problematizar sobre esta questão é a forma como, conjuntamente com a gradual decadência do poder soviético, desenvolveu-se na década de 1970 estratégias ideológicas de novas pautas essenciais no âmbito internacional do pensamento burguês – sem deixar, é claro, de considerar o reavivamento do conflito direto entre URSS e EUA durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989). As preocupações com a garantia de um melhor universo de convivência para os adeptos do capitalismo apresentam-se como prioridades em relação ao efetivo embate direto com as proposições de mundo antagônicas. Esta estratégia assumida pelo pensamento burguês nos anos finais de Guerra Fria, possuía dupla

¹²¹ Entre as principais causas da decadência soviética, encontra-se a Terceira Revolução Industrial e a implementação do modelo toyotista de produção, sendo que “o modelo de produção soviético conseguia fazer frente à produção fordista prevalente no Ocidente entre as décadas de 1930 e o início da década de 1960, mas não tinha como competir com a nova produção industrial baseada na flexibilidade, nos fluxos mais horizontais de informação e comando e, em especial, na proeminência atribuída à qualidade da produção. Além disso, nas nações líderes do mundo capitalista, o desenvolvimento pujante da microeletrônica, da informática, da robótica e da automação ampliavam ainda mais essa distância” (MUNHOZ, 2017, p. 452).

funcionalidade: em primeiro lugar desloca a crítica dos sujeitos singulares para pautas mais imediatistas, mais voltadas ao conforto e segurança do ser nos âmbitos de curto e/ou médio prazo; por outro lado, preconiza um processo de supressão do inimigo derrotado por meio do silêncio, de forma semelhante ao que ocorreu com João Goulart no Brasil (LOVATTO, 2010b).

Assim, “naquele contexto, afiançou-se um consenso por meio do qual só haveria um caminho a seguir e garantiu-se que ele levaria à melhoria dos padrões de bem-estar social, como resultado de uma nova onda de desenvolvimento econômico conduzida pelos EUA” (MUNHOZ, 2017, p. 450) As preocupações com a consolidação de democracias que oferecessem melhor qualidade de vida e espaços seguros (mesmo que restritos e irrelevantes) para que os sujeitos sociais ocupassem para defender concepções de mundo particulares e fragmentadas era o elemento fundamental das transformações que a ideologia de segurança sofreu após a década de 1970, o golpe ideológico final para concluir o crepúsculo da gigantesca inimiga vermelha.

Os relatórios dos SNI paranaense, como demonstrou-se no capítulo anterior, auxiliam a sustentação desta proposição – especialmente no que tange ao caso dos processos de direcionamento político e ideológico. Veja-se, por exemplo, os casos dos direcionamentos vigilantes, realizados pela comunidade de informações paranaense, para manutenção das lideranças de interesse no Movimento Estudantil e nas fileiras do Partido dos Trabalhadores. Determinada questão nos direciona a problematizar que “a principal função social da manipulação da vida cotidiana – justamente no interior do domínio absoluto do desideologizar – consiste precisamente em colocar aos seres humanos do cotidiano sua vida ‘normal’ como a melhor possível subjetivamente e, objetivamente, como destino inescapável” (LUKÁCS, 2018b, p. 706). Desta forma, em um contexto global do final da Guerra Fria, observa-se que:

Graças ao poder das forças sociais reificadoras que estavam por trás do sucesso do positivismo e do neopositivismo, uma visão extremamente unilateral do desenvolvimento “autônomo” da ciência e da tecnologia se tornou, não o “senso comum”, mas o mistificador *lugar-comum* de nossa época [...] A aceitação acrítica dessa visão foi particularmente favorecida pelo pós-guerra, período marcado pelo consenso e por sua irmã gêmea, a ideologia do “fim da ideologia” (MÉSZÁROS, 2014, p. 261-262).

As estratégias ideológicas perpetradas pelo bloco capitalista internacional (ainda com relevante protagonismo dos EUA), encontram, deste modo, formas novas de dar

continuidade ao processo de corrosão da, já desgastada, hegemonia soviética. Claro que no referente à esta questão, é necessário indicar que:

Com a crise avassaladora que atingiu a URSS na segunda metade da década de 1980, a opção pelo desaquecimento da Guerra Fria não era apenas um desejo de Gorbachev, mas uma necessidade imperiosa, pois a economia soviética não mais suportava financiar os custos do conflito global. Com o insucesso das reformas, a URSS e os seus aliados europeus rumaram para uma crise que se expressou por intermédio das revoluções na Europa Oriental e pela queda do Muro de Berlim em 1989 e, posteriormente, pela desagregação do mundo soviético em 1991 (MUNHOZ, 2017, p. 465).

Dentro deste novo prisma de embate político e ideológico, o conflito armado perde ainda mais seu protagonismo no direcionamento das disputas entre potências. Os princípios de segurança são, novamente, reformulados, expandindo o horizonte da perspectiva de guerra total, para desvencilhar-se ao máximo possível, sempre que adequado, aos campos do embate cultural. Para o SNI, as transformações das diretrizes de manutenção da segurança nacional e internacional constituíam uma problemática latente que ameaçava gradualmente a sua própria existência. Afinal de contas, o Brasil caminhava em direção ao modelo de democracia em voga no horizonte e ideologia única. Espaço no qual:

A força não é o instrumento político de maior importância, a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais passam a ter grande relevância para a resolução de conflitos internacionais. Logo, a segurança, no seu aspecto militar, não é o objetivo principal da política internacional, o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável passam a ter destaque (OLIVEIRA, 2009, p. 69).

As gigantescas dimensões que o órgão de informações brasileiro atingiu, graças aos princípios de segurança nacional que tomaram forma durante o período de Guerra Fria, não eram mais condizentes com a realidade internacional. E mais, o rosto manchado de sangue, das operações de extermínio e tortura realizadas pelos órgãos que compuseram o aparelho repressivo e coercitivo da ditadura militar brasileira, eram totalmente incongruentes com a imagem que o país deveria ter diante das grandes potências externas e da própria sociedade civil, agora democrática, a que o Estado servia. Até porque:

As transformações ocorridas, especialmente nas duas últimas décadas [1980-2000], que alteraram substancialmente a velocidade das mudanças tecnológicas e os padrões de competitividade, produziram uma nova economia política. Nessa nova economia política são evidentes as inadequações de regimes autoritários caracterizados por governos que se autodenominam porta-vozes da vontade do povo e se julgam capazes de definir objetivos e noções a respeito de “interesses estratégicos” da nação, sem uma interação ampla, dinâmica e aberta com as múltiplas forças em ação na sociedade” (SATO, 2000, p. 165).

Neste novo delineamento internacional os serviços de inteligência, assim como o próprio aparato repressivo dos Estados nação, deveriam reformular-se, ou em alguns casos extinguir-se, para que se adequassem à nova ordem mundial instituída. Dentro desta perspectiva, entendidos enquanto “parte do núcleo coercitivo do Estado contemporâneo, os serviços de inteligência desempenham um papel predominantemente informacional, com algumas funções explicitamente coercitivas sendo desempenhadas por unidades específicas do sistema” (CEPIK, 2003, p. 81).

A CIA, assim como outros órgãos de inteligência estado-unidenses, demonstrou eximia habilidade em se reformular dentro destes novos parâmetros de atuação – não deixando, é claro, de levar em consideração os apontamentos anteriores acerca de suas particularidades decorrentes da pretensão de aparelho componente do baluarte democrático internacional. O serviço de inteligência estado-unidense, não só conseguiu manter seu *status* perante a sociedade civil que representa como, em grande medida, aperfeiçoou suas estratégias de combate ideológico para parâmetros que, na maioria dos casos, não demandam o conflito bélico direto dos EUA com as nações que almejam interferir.¹²² O aperfeiçoamento destes métodos perpassa:

[...] a abordagem adaptativa indireta para troca de regime que combina revoluções coloridas e guerra não convencional em uma estratégia unificada. A geopolítica dita a estratégia dos EUA nesse campo e identifica futuros alvos, ao passo que a guerra híbrida coloca os planos taticamente em prática e desencadeia o caos armatizado. Para tanto, ela lança mão de várias teorias militares primárias com vistas à dominação da dinâmica caótica. Campanhas de projeção de informação eficientes e a construção de redes sociais por um determinado período podem provocar a fabricação de uma mente de colmeia de ativistas contra o governo [...] Se a revolução colorida

¹²² Este fenômeno, inclusive, é congruente com a proposição aqui defendida de que as estruturas de pensamento da sociedade civil, e a própria constituição ímpar do aparelho de um Estado nação que a representa, decorrem da particularidade da via de desenvolvimento que caracteriza sua inserção no complexo de complexos internacional – por mais relevante que seja estender as análises acerca destas distinções entre a CIA e o SNI, julga-se não ser este o espaço para fazê-lo, reservando-se o interesse de realizá-las em pesquisa futura.

fracassa em derrubar o governo, ocorre a transição para a guerra não convencional, na qual a infraestrutura social da revolução colorida torna-se o alicerce da campanha violenta travada pelo movimento contra o governo [...] a guerra híbrida é o novo horizonte da estratégia para troca de regime dos EUA. Ela preserva os EUA dos riscos políticos e militares associados à intervenção direta e é muito mais econômica (KORYBKO, 2018, p. 99-100).

Quanto ao SNI, por outro lado, após um longo processo de dismantelamento e de várias tentativas de melhorar a imagem do órgão perante a sociedade civil, foi extinto, por meio Medida Provisória nº 150 de 1990. As atividades do monstruoso serviço de informações foram distribuídas para outros setores da inteligência estatal, sendo que no ano de 1999, a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) marcou uma tentativa de retomada da centralização das atividades de informações nacionais, ressaltando que:

A configuração atual da área de inteligência no Brasil foi estabelecida pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999, por meio da qual o Congresso Nacional criou a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN. Legalmente, a ABIN é considerada o órgão central desse sistema e tem a função de regular o fluxo de informações produzidas pelas instituições a ela vinculadas (CEPIK, 2005, p. 82).

Assim, julga-se pertinente esboçar algumas análises qualitativas acerca das diretrizes assumidas pela Abin em comparação com aqueles que se mantiveram vigentes no SNI, inclusive, buscando elucidar a forma como o serviço de inteligência atual compreende a atuação de sua sucessora – não deixando de enfatizar que a análise específica da Abin não é o objeto desta Tese. Para tanto, o trabalho apropria-se do artigo “Necessidades de Inteligência no Estado Brasileiro”, publicado na própria Revista da Abin e de autoria de Cláudia Assaf Bastos Rebello (2006).

Sobre a transição institucional do SNI para a Abin, por exemplo, Cláudia Assaf Bastos Rebello (2006) incumbe-se de tecer alguns apontamentos, indicando, especialmente, a forma como a herança cultural sobre as diretrizes de funcionamento do SNI, e do próprio aparelho estatal do regime militar em sua totalidade, favoreceram a difusão de receios em meio à população quanto à atuação da Abin na conjuntura democrática – a qual, na concepção da autora, não partilharia mais dos princípios ideológicos extremistas que nortearam a ação do órgão de inteligência antecessor. Assim, a autora enfatiza que:

A idéia equivocada e negativa que muitos cidadãos brasileiros e, até mesmo, entidades públicas e privadas fazem da atividade de Inteligência pode representar vulnerabilidade grave à segurança do Brasil, já que a necessidade de produzir e proteger conhecimento torna-se cada vez mais evidente. A percepção distorcida da atividade e, ainda, a não-detecção de ameaças reais pelo cidadão comum decorrem do desconhecimento generalizado da essência da atividade: ferramenta imparcial e oportuna, pautada em evidências coletadas e analisadas com metodologia e racionalidade, cujo objetivo exclusivo é apoiar o processo decisório nacional, definidor do destino da sociedade e do Estado brasileiro (REBELLO, 2006, p. 37).

De uma forma bem mais retórica que os intelectuais dos setores de inteligência estatal da segunda metade do século passado, Cláudia Rebello não abre mão de apropriar-se do antigo recurso de justificação das ações que visa implementar, mesmo que de forma menos escrachada. Sua fala evidencia que um dos maiores problemas de implementação de um sistema de inteligência bem-sucedido no Brasil decorre exatamente dos baixos níveis de compreensão que o cidadão comum detém da realidade social em que se encontra inserido. Distinto das fundamentações da segurança nacional anticomunista, o horizonte de atuação não detém primazia na detecção das iminentes e potenciais ameaças à ordem (apesar de serem contempladas em seu texto), mas objetiva, em primeira instância, fornecer análises de dados recolhidos da realidade que possibilitem orientar as tomadas de decisão do Estado nacional. Como não poderia ser diferente, a autora reforça que este processo de análise pauta-se em princípios metodológicos supostamente racionais e neutros, reforçando que:

Hoje, dada a inserção do País no mundo globalizado e estruturado em rede, no qual Estados nacionais e soberanos têm suas fronteiras cada vez mais porosas, o poder público atentou para o fato de a atividade de Inteligência ser imprescindível à segurança da Nação e ao processo decisório pautado em análises criteriosas, oportunas e imparciais (REBELLO, 2006, p. 40).

Conforme evidenciou-se no decorrer das análises apresentadas nesta pesquisa, a pressuposição de neutralidade não passa de uma ferramenta de disfarce para a reprodução ideológica de elementos concomitantes com o universo do senso comum de uma determinada sociedade em uma dada época (MÉSZÁROS, 2014), comumente, portanto, favorecendo a reprodução, ou até o aprofundamento, da ordem de dominação social e, por conseguinte, das próprias dimensões alienantes do ser social (LUKÁCS, 2018b). Ademais, é relevante considerar que este discurso de neutralidade investigativa não só permeou as diretrizes formativas do SNI, como também auxiliou seus agentes a

legitimarem o desencadeamento das mais nefastas ações persecutórias contra os elencados inimigos da sociedade brasileira. Assim, as afirmações similares de pretensão do paradigma analítico neutro, por parte da Abin, despertam o interesse desta pesquisa para apreender as correntes de pensamento que influenciam esta nova perspectiva investigativa do serviço de inteligência brasileiro. Assim, retoma-se as diretrizes de atuação da Abin expostas no texto:

As diretrizes seguidas pela Abin estão alicerçadas no contexto democrático em que se insere a sociedade brasileira. Nesse sentido, não constitui objetivo da Agência perseguir indivíduos ou combater pensamentos divergentes deste ou daquele governo, ao contrário do que é difundido ou insinuado [...] A missão da Agência está tão-somente em munir o Estado brasileiro de conhecimentos sem os quais a segurança do País estaria ameaçada, independentemente do governo que esteja conduzindo a Nação (REBELLO, 2006, p. 40-41).

Existe, desta forma, uma visível tentativa de distanciar a imagem da Abin dos preconceitos difundidos no senso comum brasileiro acerca do efetivo papel desempenhado, historicamente, pelos serviços de inteligência nacionais. Claro que, dentro da fundamentação dos alicerces democráticos que embasariam o objetivo de atuação e a perspectiva formativa da Agência de Inteligência Brasileira, ascende um paradoxo, o qual consiste em determinar o ponto limite entre a identificação de ameaças e a real perseguição de sujeitos singulares que partilham de concepções de mundo que ameaçam a ordem social estabelecida. Afinal de contas, se um dos princípios norteadores do órgão de inteligência reside no recolhimento de material que viabilize a neutralização das ameaças ao país, de que forma estas agências reagiriam frente à ascensão de novos grupos revolucionários de esquerda ou mesmo a possibilidade do surgimento de tendências extremistas de direita que ameaçassem a tomada de poder por via armada? A problemática aprofunda-se quando é levado em consideração que:

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é um típico exemplo de hibridismo institucional. Ela apresenta tanto características de mudança democrática como de conservação autoritária. Com o passar dos anos, todavia, há uma involução institucional, de que sua militarização é a face mais evidente (ZAUERCH, 2008, p. 178).

A possibilidade de que o gradual processo de colonização da Abin por parte de setores militares¹²³ venha a fomentar um reavivamento de concepções doutrinárias

¹²³ No que tange à questão, indica-se que “o processo de militarização da ABIN foi iniciado no período do mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Este governante indicou um

exacerbadas de segurança nacional não pode ser descartada. Inclusive, é necessário, ainda, problematizar o processo de hierarquização militarista dos cargos da Agência que foi instituído no decorrer da primeira década deste século (XXI), conforme bem retratou Zaverucha (2008). Desta forma, coloca-se uma segunda questão latente para a funcionalidade do serviço de inteligência dentro de padrões democráticos de atuação, ao passo que a subordinação hierárquica típica das fileiras militares implicaria em uma necessária subordinação dos agentes de inteligência ao alto escalão militar – cuja perspectiva histórica de intervenção política encontraria caminho pavimentado para a deflagração de ações do interesse deste grupo de classe.

Neste sentido, leva-se em consideração que, já na época da extinção do SNI (1990), a principal problemática que permeava as relações entre dirigentes políticos e os serviços de inteligência nacionais, consistia na insistência destes em monitorar organizações e movimentos sociais, a partir da antiga desculpa de prevenir a ascensão de possíveis ameaças internas à segurança nacional (CARPENTIERI, 2016). Assim, já ponderando sobre a relação histórica que os órgãos de inteligência brasileiros estabeleceram com grupos e organizações políticas e sociais, especialmente aquelas vinculadas a vertentes de esquerda, Cláudia Rebello indica que:

No âmbito doméstico, o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, é emblemático para a necessidade de Inteligência. Muitos acusam o governo atual [Partido dos Trabalhadores], cujos integrantes pertencem à tradicional esquerda política, de se voltar contra um movimento de que um dia foi árdua [sic] defensor. Essas acusações, pautadas no fato de a Abin acompanhar tendências do MST, pretendem sugerir que a Agência preocupa-se com ideologias ou partidarismos. Na verdade, trata-se de questão doméstica relativa ao problema secular de acesso à terra e que gera conflitos localizados. Há dois objetivos bem definidos para o monitoramento desse tipo de movimento social por parte da Inteligência. Primeiramente, o acompanhamento do conflito em si – que, por vezes põe em perigo a segurança não só dos envolvidos, como a da sociedade brasileira como um todo – visa a antever invasões ou atos de perturbação da ordem. A Inteligência age independentemente de linha partidária de governo, no sentido de salvaguardar direitos da sociedade – como o de ir e vir e o de segurança –, mediante relatórios coerentes que orientem o processo decisório. Além disso, a percepção das reivindicações feitas é fonte importante para a busca de soluções viáveis para problema tão complexo (REBELLO, 2006, p. 45-46 – grifos nossos).

General para coordenar institucionalmente aquela instituição. O resultado disso foi uma formatação institucional muito parecida com a do antigo SNI” (NÓBREGA JR, 2010, p. 125).

Note-se, pois, que a percepção de Rebello (2006) para a justificativa da necessidade de manter o MST¹²⁴ sob constante vigilância investigativa do serviço de inteligência apresenta traços incontestavelmente similares ao que imperava no direcionamento das análises realizadas pelos agentes da comunidade de informações da ditadura militar que foram exploradas no decorrer deste trabalho. Em primeiro lugar, destaca-se o reconhecimento do problema fundiário como uma latente questão a ser resolvida pela sociedade brasileira que, em seguida, é apontada como o potencial estopim de conflitos que, em última instância, colocaria em risco “a segurança não só dos envolvidos como a da sociedade brasileira como um todo”. De forma semelhante à perspectiva investigativa do relatório, abordado nos capítulos anteriores, que realizava um levantamento das áreas de tensão no Brasil, Rebello fundamenta-se no princípio de controle e direcionamento do MST para garantir que as ações do movimento não se desdobrem em fomentos de luta armada ou propostas efetivamente revolucionárias.

Não obstante, o último trecho transcrito da justificação de Rebello (2006) acerca da vigilância do MST, permite ainda discernir outro elemento de permanência no processo de formação dos agentes integrantes dos órgãos de inteligência nacionais: a formação de uma hierarquia militar voltada para o delineamento de proposições para projetos político e econômicos que visassem solucionar problemas latentes da realidade nacional – evidenciando, assim, uma continuidade no perfil político de atuação que caracteriza os militares integrantes do aparelho de inteligência brasileiro.¹²⁵ Estas mediações permitem começar a delinear os elementos de continuidade na aparente descontinuidade do projeto político estatal da doutrina de Segurança Nacional, indicando a sua insistente permanência no aparelho de Estado, mesmo que por vezes revestida de um ludibrioso manto da democracia pluralista burguesa contemporânea. Assim, Cláudia Rebello continua suas fundamentações afirmando que:

¹²⁴ Oficialmente, o MST surge no ano de 1984, no Paraná, em ocasião da realização do 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais sem Terra, tendo por demanda central a implementação de uma Reforma Agrária (FERNANDES, 2000), enfatizando que “o MST nasceu e consolidou-se numa conjuntura de crise da luta anticapitalista e num momento de ofensiva vitoriosa da burguesia em escala internacional. A desvantagem para o campesinato organizado, nesse caso, parece óbvia, pois ele é obrigado a se limitar à luta econômico-reivindicativa nos quadros da ordem capitalista vigente, pois, nessa conjuntura, transformações mais profundas na sociedade estão fora da ordem do dia. O grande problema, nesse caso [...] é que a ordem capitalista neoliberal torna essa luta econômica, em grande medida, inócua” (COLLETTI, 2005, p. 276).

¹²⁵ No âmbito da sociedade civil, esta continuidade também se evidencia, especialmente a partir da projeção política do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2020-2022), um dos principais representantes contemporâneos da vertente ideológica do extremismo conservador de tendências militarizantes que, inclusive, apropriou-se da lógica de combate à subversão comunista como plataforma de projeção política.

Conclui-se ser evidente a necessidade de Inteligência forte e bem estruturada para o Brasil, potência regional e que se insere de forma cada vez mais explícita no contexto internacional. Soma-se a isso a vastidão do território brasileiro, o que faz do monitoramento e da antecipação e prevenção de crises internas elementos fundamentais para o processo decisório, seja para o estabelecimento de medidas terapêuticas, no caso de crises já instaladas, seja para a elaboração de medidas preventivas no caso de diagnóstico que aponte crises potenciais (REBELLO, 2006, p. 46 – grifos nossos).

Deste modo, explicita-se determinada continuidade com a forma positivista e estruturalista de apreensão da realidade, ao passo em que a autora reconhece os problemas inerentes ao antagonismo de classes como meras “doenças” sociais (ou anomias, se a preferência for pela terminologia de herança durkheimiana), ao mesmo tempo em que apresenta a entidade institucional como mantenedora de uma ordem social organicamente coesa, tendo por objetivo último garantir o desenvolvimento capitalista a partir de um pressuposto projeto universal brasileiro. Dentro desta perspectiva, indica-se que:

A ABIN mantém em seu bojo uma racionalidade de segurança nacional em defesa do Estado contra o inimigo interno; não existe atribuição da instituição à esfera civil na defesa da ordem pública. Existe uma lista imensurável de denúncias de espionagem política por parte da ABIN. A racionalidade de perseguição política mantém-se como na época do SNI. Arapongagem e investigações com fins políticos estão na ordem do dia (NÓBREGA JR, 2010, p. 126).

Em determinados aspectos, denota-se a forma como os objetivos de consolidação do consenso ideológico interno à comunidade de informações, mesmo que não atingindo a totalidade do aparelho estatal, alcançaram relativo sucesso, permanecendo nas fileiras dos órgãos de inteligência nacionais até os dias presentes. Da mesma forma, indica-se que estas características peculiares do serviço de inteligência brasileiro, pautadas em parâmetros altamente rígidos da concepção de segurança nacional, decorrem exatamente da particularidade da via de desenvolvimento prussiano-colonial que insere o Brasil no complexo de complexos capitalista. Não se pode, contudo, deixar de considerar que a problemática da influência que a doutrina de segurança nacional ainda exerce nas fileiras dos serviços de inteligência brasileiros perpassa debates e disputas internas, inclusive:

Numa iniciativa sem precedentes, no segundo semestre de 2003, a equipe responsável pela coordenação do SISP realizou importantes

esforços para a formulação de uma doutrina de inteligência de segurança pública, bem como para treinar os núcleos gestores do subsistema nos estados e formular de maneira cooperativa as bases de um Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública – PNISP. Infelizmente interrompida, tal iniciativa era crucial para que o Brasil pudesse enfrentar o crime organizado e a violência urbana, que tendem a transformar-se na pior ameaça à segurança dos cidadãos e do próprio Estado (CEPIK, 2005, p. 89).

Assim, considera-se que, se por um lado, “uma das tarefas políticas mais difíceis, mesmo em sólidas democracias, é controlar os serviços de inteligência” (ZAVERUCHA, 2008, P. 177), por outro, esta problemática exacerba-se em realidades políticas e econômicas que se constroem a partir de uma base da dupla subordinação da classe trabalhadora.

Em vista das análises apresentadas, e da própria realidade internacional do atual estágio de desenvolvimento tecnológico dos aparelhos de inteligência, reforça-se a perspectiva de que, por mais importante que seja, “como a inteligência é um bem público arduamente disputado entre os grupos que almejam controlar o Estado, é fundamental que este esteja sob controle civil” (NÓBREGA JR, 2010, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Tese teve por intuito apreender a função social que a ideologia de segurança nacional exerceu no direcionamento das ações persecutórias perpetradas pela comunidade de informações brasileira durante o período de ditadura militar (1964-1985), com especial destaque para o principal órgão de inteligência que monopolizava e coordenava os processos do aparelho de repressão e coerção da época, o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Para tanto, foram apropriadas como fontes primárias de análise as pastas de documentos provenientes do Arquivo do SNI dos estados do Paraná e Santa Catarina, que totalizam aproximadamente sete mil pastas. Destas, foram analisadas cerca de duas mil pastas, das quais selecionou-se, de modo intencional, quarenta pastas, que totalizam novecentas e uma laudas.¹²⁶ Optou-se pelo estabelecimento de um diálogo entre as contribuições do materialismo histórico-dialético de matrizes lukácsiana e gramsciana como forma de abordagem teórico-metodológica do arquivo.

No primeiro capítulo, a construção e o desenvolvimento da ditadura militar brasileira foram apresentados como resultante de uma tomada de posicionamento de setores da cúpula dirigente em favor de pressupostos burgueses coniventes com a subordinação nacional ao capital imperialista, sem, contudo, obter sucesso em consolidar o consenso no aparelho repressivo estatal em sua totalidade – apesar do extenso processo de perseguição dos militares detentores de perspectivas político-ideológicas divergentes dos pressupostos pelas linhas conservadoras que ocuparam, crescentemente, as fileiras dirigentes das Forças Armadas.

Evidenciou-se os processos de transformações das concepções militares de segurança nacional, indicando os processos de apropriação e reformulação das influências francesas (teoria da guerra revolucionária) e estadunidense (doutrina de Segurança Nacional), analisando, a partir disto, os diferentes âmbitos de inserção desta concepção de mundo na realidade brasileira durante o período que precedeu e constituiu o regime ditatorial militar. Destacou-se, neste processo, as fontes secundárias provenientes das contribuições filosóficas e estratégicas do general Golbery do Couto e Silva (enquanto principal representante da intelectualidade militar conservadora

¹²⁶ Reforçando que, devido às medidas preventivas instituídas em decorrência da Pandemia Covid-19, o processo de sistematização e análise do Arquivo do SNI, realizado nas dependências do NDPH-Uel pelos membros do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Religião” (UEL), foram interrompidos.

anticomunista da época). Das análises de seu horizonte conceitual destacaram os seguintes núdulos que perpassaram, posteriormente, a efetiva reprodução ideológica no cotidiano de atuação do SNI:

- *Ocidente*: compreende a realidade brasileira como herdeira genética dos princípios do *ocidente cristão democrático* (contraposto ao *oriente ateu comunista*), peculiaridade que tornaria a população nacional avessa a ideologias externas (salvo casos em que o egoísmo particularista encontrasse possibilidades em aproveitar-se do baixo nível de instrução do povo para se projetar política e economicamente).
- *Subversão*: entendida como elemento inexorável a todas as sociedades e precursor do antagonismo de classes (as ideias contrárias à ordem estabelecida seriam, então, as responsáveis pela eclosão dos conflitos sociais), é vislumbrada como produto da tendência de parcelas humanas à imoralidade e aos sentimentos egoístas.
- *Guerra total*: em consequência das novas configurações dos embates pós II Guerra Mundial (1939-1945), estratégias diversificadas de guerra surgem, lançando o confronto bélico para última instância de recurso, assim, a guerra entre potências passa a se delinear, de forma onipresente, em múltiplos campos da realidade social (político, econômico e psicossocial).
- *Segurança nacional*: compreendida como dever de todos os sujeitos que compõem o Estado nação, especialmente das elites dirigentes, cabendo a estes, portanto, o papel de desenvolver todas as medidas possíveis para o combate de proposições antagonicas que ameacem a coesão e harmonia social.
- *Aparelhamento*: dadas as configurações decorrentes das fundamentações dos conceitos anteriores, os sujeitos que compõem a complexidade nacional, com ênfase nas elites dirigentes, devem primar pela vigilância constante de prevenção da infiltração de sujeitos subversivos nas instituições públicas e privadas, garantindo a ocupação destes espaços por indivíduos que partilhem dos objetivos coesos de desenvolvimento da nação.

O segundo capítulo dedicou-se mais especificamente para a análise do caso dos órgãos de repressão do Paraná, evidenciando a exacerbada preocupação com a lógica interna de primazia persecutória dos sujeitos subversivos, em detrimento de crimes comuns (lançados ao âmbito de preocupações secundárias). Se por um lado, o estabelecimento de vínculos de convivência entre agentes de repressão e acusados de subversão era tomado como fenômeno inadmissível para os investigadores, por outro, a propensão à corrupção dos agentes era tratada com relativo descaso.

No que tange à sociedade civil, vislumbrou-se, na atuação da comunidade de informações paranaense, uma relativização da lógica extrema de cerceamento ideológico nos anos finais da abertura política (1980-1985), evidenciando, inclusive, preocupações com criminosos comuns que se beneficiaram do processo de Anistia política.

Não se pode, é claro, deixar de levar em consideração as condições concretas do modelo específico de capitalismo consolidado no Brasil, cujo projeto desenvolvimentista da ditadura militar visava reproduzir. A *via de desenvolvimento*

prussiano-colonial, caracteriza-se pela forma duplamente subordinada das relações de produção, fato que demanda a construção de um aparato estatal altamente rígido, inviabilizando, assim, grandes possibilidades de organizações populares que visem à conquista de direitos, ou a própria emancipação (MAZZEO, 1999; 2015) – disto decorre a formação de uma exceção no *padrão de reação societária brasileiro*, que reconhece em qualquer mobilização, que ameasse o modelo conservador e tradicionalista de vida social, como sendo potencialmente subversivo (FERNANDES, 2008).

Assim, a comunidade de informações foi apreendida como expressão materializada e institucionalizada de um amplo, e histórico, processo de consolidação do consenso político-ideológico em meio à sociedade civil brasileira – condição basilar para manutenção da ordem social instituída. Esta lógica atuante exacerba-se nos períodos de maior oscilação político-econômica internacional (como foi o caso da tensão da Guerra Fria), desencadeando processos de recrudescimento no modelo repressivo estatal, que passa a combater proposições progressistas em larga escala.

O terceiro capítulo, por sua vez, ocupou-se de apreender as diferentes formas utilizadas pelo aparato repressivo e coercitivo da ditadura militar para o combate às formações políticas e ideológicas que divergiam dos mais caros princípios de segurança nacional – os quais demonstram servir como elemento de coesão interna, em meio das divergências inerentes, aos setores conservadores militares que ocuparam o aparelho estatal durante as duas décadas de vigência do regime.

No que tange às estratégias de combate aos grupos potencialmente subversivos no Paraná, foram evidenciadas três frentes distintas de atuação que caracterizaram o período: repressão violenta e/ou extermínio, recondicionamento doutrinário e direcionamento político e ideológico. Por meio das fontes documentais, foram abordados os casos das infiltrações de espionagem no Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), que acabou resignando-se a um comportamento mais adequado ao jogo político partidário capitalista (exemplo que caracterizou o método de direcionamento político e ideológico), e os casos das operações de prisões (acompanhadas de tortura) dos membros do Partido Comunista Brasileiro (utilizados como exemplo qualitativo para apreender o método de recondicionamento doutrinário). As operações de extermínio (assassinato), por outro lado, não perpassam os documentos do SNI, mas, a concordância de Geisel e Figueiredo em manter este método repressivo após 1974 foi registrado pelos arquivos da CIA.

Ademais, conforme constatou-se no decorrer das análises, as ambições expostas pelas investigações da comunidade de informações paranaense demonstravam uma tendência à atribuição de legitimidade de pautas particularistas e imediatistas que não ameaçassem a ordem capitalista em si. O que direciona aos apontamentos realizados por Mészáros (2014) acerca do processo, protagonizado pelos EUA, de consolidação do Estado de ideologia única – no qual o horizonte de superação da dominação burguesa se torna inexistente. Assim, destacou-se entre os objetivos de atuação da comunidade de informações paranaense a preocupação com a garantia da resignação popular e, subsequentemente, com o processo de aprofundamento das tendências alienantes do ser social.

A partir destas constatações, o quarto e último capítulo deste trabalho buscou conceituar a inserção do SNI no aparelho de hegemonia burguesa brasileiro – em vista das especificidades que a função social da ideologia de segurança nacional exerceu nas fileiras de agentes que compuseram o órgão de inteligência. Uma ampliação das contribuições gramscianas, em diálogo com a perspectiva analítica lukácsiana, possibilitaram classificar o SNI como um dos mais bem delineados aparelhos estatais de hegemonia em vigência durante o período de Guerra Fria – sem deixar de ressaltar, é claro, que sua ampla autonomia de atuação interna convivia com um intenso processo de subordinação externa à congênere estado-unidense (CIA).

Por fim, buscando apreender o processo de distensão do gigantesco órgão de inteligência brasileiro, durante a década de 1990, as investigações deste trabalho aventuraram-se em mais uma fonte secundária de análise, as diretrizes de atuação da sucessora do SNI, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a partir dos delineamentos traçados por Cláudia Assaf Rebello (2006) na própria revista do atual serviço investigativo nacional. A partir deste processo, as mediações realizadas demonstraram os elementos de continuidade na aparente descontinuidade do projeto político e econômico da ideologia de segurança nacional para a atuação do serviço de inteligência brasileiro. Destacando, assim, a forma como a função social da ideologia de segurança nacional, e suas pretensões de hegemonia interna, ao menos em grande medida, obtiveram sucesso.

Por mais desolador que sejam os resultados apresentados por este trabalho, não se pode, contudo, deixar de evidenciar que “[...] a alienação é, muito amplamente, também um fenômeno ideológico, que em especial a luta individual subjetiva pela

libertação delas tem um caráter essencialmente ideológico” (LUKÁCS, 2018b, p. 555). Deste modo, é sempre relevante aos campos do conhecimento científico (em especial o das ciências sociais) lembrar que o estado de coisas que caracteriza o estágio de desenvolvimento em análise não é uma constante imutável e que, entre as características ontológicas essenciais do ser social, reside a capacidade de superação e emancipação das relações de dominação.

Assim, reforça-se a urgência dos campos de conhecimento em ciências humanas debruçarem-se sobre as temáticas de pesquisas relativas a esta particular vertente ideológica conservadora brasileira que tende a perpetrar-se e readaptar-se às transformações sociais, políticas e econômicas nacionais de modo a garantir a sua reprodução nos jogos de disputa pelos projetos de porvir do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado, notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AMARAL, Roniere R. *Milagre Político: Catolicismo da libertação*. São Paulo: Annablume, 2010.
- AQUINO, Maria A. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- AUGUSTO, Maria Helena O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BIANCHI, A. & ALIAGA, L. Força e consenso como fundamentos do Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política* nº 5. Brasília, janeiro-julho, 2011, pp. 17-36.
- BRAGGIO, Ana; FIUZZA, Alexandre. O Movimento Estudantil Paranaense e as Experiências do Exílio no Cone Sul. *Espaço Plural*, Cascavel, ano XIII nº 27, segundo semestre de 2012, p. 68-83.
- BUCCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. vl 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível no endereço eletrônico: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf (acessado em 11/12/2016 as 11h09min).
- CARPENTIERI, José R. A Agência Brasileira de Inteligência e a Constituinte – O problema da democratização das forças coercitivas no Brasil. *Revista Direito Mackenzie*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 139-163, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 3º ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, pg 295-316.
- CEPIK, Marco. *Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CEPIK, Marco. Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: Legitimidade e Efetividade como Desafios Institucionais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 67-113, 2005.

- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.
- CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- COUTINHO, Carlos N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CUNHA, Paulo R. *Os militares e a militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson R. et al (Orgs). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 21-66.
- CUNHA, Vinícius M. de. *À procura da revolução brasileira: itinerários do Movimento pela Emancipação do Proletariado*. Dissertação (Mestrado) em História Econômica apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- DELLEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- DEO, Anderson. *A Consolidação da Social Democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Marília: Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), 2011.
- FAGUNDES, Pedro E. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 - 316.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS, Regina M. B. História Secreta dos Serviços de Inteligência: origens, evolução e institucionalização. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 1, n. 1, 2005, p. 85-89.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*, 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Oliveiros S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho. *As ideias políticas no Brasil*. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, pp. 249-289.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Ananda S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, vol. 2, núm. 4, jul-dez, 2009, pp. 831-856.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Pádua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, vl. 11, n. 2, pp. 502-533, jul./dez. 2016.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto de Washington Luis a Lula (1927- 2005)*. São Paulo: Record, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRAGOSO, Cláudio H. *Advocacia da liberdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

FRANCISCO, António A. S. Reestruturação econômica e desenvolvimento. In: SANTOS, Boaventura de S; TRINDADE, João C. (orgs). *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. 1º vl. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

- FREIRE, Américo. *Democracia brasileira em foco: historiografia, atores e proposições*. Salvador: Editora Saga, 2019.
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GALVÃO, Antonio Carlos; VASCONCELOS, Ronaldo R. *Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional*. Brasília: IPEA, 1999.
- GARCIA, Eugênio V. “O pensamento dos militares e a política externa (1961-1989)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 40 (1), p. 18-40, 1997.
- GOMES, Victor L. C; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: doutrina de segurança nacional e Atos Institucionais (1964-1969). *Opsis*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 77-98, jan./jul. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vl. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vl. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vl. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2018.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1990.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo P. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014, p. 158-171.

KOCH, Ana Maria. *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999. Dissertação de Mestrado em Estudos Iberoamericanos.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANZA, Fábio. *Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário o São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. Expressões do novo intervencionismo: uma análise do grupo conservador “Ordem Dourada do Brasil. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 22, n. 42, p. 35-51, 2017.

LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A; OLIVEIRA, Ana C. R. A(s) Marcha(s) da Família, com Deus pela Liberdade (1964-2016): pensamento conservador católico e cristão no século XXI. *Caminhos*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 181-195, 2018.

LENIN, Vladimir I. *Que fazer?* Lisboa: Editorial Avante, 2002. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf> (Acessado em 12 de dezembro de 2019).

LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 4ªed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LESSA, Sérgio. Nota da Tradução. In: LUKÁCS, Georg. *Aparato Crítico 2018: obras de Georg Lukács volumes 13 e 14*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: Xamã/Arte Escrita Editora, 2010a.

LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010b.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*, 9º ed. Cortez Editora, São Paulo, 2009.

- LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria estética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LUKÁCS, Georg. *Conversando com Lukács: entrevista a Lé Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, Georg. *Prolegômenos e Para a ontologia do ser social*. Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.
- LUKÁCS, Georg. *Para a ontologia do ser social*. volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.
- LUZ, Alex F. Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 22, 2015, p. 350-360.
- MACEDO, Mariano de M; VIEIRA, Viviane F; MEINERS, Wilhelm E. M. de A. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.123, p. 5-22, jul./dez. de 2002.
- MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil. *Revista Brasileira de História*. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 131-148, jan./abr. de 1996.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MATHIAS, Suzeley K; ADRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a Cultura do Segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez. 2012.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.
- MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.
- MARX, Karl. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 2ª reimpressão. São Paulo: Martins Claret, 2008a.
- MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- MARX, Karl. *O Capital*: Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões métodos e processos*, 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAZZEO, Antonio C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo/Marília: Boitempo, 1999.
- MAZZEO, Antonio C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MEDEIROS, Ruy H. de A; CASTANHO, Sérgio. Trajetória do Movimento Estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 55, mar. 2014, p. 180-194.
- MEDEIROS, Adriana de C. *Histórias de trabalhadores nortistas no Norte/Noroeste do Paraná (1940-1970)*. Tese (Doutorado) em História apresentada à Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Århus, n. 5, 2002, pp. 40-56.
- MORAES, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia – Os Arquivos Secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) em História Econômica, apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, Vitória, n. 32, 2014, p. 128-147.
- MUNDIM, Luiz F. C. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro*. Goiânia: UFG, 2007. Dissertação de

Mestrado em História.

MUNHOZ, Sidney J. A crise do sistema soviético e o fim da Guerra Fria. *Esboços*, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 449-469, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Higor C. *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado) em Sociologia apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2018.

NERY, Virgílio S. *Entre lutas e despedidas: da dissidência comunista da Guanabara à autocrítica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-19776)*. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2016.

NEVES JR, José W. A. *Novas fontes para compreender a censura prévia militar: uma análise do arquivo censurado do jornal católico O São Paulo (1972-78)*. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais apresentada à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, 2016.

NEVES JR, José W. A. Expressões ideológicas da autocracia-burguesa nos relatórios oficiais do Serviço Nacional de Informação do Paraná e Santa Catarina (1964-85). *Revista Urutágua*, Maringá, nº 37 (2018), p. 16-33, dez2017-maio2018.

NEVES JR, José W. A. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-1964: a ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16 n. 2, p. 46-66, jul.-dez. de 2019a.

NEVES JR, José W. A. O Movimento Estudantil paranaense sob vigilância do Serviço Nacional de Informações. *Aurora*, Marília, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2019b.

NEVES JR, José W. A. A classe trabalhadora paranaense nos documentos do Serviço Nacional de Informações. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. 01-28, 2020.

NÓBREGA JR, José M. P. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n. 35, 119-130, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- OLIVEIRA, Ariana B. O fim da Guerra Fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana. *Revista Aurora*, Marília, ano 3 n 5, p. 68-69, 2009.
- OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: A Escola Superior de Guerra. *História* [online]. Franca, vol. 29, n. 2, p. 135-157, 2010.
- OLIVEIRA, Dennison de. Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: políticas militares estadunidenses para a América Latina (1943-1947). *Diálogos*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 157-175, 2018.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2ª ed. Curitiba: Iapardes, 2006.
- PAIM, Antônio F. *Momentos decisivos da História do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PARANÁ. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*. 2014. Disponível no endereço eletrônico:
<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/> (acessado em 15/01/2017 as 14h53min).
- PELEGRINI, Sandra C. A. A Censura e os Embates contra um Inimigo em Potencial. In: ROLIM, Rivail C. et all (orgs). *História, Espaço e Meio Ambiente: VI Encontro Regional de História*. Maringá: ANPUH-PR, 2000, p. 81-100.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRIORI, Ângelo. A Guerra de Porecatu. *Diálogos*, Maringá, v.14, n.2, p. 367-379, 2010.
- QUADRAT, Samantha V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*. Belo Horizonte, v. 28, nº 47, jan./jun. 2012, p. 19-41.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 18, n. 34, 2013.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- REZENDE, Maria J. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.
- RIBEIRO, Marcos V. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do

Conesul. *História, debates e tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 384-401, set./dez. 2019.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1996.

RODEGHERO, Carla. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese (Doutorado) em História apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Editora, 1979.

SAMWAYS, Daniel T. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese (Doutorado) em História, apresentada a Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2014.

SANTANA, Ana C. F. *A Central Única dos Trabalhadores – CUT e a luta pela democracia: elementos de uma trajetória*. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1999.

SANTOS, Thayna de O. *Organização camponesa na década de 1950: a influência petebista na fundação do Sindicato Rural de Barreiros-PE. XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964*, Campina Grande, p. 1184-1196, 2014.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 43 [1], p. 138-169, 2000.

SCHOLZ, Jonathan M. O sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de ditadura. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 160, p. 78-90, setembro de 2014.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- SILVA, Wellington T. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações – cultura e comunidade*. Belo Horizonte, v.9 nº 15, jan./jun. 2014, p.62-80.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SODRÉ, Nelson W. *O fascismo cotidiano*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOUZA, Camila T. *Política e Imprensa: análise dos editoriais do jornal "O Estado de São Paulo" nos primeiros anos após o Golpe Militar de 1964*. 2012. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais apresentada à Universidade Estadual de Londrina.
- SOUZA, Reginaldo C. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. *História, debates e tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 420-438, set./dez. 2019.
- STEPHAN, Claudia. A Doutrina de Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 5 n. 3, set/dez. 2016, p. 537-565.
- TAPIA VALDÉS, J. A. *El Terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional em el Cone Sur*. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagem S.A., 1980.
- TERESTCHENKO, Michel. *O bom uso da tortura: ou como as democracias justificam o injustificável*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.
- VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio revista online*. Belo Horizonte. n. 12, ano VI, outubro de 2010, p. 40-64.
- WANDERLEY, Luiz E. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 177-195, 2008.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civis-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, nov. 2011.

EUA. *Central Intelligence Agency*, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99> (acessado em 29 de maio de 2019 às 12h12m).

PARANÁ. SNI. Inquérito visando o comprometimento de militantes do PCB no Paraná, ACT_ACE_1022_81, 17 de novembro de 1975, 65 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Atividades do PCB no Paraná – Operação Marumbi, ACT_ACE_232_79, 20 de novembro de 1975, 95 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Carta - mensagem de estudante preso, por envolvimento com o PCB/PR, ACT_ACE_1067_81, 24 de maio de 1976, 56 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1082_81, 07 de junho de 1976, 47 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Advogados subversivos, ACT_ACE_1088_81, 29 de julho de 1976, 115 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Saídas irregulares de presos subversivos, ACT_ACE_1177_81, 19 de agosto de 1976, 27 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de 1978, 36 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Comando de Caça aos Comunistas – CCC – Renato Bernardi – Deputado Estadual – MDB/PR, ACT_ACE_1536_81, 07 de agosto de 1978, 19 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Grupos e tendências ideológicas do Movimento Estudantil, ACT_ACE_003_78, 05 de dezembro de 1978, 59 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), ACT_ACE_1286_81, 12 de dezembro de 1978, 04 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Funcionamento do SISNI, ACT_ACE_1495, 30 de dezembro de 1978,

05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. ME – Eleições para o DCE da UFPR, ACT_ACE_111_79, 15 de maio de 1979, 07 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Bolsa de estudos fornecida à brasileiros pelo IADESIL, ACT_ACE_160_79, 28 de junho de 1979, 05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Comitês e organizações de base do PCB, ACT_ACE_170_79, 10 de julho de 1979, 13 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. ME – Exibição de documentário sobre a independência de Moçambique, 25 de outubro de 1979, ACT/ACE-280-79, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Corrupção Policial em Londrina/PR, ACT_ACE_299_79, 13 de novembro de 1979, 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Visita de Dom Paulo Evaristo Arns à Rolândia/PR, ACT_ACE_339_80, 13 de dezembro de 1979, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Movimento Estudantil contra o ensino pago – Curitiba, ACT_ACE_363_80, 20 de janeiro de 1980, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Campanha difamatória contra a Polícia Militar – Eudes Brandão, ACT_ACE_464_80, 02 de maio de 1980, 04 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Atuação de organizações e agitadores subversivos nos movimentos grevistas, ACT_ACE_470_80, 13 de maio de 1980, 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Proselitismo comunista no meio estudantil secundarista, ACT_ACE_475_80, 20 de maio de 1980, 05 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Aspectos Psicossociais no Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_482_80, 22 de maio de 1980, 12 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Menor, ACT_ACE_500_80, 04 de junho de 1980, 21 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, SNI. Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_561_80, 14 de agosto de 1980, 15 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Desembargador do Tribunal de Justiça/PR – Alceste Ribas de Macedo, ACT_ACE_658_80, 11 de novembro de 1980, 14 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Movimento Trabalhista (MT) do PMDB – Londrina/PR, ACT_ACE_672_80, 27 de novembro de 1980, 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, 27 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina, ACT_ACE_1211_81, 29 de maio de 1981, 04 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Movimento pela Emancipação do Proletariado – (MEP), ACT_ACE_1139_81, 02 de julho de 1981, 07 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ, SNI. IV Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici/SP, ACT_ACE_1124_81, 15 de junho de 1981, 08 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ACT_ACE_1114_81, 26 de junho de 1981, 07 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Atuação Conjunta da Organização Socialista Internacional (OSI) e da Convergência Socialista (CS) no Movimento Estudantil (ME) e no Partido dos Trabalhadores (PT), ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, 28 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, 70 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) – Documento “Questão Partidária”, ACT_ACE_1297_81, 18 de agosto de 1981, 43 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Atuação das organizações subversivas no Movimento Estudantil universitário e secundarista, 24 de agosto de 1981, ACT/ACE-1321-81, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas, ACT_ACE_1345_81, 31 de agosto de 1981, 06 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Célio de Jesus Lobão Ferreira – Corregedor Geral da Justiça Militar, ACT_ACE_1360_81, 03 de setembro de 1981, 11 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI. Entidades que Congregam a Colônia Polonesa nos Estados do Paraná e Santa Catarina, ACT_ACE_1375_81, 09 de setembro de 1981, 09 laudas (NDPH-UEL).

PARANÁ. SNI, Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, 04 laudas (NDPH-UEL).

REBELLO, Cláudia A. B. Necessidade de Inteligência do Estado Brasileiro. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v.2, n.2, 2006, p. 37-48.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.